



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 5 de Novembro de 2007

Número 212

ÍNDICE

PARTE J

3.º SUPLEMENTO

Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Relatório n.º 13-I/2007:

Relatório e contas de 2003 32 092-(168)

CREDIPLUS — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A.

Relatório n.º 13-J/2007:

Relatório e contas de 2003 32 092-(187)

Efacec Capital — SGPS, S. A.

Relatório n.º 13-L/2007:

Relatório e contas consolidadas de 2004 32 092-(197)

Golden Broker — Sociedade Corretora, S. A.

Relatório n.º 13-M/2007:

Relatório e contas de 2004 32 092-(241)



CORTICEIRA AMORIM — SGPS, S. A.

Relatório n.º 13-I/2007

Sede social: Rua Comandante António Martins, 19, Apartado 3018, 4520-190 Santa Maria da Feira.

Capital social: 133 000 000 euros.

Pessoa colectiva n.º 500077797.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, sob o n.º 554/630502.

Margarida Maria Ferreira Alves da Rocha, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, certifica que, pela prestação de contas n.º 60 de 8 de Abril de 2004, foram depositados na pasta da sociedade em epígrafe, os documentos referentes à prestação de contas do ano de exercício de 2003, os quais se juntam em fotocópias, numeradas de fls. 2 a 32.

Conferida, está conforme.

20 de Outubro de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Margarida Maria Ferreira Alves da Rocha*.

Relatório e contas de 2003

Relatório de gestão

No cumprimento do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à Vossa apreciação, o relatório de gestão, as contas do exercício de 2003 e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei relativos à sociedade Corticeira Amorim — SGPS, S. A. (adiante designada apenas por Corticeira Amorim).

I — Evolução macroeconómica em 2003

Apreciação global

Após dois anos de crescimento económico reduzido, a economia mundial registou em 2003 um avanço mais significativo, que se estima em 3,2%. No entanto, este número esconde uma realidade diversa ao longo do ano — até à intervenção no Iraque, a incerteza, a aversão ao risco e os receios de uma conjuntura deflacionista dominaram a conjuntura. Após Maio, com o encerrar da campanha militar nesse país do Médio Oriente, e o retomar da confiança dos agentes económicos, a generalidade dos mercados financeiros registou, uma evolução muito positiva. As condições monetárias tornaram-se gradualmente mais expansionistas. O dólar norte-americano manteve a tendência de desvalorização que tinha iniciado no ano anterior. As economias emergentes apresentaram um forte dinamismo económico, com especial destaque para a China e Índia. O petróleo tipo *Brent* terminou o ano em torno de 30 dólares norte-americanos/barril, valor similar ao registado um ano antes, muito embora a variação ao longo do ano tenha sido excepcionalmente elevada.

Zona euro

A zona euro evidenciou em 2003 um crescimento económico diminuto, estimado em 0,5%. O ano terminou com a economia europeia a registar taxas de crescimento em linha com o potencial de longo prazo e com os indicadores avançados a assumirem maior confiança no futuro. A margem de manobra a nível da política orçamental mostrou-se reduzida, encontrando evidência no referencial de 1,7% de crescimento dos gastos públicos e nos 2,8% de défice orçamental. A procura interna registou um contributo positivo para o crescimento, enquanto a procura externa diminuiu 0,6%. Registe-se, no entanto, que foi a procura externa que mais contribuiu para a recuperação económica nos últimos meses do ano, traduzindo a melhoria da conjuntura internacional.

O consumo privado registou um crescimento bastante tímido, que se estima em 1,3%, enquanto o investimento registou queda nos primeiros três trimestres, com uma contracção anual de 1%. O desem-

prego aumentou para 9%. A inflação atingiu 2,1% em termos médios: seguiu tendência descendente até Maio, altura em que registou o mínimo de 1,8%, tendo regressado a valores marginalmente acima da meta do BCE desde então. O BCE cortou taxas no 1.º semestre do ano, colocando a *refi rate* no valor mais baixo de sempre (2%). A zona euro voltou a registar um excedente na conta corrente, estimado em 1% do PIB.

Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos da América (EUA) a recuperação económica consolidou-se, dando lugar a sinais claros de expansão da actividade. O PIB terá crescido 2,9%. O consumo privado manteve um comportamento muito favorável, respondendo ao aumento de rendimento disponível originado pelo corte de impostos e pelo *boom* de refinanciamento de hipotecas. O investimento denotou recuperação significativa na segunda metade do ano, registando valores próximos de 3% para 2003. Os gastos públicos terão crescido 3,7%, tendo as contas públicas registado um défice orçamental que se estima poder atingir um valor entre 4,8% e 5% do PIB. Por seu lado, o défice da conta corrente manteve a tendência de deterioração, atingindo 5,3% do PIB. Apesar dos inúmeros sinais positivos sobre a economia, o mercado de trabalho não conseguiu recuperar ao ritmo desejado e promover a criação de novos postos de trabalho. O desemprego aumentou para 6,1%. A inflação terá registado 2,3%. Após o corte de taxas de juro operado no 1.º semestre, e que conduziu os *fed funds* para 1%, o FED seguiu uma política de estabilidade de taxas.

Portugal

Portugal divergiu da média europeia em termos de crescimento. A economia nacional registou uma contracção económica, reflectindo a queda no consumo privado e, sobretudo, a forte retracção do investimento. A procura externa reflectiu o fraco crescimento dos principais parceiros comerciais. Apesar deste desenvolvimento, o ritmo de deterioração dos principais indicadores económicos alterou-se a partir de meados do ano, traduzindo o início do processo de recuperação económica. O PIB deverá ter registado contracção em torno de 1%. A procura interna terá diminuído 2,75% em 2003, com o consumo privado a decrescer 0,7% e o investimento uns expressivos 10%. A recessão limitou o processo de consolidação orçamental, nomeadamente pelo impacto muito negativo ao nível das receitas fiscais, exigindo, pelo segundo ano consecutivo, o recurso a medidas extraordinárias para o cumprimento das metas do Programa de Estabilidade e Crescimento. O investimento público observou uma forte contracção. A taxa de variação média da inflação terá atingido 3,3%. O desemprego aumentou para 6,6%, conduzindo a uma forte moderação salarial. O saldo da BTC terá registado um défice de 2,75%.

II — Actividades operacionais

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim, encontram-se estruturadas por unidades de negócios (UN), com referências às quais se dá conta dos aspectos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2003.

Matérias-primas

A criação, no final de 2002, da UN de matérias-primas foi o resultado das conclusões do estudo de reflexão estratégica realizado em conjunto com a Roland Berger.

Pretende-se, assim, congregarem numa unidade de negócios a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as actividades da Corticeira Amorim que é a matéria-prima (cortiça).

O âmbito geográfico de actuação desta UN, para além de Portugal, estende-se nomeadamente a Espanha, norte de África, Sardenha e a qualquer outra zona produtora de cortiça, onde a Corticeira Amorim tenha actividade industrial ou somente comercial.

Os objectivos que fundamentaram a criação desta unidade são, nomeadamente:

Especialização de uma equipa exclusivamente dedicada à matéria-prima;

Aproveitamento das sinergias e integração do processamento de todos os tipos de matérias-primas (cortiça) transformadas nas restantes unidades;

Potenciar a gestão das matérias-primas numa óptica multinacional; Reforçar a presença junto dos países produtores;

Manter registo histórico (cadastro) actualizado por unidade florestal produtora de cortiça;

Reforçar o diálogo com a produção, promovendo a certificação florestal, o aumento da qualidade técnica do produto e desenvolver parcerias nas áreas de investigação e desenvolvimento aplicadas à floresta;

Preparar, debater e decidir no seio da administração a orientação ou a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver.

O ano 2003 representou, pois, o primeiro ano de actividade desta nova UN, pelo que se tratou de um ano de organização e consolidação da sua estrutura.

Assim, e dando conteúdo aos objectivos mencionados supra, o ano de 2003 foi marcado pela forte concentração de toda a equipa na implementação da política de aprovisionamento definida pela Corticeira Amorim, com os seguintes objectivos principais:

Reforçar os *stocks* de matéria-prima bruta para ser trabalhada em 2004;

Antecipar o aprovisionamento dos lotes de melhor qualidade para assegurar um *mix* mais adequado às necessidades do produto e respectivo mercado;

Contribuir para a estabilização, a prazo, do preço desta variável.

Assim, a UN de matérias-primas, através da sua presença e intervenção na compra de cortiça nos vários países produtores, conseguiu cumprir os objectivos que a política de compra definida pretendia, ou seja, adquirir a quantidade de matéria-prima necessária para satisfazer os consumos das várias UN da Corticeira Amorim em 2004, com um *mix* de qualidade e preço adequado, com vista a assegurar a rentabilidade das actividades desenvolvidas.

Ainda durante o ano de 2003, foi implementado um sistema de monitorização que permite efectuar a análise da rentabilidade dos lotes de matérias-primas, desde a sua aquisição, acompanhando toda a sua transformação industrial.

Dando cumprimento a um dos objectivos que nortearam a criação desta UN, que é a presença em todos os países produtores de cortiça, a UN adquiriu uma participação numa empresa argelina, iniciando um processo de investimento, com vista à aquisição e correspondente transformação industrial de cortiça nesse país. Convém salientar que a Argélia proíbe a venda de cortiça em bruto, pelo que a presença neste mercado terá sempre de passar por transformar localmente a cortiça adquirida. Embora o investimento não seja para já materialmente relevante, a presença em mais um país produtor de cortiça tem um significado estratégico relevante.

A missão desta UN passa por uma optimização da compra da matéria-prima bem como pela sua melhor aplicação. Desta forma, a rentabilidade de uma área tão estratégica como esta não pode ser medida da forma tradicional, ou seja, apenas pelo resultado líquido obtido. Como já foi referido, o grande objectivo desta UN é fornecer as matérias-primas para serem rentabilizadas na cadeia da Corticeira Amorim, pelo que, tratando-se de uma actividade transversal a toda a organização, o desempenho desta unidade acaba por influenciar igualmente o desempenho das restantes UN.

Sendo o primeiro ano completo de actividades e usando dados pró-forma para o exercício anterior, verificou-se um ligeiro crescimento das vendas, cerca de 1%. De realçar que 80% das vendas foram dirigidas para as outras UN, em especial para as rolhas. Ainda comparando com dados pró-forma de 2002, verificou-se uma recuperação do EBIT que de negativo naquele exercício passou para um valor positivo a ultrapassar os 6 milhões de euros. Como é evidente, o capital investido médio é significativo, atingindo os 147 milhões de euros, sendo 103 milhões de euros o valor das existências no final do exercício.

A Corticeira Amorim acompanhou toda a problemática dos fogos florestais, que pela primeira vez afectaram os montados de sobre. Aprofundadas análises da situação permitiram concluir que o impacto daqueles sobre a extracção de cortiça se situa num máximo de 2% da extracção nacional, sendo este impacto diluído no ciclo de nove anos.

Rolhas

As vendas da unidade de negócios (UN), apresentaram no exercício um crescimento de 3,3%, pese o efeito desfavorável da desvalorização do dólar norte-americano e do peso chileno, que com um peso

na facturação consolidada de cerca de 25% da UN, originaram, por esse facto, um desvio negativo que se elevou a 10,8 milhões de euros.

Ao nível dos mercados, a zona euro apresentou uma estagnação, tendo a Alemanha e Portugal efeitos penalizadores no volume de negócios atingido.

As rolhas *twin tap*® continuaram a ser a alavanca do crescimento desta UN, com um crescimento quantitativo de 15%, atingindo as 785 milhões de unidades vendidas no presente exercício. Para este crescimento tem especial relevância o contributo de mercados como os EUA, Austrália, África do Sul, Chile e Argentina.

O menor volume de rolhas naturais e colmatadas vendidas foi mais do que compensado pelo preço médio de venda (+ 7%), fruto de uma melhoria do *mix* qualitativo e selectividade de clientes com maiores margens.

Verificou-se a estabilização das vendas nos segmentos de champagne e capsuladas.

As subsidiárias ligadas à distribuição canalizaram 65% das vendas consolidadas, destacando-se pelo seu desempenho neste exercício os mercados da África do Sul e Argentina, com crescimentos de 39% e 27%, respectivamente. De salientar o mercado argentino que apresentou uma franca recuperação após a crise económico-financeira de 2001.

Na Austrália, oxide se encerrou uma das subsidiárias de distribuição, o Grupo continua a sua forte aposta na produção local de rolhas *twin top*®, de modo a fazer face ao crescimento do mercado de vinhos aí produzidos.

A margem bruta do exercício ficou um pouco abaixo da registada no ano anterior por força do efeito cambial já referido, a qual mais do que contrabalançou o efeito da estabilidade de preços da matéria-prima e um *mix* de produtos mais favorável.

Os custos operacionais mantiveram-se ao nível do ano anterior, tendo o EBIT atingido os 10,8 milhões de euros.

Foi prosseguido o esforço de redução do capital investido, tendo-se atingido um valor de 147 milhões como valor médio para o exercício.

Ao nível da qualidade, os investimentos na área de I & D continuaram a ser um objectivo prioritário da UN.

De realçar a colaboração com a UN de matérias-primas no sentido de reduzir os níveis de contaminação dos TCA's e o desenvolvimento de novas lavagens. De realçar a obtenção da acreditação e validação internacional para o sistema Rosa, com vista a permitir uma maior diferenciação entre os produtos da Corticeira Amorim e os da concorrência.

Revestimentos

Num contexto macroeconómico recessivo, e que foi sentido ao nível da quase totalidade dos produtos de revestimento de solos, as vendas dos produtos *core* da UN de revestimentos cresceram cerca de 2% face a 2002.

Reforçou-se a tendência da procura para a utilização de produtos flutuantes, realidade que significou na UN um reforço da sua importância no *mix* da oferta. Este reforço é a confirmação da tendência de evolução dos últimos anos e teve um impacto muito positivo nos níveis de actividade da nova unidade industrial, que ao fim de dois anos se aproxima da plena utilização da sua capacidade. As vendas de produtos flutuantes cresceram cerca de 8%. Por outro lado, o negócio de revestimentos de solo não cortiça, produtos de terceiros comercializados a partir da rede instalada de distribuição internacional, cresceu cerca de 8%.

Apesar da forte crise económica, o crescimento no mercado alemão atingiu cerca de 3%, compensando, assim, as quebras em alguns mercados nos quais a situação de recessão económica teve, nestes produtos, impacto mais significativo.

Durante o mês de Setembro foi lançada a nova gama de produtos *new colours collection* que trouxe novos ambientes e cores aos visuais de cortiça. O impacto em 2003 não foi, naturalmente, relevante em termos de vendas, mas situou-se acima das expectativas, indiciando a justeza do investimento realizado e deixando boas perspectivas para o futuro.

O segmento residencial continua a ter um peso relevante nas vendas da UN. A competitividade dos preços e a mais-valia do factor cortiça são um contributo decisivo para o bom desempenho deste segmento. Em sentido inverso evoluiu o segmento comercial, consequência do adiamento das decisões de investimento empresarial.

Como indicadores mais relevantes da melhoria dos níveis de rentabilidade de 2002 para 2003, são de salientar a inversão verificada ao nível do EBIT, o qual atingiu os 1,5 milhões de euros, sobretudo provocada pela melhoria no *mix* de vendas, a descida dos preços dos desperdícios de cortiça, o aumento da eficiência nas operações industriais e a redução das provisões.

A crescer à evolução positiva na margem bruta, é de relevar ainda os impactos dos programas de redução nos custos operacionais. Durante 2003, foram implementadas acções relevantes de redução de custos, sobretudo nas empresas da rede de distribuição no exterior.

O ano de 2003 fechou com um capital investido de 63 milhões de euros, cerca de 8 milhões de euros inferior ao de final de 2002. A redução e a maior rotação do capital Investido no negócio, como factores potenciadores do aumento de rentabilidade, continuará a ser uma das orientações, estratégicas da UN para 2004.

Aglomerados técnicos

Em termos globais, as vendas da UN de aglomerados técnicos registaram uma redução de 8% face aos valores atingidos em 2002. No entanto, este nível global de *performance* pode ser decomposto em índices diferenciados de evolução dos vários negócios que de seguida se detalham.

Assim, a actividade direccionada ao abastecimento das demais UN (comercialização de matérias-primas, granulados para vedantes e bases de cortiça aglomerada para revestimentos), veio a traduzir-se num acréscimo de vendas face ao ano transacto. Em contrapartida, alguns dos segmentos extra-grupo sentiram o efeito das condições económicas adversas que se viveram em 2003 e registaram uma redução do volume de vendas, o que reflecte ainda o ajustamento dos preços de venda à descida do custo médio de consumo da principal matéria-prima (cortiça), e, por outro lado, a evolução cambial do dólar norte-americano.

Mais detalhadamente, seguindo a lógica de orientação por aplicação das diferentes linhas de produtos, foi possível constatar:

Construção:

Desvios negativos na generalidade dos principais mercados, com particular incidência nos aglomerados compostos utilizados como *underlay* para os diferentes tipos de piso.

Indústria:

Volume de vendas equivalente ao registado em 2002, com pequenas variações nos principais mercados de destino;

Os aglomerados compostos afirmaram-se no leque de produtos vendidos e foram amplamente os responsáveis pela manutenção verificada nas vendas;

Calçado:

Desvio negativo essencialmente centrado nos principais mercados europeus servidos pela UN, facto a que não foi alheio o clima económico vivido na economia em geral e no sector em particular;

De assinalar o bom comportamento evidenciado na produção e comercialização de artigos inovadores e de maior valor acrescentado, o que contrasta com as dificuldades sentidas no tradicional negócio de aglomerados brancos utilizados nesta aplicação;

Gifts:

Crescimento comparativamente a 2002, em resultado da maior procura registada na Europa e na América do Norte e que se fez sentir de forma homogénea na diversificada gama de produtos disponibilizados.

Memoboards:

Crescimento expressivo, no que concerne a produtos acabados, face a 2002, com evoluções satisfatórias nos principais mercados.

As estruturas de distribuição da UN, responsáveis pela promoção e venda nos principais mercados europeus, representaram uma mais-valia significativa no ano de 2003, designadamente pelas actividades e negócios levados a cabo nos segmentos de calçado e indústria. Relativamente aos EUA, a actividade foi penalizada pela depreciação cambial que a divisa norte-americana evidenciou.

A margem bruta, em valor absoluto, apresentou um crescimento de 6% face ao período homólogo de 2002 e o seu comportamento espelha o referido maior volume de actividade associado ao fornecimento da cadeia de valor acrescentado da Corticeira Amorim.

No que concerne à evolução do custo de aquisição das matérias-primas, factor de primordial importância no negócio, assistiu-se a um período de relativa estabilidade até perto do final do ano, altura em se verificou um movimento no sentido da alta de preços.

Os custos operacionais estabilizaram face a 2002, fruto de acções tomadas no período em análise com o objectivo da racionalização de

processos e competências, dotando a UN de uma estrutura mais adequada às necessidades do negócio.

A margem EBIT teve uma evolução positiva, atingindo, no exercício, os 6,9 milhões de euros.

A política de investimento em activo fixo, assente em critérios de rigor e objectividade, prosseguiu e abarcou as diferentes fases da cadeia de valor, tendo sido concluído o plano integrado previsto para o período 2000-2003 orientado para a optimização das condições de produção com vista à garantia de qualidade do produto, o aumento de capacidades instaladas, e a remodelação das infra-estruturas de apoio aos processos.

De entre as diversas actividades com decurso em 2003, e tendo sido seguida uma orientação clara e objectiva dos esforços nesta área é devido um destaque particular às iniciativas seguintes:

Calçado:

Desenvolvimento e implementação das condições para a produção de componentes moldados e respectivos acabamentos;

Início da colaboração com parceiros estratégicos, com vista à utilização de materiais alternativos conferindo características inovadoras aos aglomerados de cortiça;

Finalização do estudo e lançamento em produção de artigos resultantes da colagem de cortiça com diferentes substratos.

Construção:

Desenvolvimento de *underlay* para pisos, tendo em conta as legislações dos principais mercados;

Início do desenvolvimento de aglomerados com a classificação de resistência ao fogo;

Pesquisa de parceiros para o desenvolvimento de painéis constituídos por granulado de cortiça e outros produtos;

Desenvolvimento de barreira de resistência à humidade em alguns produtos específicos.

Indústria:

Caracterização e desenvolvimento da actual gama de produtos com vista a servir aplicações específicas e mais qualificadas do segmento.

Cortiça com borracha

As vendas consolidadas da UN de cortiça com borracha, relativas a 2003, foram inferiores às vendas consolidadas de 2002 em cerca de 23%. Este desvio face ao ano anterior deve-se essencialmente ao efeito perímtero negativo, resultante da venda da participação na CDM, NV Composite Damping Material, à desvalorização do dólar norte-americano face ao euro e ao decréscimo do volume de vendas de cortiça com borracha, principalmente no sector automóvel.

A margem de 2003 registou também um decréscimo face a 2002, quer em termos de valor absoluto, quer em termos de percentagem. Para além do impacto que a redução das vendas teve no valor da margem, quer por via do volume, quer por via do efeito da taxa de câmbio, há a salientar também o efeito desfavorável do *mix* de vendas — menor peso das vendas de cortiça com borracha nas vendas totais e aumento das vendas de mercadorias adquiridas a outras UN.

Face às condições fortemente adversas em que tem vindo a concretizar a sua actividade, esta UN iniciou já no exercício transacto um programa de redução de custos que conduziu a que no exercício os respectivos custos operacionais se tenham reduzido em cerca de 16%, com destaque para as reduções de custos verificadas ao nível dos fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal. Nesta última rubrica, a UN reduziu a sua estrutura humana em cerca de 95 pessoas (81 pessoas em Portugal e 14 pessoas nos EUA).

O reforço das provisões excedeu o valor registado em 2002, afectando materialmente o desempenho do exercício.

Contudo a redução dos custos operacionais não foi suficiente para compensar o efeito da redução da margem e evitar assim a deterioração da margem EBIT.

Em termos financeiros, apesar das diferenças de câmbio desfavoráveis registadas em 2003, os custos financeiros, no seu todo, reduziram face ao exercício anterior.

Durante o exercício foram homologados e desenvolvidos novos produtos dos quais se destacam:

Componente para isolamento — *stmit mount isolator pad*;

Materiais para o fabrico de punhos injectados — punhos de *ski*;

Aprovação, por clientes importantes, da junta moldada de *cork-rubber*;

Desenvolvimento de novas juntas moldadas de *corkrubber* para *heavy duty diesel*.

Em 2003, as unidades portuguesas da UN de cortiça com borracha obtiveram a certificação segundo a norma ISO9001:2000, mantendo-se a certificação segundo a norma QS9000 na empresa dos EUA.

Os investimentos realizados durante o ano de 2003 atingiram cerca de 2,2 milhões de euros, sendo de destacar:

A continuação do investimento na reformulação do *lay-out* da secção de aglomeração de cortiça com borracha da unidade industrial de Corroios, com vista ao aumento da produtividade e capacidade de produção;

Modernização da tecnologia de corte de juntas planas — contrato para aquisição de novos equipamentos que possibilitarão maior produtividade;

Modernização da linha de embalagens de *kits*;

Aquisição de equipamento para a colocação de limitadores de torque em juntas planas.

O capital investido médio da UN atingiu 32 milhões de euros, uma redução de cerca de 8% em relação a 2002. Para isso contribuíram a redução do saldo de dívidas vencidas de clientes, bem como a redução significativa de *stocks*, com especial relevância para a diminuição verificada na unidade americana.

Isolamentos

A UN de isolamentos apresentou, no exercício, um decréscimo de 8% do volume de vendas. Esta descida é consequência directa dos efeitos das condições económicas desfavoráveis sobre o consumo público e privado e sobre o investimento, que afectaram todo o sector de isolamentos nos seus diversos segmentos, pelo adiamento ou mesmo cancelamento de novas construções ou renovações.

Não obstante a diminuição de vendas verificada, em especial no mercado europeu, foi possível aumentar substancialmente o nível da margem bruta face a igual período do ano anterior, devido à descida verificada no preço de aquisição das matérias-primas, apesar da desvalorização das moedas de facturação, nomeadamente USD e GBP, face ao EUR.

Os custos operacionais mantiveram-se aos níveis dos verificados no exercício de 2002.

Durante o ano, os investimentos dirigiram-se para a concretização de um projecto de investigação e desenvolvimento visando o estudo de novas tecnologias para melhorar o processo de produção industrial do aglomerado de cortiça expandida.

De salientar também o projecto de investigação, em fase bastante adiantada, com vista a novas aplicações em painéis térmicos e acústicos.

III — Segurança e ambiente

Ao nível da higiene e segurança no trabalho têm vindo a ser obtidos resultados animadores, no que respeita ao número (frequência) e gravidade dos sinistros. Os critérios de classificação dos sinistros, foram uniformizados quanto à frequência e gravidade nas várias empresas, o que permite uma análise conjunta e comparativa. O índice de sinistralidade teve uma evolução positiva, levando a uma melhoria significativa dos índices de absentismo, tornando-se num factor de motivação para todos os colaboradores. Os acidentes *in itinere* têm vindo a ser uma área de preocupação acrescida, por fugir às normas de formação, controlo e acompanhamentos directos — compete às autoridades policiais e aos cidadãos em geral a permanente atenção e vigilância, sob risco de vir a tornar-se num factor de aumento de absentismo e que a sociedade terá de combater através de cidadania comportamental responsável.

A administração da Corticeira Amorim, em especial através da sua comissão executiva, ciente da importância desta problemática, tem participado nas reuniões de análise, visitando com esse fim exclusivo as unidades industriais, numa sensibilização permanente de preocupação em termos de segurança humana e patrimonial. Algumas das unidades industriais, têm sido avaliadas com resultados positivos, por auditores e analistas de risco, para validação das melhorias implementadas e sugestão de correcções. Os relatórios produzidos têm servido também para as negociações das taxas de prémio com as companhias seguradoras, aquando da renovação das apólices.

Foram mantidas, reforçadas e privilegiadas:

As auditorias de segurança por técnicos internacionais;

O intercâmbio entre técnicos de segurança da corretora de seguros e das várias empresas da Corticeira Amorim;

A intervenção da medicina do trabalho na promoção e monitorização da melhoria das condições de trabalho;

O reforço da formação específica em primeiros socorros, utilização cuidada de equipamento de protecção individual, formação e adaptação ao posto de trabalho;

A extensão às várias unidades industriais de simulacros, resposta a situações de emergência envolvendo o tecido social local e organismos institucionais: forças de segurança, bombeiros e protecção civil.

IV — Qualidade

A recente evolução dos Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), nomeadamente com as profundas alterações introduzidas pela norma ISO 9001:2000, posicionou a qualidade como elemento agregador, agora não só das funções organizacionais, mas também, principalmente, dos processos, em que tais organizações assentam e através da quais desenvolvem o seu objecto.

As evoluções mais recentes da gestão estratégica, através da implementação de sistemas de controlo de gestão, com ferramentas como o *Balanced ScoreCard* (BSC), incorporam já a abordagem por processos dos actuais SGQ.

Estrategicamente, foi reforçada a capacidade de inovação e desenvolvimento, em termos de equipa técnica, infra-estruturas e equipamentos, reconhecendo a sua importância como factor de competitividade no mercado.

A evolução está a ser feita pela integração dos processos nas perspectivas estratégicas do BSC, como factor promotor de eficácia e eficiência da gestão. Neste sentido, foram promovidas diversas acções que levaram a estádios diferentes de desenvolvimentos nas várias empresas, estando, no entanto, todas na senda da melhoria contínua.

De realçar:

Implementação do BSC, como ferramenta de planeamento estratégico, nas várias empresas;

Certificação HACCP (Hazard Analysis Critical Control Points — DS 3027E:2002 em Novembro de 2003 na Champcork, S. A.;

Certificação ISO 9001:2000 das restantes unidades industriais;

Manutenção da certificação CIPR (boas práticas rolheiras).

V — Recursos humanos

Na Corticeira Amorim, o princípio do ano de 2003 foi marcado pelo cenário de fusões e reestruturações em algumas das UN. A actividade de gestão de recursos humanos (RH) foi essencialmente orientada quer para a consolidação destes processos, quer para a sustentação das evoluções preconizadas pelas novas estruturas.

Nesta perspectiva, destacam-se três eixos fundamentais de actuação:

Seguimento e acompanhamento dos indicadores técnicos de gestão de RH, no sentido da sua estabilização ou dinamização.

A taxa de absentismo global registada, com um valor de 3,56%, representa uma estabilização relativamente ao ano transacto, salientando-se quer a evolução positiva registada ao longo do ano, quer o decréscimo de 1% verificado neste índice na UN de rolhas.

O investimento no desenvolvimento de competências saldou-se pela realização de mais de 17 000 horas de formação, com mais de 3000 participações nas acções e cursos desenvolvidos. Tal como em anos anteriores, patrocinou-se a frequência de MBA em gestão a dois colaboradores.

A melhoria na eficiência dos processos de gestão de recursos humanos.

A introdução de um *software* de gestão comum a todas as UN operacionalizou numa base de dados de RH única, com acessos e alimentação locais, a possibilidade de uma gestão uniformizada e integrada. Este facto resultou, já em 2003, em efeitos concretos, quer ao nível da racionalização dos processos, quer ao nível da rapidez e uniformização dos fluxos de informação.

O desenvolvimento de uma política — e práticas — de gestão de RH corporativa.

A operacionalização de um modelo de objectivos foi concretizada durante este ano através da implementação de um sistema de gestão da *performance*, assente numa metodologia de *balanced scorecard* associada a um sistema de incentivos. Este sistema integrado, transversal a todas as UN, contou com o envolvimento activo, em diferentes fases de implementação, dos quadros abrangidos.

A par destas actividades, realçam-se ainda vários projectos conduzidos ao nível de cada uma das UN, nomeadamente a dinamização dos planos de comunicação interna, que se concretizaram, entre outras iniciativas (passeios, concursos,...), na disponibilização dos quiosques informativos (Corticeira Amorim Indústria) e na realização das quinzenas culturais com ligação à comunidade envolvente (Amorim Revestimentos e Corticeira Amorim Indústria).

Em 2004 a Corticeira Amorim prosseguirá com a realização de alguns dos objectivos estruturantes desenvolvidos ao longo deste último ano, nomeadamente a racionalização e a normalização ao nível dos processos e informação de RH.

Um marco importante para o próximo ano será, também, a integração das empresas da Corticeira Amorim sediadas no estrangeiro no sistema de gestão da *performance*. Pretende-se deste modo assegurar a transversalidade total deste processo e o envolvimento global dos quadros na evolução da *performance*.

VI — O mercado accionista

A) Mercado accionista:

Depois de três anos consecutivos de perdas, os mercados bolsistas registaram em 2003 importantes ganhos: o MSCI World registou uma subida anual de 23%, o Dow Jones e S&P de 26% e o Nasdaq de cerca de 50%.

A recuperação bolsista, mais evidente a partir do 2.º trimestre de 2003, coincidindo com o fim da guerra no Iraque, começou por beneficiar empresas mais cíclicas e de menor dimensão bem como empresas de sectores mais penalizadas pela correcção do movimento especulativo em torno das acções ligadas à *internet*, no entanto, nos últimos meses do ano, a recuperação passou a evidenciar-se também em empresas de maior dimensão.

O ano de 2003 foi, portanto o ano do regresso das bolsas a território positivo com os investidores posicionarem-se para mais um ano de valorizações, expectativas baseadas na melhoria gradual sentimento dos agentes económicos e nos sinais conclusivos de uma recuperação nos principais blocos (USA, Europa e Japão).

Para tal recuperação contribuíram os sucessivos anúncios de melhorias dos resultados das empresas, alcançados já não tanto pela redução de custos e de ajuste na capacidade instalada, mas sim pela recuperação de variáveis intrínsecas ao negócio (ex.: recuperação da procura) ou à sua envolvente (ex.: retoma económica), substanciadas em melhorias significativas ao nível das vendas e suas margens. O adiamento das perspectivas de subida de taxas de juro tanto nos USA como na Europa também tem contribuído para aumentar o optimismo em torno das acções.

Em Portugal, o PSI-20 fechou 2003 nos 6747,41 pontos, o que representa um ganho de 15,8% face ao fecho de 2002, mas desde o final do 1.º trimestre de 2003, momento de euforia generalizada nas principais praças financeiras internacionais, até ao final do ano a valorização do índice ultrapassou os 27%. A volatilidade acumulada deste índice em 2003 situou-se nos 11,97%, significativamente inferior aos 17,97% observados no ano anterior.

Em sentido inverso ao verificado no ano anterior, no ano em apreço a capitalização bolsista global atingiu 157 120 milhões de euros, mais 10,8% do que em período homólogo de 2002, com o volume total das transacções no mercado de bolsa a registar um crescimento de cerca de 16% (— 8% em 2002).

B) Comportamento bolsista das acções da Corticeira Amorim:

Actualmente, o capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos. A admissão à negociação na BVLP — Bolsa de Valores de Lisboa e Porto (actualmente Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.) das novas acções emitidas no âmbito da operação de aumento de capital ocorreu em 19 de Dezembro de 2000, juntando-se estas às restantes acções da sociedade já cotadas na BVLP desde o início de 1991, integrando o sistema de negociação contínuo nacional desde 11 de Dezembro de 1991.

Em 19 de Dezembro de 2003, a Euronext, na sequência da revisão ordinária do índice PSI-20, anunciou que as acções da Corticeira Amorim, tendo cumprido os critérios de liquidez exigidos às emissões passíveis de o integrar, passariam a estar incluídas naquele índice, o principal da bolsa portuguesa, a partir de 2 de Janeiro de 2004. Assim, dos 133 milhões de acções base da sociedade, 79,8 milhões são acções PSI-20 (total de acções corrigido pelo factor de correcção pelo *free float*, conforme regras de cálculo dos índices PSI — Versão 3.0 de Setembro de 2003).

No final de 2003, as acções da Corticeira Amorim transaccionaram-se a 1,15 euros, o que representa uma expressiva valorização de 43,75% em relação à cotação de fecho do ano transacto, tendo-se transaccionado em bolsa cerca de 21,6 milhões de acções (um acréscimo de 70,8% face a 2002) em mais de 6000 negócios, que ultrapassaram os 18 milhões de euros.

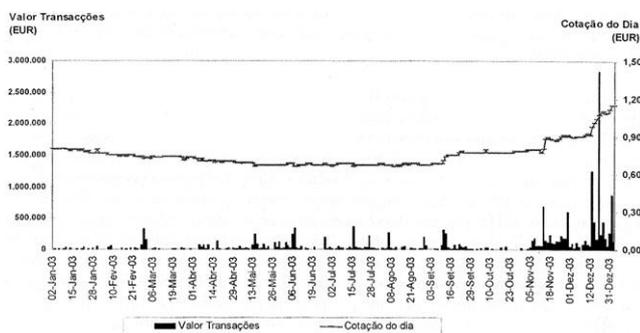
A cotação máxima atingida durante o referido período foi de 1,15 euros por acção, nos dias 30 e 31 de Dezembro; a mínima foi de 0,64 euros e ocorreu durante a sessão do dia 14 de Maio, embora a cotação de fecho nessa mesma sessão se tenha situado nos 0,66 euros.

O gráfico abaixo mostra a evolução das cotações e das quantidades transaccionadas da Corticeira Amorim ao longo de dos últimos exercícios:

	2001	2002	2003
Número de acções transaccionadas	22 924 966	12 657 227	21 617 313
Cotações:			
Máxima	1,22	0,90	1,15
Média	1,00	0,84	0,74
Mínima	0,82	0,78	0,64
Frequência negocial (em percentagem)	100,00	99,2	99,2

Fonte. — BVLP/Euronext.

Corticeira Amorim no mercado de valores mobiliários



Fonte. — Euronext.

VII — *Balanced scorecard*

Uma das principais prioridades do plano de actividades durante o ano de 2003 foi aprofundar e melhorar o modelo e o processo de planeamento estratégico e operacional e de monitorização do Grupo Corticeira Amorim. Nesse sentido foi lançado em finais do mês de Maio, e implementado a partir daí, um novo modelo de planeamento e controlo utilizando a técnica do *balanced scorecard*, cobrindo a totalidade das UN e envolvendo cerca de 60 quadros do Grupo. Visou-se construir um instrumento de gestão capaz de permitir melhor clarificar, sistematizar, comunicar, alinhar e operacionalizar a estratégia, isto é, transformar a estratégia em objectivos e acções operativas alinhadas e monitoráveis.

O conselho de administração da Corticeira Amorim acompanhou e apoiou todo o projecto, tendo mesmo já tomado conhecimento das suas conclusões — recomendações através da discussão e validação de todo o plano, programa e orçamento para 2004.

VIII — Conta de resultados consolidados

Conforme se previa aquando do relatório referente ao primeiro semestre do exercício, o 2.º semestre revelou-se ainda mais favorável que o primeiro, isto apesar de uma conjuntura económica ainda algo anémica e, em especial, de uma continuada, e não esperada àquela data, desvalorização do USD.

O desempenho bastante positivo durante o 2.º semestre justifica-se em termos sumários, pela evolução positiva das vendas, da melhoria da margem bruta e da contenção ao nível dos custos operacionais.

Em termos de vendas, o citado efeito favorável é bem evidente no facto de as vendas do 2.º semestre terem igualado, pela primeira vez, as vendas do primeiro semestre, permitindo recuperar assim de um desvio negativo de 7,2% para um desvio final, do mesmo sinal ainda, de 3,1%. Estima-se que o efeito adverso da cotação do dólar norte-americano durante o exercício tenha provocado uma diminuição de 3,8% nas vendas de 2003 quando comparadas com 2002!

As vendas consolidadas atingiram, assim o valor de 427,5 milhões de euros, o que compara com os 441,1 milhões de euros do exercício de 2002. De realçar pela positiva o crescimento observado nas duas principais UN; com efeito, a UN de rolhas apresentou um crescimento superior a 3%, sustentado, mais uma vez, pelo desempenho das rolhas *twin-top*®. Ao nível da UN de revestimentos, o crescimento das vendas dos seus produtos *core* foi de cerca de 2%, com especial relevo para os produtos dirigidos para o sector residencial e para o mercado alemão em particular. A UN de cortiça com borracha, com uma diminuição de 22%, foi duramente atingida pela desvalorização do dólar norte-americano e por um decréscimo na procura dos produtos dirigidos ao mercado automóvel nos EUA. Também a UN de isolamentos foi afectada adversamente pelo clima económico do seu principal mercado, o europeu, tendo visto as suas vendas diminuir 8%. As vendas da UN de aglomerados técnicos foram afectadas por uma maior integração na cadeia de valor do Grupo e ainda pelo ajustamento dos preços de venda à descida do custo médio da principal matéria-prima da UN. Também as vendas desta UN foram afectadas materialmente pela desvalorização do dólar norte-americano. No seu conjunto houve descida de cerca de 8%.

O segundo factor influenciador do crescimento dos resultados dos consolidados foi a evolução positiva da margem bruta, em especial o valor atingido no segundo semestre do exercício. Ao atingir o valor médio anual de 48,45%, um valor que compara com os melhores históricos da Corticeira Amorim, a margem bruta foi decisiva para a melhoria significativa dos seus resultados dos anuais.

De salientar que para esta melhoria contribuíram, não só um *mix* de vendas mais favorável, mas também a estabilidade e, mesmo em alguns casos, a redução do preço das matérias-primas de produção e, de um modo assinalável, a melhoria dos rendimentos obtidos na transformação das matérias-primas. De notar ainda o efeito de melhoria visível a todos os níveis de desempenho que, a cada vez maior integração industrial, tem vindo a provocar desde que se iniciou o processo de reestruturação da Corticeira Amorim.

Ao nível dos custos operacionais observou-se a estabilização dos respectivos valores, havendo mesmo uma diminuição ao nível da componente social. Também nesta rubrica se notam os efeitos da reestruturação que está a ser levada a cabo.

Em consequência dos efeitos da evolução das três rubricas atrás referidas os resultados operacionais atingiram os 20,7 milhões de euros, apresentando um crescimento de 56% quando comparado com o valor A atingido no exercício anterior. Em termos de evolução do EBIT (conceito mais alargado que o tradicional resultado operacional) o crescimento de 40% apresenta também uma variação significativa, atingindo o mesmo valor absoluto dos resultados operacionais, ou seja, 20,7 milhões de euros.

Ao nível da função financeira observou-se também uma melhoria já que embora o endividamento médio tenha sido superior ao registado em 2002, a descida das taxas de juro proporcionou uma poupança de juros suportados superior a 2 milhões de euros.

Após a contabilização dos interesses minoritários de 273 000 euros e do imposto sobre o rendimento de 2,2 milhões de euros, os resultados líquidos consolidados atingiram os 8,118 milhões de euros, o que representa um valor cinco vezes superior aos 1,507 milhões registados no exercício anterior.

Em termos individuais, e em virtude da utilização do Método de Equivalência Patrimonial (MEP) na valorização das participações financeiras detidas pela empresa-mãe, o resultado líquido é igual ao apresentado em termos consolidados, ou seja 8,118 milhões de euros. Este valor é composto por — 3,162 milhões de euros de resultados individuais propriamente ditos, sendo de destacar os — 1,829 milhões de euros relativos à função financeira e os — 1,833 milhões de euros referentes a custos operacionais. Os remanescentes 11,280 milhões de euros correspondem à apropriação de resultados das suas participadas.

Indicadores de actividade

	(Em milhares de euros)		
	2003	2002	Varição (percentagem)
Vendas	427 539	441 052	— 3,1
EBIT	20 727	14 787	+ 40,2
EBITDA	51607	46 074	+ 12,0
Resultados antes de impostos (e de interesses minoritários)	10 550	2 283	+ 362,1
Resultado líquido	8118	1507	+ 438,7

EBIT = Resultados antes de juros, impostos e minoritários.

EBITDA = EBIT + amortizações e depreciações.

IX — Estrutura financeira do balanço

O total do balanço no final do exercício; cerca de 579 milhões de euros, é praticamente igual ao valor do fecho de 2002. Esta estabilização, que não ocorreu obviamente ao longo dos trimestres do exercício, é, no entanto, o resultado de variações de sinal oposto. Com efeito, e como resultado de uma política mais agressiva de aquisição de matérias-primas, registou-se um aumento de 21 milhões na componente de existências.

Com uma variação do mesmo valor, mas de sinal contrário, o imobilizado foi afectado pelas amortizações do exercício (30,9 milhões de euros) e pelos investimentos brutos (18,5 milhões), bem como pelos efeitos de algumas alienações e ainda pela variação das taxas de câmbio na conversão dos balanços de algumas subsidiárias.

Em termos de origem e aplicação de fundos, o quadro seguinte resume o respectivo movimento (em milhões de euros):

Origem:

Cash-flow (antes de impostos e minoritários)	44,8
Varição de bancos/empréstimos e <i>cash</i>	8,8
	<u>53,6</u>

Aplicação:

Acções próprias	0,8
Varição do fundo de maneio	34,7
Investimentos líquidos	17,4
Outras	0,7
	<u>53,6</u>

A autonomia financeira atingiu os 35%, fruto do aumento dos capitais próprios proporcionado pelos resultados do exercício, nível considerado desejável nos modelos de planeamento usados na Corticeira Amorim.

Em termos de estrutura financeira, e no sentido de compensar os vencimentos a curto prazo dos empréstimos obrigacionistas, foi concretizada em 2003 uma operação de médio prazo, sendo complementada por outra operação de valor mais significativo a realizar no primeiro semestre de 2004. Esta última operação fará estender a curva de maturidade dos financiamentos da Corticeira Amorim.

X — Perspectivas para 2004

Envolvente

Apreciação global:

Ao contrário do clima de instabilidade e incerteza que dominava a conjuntura internacional há um ano atrás, o contexto é agora de maior confiança e estabilidade. Estima-se que a economia mundial possa crescer 4,1% em 2004. O crescimento não será homogéneo nos três maiores blocos económicos: os EUA apresentam-se, de novo, como o motor do crescimento mundial, podendo a zona euro beneficiar deste factor e definitivamente abraçar a recuperação económica. O Japão apresentará um crescimento frágil apesar dos excelentes sinais evidenciados no final de 2003. A Ásia (excluindo o Japão) mostra-se com forte dinamismo, estando as atenções focadas na China e Índia em especial. O ciclo de descida de taxas de juro deverá ter terminado em 2003, pelo que se antecipa a passagem para condições monetárias menos expansionistas. Se bem que a conjuntura actual seja diversa da

que se assiste há um ano atrás, o petróleo manter-se-á como variável determinante na evolução económica mundial, devendo o seu preço registar comportamento altista. A manutenção de focos de instabilidade no Médio Oriente representa um dos pontos de risco para o cenário central equacionado. Em concreto, o risco de um choque geopolítico colocar em causa o clima de confiança presente, determinando uma paragem na expansão económica da maior economia mundial, não deve ser descurado.

Zona euro:

A economia da zona euro deverá crescer globalmente cerca de 2% em 2004. Após três anos de crescimento reduzido e recessão em algumas das economias mais representativas, a segunda maior área económica do mundo traçará um percurso ascendente, se bem que moderado, e ainda aquém do seu potencial de longo prazo. A procura interna deverá registar evolução favorável suportada no comportamento favorável da inflação e no aumento do rendimento disponível. As exportações líquidas passarão a contribuir favoravelmente para o crescimento do produto. A procura doméstica, que se estima vir a crescer 1,75%, dará um contributo adicional ao crescimento económico. Apesar das medidas já anunciadas de estímulo fiscal nas três maiores economias da zona euro, a pressão para cumprimento das metas referenciais do Programa de Estabilidade e Crescimento resultará, globalmente, na manutenção de políticas orçamentais restritivas. O peso do défice orçamental no PIB da zona euro deverá rondar os 2,8%. A inflação seguirá trajetória descendente podendo vir a fixar-se em 1,8% no final de 2004. O desemprego registará aumento marginal, estimando-se que termine o ano ao nível de 9,1%.

Estados Unidos da América:

A recuperação económica encetada a partir de meados de 2003 mostrou-se mais consistente do que antecipado, situação que deixa antever 2004 como um ano de expansão económica. Os EUA deverão crescer em torno de 4%. O processo eleitoral marcará decisivamente o contexto económico. A actuação conjuntural será dominada pela preocupação em gerar emprego e garantir um crescimento sustentado. Prevê-se a continuação da degradação das contas públicas. Os desequilíbrios estruturais da economia, nomeadamente os *twin deficits*, continuarão a penalizar o crescimento. A Reserva Federal promoverá a manutenção de condições monetárias expansionistas se bem que possa proceder a uma subida de taxas de juro. A inflação registará aumento muito moderado, prevendo-se uma variação de 1,3%. A tendência de aumento do desemprego, a que se assistiu desde 2001, deverá ser anulada, estimando-se que o desemprego se fixe em 5,7%. O investimento seguirá tendência positiva.

Portugal:

Portugal consolidará em 2004 os sinais de retoma observados no final do ano anterior registando, ainda assim, um crescimento reduzido, em torno de 1%. As exportações líquidas deverão manter o papel de motor do crescimento económico. A melhoria das condições competitivas da economia portuguesa deverá permitir aumentar a quota nacional nos mercados externos. Estima-se que as exportações cresçam a um ritmo de 5,5% e as importações aumentem 2%. A procura interna evidenciará um contributo crescente ao longo do ano, sustentada no consumo privado (estima-se variação de 0,75%) e no investimento (ritmo de contracção substancialmente inferior ao apresentado em 2003), na exacta medida em que o estímulo externo se for transmitindo à realidade doméstica. A componente pública da procura interna registará variação negativa. O desemprego seguirá tendência crescente atendendo à sua natureza desfasada face ao ciclo económico, devendo atingir valores em torno de 7%. A inflação observará diminuição paulatina, estimando-se que registre 2,5% em 2004. As contas públicas evidenciarão melhoria marginal face ao constatado em 2003, devendo garantir-se um défice orçamental inferior aos 3%, eventualmente fazendo uso de medidas de carácter extraordinário.

Actividades operacionais

Matérias-primas:

Atendendo ao espaço de tempo que norteia a função compra da cortiça e a utilização industrial da mesma, o ano de 2004 irá permitir aferir na totalidade e concluir qual o modelo de intervenção no mercado de compra de cortiça que melhor se adequa às necessidades da Corticeira Amorim, validando-se, assim, a política de compra seguida em 2003.

Continuar-se-á durante o ano 2004 com a optimização da estrutura existente nesta UN, tendo em vista optimizar a função compra e primeira transformação da cortiça.

Durante o ano de 2004 será implementado um sistema de informação que permitirá monitorizar e conhecer em profundidade as várias regiões mundiais de produção de cortiça.

Rolhas:

O mercado do vinho sofreu, durante 2003, alterações que terão um forte impacto em 2004. A concentração, realizada a nível dos grandes operadores do sector, e a forte necessidade de redução de custos, por parte das principais multinacionais, terão impacto nesta UN.

Contudo, o *mix* actual de produtos, bem como o desenvolvimento de novas rolhas assentes em técnicas desenvolvidas em anos anteriores, permitirão o crescimento desta UN.

Os vedantes alternativos, nomeadamente o *screw cap*, continuarão com um impacto regional a nível da Oceânia. Os plásticos, apesar da sua má *performance* técnica, posicionam-se agora no mercado em gamas de produtos mais baixas, essencialmente pelo seu baixo preço.

Como principal objectivo desta UN, salienta-se:

Atingir uma remuneração adequada e sustentada dos capitais investidos associado a um aumento da actividade e redução dos níveis de *stocks*;

Crescimento das vendas das rolhas naturais, *twin top* e *neutrocork*, através de um aumento de quota, nos clientes multinacionais, tendo como mercados-alvo os USA e a Austrália;

Melhoria do *mix* de produtos vendidos, como outro meio de crescimento das margens e da redução de custos operacionais;

Desenvolvimento de novos produtos;

Afirmação clara de liderança ao nível da *performance* sensorial.

Revestimentos:

As grandes linhas de orientação e objectivos assumidos no planeamento estratégico (*balanced scorecard*) e operacional para 2004 da UN passam por:

Melhorar o posicionamento e atractividade dos produtos, focando especialmente nas valias intrínsecas das características distintivas da cortiça;

Consolidar uma oferta diversificada, complementando os produtos de revestimento de cortiça *core* com a distribuição de produtos de terceiros (sobretudo *parquets* de madeira e laminados), oferta progressiva de maior valor acrescentado;

Relançar mercados relevantes onde a presença é ainda pouco visível, consolidando ao mesmo tempo a liderança inequívoca nos mercados mais fortes, nomeadamente na Alemanha e Benelux;

Incrementar a eficiência pela maior standardização da oferta de produtos e de serviços pelos diferentes segmentos, compatível com reforço de valor acrescentado, na oferta e no serviço ao cliente;

Melhorar a margem de contribuição dos segmentos;

Aumentar a eficiência da estrutura de gestão central e das empresas de distribuição, neste caso sobretudo pela via de novos processos de gestão de toda a cadeia logística integrada.

O plano de reestruturação (na frente dos custos operacionais e de logística — distribuição) e ainda o próprio modelo de negócio baseado no crescimento rentável, indiciam o cumprimento do objectivo estratégico último de melhoria sustentada na rentabilidade dos capitais investidos no negócio.

Contudo, a UN está, naturalmente, sujeita à evolução da situação macroeconómica nos seus principais mercados. E, não obstante algumas previsões macroeconómicas mais positivas para 2004, os níveis de imprevisibilidade são ainda acentuados, sobretudo no que se refere às economias do centro e norte da Europa, em particular para a Alemanha.

Aglomerados técnicos:

O ano de 2004 apresenta-se como um período de extrema importância para a UN, face à estratégia delineada para o próximo triénio. Objectivamente, a UN está colocada perante desafios de mercado identificados nas diversas aplicações que exigem uma atitude permanente de inovação e dinamismo, devendo ser dados já neste ano, passos importantes nesse sentido.

Prevê-se uma evolução de vendas positiva, mais do que no volume, sobretudo na estrutura, com incidência mais nítida nos produtos de maior valor acrescentado, em detrimento de uma componente de comercia-

lização de matérias-primas e semi-acabados com margens tradicionalmente mais reduzidas. A verticalização no segmento do calçado e a agressividade comercial nos segmentos *memoboards* e construção serão os grandes responsáveis por este salto qualitativo.

A margem bruta deverá situar-se em torno dos valores históricos dos últimos anos, num contexto de estabilidade do preço de aquisição das principais matérias-primas, estando, no entanto, sujeita à evolução cambial do dólar norte-americano. Os custos operacionais deverão evoluir em consonância com as necessárias adaptações de competências técnicas e humanas inerentes aos desafios que se colocam.

A evolução far-se-á sentir igualmente ao nível das ferramentas de gestão, favorecendo a focalização e alinhamento dos esforços individuais e potenciando a *performance* da organização. O plano de investimentos é ambicioso, na linha do que vem sucedendo nos últimos anos, e visa assegurar a liderança tecnológica do sector, a qualidade dos produtos e as condições de higiene, segurança e saúde no trabalho.

Cortiça com borracha:

Para o ano de 2004 prevê-se a manutenção do volume de vendas.

A estrutura de custos operacionais deverá continuar a reduzir-se, não só pela diminuição das provisões, mas também pela continuação da quebra dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com o pessoal.

Em termos de capital investido, deverá continuar a redução e a optimização dos *stocks* com especial incidência nas unidades de Portugal.

Isolamentos:

A UN perspectiva para 2004 um crescimento do volume de vendas, tanto no segmento dos aglomerados de cortiça expandida como no dos produtos em fibra de coco. Este crescimento passa pela recuperação do mercado e pelo crescimento em mercados emergentes.

Continuar-se-á a apostar na divulgação dos produtos realçando as vantagens técnicas e ecológicas sempre direccionadas às áreas geográficas e culturais sensíveis às questões relacionadas com o ambiente.

Manter-se-á a flexibilidade industrial e versatilidade do produto a pensar nas aplicações específicas e a dar resposta às solicitações de projectos especiais, bem como em complementaridade a outras soluções de isolamento.

A nível operacional, esperam-se resultados positivos através da concretização da fusão por incorporação das sociedades Itexcork — Indústria de Transformação e Exportação de Cortiça, L.^{da} (unidade industrial situada em Vendas Novas, Portugal) e Corticeira Amorim Algarve, L.^{da} (unidade industrial situada em Silves, Portugal) na Amorim Isolamentos, S. A., essencialmente decorrentes da redução de custos indirectos.

Resultados

O ano de 2004 será um ano em que se continuarão a sentir os efeitos positivos da reestruturação da Corticeira Amorim iniciada em 2002.

Estes efeitos poderão ser ainda reforçados com a melhoria da conjuntura económica, a qual deverá, finalmente, concretizar-se no espaço europeu, mercado de eleição dos produtos da Corticeira Amorim.

Contudo, a prolongada fraqueza do dólar norte-americano, e a instabilidade no sector corticeiro em geral causada pelo clima de asfixia financeira de uma parte significativa das suas empresas constituintes, introduzem factores de incerteza no negócio que poderão afectar negativamente o desempenho da Corticeira Amorim.

Espera-se mesmo assim um crescimento, quer ao nível da actividade, quer ao nível dos resultados, embora ainda longe dos níveis desejados.

XI — Proposta de aplicação de resultados

Tendo em conta que o resultado líquido apurado no final do exercício de 2003 é positivo no valor de 8 118 299,73 euros, o conselho de administração propõe que os senhores accionistas deliberem aprovar que o referido resultado, tenha a seguinte aplicação (em euros):

Para lucros não atribuídos	11 280 000,00
Para resultados transitados	3 161 700,27

XII — Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade

Conforme recomendação do CESR, adoptada pela CMVM, informa-se que a Corticeira Amorim iniciou, durante o segundo semestre de 2003, os trabalhos preparatórios para a utilização, a partir de 1 de Janeiro de 2005, das Normas Internacionais de Relato Financeiro na preparação das suas demonstrações financeiras. Durante o 2.º e 3.º trimestres de 2004,

proceder-se-á às acções de formação interna e às alterações aos sistemas de informação necessárias a uma transição bem sucedida.

De notar que à data deste relatório, a Corticeira Amorim, assim como todas as sociedades obrigadas à referida transição, não se encontra perante uma plataforma estável de normas contabilísticas finais. Exemplos disso são as normas IAS 32 e 39, ainda não aprovadas por regulamento (CE) dado estarem a ser revistas e o facto da norma IFRS 2 — *share-based payment* ter sido publicada com data de 19 de Fevereiro de 2004; outras alterações, e inovações, se seguirão no curto prazo.

É pois num contexto de alterações significativas ao conjunto das normas actualmente em vigor, que afectarão, inclusive, retroactivamente os comparativos relativos a 2004, que as sociedades estão a preparar tão profunda mudança. Dada a instabilidade referida, não nos é possível e seria mesmo contraproducente avançar com qualquer tipo de informação narrativa sobre as referidas diferenças e muito menos sobre os respectivos efeitos quantitativos.

Estranha-se, ainda, o quase completo silêncio das autoridades competentes sobre a solução a adoptar para o relato das empresas individuais.

XIII — Valores mobiliários próprios

De acordo com a alínea *d*) do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a empresa adquiriu em bolsa, durante 2003, 1 915 702 acções próprias, representativas de 1,44% do seu capital social, pelo preço médio unitário de 0,7787 euros e global de 1 491 807,65 euros.

Durante o mesmo período, a empresa alienou em bolsa 810 490 acções próprias, representativas de 0,61% do seu capital social, pelo preço médio unitário de 0,872 euros e global de 706 728,85 euros.

No final do exercício, permaneciam em carteira 2 450 418 acções próprias.

XIV — Eventos próprios

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2003 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

XV — Fecho do relatório

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

Aos accionistas e investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;

Às instituições de crédito, pela importante colaboração prestada; Ao fiscal único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

27 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*)

Anexo ao relatório de gestão

1 — Acções detidas e ou transaccionadas pelos órgãos sociais da empresa:

Em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se:

i) Durante o ano de 2003, José Américo Amorim Coelho adquiriu 740 000 acções da Corticeira Amorim — SGPS, S. A, e vendeu 163 307 pelo preço médio ponderado de 0,726 euros e 1,09 euros, respectivamente. Em 1 de Janeiro de 2003 não detinha qualquer acção da Sociedade. Em 31 de Dezembro de 2003 possuía 576 693 acções Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Sessão de bolsa	Quantidade de acções		Preço unitário
	Adquiridas	Alienadas	
7 de Fevereiro de 2003	70 000	—	0,75
27 de Fevereiro de 2003	92 238	—	0,73
28 de Fevereiro de 2003	450 000	—	0,72
3 de Março de 2003	123 099	—	0,73

Sessão de bolsa	Quantidade de acções		Preço unitário
	Adquiridas	Alienadas	
10 de Março de 2003	2 281	—	0,72
11 de Março de 2003	2 382	—	0,72
23 de Dezembro de 2003 ...	—	38 307	1,08
29 de Dezembro de 2003 ...	—	75 000	1,08
30 de Dezembro de 2003 ...	—	25 000	1,10
31 de Dezembro de 2003 ...	—	25 000	1,13
<i>Total</i>	740 000	163 307	

ii) Rui Miguel Duarte Alegre mantém a posse de 666 acções da sociedade, não tendo transaccionado qualquer título durante o ano de 2003.

iii) Os restantes membros dos órgãos sociais da empresa não detêm nem transaccionaram qualquer título representativo do capital social da sociedade.

2 — Relação dos accionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa:

Em cumprimento do estabelecido no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a sociedade Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., é detentora, à data de 31 de Dezembro de 2003, de 90 162 161 acções da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., correspondentes a 67,791% do capital social e a 69,064% dos direitos de votos.

3 — Participações sociais qualificadas:

Relação dos accionistas titulares de participações sociais qualificadas, à data de 31 de Dezembro de 2003:

Accionista	Número de acções	Pecentagem de direitos de votos
Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	90 162 161	69,064
Luxor — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	3 069 230	2,351
A. F. Investimentos — Fundos Mobiliários, S. A.	4 437 004	3,399
Portus Securities — Sociedade Corretora, L.ª	8 500 000	6,511
Directamente	7 500 000	5,745
Via accionista/gestor	1 000 000	0,766

A Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., detém, à data de 31 de Dezembro de 2003, uma participação qualificada indirecta na Corticeira Amorim — SGPS, S. A., de 90 162 161 acções correspondente a 69,064% de direitos de votos. A referida participação indirecta é detida através da Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.

De referir que em 31 de Dezembro de 2003 a sociedade possuía 2 450 418 acções próprias.

27 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Balço em 31 de Dezembro de 2003

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2003		2002	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	7	7	—	2
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento administrativo	13	6	7	3
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	246 376	—	246 376	211 287
Empréstimos a empresas do grupo	83 162	—	83 162	104 105
	<u>329 538</u>	<u>—</u>	<u>329 538</u>	<u>315 392</u>
Circulante:				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Empresas do grupo	41 838	—	41 838	43 881
Estado e outros entes públicos	324	—	324	32
Outros devedores	60	—	60	27
	<u>42 222</u>	<u>—</u>	<u>42 222</u>	<u>43 940</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	2	—	2	2
Caixa	—	—	—	—
	<u>2</u>	<u>—</u>	<u>2</u>	<u>2</u>

(Em milhares de euros)

	2003		2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	683		750
Custos diferidos	76		85
Impostos diferidos activos	3 462		1 334
	<u>4 221</u>		<u>2 169</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>13</u>	
<i>Total do activo</i>	376 003	13	361 508

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2003	2002
Capital próprio:		
Capital	133 000	133 000
Acções próprias — valor nominal	— 2 450	— 1 345
Acções próprias — descontos e prémios	501	198
Prémios de emissão de acções	38 893	38 893
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	— 47 692	— 47 162
Reservas de reavaliação	4 052	4 052
Reservas:		
Reservas legais	6 538	6 462
Outras reservas	67 523	67 506
Resultados transitados	— 12 595	— 13 623
<i>Subtotal</i>	<u>187 770</u>	<u>187 981</u>
Resultado líquido do exercício	8 118	1 506
<i>Total do capital próprio</i>	<u>195 888</u>	<u>189 487</u>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	499	499
Dívidas a terceiros — médio e a longo prazos:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	—	43 850
Dívidas a instituições de crédito	87 464	77 464
	<u>87 464</u>	<u>121 314</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	43 850	27 434
Dívidas a instituições de crédito	39 980	21 376
Fornecedores de conta corrente	28	14
Empresas do grupo	7 145	—
Outros accionistas	2	2
Fornecedores de imobilizado de conta corrente	—	3
Estado e outros entes públicos	146	255
Outros credores	—	15
	<u>91 151</u>	<u>49 099</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	988	1 049
Proveitos diferidos	—	60
	<u>988</u>	<u>1 109</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>180 102</u>	<u>172 021</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>375 990</u>	<u>361 508</u>

Demonstração dos resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2003

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de euros)

	2003		2002	
Fornecimentos e serviços externos		311		186
Custos com o pessoal:				
Remunerações	1 209		606	
Encargos sociais:				
Outros	158	1 367	58	116
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		5		116
Impostos	—		—	
Outros custos e perdas operacionais	150	150	—	—
(A)		1 833		966
Perdas em empresas do grupo e associadas		—		—
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo	1		4	
Outros	6 380	6 381	7 914	7 918
(C)		8 214		8 884
Custos e perdas extraordinários		4		98
(E)		8 218		8 982
Imposto sobre o rendimento do exercício		— 504		— 2 176
(G)		7 714		6 806
Resultado líquido do exercício		8 118		1 506
		15 832		8 312

PROVEITOS E GANHOS

	2003		2002	
(B)		—		—
Ganhos em empresas do grupo e associadas	11 280		402	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo	4 520		7 739	
Outros	32	15 832	14	8 155
(D)		15 832		8 155
Proveitos e ganhos extraordinários		—		157
(F)		15 832		8 312

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A) =	— 1 833	— 966
Resultados financeiros: (D–B)–(C–A) =	9 451	237
Resultados correntes: (D)–(C) =	7 618	— 729
Resultados antes de impostos: (F)–(E) =	7 614	— 670
Resultado líquido do exercício: (F)–(G) =	8 118	1 506

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 2003

	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	—	—
Custo das vendas e prestações de serviços	—	—
Resultados brutos	—	—
Outros proveitos e ganhos operacionais	18	1
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	— 1 687	— 902
Outras custos e perdas operacionais	— 148	— 70
Resultados operacionais	— 1 817	— 971

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Custo líquido de financiamento	- 1 849	- 215
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	11 280	402
Ganhos (perdas) em outros investimentos	-	-
Resultados não usuais ou não frequentes	-	114
Resultados correntes	7 614	- 670
Imposto sobre os resultados correntes	- 504	- 2 176
Resultados correntes após impostos	8 118	1 506
Resultados de operações em descontinuação	-	-
Resultados extraordinários	-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários	-	-
Resultados de alterações políticas contabilísticas	-	-
Resultados líquidos	8 118	1 506
Resultados por acção (em euros)	0,06	0,01

O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2003

	2003	2002
Actividades operacionais:		
Recebimento de clientes	-	-
Pagamentos a fornecedores	- 428	- 177
Pagamentos ao pessoal	- 1 259	- 577
Fluxo gerado pelas operações	- 1 687	- 754
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	590	- 16
Outros recebimentos/pagamento relativos à actividade operacional	- 82	- 4
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	- 1 179	- 774
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	13
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	- 18	- 41
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	- 1 197	- 802
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	64 992	81 281
Imobilizações corpóreas	-	-
Imobilizações incorpóreas	-	-
Subsídios de investimento	-	-
Juros e proveitos similares	7 604	12 686
Dividendos	-	900
	72 596	94 867
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	- 65 367	- 81 814
Imobilizações corpóreas	-	-
Imobilizações incorpóreas	-	-
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	- 65 367	- 81 814
	7 229	13 053
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	130 633	80 731
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	-	-
Subsídios e doações	-	-
Vendas de acções (quotas) próprias	707	-
Cobertura de prejuízos	-	-
	131 340	80 731

(Em milhares de euros)

	2003	2002
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	— 129 482	— 83 817
Amortizações de contratos de locação financeira	—	—
Juros e custos similares	— 6 386	— 8 029
Dividendos	—	— 1
Reduções de capital e prestações suplementares	—	—
Aquisições de acções (quotas) próprias	— 1 504	— 1 135
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	— 137 372	— 92 982
	<u>— 6 032</u>	<u>— 12 251</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	—	—
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	2	2
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	2

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2003

1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:

Alíneas a), b) e c):

A empresa adquiriu 100% do capital social da sociedade Amorim Florestal, Indústria, Comércio e Exploração, S. A., pelo preço, já pago, de 808 milhares de euros que inclui 748 milhares de euros de prestações acessórias.

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Rubricas	2003	2002
Numerário	—	—
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	2	2
Equivalentes de caixa:		
Caixa e seus equivalentes	2	2
Outras disponibilidades:		
Disponibilidades constantes do balanço	2	2

5 — Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa:

a) A 31 de Dezembro de 2003, havia um total de 23 808 milhares de euros de facilidades de crédito não utilizadas;

b) Foram convertidos suprimimentos no montante de 23 333 milhares de euros em prestações acessórias.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de euros)

Introdução:

Por imposição legal decorrente da transformação da empresa numa sociedade gestora de participações sociais, ocorrida por escritura pública de 3 de Dezembro de 1990, foi transferido todo o seu património industrial, bem como as demais rubricas do seu balanço directamente relacionadas com a sua actividade industrial, para uma sociedade para o efeito constituída, por domínio total inicial, denominada Corticeira Amorim — Indústria, S. A.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

1 — Disposições do POC derogadas:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do POC.

2 — Valores comparativos:

Nada a referir.

3 — Critérios valorimétricos:

a) *Transacções em moeda estrangeira.* — As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

b) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas são contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição.

As reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) *Imobilizações incorpóreas.* — Incluem gastos com o aumento de capital, amortizados, pelo método das quotas constantes, em três anos.

d) *Investimentos financeiros.* — As partes de capital em empresas do grupo e associadas estão expressas pelo método da equivalência patrimonial.

As partes de capital em outras empresas são expressas pelo respectivo custo histórico de aquisição, incluindo eventuais despesas directamente relacionadas com a compra.

4 — Taxas de câmbio utilizadas nas demonstrações financeiras:

A 31 de Dezembro de 2003, a empresa não tem valores activos e passivos originariamente em moeda estrangeira.

5 — Efeito da utilização de critérios de base fiscal:

Não foram adoptados critérios que afectem o resultado do exercício, com vista a obter vantagens fiscais.

6 — Situações que afectem impostos futuros:

Os impostos correntes sobre lucros são registados de acordo com a legislação vigente. São reconhecidos impostos diferidos, activos e passivos, sempre que assumam expressão significativa. Em 2003 foram reconhecidos, em resultados, impostos diferidos activos no montante de 509 milhares de euros.

Em consequência da sociedade ser tributada pelo regime especial de determinação da matéria colectável em relação às sociedades do grupo, consignado pelo artigo 63.º do código do IRC, o cálculo da estimativa para impostos é efectuado com base na matéria colectável consolidada, das seguintes empresas:

Corticeira Amorim — SGPS, S. A.;
Amorim Irmãos, S. A.;

Amorim Irmãos — SGPS, S. A.;
 Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha I, S. A.;
 Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha II, S. A.;
 Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.;
 Aplifin — Aplicações Financeiras, S. A.;
 Champcork — Rolhas de Champanhe, S. A.;
 Corticeira Amorim — Indústria, S. A.;
 Inter Champanhe — Fabricante de Rolhas de Champanhe, S. A.;
 Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A.;
 Portocork Internacional, S. A.;
 Vasconcelos & Lyncke, S. A.

O saldo remanescente dos prejuízos fiscais do grupo, apurados no exercício de 2001, no montante de 52 885 milhares de euros, os quais estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, poderão vir a ser utilizados para compensar lucros tributáveis apurados até 2007.

7 — Volume de emprego:

Em 2003 a empresa teve, em média, 10 empregados ao seu serviço (em 2002: três).

8 — Imobilizações incorpóreas:

Rubricas	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações	Saldo líquido final
Despesas de instalação	2	—	2	—
Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—
	<u>2</u>	<u>—</u>	<u>2</u>	<u>—</u>

9 — Trespases:

Não existem situações relativas a trespases.

10 — Movimentos no activo imobilizado:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	344	—	—	— 337	7
Propriedade industrial e outros direitos	2	—	—	— 2	—
	<u>346</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>— 339</u>	<u>7</u>
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento administrativo	6	7	—	—	13
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do Grupo	211 287	8 308	—	26 781	246 376
Empréstimos a empresas do Grupo	104 105	18 759	—	— 39 702	83 162
	<u>315 392</u>	<u>27 067</u>	<u>—</u>	<u>— 12 921</u>	<u>329 538</u>

Em 2003 foram abatidos elementos do activo imobilizado incorpóreo no montante de 339 milhares de euros, que se encontravam totalmente amortizados.

Os aumentos de partes de capital em empresas do grupo referem-se:

Aquisição de 100% da sociedade Amorim Florestal, Indústria, Comércio e Exportação, S. A.	a) 808
Prestações acessórias	7 500
	<u>8 308</u>

As transferências e abates em partes de capital em empresas do grupo resumem-se como segue:

Ajustamentos resultantes da adopção do método da equivalência patrimonial	10 348
Conversão suprimentos em prestações acessórias	23 333
Reembolsos de suprimentos	— 6 900
	<u>26 781</u>

a) Inclui 748 milhares de euros de prestações acessórias.

Amortizações e provisões:

Rubrica	Saldo inicial	Reforço	Regulizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	342	2	— 337	7
Propriedade industrial e outros direitos	2	—	— 2	—
	<u>344</u>	<u>2</u>	<u>— 339</u>	<u>7</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento administrativo	3	3	—	6

11 — Custos financeiros capitalizados:

Não aplicável.

22 — Critérios de reavaliação do imobilizado:

Não aplicável.

13 — Efeito das reavaliações no imobilizado:

Não aplicável.

14 — Outras informações relativas ao activo imobilizado:

Não existem imobilizações em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia ou localizadas no estrangeiro.

15 — Valor contabilístico dos bens utilizados ou adquiridos em locação financeira:

Nada a referir.

16 — Informação relativa a empresas do Grupo e empresas associadas:

Empresas	Sede	Porcentagem do capital social	Últimas contas		
			Capitais próprios	Resultado	Exercício
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Santa Maria de Lamas/ /Santa Maria da Feira	100,00	212 352	7 598	2003
Amorim Florestal, Ind., Com. e Exploração, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	100,00	4 214	226	2003
Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	100,00	17 920	267	2003
Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça de Borracha II, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	100,00	2 893	— 4	2003
Amorim Isolamentos, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	80,00	— 2 677	— 752	2003
Amorim Revestimentos, S. A.	São Paio de Oleiros/ /Santa Maria da Feira	100,00	26 844	2 423	2003
Corticeira Amorim — Indústria, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	100,00	19 209	— 958	2003
General Inv. & Participations Ginpar, S. A.	Marrocos	99,76	57	—	2003
Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A.	Mozelos/Santa Maria da Feira	100,00	353	17	2003
Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	Funchal/Madeira	99,92	17 721	— 306	2003

A empresa é consolidada na firma Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., com sede na Rua de Meladas, 380, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira.

17 — Títulos negociáveis:

Nada a referir.

18 — Investimentos financeiros em fundos de tesouraria:

Nada a referir.

19 — Valores de mercado dos elementos do activo circulante:

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante.

20 — Outras informações relativas ao activo circulante:

Não aplicável.

21 — Provisões extraordinárias relativas ao activo circulante:

Não aplicável.

22 — Valor das existências fora da empresa:

Não aplicável.

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Nada a referir.

24 — Adiantamentos e empréstimos aos membros dos corpos sociais:

Não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos aos órgãos sociais.

25 — Saldos com o pessoal:

Os saldos a pagar ao pessoal ascendem a 156 milhares de euros relativamente a férias e subsídios de férias que se vencem para pagamento em 2004.

26 — Dívidas tituladas:

Não existem dívidas tituladas para além das que se encontram evidenciadas no balanço.

27 — Obrigações convertíveis, títulos de participação e outros títulos ou direitos similares:

1 — Papel comercial:

A empresa tem em vigor um programa de emissões de papel comercial no montante 31 250 000 euros.

As emissões de papel comercial poderão ser realizadas por colocação directa ou em leilão, sendo os respectivos reembolsos totalmente garantidos por um sindicato de instituições financeiras do qual é *leader* o Banco Espírito Santo de Investimento, S. A.

Em 31 de Dezembro de 2003, o programa estava utilizado em 22 000 euros. A duração média ponderada das emissões efectuadas no ano de 2003 foi de 85 dias (em 2002: 62 dias).

2 — Obrigações:

Em Abril de 1999, foram emitidas 8 770 000 obrigações não convertíveis, com o valor nominal de 5 euros cada, por subscrição particular e com uma maturidade máxima de cinco anos. Os juros contam-se e vencem-se semestral e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 30 de Abril e 30 de Outubro de cada ano.

O reembolso das obrigações emitidas em 1999, será efectuada ao par, no final do prazo da emissão, ou seja, a 30 de Abril de 2004.

28 — Dívidas em mora ao Estado:

Não existem dívidas em situação de mora ao Estado ou a outros entes públicos.

29 — Passivo vencível a mais de cinco anos:

Não existem dívidas vencíveis a mais de cinco anos.

30 — Garantias reais prestadas:

V. nota n.º 32.

31 — Compromissos financeiros que não figuram no balanço:

Existem contratos de *swap* de taxa de juro no montante nominal de 25 000 000 de euros, com maturidade em 2004, resultando da respectiva especialização responsabilidades não expressas no balanço no valor de 34 000 euros.

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas:

À data de 31 de Dezembro de 2003, encontram-se prestadas as seguintes garantias:

Beneficiário	Entidade	Natureza	Valor
2.ª Repartição do Serviço de Finanças da Feira	—	Fiança	4 867
Tribunal do Trabalho	BCP	Garantia bancária	84
	BPI	Garantia bancária	1 157
Empresas interligadas	BBVA	Aval	2 494
	Banco Simeon	Carta de conforto	5 000
	ABN AMRO	Carta de conforto	33 978
	BBVA	Carta de conforto	120
	BCP	Carta de conforto	47 491
	BES	Carta de conforto	2 688
	BLI	Carta de conforto	357
	BPA	Carta de conforto	4 749
	BPI	Carta de conforto	1 995
	BTA	Carta de conforto	224
	CGD	Carta de conforto	22 789
	Cari Plump	Carta de conforto	256
	Citibank	Carta de conforto	34 959
	Credit Anstalt	Carta de conforto	908
	Fortis Bank	Carta de conforto	6 350
	La Caixa	Carta de conforto	301
	Unibank	Carta de conforto	403
	Credit Anstalt	Garantia bancária	436
	B.L. Aquitene	Garantia bancária	1 525
	BTA	Garantia bancária	302
	BPI	Opção	7 200

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.;
 Amorim Florestal, Indústria, Comércio e Exploração, S. A.;
 Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.;
 Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha II, S. A.;
 Amorim Revestimentos, S. A.;
 Corticeira Amorim — Indústria, S. A.;
 Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, L.^{da}

As garantias reais prestadas, consubstanciam-se em 40 000 acções da Corticeira Amorim — Indústria, S. A., depositadas, a título de caução em processo litigioso.

33 — Diferenças entre a importância das dívidas a pagar e as quantias arrecadadas:

Não aplicável.

34 — Movimentos das provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29 — Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	499	—	—	499

35 — Movimentos no capital social:

Durante o ano de 2003, não se verificaram movimentos no capital social.

36 — Decomposição do capital social:

O capital social está representado por 133 000 000 de acções ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1 euro.

37 — Pessoas colectivas com participação superior a 20% no capital da empresa:

Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — 67,791%.

38 — Subscrições de capital realizadas no exercício:

Durante o ano de 2003 não foram efectuadas subscrições de capital.

39 — Reservas de reavaliação:

Não se verificaram movimentos nas contas de reservas de reavaliação.

40 — Movimentos nos capitais próprios:

Rubricas	Saldo inicial	Movimentos	Saldo final
Capital social	133 000	—	133 000
Acções próprias — valor nominal	— 1 345	— 1 105	— 2 450
Acções próprias — descontos e prémios	198	303	501
Prémios de emissão de acções	38 893	—	38 893

Rubricas	Saldo inicial	Movimentos	Saldo final
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	— 47 162	— 530	— 47 692
Reservas de reavaliação	4 052	—	4 052
Reservas legais	6 462	76	6 538
Reservas especiais	12	—	12
Reservas resultantes da venda de acções próprias	—	17	17
Reservas livres	67 494	—	67 494
Resultados transitados	— 13 623	1 028	— 12 595
Resultado líquido do exercício:			
Exercício de 2002	1 506	— 1 506	—
Exercício de 2003	—	8 118	8 118
	189 487	6 401	195 888

Os movimentos nos capitais próprios, no montante de 6401 milhares de euros, resumiram-se como segue:

Aquisição de 1 915 702 acções próprias	— 1 492
Venda de 810 490 acções próprias	690
Ganho líquido na venda de acções próprias	17
Variações directas nos capitais próprios das filiais e associadas	— 932
Resultado líquido do exercício	8 118
<i>Total</i>	<u>6 401</u>

Por deliberação da assembleia geral de 28 de Março de 2003, o resultado líquido positivo do exercício de 2002, no montante de 1506 milhares de euros, teve a seguinte aplicação:

Reserva legal	76
Lucros não atribuídos	402
Resultados transitados	1 028
<i>Total</i>	<u>1 506</u>

41 — Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável.

42 — Variação da produção:

Não aplicável.

43 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais, durante o exercício de 2001, foram as seguintes:

Conselho de administração — 753 (456, em 2002);
Revisor oficial de contas — 55 (54, em 2002).

44 — Distribuição das vendas por mercados e segmentos de actividade:

Não aplicável.

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2003	2002
68.1 — Juros suportadas	6 147	7 759
68.5 — Diferenças de cambio desfavoráveis	—	6
68.7 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	1
68.8 — Outros custos e perdas financeiros	234	153
Resultados financeiros	9 451	237
	<u>15 832</u>	<u>8 156</u>

PROVEITOS E GANHOS

	2003	2002
78.1 — Juros obtidos	4 534	7 753
78.2 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	11 280	402
78.5 — Diferenças de câmbio favoráveis	18	1
	<u>15 832</u>	<u>8 156</u>

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2003	2002
691 — Donativos	—	1
694 — Perdas em imobilizações	—	43
695 — Multas e penalidades	2	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	2	—
698 — Outros custos e perdas extraordinários	—	54
Resultados extraordinários	<u>— 4</u>	<u>59</u>
	<u>—</u>	<u>157</u>

PROVEITOS E GANHOS

	2003	2002
794 — Ganhos em imobilizações	—	105
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	—	52
	<u>—</u>	<u>157</u>

47 — Outras informações requeridas por diplomas legais:

Informação relativa ao n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro.

i) Relação dos créditos concedidos durante o exercício de 2003 e respectivas posições devedoras à data de 31 de Dezembro de 2003:

Participada	Valor	Data	Posição devedora a 31 de Dezembro de 2003
Amorim Florestal — Comércio e Exploração, S. A.	7 400	31-1-2003	—
	2 000	5-5-2003	6 900
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	300	27-1-2003	—
	7 009	28-5-2003	—
	23 000	11-6-2003	—
	500	16-6-2003	—

Participada	Valor	Data	Posição devedora a 31 de Dezembro de 2003
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	3 000	2-7-2003	—
	500	10-7-2003	—
	4 600	29-7-2003	—
	6 000	11-9-2003	—
	400	27-10-2003	46 000
Amorim Ind. Solutions — Indústria de Cort. e Bor. II, S. A.	—	—	2 500
Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.	450	8-1-2003	—
Amorim Isolamentos, S. A.	—	—	7 603
Amorim Revestimentos, S. A.	—	—	39 000
Compagnie Marocaine de Transf. de Liégé, Comatral, S. A.	1 900	16-6-2003	2 900
Corticeira Amorim — Ind., S. A.	—	—	3 859
Moraga — Com. e Serviços, L. ^{da}	—	—	7 400

ii) Relação dos créditos obtidos durante o exercício de 2003 e respectivas posições credoras à data de 31 de Dezembro de 2003:

Participada	Valor	Data	Posição credora a 31 de Dezembro de 2003
Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, L. ^{da}	50	3-6-2003	—
	50	29-12-2003	100

48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Para elaboração da demonstração dos resultados por funções procedeu-se às seguintes reclassificações:

	Demonstração dos resultados por natureza	Reclassificações	Demonstração dos resultados por funções
Resultados operacionais	— 1 833	16	— 1 817
Resultados correntes	7 618	— 4	7 614

b) Em empresas do Grupo, no activo, estão apresentados 5515 milhares de euros relativos às estimativas de imposto sobre o rendimento registadas nas subsidiárias abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS). Igualmente em empresas do Grupo, no passivo, estão registados 7045 milhares de euros referentes a impostos diferidos activos constatados inicialmente, nas filiais, em resultado de prejuízos fiscais nelas verificados e transferidos, em 2003, para a empresa-mãe.

Este procedimento decorreu da alteração da política de contabilização dos impostos diferidos activos resultantes de reportes fiscais, mantendo-se o seu registo a fazer-se nas filiais, mas passando a sua reversão a efectuar-se nas contas da empresa mãe.

27 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira individual

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidência um total de 375 990 milhares de euros e um total de capital próprio de 195 888 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 8118 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, por natu-

rezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa (i) a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

11 de Março de 2004. — Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração de Corticeira Amorim — SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas com reservas por limitação de âmbito, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscaliza-

ção endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos:

- i) Que o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) Que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) Que o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) Que a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente formulada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração, e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

11 de Março de 2004. — Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 27 da assembleia geral

Aos 29 dias do mês de Março de 2004, pelas 12 horas, na sede social, na Rua de Meladas, 380, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira, reuniu a assembleia geral da sociedade comercial anónima denominada Corticeira Amorim — SGPS, S. A., sociedade aberta, pessoa colectiva n.º 500077797, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, sob o n.º 554, com o capital social de 133 000 000 de euros, conforme convocatória publicada no *Diário da República*, III série, n.º 38, pags. 3582 e 3583, de 14 de Fevereiro de 2004, nos jornais *Público* e *Terras da Feira*, de 19 de Fevereiro de 2004, e no *Boletim de Cotações*, de 9 de Fevereiro de 2004, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003;
- 2.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2003;
- 3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 4.º Deliberar para os fins do preceituado no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais;
- 5.º Deliberar sobre a substituição do fiscal único suplente e de um membro da comissão de remunerações;
- 6.º Deliberar sobre a aquisição de acções próprias;
- 7.º Deliberar sobre a alienação de acções próprias.

Constituíram a mesa o respectivo presidente, Dr. Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa, bem como o secretário, Dr. Pedro Jorge Ferreira de Magalhães.

O presidente da mesa verificou, pela lista de presenças elaborada nos termos do disposto no artigo 382.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais, estarem presentes e representados seis accionistas, detentores de 94 715 717 acções, com o valor nominal de um euro cada, representativas de 71,21% do capital social, conferindo direito a 94 713 votos.

Encontravam-se presentes os administradores Dr. António Rios de Amorim, José Américo Amorim Coelho, Rui Miguel Duarte Alegre, Dr. José Fernando Maia de Araújo e Silva e Dr. Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, bem como o fiscal único.

O presidente da mesa declarou aberta a reunião.

Na sequência, o presidente da mesa leu em voz alta a ordem de trabalhos constante da convocatória, imediatamente submetendo à discussão, no âmbito do ponto 1.º da ordem de trabalhos, o relatório de gestão e as contas do exercício social de 2003.

O presidente do conselho de administração, Dr. António Rios de Amorim, produziu algumas considerações sobre o relatório e as contas do exercício, demonstrativos da evolução positiva dos negócios e da situação da sociedade no ano de 2003, destacando os aspectos mais relevantes desses documentos relativos ao exercício a que se reportam, findo o que se disponibilizou para prestar quaisquer esclarecimentos.

Como não houvesse quem pretendesse usar, mais, da palavra ou formular qualquer outra a proposta, o presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2003, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício social de 2003.

Depois de verificar que não havia quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa pôs à votação o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2003, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo sido, pelo conselho de administração, apresentada a seguinte proposta:

Tendo em conta que o resultado líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício de 2003, é positivo no valor de 8 118 299,73 euros, propõe que os accionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de 8 118 299,73 euros, tenha a seguinte aplicação (em euros):

Para lucros não atribuídos	11 280 000,00
Para resultados transitados	3 161 700,27

Não havendo quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, passou-se ao ponto 4.º, no âmbito do qual, pela accionista Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando:

- a) A actuação criteriosa e ordenada, do conselho de administração, no interesse da sociedade;
- b) A forma como o relatório está elaborado, esclarecendo os aspectos mais relevantes da sociedade;
- c) A acção desenvolvida pelo fiscal único, no decurso do exercício,

propõe, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, que os accionistas expressem um voto de confiança àqueles órgãos e a cada um dos seus membros.

No seguimento da apresentação da proposta anteriormente referida, e não havendo quem pretendesse intervir, o presidente da mesa, após ter declarado que a mesa da assembleia geral também se associava àquele voto de confiança, declarou submeter a citada proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 5.º da ordem de trabalhos, no âmbito do qual, pela accionista Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando:

- a) A renúncia ao cargo do fiscal único suplente, Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Pereira Alves, revisor oficial de contas, por carta datada de 23 de Janeiro de 2004;
- b) A renúncia ao cargo da vogal da comissão de remunerações, Dr.^a Luísa Alexandra Ramos Amorim, por carta datada de 28 de Março de 2003,

propõe que, em sua substituição, até ao fim do mandato em curso, sejam eleitos:

- a) Para fiscal único suplente, PriceWaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, com sede na Avenida da Liberdade, 245, 8.º-A, 1269-034 Lisboa, pessoa colectiva n.º 506628752, com a inscrição n.º 183, representada por José Pereira Alves, casado, residente na Rua Alfredo Keil, 257-A, 3.º esquerdo, 4150-049 Porto, revisor oficial de contas n.º 711, ou por António Joaquim Brochado Correia, casado, residente na Rua Arq. Cassiano Barbosa, 569, 2.º, direito, trás, 4100-009 Porto, revisor oficial de contas n.º 1076;
- b) Para vogal da comissão de remunerações, o Eng. José Manuel de Jesus Araújo Faria, casado, residente na Rua São João Bosco, 382, rés-do-chão, direito, Porto.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à

votação da proposta anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 6.º da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

O conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., propõe que a assembleia geral delibere a aquisição pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

- a) Número máximo de acções a adquirir; até ao limite correspondente a 10% do capital social;
- b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efectuada: 18 meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de aquisição: aquisição na bolsa ou fora da bolsa;
- d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição das acções deverá conter-se entre o valor mínimo de 0,50 euros e máximo de 5 euros.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

Por último, o presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 7.º da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

O conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., propõe que a assembleia geral delibere a alienação pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

- a) Número de acções a alienar: até ao limite correspondente a 10% do capital social;
- b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efectuada: 18 meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de alienação: alienação na bolsa ou fora da bolsa;
- d) Contrapartida das alienações: o preço mínimo de alienação será de 0,75 euros por acção.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa expressou aos accionistas o seu agradecimento pela participação e colaboração de todos, declarando, pelas 12 horas e 45 minutos, encerrada a reunião.

E para constar lavrou-se a presente acta que, depois de lida pelos membros da mesa, foi considerada conforme e aprovada, em razão do que, para que faça prova, vai por eles ser assinada.

A Mesa da Assembleia Geral: *Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa*, presidente — *Pedro Jorge Ferreira de Magalhães*, secretário.
2003847430

CREDIPLUS — COMPANHIA PORTUGUESA DE CARTÕES DE CRÉDITO PARA A DISTRIBUIÇÃO, S. A.

Relatório n.º 13-J/2007

Sede social: Avenida José Gomes Ferreira, 9, sala 1, 1495-139 Algés (Oeiras).
Capital social: 3 250 000 euros.
Pessoa colectiva n.º 503207250.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras), sob o n.º 10 975.

Isabel Maria Brito da Costa Ferreira Grama, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Cascais:

Certifico, que foram depositados os documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2003, em relação à sociedade em epígrafe.

Está conforme o original.

7 de Abril de 2005. — A Ajudante Principal, *Isabel Maria Brito da Costa Ferreira Grama*.

Relatório e contas de 2003

Órgãos sociais e direcção

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Jacques Guillaume.

1.º secretário: Jorge Manuel Gomes Fernandes do Carmo.

2.º secretário: Dominique Perego.

Conselho de administração:

Presidente: Damien Guermompmez.

Vogais:

Ulisses Carneiro.

Jean Darrieu.

Jérôme Viennot-Bourgin.

Franck Duprez.

Hervé Ketelers.

Eduardo Igrejas.

Fiscal único:

Efectivo: Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Henriques Assis.

Suplente: Belarmino Gonçalves Martins.

Direcção

Em 31 de Dezembro de 2003 a estrutura da Crediplus é a seguinte:

Director geral:

Filipe Ferreira.

Direcção Comercial:

Carlos Azevedo.

Direcção de Controlo Financeiro:

Julien Cailleau.

Direcção de Operações/Serviço de Clientes:

Rosa Andrade.

Direcção de Contencioso:

Leonor Santos.

Direcção de Controlo de Crédito:

Nuno Mateus.

Por outro lado o Credifin — Banco de Crédito ao Consumo, S. A., assume os demais serviços dentro dos seguintes domínios:

Sistemas de Informação;

Administrativo e Financeiro;

Secretariado Geral;

Recursos Humanos;

Risco.

Auditores

Auditor independente: PricewaterhouseCoopers, Auditores e Consultores, L.ª

Introdução

Mensagem do presidente

Mais uma vez este ano, a Crediplus desenvolveu e consolidou a sua actividade:

Alargamos o nosso leque de parceiros, com a assinatura de dois grandes acordos que são a Decathlon e o Leroy Merlin, claramente acima dos nossos objectivos;

Lançamos o nosso *site internet* e reforçamos a nossa política multi-canal;

Enriquecemos os serviços associados aos nossos cartões, com a assinatura de contratos com a AFFINIS e CPP.

Como director geral do Banque Accord, estou particularmente orgulhoso do modelo de desenvolvimento que a Crediplus representa para os nossos parceiros em Portugal, e que serve de exemplo para as outras filiais nos outros países da Europa.

Esta expansão em termos de parceiros, de canais de distribuição e de produtos não nos impediu de continuar a dar atenção à boa gestão da empresa:

Reforçamos a nossa parceria com o Jumbo/Pão de Açúcar acompanhando-os na sua expansão (abertura do hipermercado de Gondomar em Setembro de 2003);

Alargamos a nossa rede de clientes graças à abertura de duas novas lojas Norauto no Montijo e em Gondomar;

Finalmente, estivemos particularmente vigilantes relativamente ao risco, reforçando a nossa proximidade relativamente aos clientes.

Todos estes compromissos e a posta em prática de uma política financeira estrita, permitiram-nos:

Recrutar, em 2003, mais de 58 000 clientes, ultrapassando o nosso recorde histórico de 2002;

Melhorar o nosso coeficiente de exploração, comunicando melhor com os nossos clientes;

Manter a progressão do custo do risco, tendo em conta as regras do Banco de Portugal;

Progridir a nossa produção de crédito de 25%.

Tudo o atrás dito, contribuiu para uma progressão do resultado líquido de 2 891 686 euros em 2002, para 3 701 686 euros em 2003, ou seja uma progressão de 28%.

Em 2004, queremos enriquecer a nossa actividade:

Assinando novas parcerias para propor uma rede de aceitação, desde já baptizada de *ELO*, cada vez mais ajustada aos nossos clientes;

Diversificar os canais de distribuição;

Oferecer os melhores produtos aos melhores preços.

As mulheres e os homens que compõem a Crediplus, continuarão em 2004, a disponibilizar todos os seus recursos disponíveis para acompanhar duradouramente os seus clientes e parceiros em cada um dos seus projectos, pelo que os felicito e encorajo.

Quero saudar igualmente o nosso co-accionista e parceiro encarregue do *back-office*, Cofinoga, pela sua participação indispensável à gestão do nosso produto.

O Presidente, *Damien Guermompmez*.

Relatório do conselho de administração

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o conselho de administração apresentar o relatório de gestão da actividade da Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

1 — Actividade comercial

Num ambiente económico tenso e com uma recessão efectiva em 2003 (— 0,8% de evolução do PIB e 0,4% em 2002), a Crediplus conseguiu preservar a tendência de crescimento dos dois últimos anos, aumentando a sua produção de 26% relativamente a 2002, graças ao acompanhamento dos parceiros históricos que são os Grupos Jumbo/Pão de Açúcar e Norauto, e o desenvolvimento de novas parcerias com a Decathlon e Leroy Merlin.

Graças às sinergias exploradas com estes parceiros, conseguimos aumentar a fidelização de novos clientes relativamente a 2002 e consequência o nosso ficheiro de clientes.

2 — Análise financeira

Graças a uma elevada actividade comercial, à manutenção do *mix* de compras com recurso a crédito, a uma baixa das taxas de juro a aplicar ao crédito concedido aos nossos clientes e a uma melhoria significativa das condições de refinanciamento, a margem financeira líquida progrediu 22% relativamente a 2002.

Os custos gerais devido ao reforço da estrutura, dos elevados investimentos informáticos, bem como o aumento das taxas do IVA aumentaram 18% relativamente a 2002, melhorando sensivelmente o coeficiente de exploração.

As provisões líquidas aumentaram 52% devido, por um lado à alteração das regras de provisionamento do Banco de Portugal e, por outro lado ao aumento do crédito concedido. O valor das provisões líquidas constituídas no exercício ascendeu a 1913 milhares de euros, em aplicação das normas estabelecidas pelo aviso do Banco de Portugal n.º 8/2003, de 8 de Fevereiro, reflectem, de uma forma suficientemente conservadora, os riscos de realização da carteira de crédito da sociedade à data do balanço.

Tudo o que foi dito neste ponto concorre para a progressão do resultado líquido de 28% relativamente a 2002.

3 — Perspectivas futuras

Desejamos que o ano de 2004 seja para a nossa actividade um ano de:

Assinatura de novas parcerias de maneira a propor aos nossos clientes uma rede de lojas cada vez maior;

Diversificação dos canais de distribuição;

Desenvolvimento do leque de produtos oferecidos.

4 — Proposta de aplicação de resultados

De acordo com o artigo 20.º dos estatutos da sociedade e da legislação aplicável, nomeadamente no n.º 1 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92 de 31 de Dezembro, propomos:

Que o resultado líquido do exercício de 2003 após constituição da respectiva provisão para impostos sobre lucros no valor de 1 925 307 euros, no montante de 3 701 686 euros seja aplicado como se segue:

1 — Nos termos da legislação aplicável o montante de 370 169 euros para reforço da reserva legal;

2 — Distribuição de dividendos de 2 275 000 euros;

3 — O restante no montante de 1 056 517 euros para reforço de outras reservas.

28 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Damien Guermompmez*, presidente — *Uisses Carneiro*, vogal — *Jean Darrieu*, vogal — *Jérome Viennot-Bourgin*, vogal — *Franck Duprez*, vogal — *Hervé Ketelers*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Accionistas:

Accionista	Porcentagem
Banque Accord	51
Cofinoga Portugal — SGPS, S. A.	49

O Conselho de Administração: *Damien Guermompmez*, presidente — *Uisses Carneiro*, vogal — *Jean Darrieu*, vogal — *Jérome Viennot-Bourgin*, vogal — *Franck Duprez*, vogal — *Hervé Ketelers*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 2003

	ACTIVO			(Em euros)
	2003		2002	
	Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	499	—	499	499
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	941 310	—	941 310	1 541 026
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
4 — Créditos sobre clientes	94 551 816	10 077 604	84 474 212	73 270 547
7 — Participações	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	195 877	157 706	38 171	27 778
10 — Imobilizações corpóreas	287 028	193 085	93 943	68 128
(Das quais: imóveis de serviço próprio)	—	—	—	—
13 — Outros activos	760 778	—	760 778	384 865
15 — Contas de regularização	5 557 047	—	5 557 047	3 614 096
<i>Total do activo</i>	102 294 355	10 428 395	91 865 960	78 906 939

	PASSIVO	
	2003	2002
1 — Débitos para com instituições de crédito	—	—
a) A prazo	74 816 883	64 222 473
2 — Débitos para com clientes	—	—
b) Outros débitos	—	—
3 — Débitos representados por títulos	—	—
a) Obrigações em circulação	—	—
4 — Outros passivos	2 138 769	2 318 364
5 — Contas de regularização	2 260 214	1 734 040
6 — Provisões para riscos e encargos	—	—
b) Outras provisões	1 254 958	1 086 113
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrito	3 250 000	3 250 000
11 — Reservas	4 443 450	3 404 263
14 — Lucro do exercício	3 701 686	2 891 686
<i>Total do passivo e capital próprio</i>	91 865 960	78 906 939

Rubricas extrapatrimoniais

	2003	2002
2 — Compromissos:		
Compromissos revogáveis	238 081 842	213 954 286
3 — Outras contas extrapatrimoniais:		
Juros vencidos	6 461 985	6 752 347
Swaps de taxa de juro	—	—
Caps de taxa de juro	61 000 000	49 500 000

O Conselho de Administração: *Damien Guermompmez*, presidente — *Uisses Carneiro*, vogal — *Jean Darrieu*, vogal — *Jérôme Viennot-Bourgin*, vogal — *Franck Duprez*, vogal — *Hervé Ketelers*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

	CUSTOS	
	2003	2002
1 — Juros e custos equiparados	1 793 892	1 945 203
2 — Comissões	709 651	559 266

(Em euros)

	2003	2002
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
4 — Gastos gerais administrativos	7 993 902	7 021 700
a) Custos com o pessoal	1 704 801	1 479 753
Dos quais:		
(Salários e vencimentos)	(1 416 637)	(1 249 043)
(Encargos sociais)	(273 426)	(216 878)
b) Outros gastos administrativos	6 289 101	5 541 947
5 — Amortizações e reintegrações do exercício	42 512	53 210
6 — Outros custos de exploração	996	23 845
7 — Provisões para crédito vencido e outros riscos	2 917 562	2 421 475
10 — Resultado da actividade corrente	(5 955 090)	(4 638 101)
11 — Perdas extraordinárias	380 918	307 395
13 — Impostos sobre os lucros	1 925 307	1 498 787
14 — Outros impostos	584	14 048
15 — Lucro do exercício	3 701 686	2 891 686
<i>Total</i>	19 467 010	16 736 615

PROVEITOS

	2003	2002
1 — Juros e proveitos equiparados	10 996 128	9 866 853
3 — Comissões	7 074 990	5 367 046
4 — Lucros em operações financeiras	—	—
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valores relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	625 796	944 571
7 — Outros proveitos do exercício	717 275	498 378
9 — Ganhos extraordinários	52 821	59 767
<i>Total</i>	19 467 010	16 736 615

O Conselho de Administração: *Damien Guermompres*, presidente — *Uisses Carneiro*, vogal — *Jean Darrieu*, vogal — *Jérôme Viennot-Bourgin*, vogal — *Franck Duprez*, vogal — *Hervé Ketelers*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

(Valores expressos em milhares de euros)

Introdução:

A Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A. (adiante designada por Sociedade), é uma sociedade cuja actividade está regulada pelo Decreto-Lei n.º 206/95, de 14 de Agosto, tendo sido constituída em 2 de Maio de 1994.

A sociedade tem a sua sede social em Oeiras.

A actividade da sociedade consiste na emissão e gestão de cartões de crédito e de outros cartões de pagamento, incluindo a prestação de serviços conexos. Esta actividade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário. Os números omissos referem-se a notas não aplicáveis ou não relevantes para a apresentação das demonstrações financeiras.

1 — Valores comparativos:

Excepto quanto aos efeitos decorrentes da publicação do aviso n.º 3/2008 do Banco de Portugal, de 8 de Fevereiro, para a constituição provisões para crédito e juros vencidos, para créditos de cobrança duvidosa e para riscos gerais de crédito (v. nota n.º 3, alínea d) e nota n.º 25), os valores constantes do balanço e da demonstração dos resultados relativos ao encerramento dos exercícios de 2003 e 2002, são comparáveis, tendo sido elaborados de acordo com Planos de Contas idênticos.

3 — Bases de apresentação, princípios e políticas contabilísticas:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos da sociedade e foram processadas de acordo com o

Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), estabelecido pelo Banco de Portugal (BP), no âmbito das competências que lhe foram atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo os princípios fundamentais da continuidade, da consistência, da especialização, da prudência, da substância sobre a forma e da materialidade, tendo por objectivo a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira e dos resultados da sociedade.

Principais princípios e políticas contabilísticas:

As principais práticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade são os seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados. Porém, de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, quando uma operação activa se encontra vencida há mais de 90 dias, a sociedade suspende o reconhecimento dos respectivos juros, os quais passam a ser registados como proveitos apenas no momento em que são efectivamente cobrados, anulando-se igualmente todos os juros anteriormente reconhecidos e não pagos.

b) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações corpóreas são contabilisticamente relevadas tendo por base o seu custo histórico de aquisição.

As reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas pelo método das quotas constantes, calculado de acordo com as normas aplicáveis (taxas máximas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 2 de Janeiro), as quais têm implícitas vidas úteis que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens objecto de reintegração.

As taxas actualmente aplicadas para o imobilizado corpóreo da sociedade têm implícitos os períodos de vida útil seguidamente indicados:

	Anos de vida útil
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamentos	3 a 10

c) Imobilizações incorpóreas. — As imobilizações incorpóreas da sociedade, de acordo com a normas do Banco de Portugal, são diferidas e amortizadas linearmente durante um período de três anos, a partir do exercício em que são incorridas. Compreendem, fundamentalmente, despesas de estabelecimento, custos plurianuais e custos com sistemas informáticos de tratamento de dados (v. nota n.º 11).

d) Provisões para crédito e juros vencidos. — As provisões para riscos de crédito foram apuradas nos termos do aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos avisos n.º 2/99, de 26 de Janeiro, n.º 3/99 de 30 de Março, n.º 7/2000, de 6 de Novembro, n.º 4/2002, de 25 de Junho, n.º 8/2003, de 8 de Fevereiro e n.º 9/2003, de 21 de Março, e incluem:

(i) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos apresentada no activo como uma dedução à rubrica de créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classes de risco e da existência ou não de garantias, devendo o seu montante ser crescente em função do tempo decorrido, desde a entrada em incumprimento;

(ii) Uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa, apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes, correspondendo a uma percentagem igual à taxa de cobertura utilizada para provisões para crédito vencido, aplicada às prestações vincendas do crédito concedido a um mesmo cliente em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedam 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

(iii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras pro-

visões, correspondente a 1,5% do total de crédito não vencido concedido pela sociedade.

O valor das provisões para riscos de crédito apurado conforme acima se discrimina e que em 31 de Dezembro de 2003 ascende a 11 309 milhares de euros, é considerado suficiente para fazer face à cobertura dos riscos de crédito identificados em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de base comercial.

e) Operações de permuta de taxa de juro. — As operações de permuta de taxa de juro permanecem registadas nas rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional até ao seu vencimento, sendo classificadas de acordo com a sua intenção de negociação ou cobertura.

As operações de negociação são registadas pelo seu valor de mercado, sendo os respectivos resultados reconhecidos como custos ou proveitos do exercício.

As operações destinadas à gestão do risco inerente aos activos, passivos, elementos extrapatrimoniais ou fluxos financeiros (operações de cobertura) são registadas com base no critério do custo histórico, que consiste no registo dos fluxos de juros corridos, de acordo com princípio dos acréscimos (resultados reconhecidos de acordo com o critério aplicável aos elementos cobertos).

A cobertura de risco de taxa do passivo de financiamento da sociedade encontra-se garantido a 81% sendo o prazo médio de garantia em 31 de Dezembro de 2003 de 0,64 anos.

f) Provisões para impostos sobre os lucros. — A sociedade está sujeita ao regime geral consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. As declarações fiscais da empresa relativa aos exercícios de 2000 a 2003 encontram-se ainda pendente de revisão pelas autoridades fiscais. A administração da empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

	Valor bruto em 31 de Dezembro de 2002	Aquisições	Alienações/ abates	Saldo bruto em 31 de Dezembro de 2003	Amortizações acumuladas em 31 de Dezembro de 2002	Amortizações do exercício	Amortizações/ abates	Amortizações acumuladas em 31 de Dezembro de 2003	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2003
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de estabelecimento	19	—	—	19	(19)	—	—	(19)	—
Custos plurienais	77	—	—	77	(77)	—	—	(77)	—
Despesas de investigação	30	—	—	30	(30)	—	—	(30)	—
Sistema de tratamento de dados	45	25	—	70	(17)	(15)	—	(32)	38
	<u>171</u>	<u>25</u>	<u>—</u>	<u>196</u>	<u>(143)</u>	<u>(15)</u>	<u>—</u>	<u>(158)</u>	<u>38</u>
Imobilizações corpóreas:									
Obras em imóveis	12	24	—	36	(2)	(2)	—	(4)	32
Equipamento	222	29	—	251	(164)	(25)	—	(189)	62
	<u>234</u>	<u>53</u>	<u>—</u>	<u>287</u>	<u>(166)</u>	<u>(27)</u>	<u>—</u>	<u>(193)</u>	<u>94</u>

14 — Créditos sobre clientes:

Os créditos sobre clientes e respectivas provisões decompõem-se como segue:

	2003	2002
Crédito interno	83 596	72 056
Crédito e juros vencidos	10 956	9 170
	<u>94 552</u>	<u>81 226</u>
Provisão para crédito vencido	(10 078)	(7 955)
	<u>84 474</u>	<u>73 271</u>

Os créditos sobre clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2003	2002
Até três meses	47 195	39 604
De três meses a um ano	25 356	21 823
De um ano a cinco anos	22 001	19 799
	<u>94 552</u>	<u>81 226</u>

18 — Débito para com instituições de crédito:

Os débitos para com instituições de crédito têm a seguinte decomposição:

	2003	2002
Empréstimos em conta corrente:		
Em instituições de crédito nacionais	30 963	31 270
Em instituições de crédito estrangeiro	37 000	27 000
Descobertos em depósitos à ordem	6 854	5 953
	<u>74 817</u>	<u>64 223</u>

O refinanciamento da empresa é efectuado junto do mercado nacional e internacional.

Os débitos para com instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2003	2002
Até três meses	74 817	64 223

23 — Montante dos compromissos assumidos:

Em 31 de Dezembro de 2003, a sociedade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas cujos beneficiários são o Fundo VIP, senhorio das instalações ocupadas pela Crediplus como arrendatária, no montante de 245 milhares de euros e ao BPI como garantia de uma linha de crédito de refinanciamento, no montante de 4988 milhares de euros. As garantias dos arrendamentos foram prestadas pelo Banco Português de Investimento, e terão a duração dos contratos de arrendamento, sendo renovadas anualmente. A garantia sobre a linha de crédito foi prestada pelo Societé Générale e terá a duração de um ano, sendo renovada anualmente.

25 — Movimentos em provisões:

O movimento ocorrido nas contas de provisões da sociedade durante o exercício de 2003 descreve-se como segue:

	2002	Reforços	Reposições/ anulações	2003
Provisões apresentadas no activo:				
Provisões para crédito vencido e cobrança duvidosa	7 955	2 628	(505)	10 078
Provisões apresentadas no passivo:				
Provisões para riscos gerais de crédito	1 062	290	(121)	1 231
Provisões para outros riscos e encargos	10	—	—	10
Provisões para riscos bancários gerais	14	—	—	14
	<u>1 086</u>	<u>290</u>	<u>(121)</u>	<u>1 255</u>
<i>Total</i>	<u>9 041</u>	<u>2 918</u>	<u>(626)</u>	<u>11 333</u>

O valor das provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito existentes na sociedade em 31 de Dezembro de 2003 respeitam as exigências prudenciais mínimas estabelecidas nas normas do Banco de Portugal, fixadas pelo aviso n.º 8/2003, de 15 de Janeiro:

Classe de risco	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a 12 meses	De um ano a três anos	Mais de três anos	Total
	I	II	III	IV	V	
Crédito e juros vencidos:						
Sem garantia	697	381	1 520	3 552	4 806	10 956
Provisão específica constituída:						
Para crédito vencidos:						
Sem garantia	11	95	978	3 552	3 806	9 442
Para cobrança duvidosa	9	105	442	80	—	636
	<u>20</u>	<u>200</u>	<u>1 420</u>	<u>3 632</u>	<u>4 806</u>	<u>10 078</u>

A publicação do aviso n.º 8/2003 do Banco de Portugal, de 18 de Fevereiro, originou um aumento nas provisões do exercício em cerca de 523 milhares de euros.

A administração considera que a aplicação das normas estabelecidas pelo aviso do Banco de Portugal n.º 8/2003, de 8 de Fevereiro reflecte, de uma forma suficientemente conservadora, os riscos de realização da carteira de crédito da sociedade à data do balanço.

27 — Contas de regularização:

As contas de regularização do activo e passivo são analisadas como segue:

Contas de regularização do activo:

	2003	2002
Proveitos a receber:		
Juros a receber	815	754
Outros	2 505	1 930
	<u>3 320</u>	<u>2 684</u>

	2003	2002
Outras contas de regularização:		
Despesas com custo diferido	189	130
Outros	2 048	800
	2 237	930

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de proveitos a receber — outros inclui um montante de cerca de 2271 milhares de euros (2002: 1723 milhares de euros) relativos a comissões a receber.

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de outras contas de regularização — outros inclui um montante de cerca de 2024 milhares de euros (2002: 778 milhares de euros) relativos a operações comerciais efectuadas pelos clientes no ultimo dia do ano. A regularização deste montante ocorreu nos primeiros dias de 2004.

Contas de regularização do passivo:

	2003	2002
Custos a pagar:		
Juros de empréstimos obtidos	140	141
Custos de exploração	397	492
Custos com o pessoal	501	189
Outros custos a pagar	564	267
	1 602	1 089
Receitas com proveito diferido:		
Comissões a receber	618	609
Outras contas de regularização:		
Outros	40	36
	2 260	1 734

Em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002, o saldo da rubrica de custos com o pessoal corresponde ao valor de férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais do exercício que se vencem para pagamento no exercício seguinte. Inclui ainda os custos a pagar relativos a pessoal expatriado no montante de 259 milhares de euros.

31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas têm a seguinte decomposição:

	2003	2002
Outros activos:		
Devedores e outras aplicações:		
Imposto do selo	37	34
Valores à guarda do tribunal	624	203
Devedores diversos	73	113
Empresas do grupo	27	35
	761	385
Outros passivos:		
Credores:		
Fornecedores gerais	996	1 323
Credores diversos	15	14
Empresas do grupo	72	294
	1 083	1 631
Outras exigibilidades:		
IRC a pagar (v. nota n.º 41)	776	371
IVA a pagar	180	229
Retenção de impostos na fonte	76	68
Contribuições para a segurança social	24	19
	1 056	687
	2 139	2 318

O montante evidenciado na rubrica de outros activos — valores à guarda do tribunal corresponde ao montante apurado pelos advogados da empresa relativos ao produto dos cheques precatórios e penhoras que no final do ano se encontravam à guarda do tribunal, por conta de processos em contencioso.

33 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	2002	2003
Operações cambiais, de taxa de juro e sobre cotações:		
Swaps de médio prazo	—	—
Caps de curto prazo	61 000	49 500
Outras contas extrapatrimoniais:		
Juros vencidos	6 462	6 752
Limites de crédito	238 082	213 954
	305 544	220 706

Os contratos de *swap/cap* de taxa de juro correspondem à troca de uma sucessão de pagamentos a uma dada taxa de referência por recebimentos a uma outra taxa de referência (taxa variável por taxa fixa), sendo acordados com base no montante notional em euros.

A rubrica de limites de crédito corresponde ao *plafond* atribuído pela sociedade aos seus clientes (utilizadores dos cartões de crédito geridos pela sociedade).

34 — Custos com o pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	2003	2002
Remunerações de empregados	1 401	1 249
Encargos sociais — obrigatórios	233	181
Outros custos com o pessoal	71	49
	1 705	1 479

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, o número de efectivos da sociedade por grandes categorias, era o seguinte:

	2003	2002
Funções de direcção	6	3
Funções técnicas e específicas	8	7
Funções administrativas	64	56
Outros	—	—
	78	66

38 — Elementos da demonstração dos resultados e do balanço ventilados por linhas de negócio e por mercados geográficos:

A actividade desenvolvida pela sociedade, na segmentação por linhas de negócio enquadra-se como de banca comercial, onde deverão ser considerados todos os elementos da demonstração dos resultados e do balanço. Adicionalmente, dado a sociedade não ter sucursais ou filiais no estrangeiro, todos os proveitos gerados resultaram de operações realizadas em Portugal.

39 — Outros custos e proveitos de exploração e perdas e ganhos extraordinários:

As rubricas de outros custos e outros proveitos de exploração têm a seguinte decomposição:

	2003	2002
Outros custos de exploração	1	24
Outros proveitos de exploração:		
Serviços de gestão a terceiros	—	4
Reembolso de despesas	717	493
Proveitos com prestação de serviços	—	—
Outros	—	1
	717	498

As rubricas de perdas e ganhos extraordinários têm a seguinte decomposição:

	2003	2002
Perdas extraordinárias:		
Anulação de juros de clientes em atraso	185	191
Pro-rata de IVA	—	—
Outras perdas extraordinárias	196	116
	381	307
Ganhos extraordinários:		
Pro-rata de IVA	—	17
Outras ganhos extraordinárias	53	43
	53	60

41 — Impostos sobre os lucros:

A sociedade está sujeita em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama. O pagamento/recebimento dos impostos sobre lucros é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

	2003	2002
Apuramento do imposto sobre o rendimento:		
Resultado antes de impostos	5 627	4 390
Provisões não aceites fiscalmente	169	94
Outros custos não aceites fiscalmente	13	32
Rendimento tributável	5 809	4 516
Imposto sobre o rendimento	1 925	1 499

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço:

Imposto sobre o rendimento:

Reconhecimento como custo no exercício	1 925	1 499
Menos — pagamentos por conta e especial por conta	1 149	1 123
Menos — retenções na fonte	—	1
Menos — pagamento de liquidação adicional IRC 97/98/99	—	4
	776	371

As declarações fiscais da empresa relativas aos exercícios de 2000 a 2003 encontram-se ainda pendentes de revisão pelas autoridades fiscais. A administração da empresa entende que as correcções resul-

tantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

42 — Inclusão das contas da sociedade nas contas consolidadas de outra:

As contas da sociedade estão incluídas no processo de consolidação da Cofinoga (Portugal), SGPS, S. A., e do Banque Accord, S. A.

A sede social das referidas sociedades têm o seguinte endereço:

Cofinoga (Portugal) — SGPS, S. A.;
Rua do Pinheiro Manso, 662, 4100-411 Porto.
Banque Accord, S. A.;
40 Avenue de Flandre, 59170 Croix France.

As contas da Cofinoga — SGPS, S. A., e do Banque Accord estão disponíveis nas respectivas sedes sociais.

51 — Movimento da situação líquida:

Os movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio durante o exercício de 2003 resumam-se como segue:

(i) Movimentos em capital e reservas:

	2002	Aumentos/ diminuições	Transfe- rências	2003
Capital subscrito	3 250	—	—	3 250
Reservas:				
Reservas legais	471	—	289	760
Reservas livres	2 933	—	750	3 683
	6 654	—	1 039	7 693
Resultado líquido do exercício:				
2002	2 892	—	(2 892)	—
2003	—	3 702	—	3 702
	9 546	3 702	— 1 853	11 395

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital social da sociedade está representado por 650 000 acções com o valor nominal de 5 euros e encontra-se integralmente realizado.

Nos termos da legislação portuguesa, a sociedade deverá reforçar a sua reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não estando esta disponível para distribuição aos accionistas.

Por proposta do conselho de administração aprovada na assembleia geral de 27 de Março de 2003, o resultado do exercício de 2002 foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal	289
Para reservas livres	750
Distribuição de dividendos	1 853
	2 892

52 — Juros e proveitos equiparados:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, esta rubrica analisa-se como segue:

	2003	2002
Juros e custos equiparados:		
Empréstimos	1 794	1 945
Juros e proveitos equiparados:		
Juros de depósitos à ordem e aplicações	11	36
Juros de crédito interno	10 985	9 831
	10 996	9 867

53 — Saldos e fluxos com empresas do grupo:

Os saldos em 31 de Dezembro de 2003 e as transacções efectuadas durante o exercício findo naquela data com as principais empresas do Grupo resumem-se como segue:

	Saldos				
	Outros activos	Contas de regularizações do activo	Contas de regularizações do passivo	Débitos para com instituições de crédito	Outros passivos
Empresas do Grupo:					
Credifin Bcc	27	2 271	—	—	72
Cofinoga (Portugal), SGPS	—	—	—	—	—
Cofinoga GIE (França)	—	—	—	—	681
Cms — Communication Marketing Services (França)	—	—	—	—	48
Banque Accord (França)	—	—	293	6 120	—
			Juros e custos equiparados	Transacções	
				Outros gastos administrativos	Comissões (proveitos)
Empresas do Grupo:					
Credifin Bcc			—	1 395	2 271
Cofinoga GIE (França)			—	1 141	—
Cms — Communication Marketing Services (França)			—	113	—
Banque Accord (França)			194	254	—

O Conselho de Administração: *Damien Guermompres*, presidente — *Uisses Carneiro*, vogal — *Jean Darrieu*, vogal — *Jérome Viennot-Bourgin*, vogal — *Franck Duprez*, vogal — *Hervé Ketelers*, vogal — *Eduardo Igrejas*, vogal.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras da Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 91 865 960 euros e um total de capital próprio de 11 395 136 euros, incluindo um resultado líquido de 3 701 686 euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Crediplus — Com-

panhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., em 31 de Dezembro de 2003 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e demais disposições do Banco de Portugal.

4 de Fevereiro de 2004. — Belarmino Martins, Eugénio Ferreira & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por *António Alberto Henriques Assis*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração de Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração dos resultados e o correspondente anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

4 de Fevereiro de 2004. — O Fiscal Único, Belarmino Martins, Eugénio Ferreira e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por António Alberto Henriques Assis, revisor oficial de contas.

Relatório de auditoria

1 — Efectuámos a auditoria ao balanço da Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., à data de 31 de Dezembro de 2003, bem como à demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e ao respectivo anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração da empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2 — A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela administração bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira da Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., a 31 de Dezembro de 2003, bem como os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos e outras disposições e práticas geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário.

4 de Fevereiro de 2004. — *PricewaterhouseCoopers*.

Acta n.º 23 da assembleia geral

No dia 29 de Março de 2004, pelas 10 horas, reuniu na sua sede social, sita na Avenida José Gomes Ferreira, 9, sala 1, em Algés, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia geral universal da Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A., com o capital social de 3 350 000 euros, pessoa colectiva n.º 503207250, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais — secção de Oeiras sob o n.º 10 975.

Conferida a lista de presenças verificou-se que se encontravam devidamente representadas as accionistas da sociedade detentoras das acções representativas da totalidade do capital social, a saber, a sociedade Banque Accord, S. A., representada pelo Eng. Filipe Ferreira e a sociedade Cofinoga (Portugal) — SGPS, S. A., representada pelo Dr. António Ulisses Mota e Castro Carneiro, conforme cartas de representação que ficam arquivadas na sede da sociedade.

Encontrando-se devidamente representadas as accionistas da sociedade, estas manifestaram vontade de que a assembleia se constituísse e deliberasse validamente, sem observância de formalidades prévias, ao abrigo do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Apreciar, discutir e deliberar sobre o relatório de gestão e contas de 2003;
- 2.º Apreciar, discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados apurados no exercício de 2003;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no exercício de 2003;
- 4.º Proceder à ratificação de uma nomeação por cooptação para vogal do conselho de administração no exercício de 2003;
- 5.º Proceder à alteração de parte dos órgãos sociais.

Tendo sido manifestada pelos accionistas a vontade de deliberar sobre a referida ordem de trabalhos, o presidente da mesa da assembleia, Jacques Guillaume, secretariado pelo 1.º secretário, Dr. Jorge Manuel Fernandes do Carmo, considerou estar legal e regularmente constituída a assembleia geral, nos termos do citado preceito legal, e declarou aberta a sessão.

Passou-se de imediato ao ponto 1.º da ordem de trabalhos, tendo o presidente colocado à apreciação da assembleia o relatório de gestão e contas do exercício de 2003, constantes de um documento que havia sido previamente colocado à disposição da assembleia, e que aqui, por brevidade, se dá por inteiramente reproduzido, ficando arquivado na pasta dos assuntos discutidos em assembleia geral.

Como ninguém quisesse usar da palavra, o presidente da mesa da assembleia geral, colocou à votação o relatório de gestão e às contas do exercício de 2003, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se de seguida ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, tendo o presidente procedido à leitura de uma proposta do conselho de administração da sociedade, que faz parte do relatório de gestão, e que era do seguinte teor:

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com os estatutos da sociedade, e da legislação aplicável, propomos: que o resultado líquido do exercício de 2003 no montante de 3 701 685,52 euros, após constituição da respectiva provisão para impostos sobre lucros, no valor de 1 925 307,45 euros, seja assim aplicado (em euros):

a) Para reservas legais	370 168,55
b) Para dividendos	2 275 000,00
c) Para outras reservas	1 056 516,97

Terminada a leitura da proposta o presidente da mesa da assembleia geral, colocou-a à discussão e como sobre ela ninguém se quisesse pronunciar, submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, no âmbito da qual havia sido apresentada uma proposta, subscrita pela accionista, Banque Accord, S. A., a cuja leitura o presidente procedeu, e que era do seguinte teor:

Proposta

O Banque Accord, S. A., accionista maioritário da sociedade Crediplus — Companhia Portuguesa de Cartões de Crédito para a Distribuição, S. A. considerando:

- a) A actuação criteriosa e ordenada da administração;
- b) A forma como os relatórios estão elaborados;
- c) Os resultados atingidos no exercício de 2003;
- d) A acção exercida pela fiscalização,

propõe:

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, que os senhores accionistas expressem um voto de confiança aos órgãos da administração e fiscalização da sociedade e a cada um dos seus membros.

Terminada a leitura da proposta o presidente da mesa da assembleia geral, colocou-a à discussão e como sobre ela ninguém se quisesse pronunciar, submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida ao ponto 4.º da ordem de trabalhos, tendo o presidente colocado à aprovação da assembleia uma proposta para que esta ratifique as seguintes actuações:

Face à renúncia, por carta enviada em 26 de Maio de 2003, do cargo de administradora de Debbie Allmey, designou-se Guy de Felcourt para por cooptação, com efeito a partir da data da renúncia, ocupar o cargo de administrador, então deixado vago. Por acta de uma assembleia geral, realizada no passado dia 15 de Dezembro de 2003, e face à renúncia que entretanto o administrador Guy de Felcourt apresentou, foi o mesmo substituído por Jérôme Viennot-Bourgin.

Seguidamente o presidente colocou à discussão dos presentes a proposta de ratificação apresentada, e como sobre ela ninguém se quisesse pronunciar submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida ao ponto 5.º da ordem de trabalhos, tendo o presidente colocado à aprovação da assembleia uma proposta da accio-

nista Cofinoga (Portugal) — SGSP, S. A., a cuja leitura procedeu e que era do seguinte teor:

Proposta

A Cofinoga (Portugal) — SGPS, S. A., na qualidade de accionista, e em função da carta de renúncia ao cargo de fiscal único suplente apresentada pelo Dr. Belarmino Gonçalves Martins, propõe a nomeação para o referido cargo de PriceWaterhouseCoopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por José Manuel Henriques Bernardo ou por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão.

Seguidamente o presidente colocou à discussão dos presentes a proposta apresentada, e como sobre ela ninguém se quisesse pronunciar submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o presidente da mesa declarou encerrados os trabalhos quando eram 15 horas. Para que conste se lavrou a presente acta que, para sua inteira fé, validade e para que faça prova, vai ser assinada pelo membros da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *Jacques Guillaume*, presidente — *Jorge Manuel Fernandes do Carmo*, 1.º secretário. 2004788208

EFACEC CAPITAL — SGPS, S. A.

Relatório n.º 13-L/2007

Sede social: Arroiteia, Leça do Balio, apartado 1018, 4466-952 São Mamede de Infesta.

Capital social: 41 641 416 euros.

Pessoa colectiva n.º 500091480.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção), sob o n.º 13 298.

Fernando Pires, ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção):

Certifico, que foram depositados os documentos referentes à prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2004.

7 de Setembro de 2005. — O Ajudante, *Fernando Pires*.

Relatório e contas consolidadas de 2004

Órgãos sociais

Conselho de administração:

Presidente e administrador executivo: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto.

Vice-presidente: Alexandre Morais Guedes de Magalhães.

Vogais e administradores executivos:

Guilherme Ricca Gonçalves.
Pedro Salinas de Moura.

Vogais:

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral.
Daniel Bessa Fernandes Coelho.
Pedro Ferraz da Costa.

Secretária:

Ana Cristina Mesquita.

Conselho fiscal:

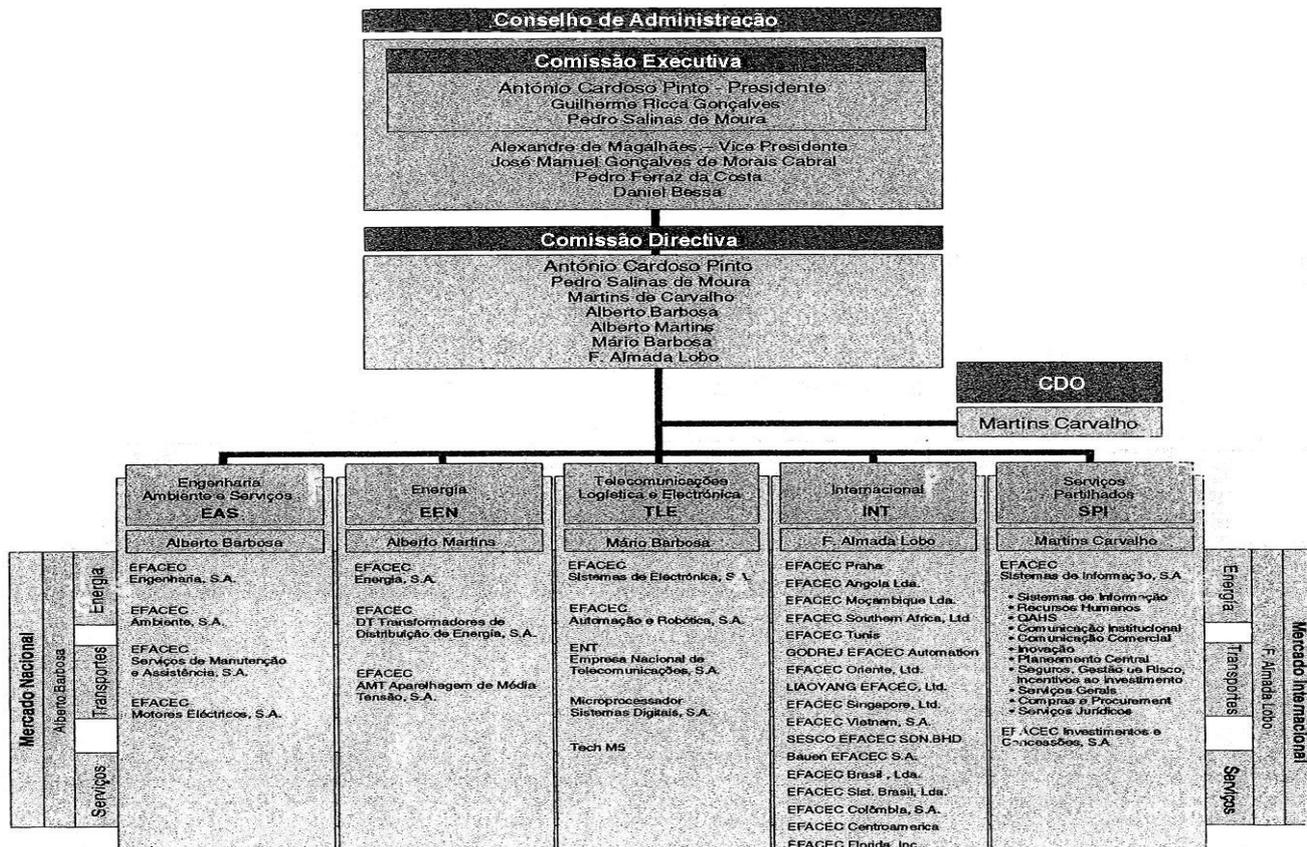
Fiscal único: Bernardes, Sismeyro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por Carlos Alberto Alves Lourenço.

Fiscal único suplente: Price Waterhouse Coopers & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão.

Mesa da assembleia geral:

Presidente: João Vieira de Castro.
Vice-presidente: Pedro Luís Meireles da Costa Mendes.
Secretária: Joana Martins Mendes.
2.ª secretária: Vera Campos.

Organigrama funcional



Evolução dos principais indicadores

Quadro resumo

	2001	2002	2003	2004
Encomendas recebidas (milhões de euros)	226,90	224,90	262,80	306,20
Volume de negócios (milhões de euros)	234,40	244,10	272,00	(b) 287,60
Mercado interno (milhões de euros)	135,80	150,20	188,20	210,90
Mercado externo (milhões de euros)	98,60	93,90	83,80	76,70
EBITD (<i>cash-flow</i> operacional) (milhões de euros) (a)	6,50	22,60	25,20	(b) 27,20
Resultados operacionais (milhões de euros)	- 9,90	9,20	11,50	(b) 17,10
Resultados financeiros (milhões de euros)	- 8,00	- 6,30	- 5,10	- 2,40
Resultados correntes (milhões de euros)	- 17,90	2,80	6,40	14,60
Resultados extraordinários (milhões de euros)	- 10,90	9,20	3,40	- 1,10
EBT (resultado antes impostos) (milhões de euros)	- 28,80	12,00	9,80	13,60
EAT (resultados líquidos) (milhões de euros)	- 24,90	6,00	8,30	(b) 10,10
EAT/vendas (percentagem)	- 10,60	2,50	3,00	3,50
<i>Cash-flow</i> (resultado líquido + amortizações + provisões) (milhões de euros)	- 8,50	19,40	22,00	20,20
Capitais próprios (milhões de euros)	50,00	55,60	59,00	64,90
Passivo total (milhões de euros)	203,70	195,80	185,30	201,70
Activo líquido (milhões de euros)	255,00	252,70	246,70	269,10
Passivo financeiro líquido (milhões de euros)	83,00	65,00	60,30	51,80
Dívidas de terceiros CP+MLP (milhões de euros)	112,10	129,50	120,40	138,20
Dívidas a terceiros CP+MLP (milhões de euros)	159,20	141,20	125,40	128,30
Autonomia financeira (percentagem)	20,00	22,00	24,00	24,00
Vendas por efectivo (milhares de euros)	126,20	130,90	147,90	155,10
Rentabilidade das vendas (EBITD/vendas) (percentagem)	2,80	9,20	9,30	9,50
Endividamento (divisão financeira/capital próprio) (percentagem)	166,20	116,80	102,20	79,80
Cobertura de encargos financeiros (EBITD/res. finan.)	0,80	3,60	4,90	11,30
ROA (<i>return on assets</i>) (percentagem)	- 9,80	2,40	3,40	3,70
ROE (<i>retursi on equity</i>) (percentagem)	- 49,80	10,80	14,00	15,50
Capitalização bolsista (milhões de euros)	40,10	38,00	51,60	92,00
Cotação (euros):				
Máxima	2,49	1,06	1,31	2,52
Mínima	0,83	0,83	0,83	1,22
Final	96,00	0,91	1,24	2,21
Número de efectivos em 31 de Dezembro	1 857	1 865	1 839	1 855

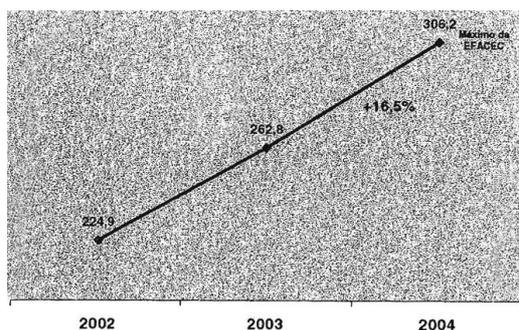
(a) EBITD = resultados operacionais + amortizações e provisões do exercício.

(b) Máximo de sempre do Grupo Efacec.

Análise plurianual

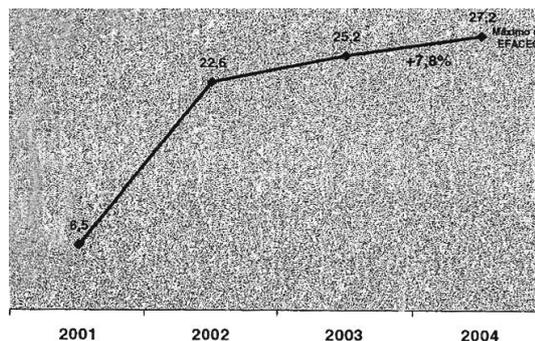
Encomendas recebidas no ano

Milhões de euros



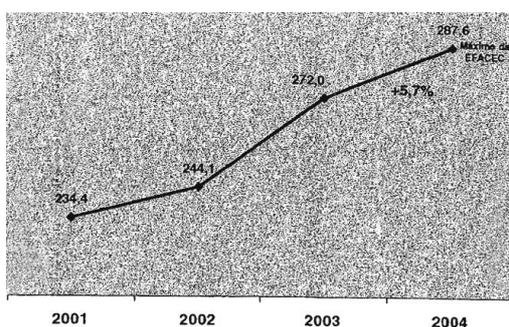
EBITD

Milhões de euros



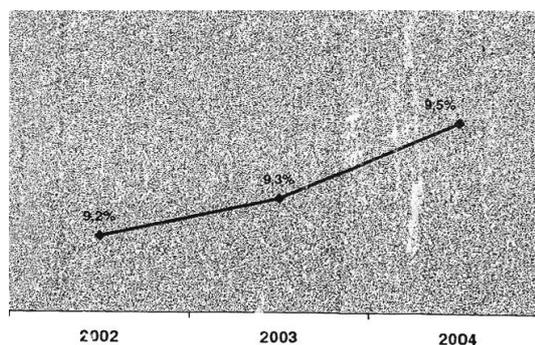
Vendas

Milhões de euros



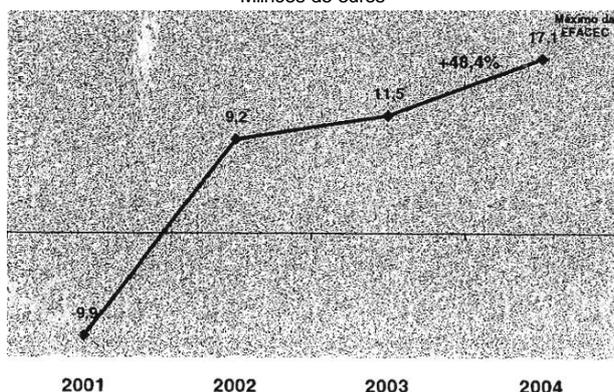
Rentabilidade das vendas

Milhões de euros



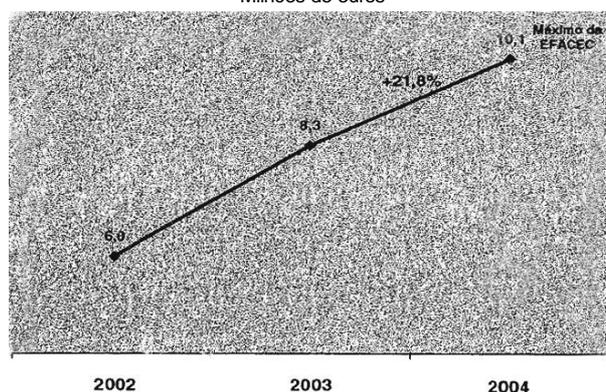
Resultados operacionais

Milhões de euros



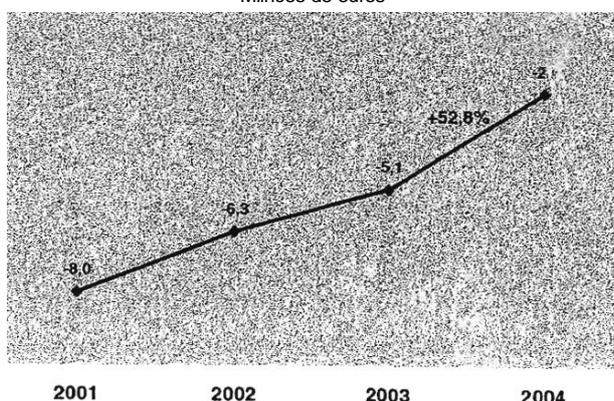
Resultados líquidos

Milhões de euros



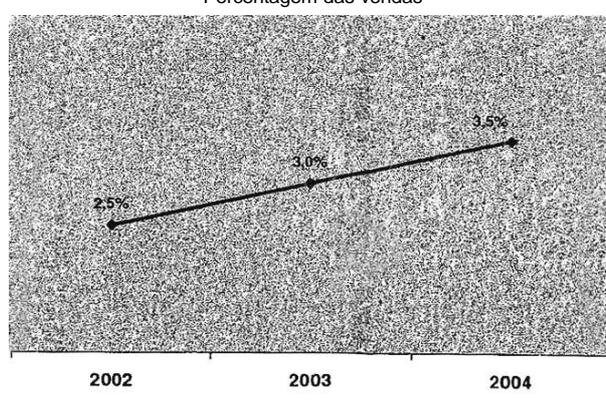
Resultados financeiros

Milhões de euros



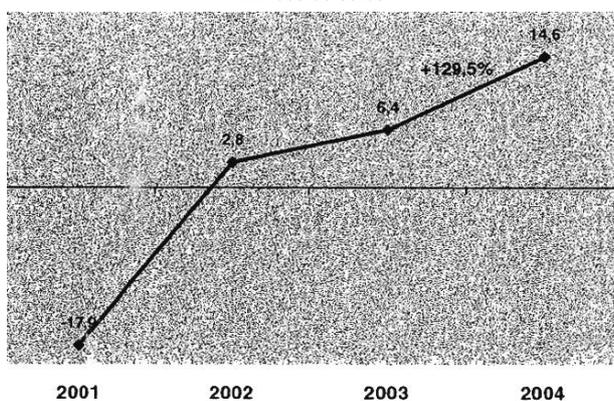
Resultado líquido/vendas

Porcentagem das vendas



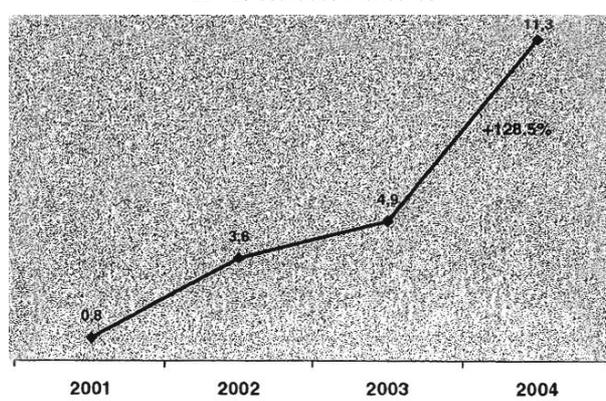
Resultados correntes

Milhões de euros



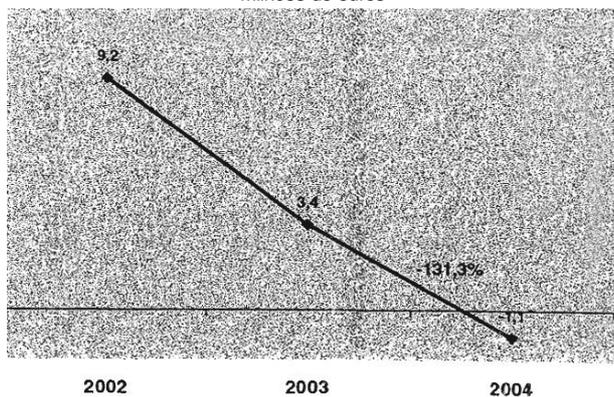
Cobertura de encargos financeiros

EBITD/resultados financeiros



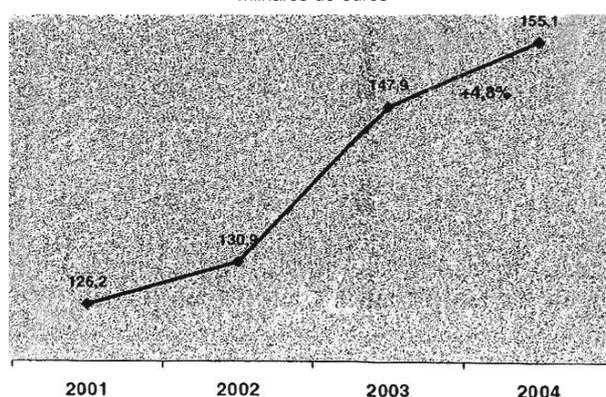
Resultados extraordinários

Milhões de euros



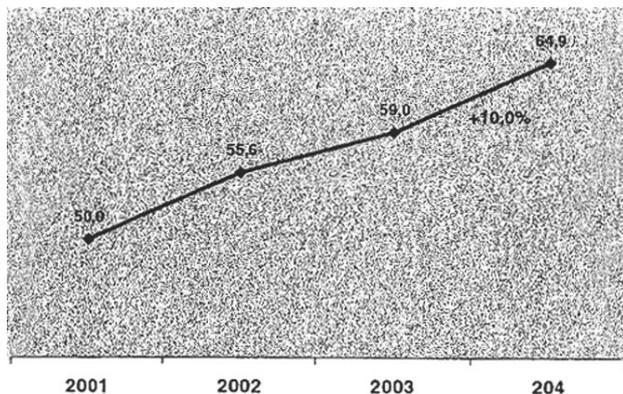
Produtividade

Milhares de euros

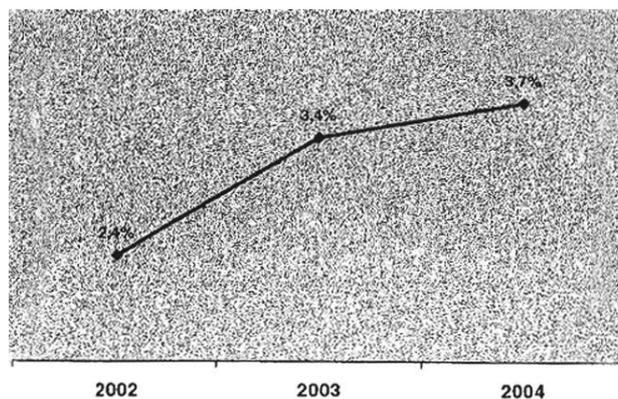


Capital próprio

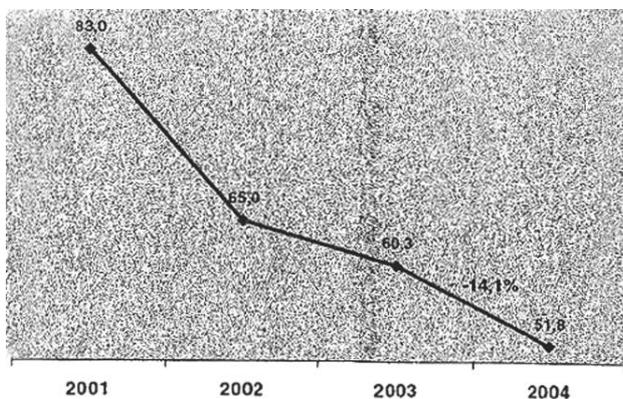
Milhões de euros

**ROA — Return on assets**

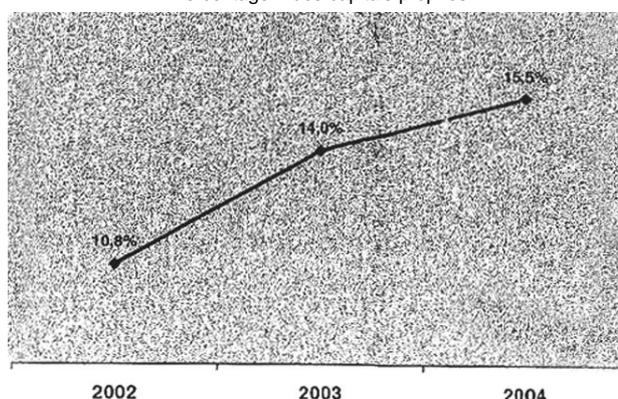
Percentagem do activo líquido

**Endividamento líquido**

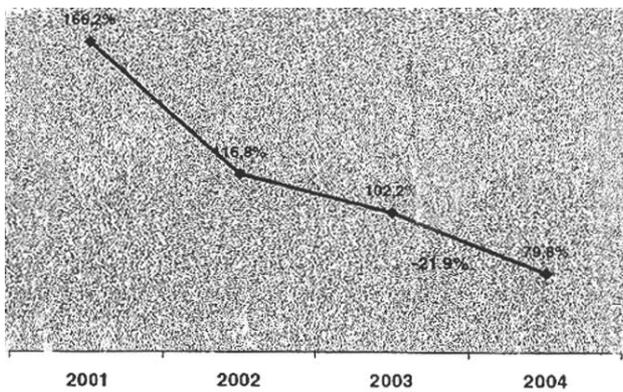
Milhões de euros

**ROE — Return on equity**

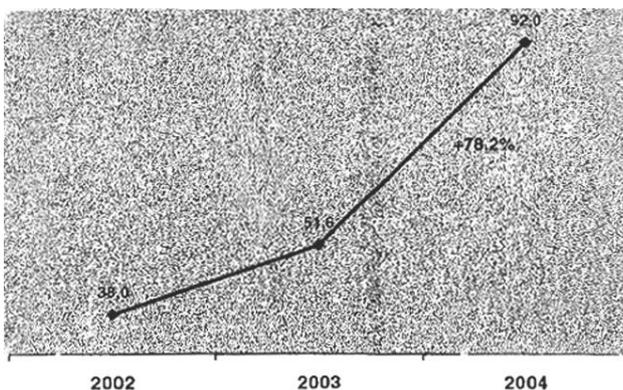
Percentagem dos capitais próprios

**Endividamento (divisão financeira/capitais próprios)**

Percentagem dos capitais próprios

**Capitalização bolsista**

Milhões de euros

**Síntese dos aspectos mais positivos do exercício de 2004**

O desempenho da Efacec em 2004 confirma um desenvolvimento sustentado, cujo principal objectivo visa a duplicação da *performance* económico-financeira e dá dimensão do Grupo nos próximos cinco anos e, a 10 anos replicar noutros continentes as actividades que hoje desenvolve em Portugal, à medida que esses mercados o justifiquem.

Tais objectivos serão atingidos através de uma reorganização que visa:

- A focagem agregada nos mercados de: energia, transportes e sistemas;
- Dinamizando a internacionalização à medida que os mercados domésticos estejam consolidados;
- Cada vez mais um posicionamento sistemista é integrador para satisfazer as necessidades actuais do mercado.

Aspectos quantitativos

Destacam-se, no exercício de 2004, os seguintes aspectos de natureza quantitativa:

As encomendas registadas em 2004 ascenderam a 306 milhões de euros, verificando-se um aumento de 17% quando comparado com o ano anterior;

O volume de negócios foi de 288 milhões de euros, tendo aumentado 6% em relação a 2003;

O EBITD (*cash-flow* operacional) ascendeu a 27,2 milhões de euros, mais 8% do que o verificado no anterior exercício;

Os resultados operacionais atingiram o montante de +17,1 milhões de euros (em 2003 foram 11,5 milhões de euros), representando uma melhoria de 48,4%;

Os resultados financeiros (negativos) melhoraram 53%;

Os resultados correntes passaram de 6,4 milhões de euros para 14,7 milhões de euros, correspondente a um aumento de 130%;

Os resultados líquidos foram de 10,1 milhões de euros, tendo crescido de 22% em relação ao ano de 2003;

O resultado líquido/vendas foi de +3,5%, correspondendo a um aumento de 17%;

Os capitais próprios aumentaram 10% (+ 5,9 milhões de euros); Neste exercício foram distribuídos 3 milhões de euros em dividendos, confirmando a tradição do Grupo quanto à remuneração dos accionistas;

Os empréstimos líquidos reduziram-se em 14,1%, passando de 60,3 milhões de euros para 51,8 milhões de euros;

A produtividade, medida em termos de vendas por efectivo, passou de 147,9 milhares de euros para 155,1 milhares de euros, representando um aumento de cerca de 5%;

A rentabilidade dos capitais próprios melhorou 11% para 15,5%;

A capitalização bolsista melhorou 77% face ao exercício anterior.

Aspectos qualitativos

Destacam-se, no exercício de 2004, os seguintes factos de natureza qualitativa:

Reforço do posicionamento da Efacec no mercado de prestação de serviços de manutenção (*outsourcing* por forma a tornar-se o prestador de serviços de referência nesta actividade, no mercado português, nomeadamente através da aquisição da actividade de reparações da ABB, e da assinatura de um *memorandum of understanding* com a Brisa — Conservação de Infra-Estruturas, S. A., (BCI), com vista à incorporação da actividade de manutenção desenvolvida por esta empresa. A Efacec — Serviços de Manutenção e Assistência, S. A., empresa do Grupo Efacec que se dedica à prestação de serviços de manutenção funcionará assim como *holding* de um grupo que integrará as actividades da BCI, da ATM — Assistência Total em Manutenção, e da Engimais, pertencentes respectivamente à CUF e à José de Mello Imobiliária, empresas com quem assinou de igual modo, em 2004, *memorandum of understanding*;

Envolvimento de um consultor externo no aprofundamento, ratificação e exploração de cenários de desenvolvimento estratégico para o portfólio de negócios, face à evolução da envolvente externa e respectiva eficácia/custos, sendo os, resultados até agora apurados muito encorajadores;

Realização de mais uma etapa da consolidação do passivo financeiro, iniciada em finais de 2003, contribuindo para esse facto o empréstimo de médio e de longo prazos no montante de 27 milhões de euros, concedido à Efacec pelo Banco Europeu de Investimento (BEI);

Prosecução dos trabalhos com vista à futura ampliação do laboratório de ensaios de transformadores de potência, o que permitirá responder com maior amplitude às necessidades dos clientes, sobretudo dos EUA;

Aprofundamento e consolidação do trabalho efectuado no âmbito do *procurement*, com ganhos de negociação alinhados com os objectivos traçados e que representaram 3,8 % do volume de compras (cerca de 6,2 milhões de euros). O sucesso conseguido foi obtido graças a um trabalho assente em comités de compras multidisciplinares, por área de negócio, liderados por *focal-points* e com coordenação e consolidação das sinergias ao nível do Grupo. Nesta área foi igualmente feita uma aposta no *e-procurement* global;

Desenvolvimento, pelo Gabinete de Inovação, de diversas actividades e intervenções em várias empresas e unidades do Grupo, envolvendo 280 colaboradores e permitindo, através do seu trabalho de diagnóstico e consequentes conclusões/repensar as actuais estratégias de cada uma destas áreas e contribuir com novas ideias. Destaca-se ainda o envolvimento de cerca de 50 colaboradores noutros tipos de actividades, tais como o encontro de I & D's do Grupo;

Celebração de um contrato com o ICEP, relativo à inclusão da marca Efacec como marca portuguesa em todas as campanhas protagonizadas por aquela Instituição, o que representa um passo importante para a consolidação da imagem da Efacec no mercado nacional e externo.

Adesão ao BCSD Portugal — Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, associação vinculada ao *world business council for sustainable development*, manifestação clara do posicionamento da Efacec como Grupo social e ambientalmente responsável;

Aposta continuada no desenvolvimento de competências transversais e no desenvolvimento de alto nível dos quadros de grupo, nomeadamente em gestão (pós graduações; MBA e mestrados) e em *marketing*, com o envolvimento de mais de 200 colaboradores em reuniões plenárias e no programa de imersão em MK, iniciado em 2003;

Desenvolvimento de uma *web RH* visando a melhoria contínua dos diferentes processos de gestão dos recursos humanos, permitindo uma gestão mais eficaz, flexível e com maiores níveis de autonomia para os diferentes colaboradores;

Lançamento de importantes projectos no domínio da responsabilidade social, em particular no âmbito da solidariedade através de pro-

jecto Ser Solidário e no âmbito da responsabilidade ambiental, através do projecto EFAverde;

Importante conquista por parte da Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A., no âmbito do projecto de integração dos sistemas de qualidade/ambiente e segurança do Grupo, ao obter a certificação pela APCER, dos seus sistemas de gestão ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com as normas NP EN ISO14001 e NP4397/OHSAS18001 e a manutenção da certificação do sistema da qualidade;

Certificação da Efacec — Automação e Robótica, S. A., pela Associação Portuguesa de Certificação, segundo a norma OHSAS 18001:1999 Occupational Health and Safety Management Systems e a manutenção da certificação segundo a norma NP EN ISO 9001:2000 Sistemas de Gestão da Qualidade, requisitos no âmbito da comercialização, concepção; desenvolvimento, produção, instalação e assistência após venda de sistemas de armazenagem e movimentação para a logística de aeroportos e logística industrial.

Relatório de gestão

1 — Enquadramento macroeconómico

A economia mundial deverá ter crescido, no ano de 2004, cerca de 5%, segundo dados preliminares, o que representa a taxa de maior crescimento dos últimos 30 anos. Para esta evolução muito contribuíram as economias do Japão, dos Estados Unidos da América e muito particularmente da República Popular da China.

Segundo o FMI, o Japão, cuja economia cresceu em 2004, 4,4%, teve a sua maior taxa de crescimento dos últimos 14 anos e a maior entre as economias industrializadas (G7).

Também os Estados Unidos mantiveram um ritmo elevado de crescimento, que se situou em 4,4%, graças ao elevado nível de confiança dos agentes económicos e do investimento empresarial e a um moderado crescimento do consumo privado.

Neste contexto favorável da economia dos Estados Unidos, a Efacec conseguiu reforçar, em 2004, a sua posição neste mercado, com mais unidades vendidas de equipamentos de potência de energia, pese embora a perda da competitividade da moeda, com a depreciação em 7,85% do dólar americano face ao euro.

A actividade económica na área do euro, terá crescido cerca de 2% em 2004, impulsionada pelo dinamismo das exportações e pelo forte apoio do crescimento do comércio internacional.

A taxa média de inflação manteve-se elevada, nos 2,4%, reflectindo a subida das matérias-primas e, em particular, do preço do petróleo, mitigada pela forte apreciação do euro face ao dólar americano.

Em Portugal assistiu-se a uma ligeira retoma da economia, com um crescimento económico de 1,1% em 2004, para cujo crescimento contribuiu o aumento da procura interna e do investimento. Contudo, é de notar o desequilíbrio comercial externo, justificado pelo forte crescimento das importações.

A inflação média anual diminuiu de 3,3% em 2003 para 2,4% em 2004. A desaceleração dos preços teve a sua origem na apreciação do euro e na moderação da actividade económica e do crescimento salarial.

A taxa de desemprego continuou a crescer, situando-se, no final de 2004, em 6,7% (6,3% em 2003 e 5% em 2002).

De acordo com as previsões do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá manter uma tendência de crescimento moderado iniciada em 2004, com o PIB de 1,1% a crescer para 1,6% e 2%, respectivamente em 2005 e 2006. Para que tal se verifique é essencial que a procura interna cresça ligeiramente e que haja uma aceleração das exportações, passando as mesmas dos actuais 6,8%, para 7,5% e 8,6% em 2005 e 2006, respectivamente.

2 — Análise económica e financeira

Apesar da desvalorização do dólar americano e da necessidade de constituir significativas provisões não previstas, a Efacec atingiu o objectivo definido para 2004, o que consideramos notável, para o que contribuiu a crescente dinâmica das equipas comerciais e a redução dos custos operacionais e dos encargos financeiros.

A procura de novos modelos organizacionais, associada à realização de economias operacionais, tem constituído um objectivo contínuo de antecipação/adaptação do Grupo Efacec às novas realidades.

Mantendo a sua política de forte investimento na Inovação, nos seus colaboradores e no desenvolvimento de novas tecnologias em articulação com as tecnologias de base, a Efacec soube impor-se na linha da frente da indústria portuguesa, nos mercados nacional e internacional.

Em virtude destes factos a Efacec vem continuamente a reflectir uma imagem favorável no mercado, factores que contribuíram para que a valorização bolsista da sua cotação tenha sido, em 2004, + 78,2%, o que representa cerca de seis vezes mais do que, a valorização média do PSI-20 (cuja valorização foi de cerca de 13%), uma das maiores subidas ocorridas no último ano, confirmando o reconhecimento pelo mercado do potencial futuro do Grupo.

No corrente exercício as contas consolidadas do Grupo Efacec apresentam um resultado líquido de 10,1 milhões de euros, ultrapassando ligeiramente os objectivos definidos, o que corresponde a um acréscimo de 22% quando comparado com igual período do ano anterior.

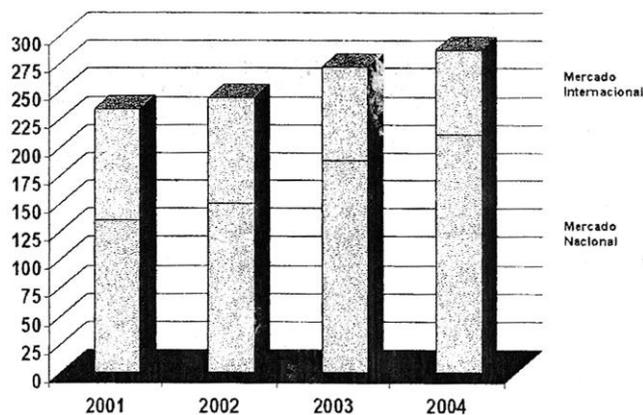
Importa, referir que aquele resultado está influenciado, pela constituição de uma provisão para fazer face à dívida da sociedade Universal Motors, no montante de 2100 milhares de euros, em consequência das dificuldades económicas que aquela empresa atravessa e com a qual o Grupo Efacec tem apenas relações comerciais.

Não obstante a conjuntura cambial desfavorável já referida, verificada ao longo do ano de 2004, foi possível angariar encomendas no montante de 306 milhões de euros (+ 17% que em 2003), permitindo atingir um importante volume da carteira de encomendas e consequentemente, vir a manter um elevado nível de actividade no exercício de 2005.

Os resultados correntes mais que duplicaram, passando de 6,4 milhões de euros para 14,6 milhões de euros.

Volume de negócios

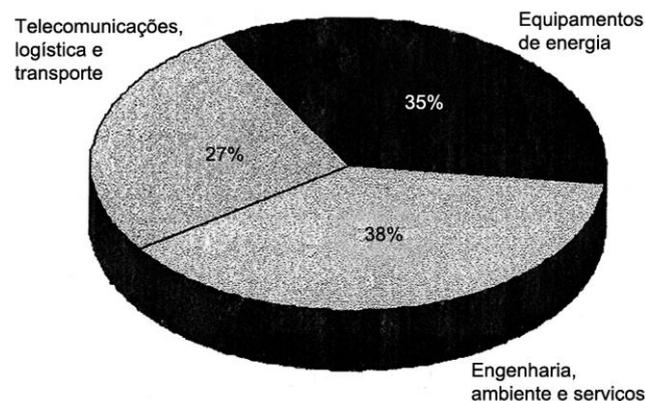
Milhões de euros



O volume de negócios ascendeu a cerca de 288 milhões de euros, verificando-se um aumento de 5,7% face ao ano anterior.

A contribuição de cada pólo da Efacec para o volume de vendas realizado em 2004, é a seguinte:

Vendas



No plano financeiro a Efacec continuou a desenvolver, em 2004, diversas acções, das quais se destacam: uma melhor gestão cambial; um maior rigor na selecção dos investimentos; uma mais eficiente afectação dos activos; e o esforço de cobrança junto dos seus clientes. Estas medidas contribuíram para a redução do endividamento

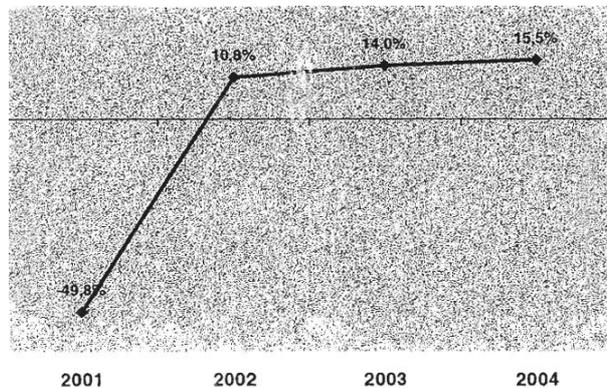
líquido, que passou de 60,3 milhões de euros para 51,8 milhões de euros, representando um decréscimo de 8,5% face a 2003.

Ainda no âmbito financeiro é de salientar que no corrente exercício o Grupo Efacec despendeu cerca de 1 milhão de euros em rescisões de contratos de trabalho e investe cerca de 3,6 milhões de euros na modernização das suas unidades de produção.

A rentabilidade dos capitais próprios foi de 15,5% contra 14,0% no final do anterior exercício, o que corresponde a uma melhoria de 11%.

ROE — return on equity

Percentagem dos capitais próprios



A autonomia financeira manteve-se em 24%, após a distribuição de dividendos ocorrida no exercício em análise.

O *cash-flow* operacional (antes de extraordinários, financeiros e IRC) continua a evoluir favoravelmente, situando-se em 27,2 milhões de euros contra 25,2 milhões de euros em 2003, o que corresponde a um aumento de cerca de 8%.

Os resultados financeiros melhoraram 53% em resultado da redução das perdas cambiais, bem como da diminuição dos juros de empréstimos bancários, para cuja evolução muito contribuiu um melhor acompanhamento da evolução do dólar americano e uma mais adequada gestão cambial.

Ainda neste âmbito iniciou-se em finais de 2004 uma renegociação dos apoios de curto prazo, cujo impacto se irá evidenciar no exercício de 2005.

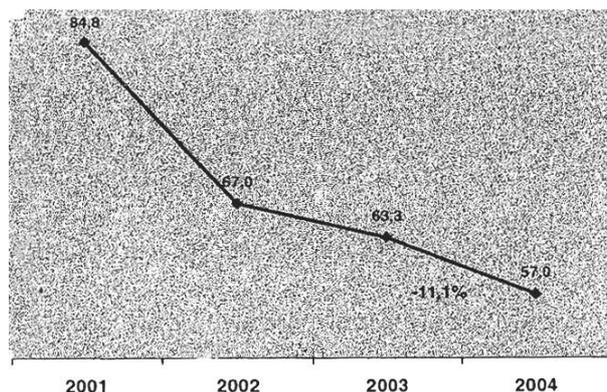
Neste exercício realizou-se mais uma etapa da consolidação do passivo financeiro, iniciada em finais de 2003, contribuindo para esse facto o empréstimo de médio e de longo prazos no montante de 27 milhões de euros, concedido à Efacec pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). Este empréstimo visa igualmente apoiar os investimentos decorrentes da estratégia de crescimento do Grupo em aumento de capacidade e melhoria do produto, nomeadamente na área de I&D.

Este movimento de consolidação e reestruturação do passivo financeiro irá ser reforçado em 2005, de modo a traduzir uma melhor adequação dos capitais alheios no balanço.

No final deste exercício, a dívida financeira encontra-se repartida da seguinte forma (em milhões de euros):

Empréstimos de médio e de longo prazos	37,5
Papel comercial	9,3
Empréstimos bancários	9,8
Subsídios reembolsáveis	0,3

Evolução da dívida financeira — Grupo Efacec



2.1 — Risco Financeiro

No âmbito da gestão dos riscos financeiros, foram mantidas as regras e orientações definidas nos últimos exercícios, no tocante à gestão dos riscos com impacto nos resultados: cobertura de risco cambial; controlo do risco da taxa de juro associado à dívida bancária; e cobertura de preço de *commodities*.

A exposição cambial do Grupo Efavec resulta da grande vocação exportadora de algumas empresas do Grupo, sendo a evolução da cotação EUR/USD acompanhada diariamente, de modo a permitir seleccionar as formas de cobertura deste risco, através dos vários tipos de instrumentos financeiros que o mercado coloca à disposição.

À data de 31 de Dezembro de 2004 o Grupo Efavec tinha coberturas cambiais activas de 26,1 milhões de dólares norte-americanos, através de opções, o que representa uma cobertura da totalidade das cobranças em dólares norte-americanos previstas para os próximos 12 meses.

Relativamente ao risco de taxa de juro a Efavec tem a maior parte da sua dívida a taxa variável, beneficiando, desse modo, da manutenção das taxas de juro a níveis baixos.

Durante o ano de 2004 os EUA aumentaram gradualmente a sua taxa de juro, passando de 1% no início do ano para 2,25% no final de 2004.

No tocante à Europa os sinais ainda fracos de fortalecimento da economia, conjugados com expectativas mais favoráveis para o comportamento da inflação nos próximos meses, terão justificado o adiamento da inversão do ciclo de taxas de juro por parte do Banco Central Europeu. No entanto, é previsível que este ciclo seja alterado no final do primeiro semestre de 2005 conduzindo ao aumento das taxas de juro na zona euro.

Neste sentido a Efavec irá reforçar, durante o 1.º semestre de 2005, as coberturas de taxa de juro da sua dívida bancária, aproveitando os níveis historicamente baixos das mesmas, por forma a minimizar os encargos financeiros.

No tocante às *commodities* o Grupo Efavec tem em risco a variação de preço do cobre nos mercados internacionais. Este tipo de risco tem sido tradicionalmente coberto junto dos próprios fornecedores deste metal, colocando compras futuras com preço fixado. No entanto, durante o exercício de 2004 foram de igual modo efectuadas coberturas através de derivados, junto dos mercados financeiros. Assim, no final de 2004, a Efavec procedeu à cobertura do risco de variação do preço do cobre, em cerca de 80% das necessidades previstas para 2005.

Por fim, releva-se que todas as operações enunciadas em matéria de cobertura dos riscos, têm por objectivo cobrir riscos efectivos do Grupo.

Todas as operações, enquanto activas, são acompanhadas de perto, procedendo-se periodicamente à sua avaliação, bem como à avaliação da continuidade da sua adequação ao objectivo inicial que lhe deu origem.

2.2 — Investimentos

O investimento global do Grupo ascendeu a cerca de 5 milhões de euros, consubstanciando essencialmente em novos equipamentos e modernização das unidades fabris localizadas no pólo de Arroiteia.

No respeitante a investimentos financeiros a Efavec reforçou as suas participações detidas na Liaoyang Efavec Electrical Equipment Co. L.^{da} (LEECC) e nas Águas da Figueira, no montante global de 272 milhares de euros.

Foi constituída a sociedade S2M — Sociedade de Manutenção de Metropolitanos (instalações fixas), S. A., participando a Efavec com 120 milhares de euros, correspondentes a 40% do capital social.

2.3 — A Efavec e o mercado de capitais

Os principais mercados bolsistas internacionais registaram, em 2004, ganhos entre 3,5% e 17%.

O mercado português, com uma valorização anual de cerca de 13%, encontra-se entre os melhores vencedores mundiais de 2004.

O índice bolsista PSI-20 fechou, em 31 de Dezembro, ao nível dos 7600 pontos.

2.3.1 — Acções Efavec

A Efavec mantém cotadas no mercado oficial 41 641 416 acções, correspondentes à totalidade seu capital social, com um valor nominal de 1 euro cada.

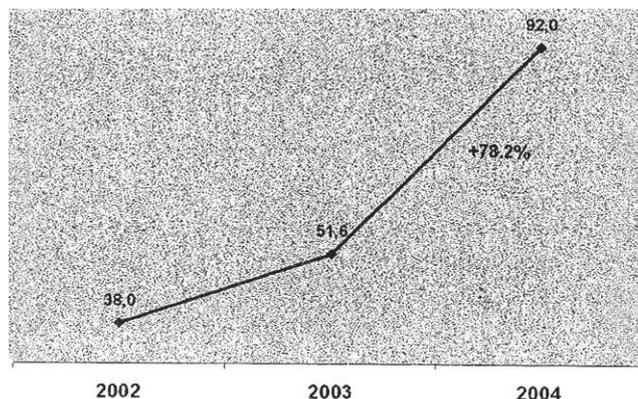
De referir que em finais do ano de 2003 a Efavec efectuou uma operação de redução do seu capital social, pela modalidade de redução

do valor nominal das acções com reagrupamento das mesmas, através da substituição de cada acção detida por três novas acções de valor nominal de 1 euro. Em consequência, o número de acções representativas do seu capital social passou de 13 880 472 euros para 41 641 416 euros e o valor nominal de cada acção passou de 5 euros para 1 euro.

Esta operação foi concretizada na Euronext em Abril de 2004.

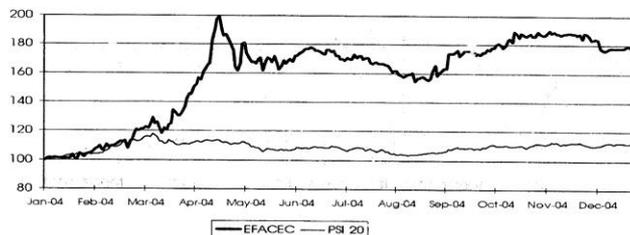
Capitalização bolsista

Milhões de euros



Como se comprova pela análise do gráfico seguinte, a cotação da acção Efavec teve um comportamento bastante positivo em 2004, traduzido numa valorização de 78,2% (valorização mais de seis vezes superior à valorização média do PSI-20 no mesmo período), contra 12,6% do PSI-20.

Evolução das cotações Efavec vs PSI-20



Esta valorização contribuiu para posicionar a Efavec nas maiores subidas ocorridas no exercício de 2004, confirmando o reconhecimento pelo mercado, dos resultados atingidos pelo Grupo.

No período em análise as cotações máxima e mínima da Efavec foram de 2,52 euros e de 1,22 euros, respectivamente.

As acções Efavec apresentaram uma boa liquidez, tendo sido transaccionadas neste exercício 10,9 milhões de acções.

A data de 31 de Dezembro de 2004 a empresa continua a manter em carteira 900 000 acções próprias, adquiridas no exercício de 2000.

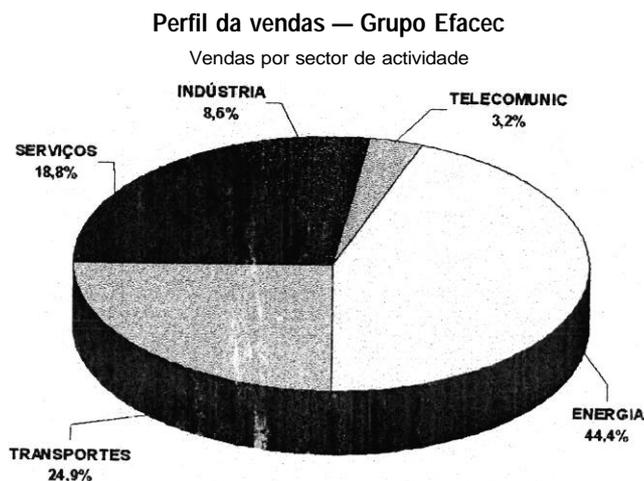
2.3.2 — Obrigações Efavec

O empréstimo obrigacionista no montante nominal de 15 milhões de euros, emitido em Novembro de 1999, com um prazo máximo de cinco anos e com uma opção de reembolso antecipado (*call-option*) no final do terceiro ano, foi totalmente amortizado em Novembro de 2004.

3 — Actividades e áreas de negócio do Grupo

O Grupo Efavec tem desenvolvido a sua actividade assente numa estrutura organizada por áreas de negócio: Engenharia, Ambiente e Serviços (EAS); Equipamentos de Energia (EEN); Telecomunicações, Logística e Electrónica (TLE); e Internacional, que se agrupam em três pólos de actividade: Carnaxide; Arroiteia; e Maia.

A repartição do total das vendas no Grupo em 2004, representada no gráfico seguinte, reflecte no entanto uma maior concentração da actividade em três domínios principais: Energia, Transportes e Serviços.



Esta concentração vem ao encontro do objectivo estratégico da Efaced de focagem agregada nos mercados de energia, transportes (actividade crescente no seu portfólio de negócios e que se sustenta no abrangente leque de competências e experiência adquirida como sistemista/integrador) e serviços.

Dadas as competências multidisciplinares que a Efaced possui e que representam o seu principal factor diferenciador e de competitividade, a Efaced foi uma vez mais escolhida, em 2004, como parceiro preferencial para inúmeras realizações de referência nacional e internacional.

3.1 — Encomendas e realizações no mercado nacional

Destacam-se em seguida alguns exemplos de encomendas recebidas e realizações efectuadas em 2004, com o objectivo de ilustrar cada uma das diferentes Áreas de Negócio do Grupo:

REN — Rede Eléctrica Nacional: contrato para fornecimento de um autotransformador desfasador de 450 MVA e de seccionadores e disjuntores, cuja adjudicação foi obtida na sequência de concursos internacionais em que participaram outros fabricantes europeus credenciados;

EDP — Distribuição: encomenda para o fornecimento de seccionadores e disjuntores, surgida na sequência de exigente concurso público internacional, tendo a escolha recaído sobre a Efaced dada a fiabilidade e competitividade das soluções apresentadas;

Metro do Porto: continuação dos fornecimentos que incluem os sistemas de transmissão, videovigilância, telefonia, informação ao público (visual e sonora) e bilhética, tendo-se adicionado novas funcionalidades aos sistemas e disponibilizado, atempadamente, os serviços para o Euro 2004. Obtenção de encomenda relativa ao sistema de rádio de dados para comunicação entre o posto central e as composições;

Refer: recepção provisória dos sistemas integrados de telecomunicações de apoio à exploração das linhas do norte e do Algarve, bem como do nó do Porto (fase IV), e conclusão dos projectos: ramal Tunes-Lagos; linha de Sintra (estação de Melecas); eixo Norte-Sul (troços Coina-Penalva e Pinhal Novo-Palmela-Setúbal);

Brisa — Auto-estradas de Portugal: fornecimento das primeiras fases, do Sistema de Telemática Rodoviária (STR) da rede de auto-estradas, nas vertentes de transmissão e videovigilância. Ampliação da presença na área da videovigilância com a obtenção da encomenda de um sistema para todas as praças de portagens. Fornecimento de sistemas de energia fotovoltaicos para alimentação de equipamentos remotos (câmaras e estações meteorológicas);

Mercado do tratamento de água e efluentes: das adjudicações recebidas dos mercados do tratamento de águas e efluentes, relevam-se as estações de tratamento de efluentes para diversas localidades de Trás-os-Montes, o reforço da captação para a Estação de Tratamento de Água de Lever e as estações de tratamento de água para as localidades da Póvoa e Caia (Alentejo). Para além da adjudicação da operação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Matosinhos, destacam-se ainda as TAR's para Seia e São Romão, bem como o fornecimento de todos os equipamentos electromecânicos para o aproveitamento hidroagrícola do Roxo (Alentejo);

Centro Comercial Dolce Vita Douro (Vila Real): instalação de todas as infra-estruturas eléctricas e electromecânicas do centro comercial;

Praça de Touros do Campo Pequeno (Lisboa): contrato para renovação das instalações eléctricas, telecomunicações, ventilação, ar condicionado e sistemas electrónicos de segurança, do subsolo da Praça de Touros do Campo Pequeno;

Portucel (Cacia): contrato para remodelação da rede de média tensão, fornecimento e montagem da instalação eléctrica de potência, iluminação, detecção de incêndios e aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC), da nova caldeira de recuperação da Portucel em Cacia;

Carris: fornecimento de cerca de duas centenas de indicadores de destino (painéis) para autocarros;

Ecogen: colocação em serviço da primeira instalação de micro cogeração em Portugal, contribuindo para o arranque do conceito de produção de energia distribuída e intervindo nas fases de projecto, instalação e manutenção dos sistemas;

Optimus: substancial participação da Efaced na construção de novas estações UMTS reengenharias, optimizações e *back up* da rede existente;

Redes móveis: ainda na área de actividade das redes móveis e no tocante a projectos especiais, salienta-se a confiança depositada na experiência da Efaced por parte dos três operadores de redes móveis. Entre os vários espaços cobertos em que se implementou a cobertura rádio, incluem-se importantes estádios destinados ao Euro 2004, Dragão, Boavista e Guimarães, centros comerciais, Dolce Vita e Fórum Madeira (Funchal), bem como a cobertura de rede nos túneis do Metro do Porto.

3.2 — Encomendas e realizações no mercado internacional

Florida Power & Light (EUA-Palm Beach): encomenda dos dois maiores transformadores até hoje fornecidos para os EUA, efectuada pela Florida Power & Light, uma das mais conceituadas *utilities* americanas, permitindo o reforço da penetração no exigente mercado dos EUA;

Georgia Power Company (EUA-Atlanta): encomenda de várias subestações móveis;

PG&E — Pacific Gas and Electric Company (EUA-São Francisco): encomenda de transformador móvel;

Sonelgaz (Argélia): encomenda para equipar subestações de transporte da rede eléctrica argelina;

Metro Ligeiro de Tenerife (Canárias): encomenda referente aos dois lotes, energia & sistemas, da nova linha do Metro Ligeiro de Tenerife que irá ligar Santa Cruz de Tenerife a La Laguna. Este projecto chape na mão, que decorrerá entre 2004 e 2006, é uma obra de elevada envergadura e que vem confirmar o reconhecimento das capacidades técnicas e tecnológicas da Efaced por parte do mercado espanhol;

Aeroporto de Cabo Verde: fornecimento e montagem, no novo aeroporto de Cabo Verde, de vários tipos de equipamentos eléctricos, electromecânicos e electrónicos, bem como de uma Etar, sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado e sistemas de manipulação automática de bagagem, e painéis de informação variável ao público;

Dr. Franz Feurstein GmbH (Áustria): encomenda para fornecimento de um armazém automático de bobinas de papel à austríaca Dr. Franz Feurstein GmbH, uma das maiores produtoras mundiais de papel fino de baixa gramagem e alta qualidade;

Republic of Singapore Air Force: encomenda para o fornecimento e a instalação de quatro armazéns automáticos de cargas leves, destinados ao armazenamento de peças de reserva para aviões e que surgiu como consequência natural da qualidade e fiabilidade demonstradas pela Efaced em mais de 10 sistemas automáticos de material *handling* realizados no sudeste asiático;

ESA — European Space Agency (Holanda): desenvolvimento, para a ESA, do primeiro *hardware* espacial completamente desenvolvido em Portugal, o EuTEMP, unidade de medida e aquisição de temperatura de pequenas dimensões, autónoma e alimentada por baterias, que obedece aos requisitos de segurança e de qualificação da ESA e da NASA e será montado na parte externa do módulo europeu, *Columbus*, da estação espacial internacional.

3.3 — Áreas de negócio

Em seguida apresenta-se uma análise resumida da actividade e indicadores das áreas de negócio não tomando em consideração os ajustamentos entre elas, previstos nas demonstrações financeiras consolidadas.

3.3.1 — Engenharia, ambiente e serviços (EAS)

Os indicadores económicos apresentados em seguida, caracterizam a actividade desenvolvida pelo conjunto das empresas que integram

esta área de negócios durante o exercício de 2004 e sua comparação com o ano anterior:

	(Em milhares de euros)	
	2003	2004
Encomendas	97 464	134 350
Volume de negócios	119 921	128 864
EBITD	3 812	5 780
Resultados antes de impostos	3 033	4 419
Resultados líquidos	2 590	3 920

O valor das encomendas registadas neste exercício cresceu 38%, passando de cerca de 97 para 134 milhões de euros e o volume de negócios foi de 129 milhões de euros em 2004 contra 120 milhões de euros em 2003.

O EBITD apresenta um aumento de 52% face a 2003.

Os resultados líquidos cresceram 51%, passando de 2590 para 3920 milhares de euros.

A evolução positiva de todos os indicadores acima referidos são o resultado de prestígio a reconhecimento das competências detidas por esta área de negócio, contribuindo para tal a elevada qualidade e empenho de todos os seus colaboradores.

3.3.1.1 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado nacional:

REN — Rede Eléctrica Nacional: execuções para a nova interligação eléctrica a 400kV com Espanha, infra-estrutura considerada um pilar fundamental para o estabelecimento do MIBEL. Está nova interligação tornou-se possível devido ao trabalho de remodelação da subestação de Ferreira do Alentejo, coma construção das linhas de 400 kV entre Sines, Ferreira do Alentejo e Alqueva e com a ligação em T para Balboa, já em Espanha, para estabelecer a nova interligação com a rede internacional;

A Efavec respondeu à urgência da obra cumprindo, num curto prazo de execução e dentro do orçamento previsto, todos os requisitos contratuais, apesar da complexidade do projecto;

Mercado do tratamento de água e efluentes: das adjudicações recebidas dos mercados do tratamento de águas e efluentes, destacam-se várias estações de tratamento de efluentes para diversas localidades de Trás-os-Montes, o reforço da captação para a estação de tratamento de água de Lever e as estações de tratamento de água para as localidades da Póvoa e Caia (Alentejo). Para além da adjudicação da operação da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Matosinhos, destacam-se ainda as ETAR's para Seia, S. Romão, bem como o fornecimento de todos os equipamentos electromecânicos para o aproveitamento hidroagrícola do Roxo (Alentejo);

Energias renováveis: durante 2004 a Efavec ganhou importantes encomendas na área das energias renováveis, nomeadamente na da energia eólica, correspondendo a uma aposta estratégica da empresa nesta área, das quais destacámos;

Parque Eólico do Pampilhosa da Serra: estabelecimento do contrato com a Enersis referente à subestação de 220kV do parque eólico de 30 kV, cuja adjudicação foi possível pela rapidez e solidez das respostas técnicas e comerciais da Efavec. O contrato, com um prazo de realização ambicioso, e incluindo cerca de 25% de equipamentos Efavec, será o primeiro parque em Portugal com uma subestação de 220 kV, ligado directamente à rede de transporte de energia da REN, representando assim um marco histórico na energia eólica portuguesa;

Parques Eólicos do Rabaçal e Degracias (Condeixa-a-Nova): contrato assinado com a VESTAS para o projecto, fornecimento de equipamento, construção e colocação em serviço de toda a instalação complementar de produção, destinada aos parques de Rabaçal e Degracias, da Enersis, com uma potência instalada de 22 MW;

Parque Eólico do Penedo Ruivo (Serra do Marão): a Efavec assinou com a Energiekontor um contrato para o fornecimento chave na mão do parque eólico de Penedo Ruivo, de 15 MVA, incluindo o projecto de concepção e detalhe, a construção civil e a subestação 20/60 kV para ligação à rede;

Portucel (Cacia): contrato para remodelação da rede de média tensão, fornecimento e montagem da instalação eléctrica de potência, iluminação, detecção de incêndios e AVAC, da nova caldeira de recuperação da Portucel em Cacia;

Centro Comercial Dolce Vita Douro (Vila Real): fornecimento e montagem de todas as infra-estruturas eléctricas e electromecânicas do centro comercial;

Praça de Touros do Campo Pequeno (Lisboa): contrato para renovação das instalações eléctricas, telecomunicações, ventilação, ar con-

dicionado e sistemas electrónicos de segurança, do subsolo da Praça de Touros do Campo Pequeno.

3.3.1.2 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado internacional:

Metro Ligeiro de Tenerife (Canárias): Encomenda referente ao lote de energia da nova linha do Metro Ligeiro de Tenerife, que liga Santa Cruz de Tenerife a La Laguna. Estão previstas futuras ampliações, nomeadamente a ligação ao aeroporto de Tenerife Norte. A Efavec e responsável pelo projecto incluindo o cálculo e dimensionamento das subestações, fornecimento, instalação e opção de manutenção das subestações de tracção, da rede de energia e da linha aérea. Este projecto decorrerá entre 2004 e 2006 e tem uma importância estratégica pois reforçará a lista de referências da Efavec como contratista principal nos projectos integrados de metros, que são uma aposta futura do Grupo nos mercados nacional e internacional;

Aeroporto de Cabo Verde: fornecimento e montagem, no novo aeroporto de Cabo Verde, de vários tipos de equipamentos Eléctricos, Electromecânicos e Electrónicos, bem como de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado e sistemas de manipulação automática de bagagem e painéis de informação variável ao público;

AOZ — Asment Ouled Zidane (Marrocos): empreitada de projecto e fornecimento de todos os sistemas de despoejamento (filtros de mangas, ventiladores e sistemas de descarga) para a fábrica de cimento marroquina AOZ. Este fornecimento relacionou-se com a construção de raiz da fábrica, com futura localização a 56 quilómetros do sudoeste de Casablanca.

3.3.2 — Equipamentos de energia (EEN)

Na sequência do exercício de planeamento efectuado internamente pela Efavec, foi ratificada por um consultor externo a estratégia para a área de equipamentos de energia, relevando-se que a sua principal actividade, transformadores de potência, tem um forte potencial de crescimento no mercado internacional; é amplamente confirmado o potencial tecnológico da actividade de média tensão; a actividade de transformadores de distribuição constitui uma excelente plataforma de apoio ao desenvolvimento de transformadores de potência; a actividade de alta tensão, com uma notável carteira de encomendas para os próximos anos, apresenta claras sinergias fabris com a actividade de média tensão.

Relevam-se em seguida alguns indicadores económicos que caracterizam a actividade desenvolvida pelo conjunto das três empresas desta área de negócio no exercício de 2004, comparativamente ao ano anterior.

As encomendas confirmadas aos seus clientes neste exercício foram de 117 milhões de euros contra 94 milhões de euros angariadas no ano anterior, correspondendo a um aumento de 25%.

O volume de negócios cresceu 4% quando comparado com o período homólogo de 2003. A carteira de encomendas situa-se em 66 milhões de euros, aumentando 18% face a 2003.

	2003	2004
Encomendas	93 600	116 945
Volume de negócios	100 058	103 972
EBITD	9 866	8 385
Resultados antes de impostos	474	3 710
Resultados líquidos	1 039	1 961

Os resultados antes de impostos foram cerca de oito vezes superiores aos realizados no exercício anterior.

Os resultados líquidos cresceram 89% em 2004, passando de 1039 milhares de euros para 1961 milhares de euros, confirmando a justeza das medidas de reestruturação implementadas nos exercícios anteriores (2002 e 2003), aprofundadas no actual exercício e que se consubstanciaram em:

Focalização em mercados tecnicamente mais exigentes, mas com melhores margens;

Reestruturação dos negócios e da organização interna do Grupo; Inovação e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias; Dinamização das equipas de trabalho e seu rejuvenescimento; Forte redução dos custos de estrutura e grande rigor na gestão financeira.

O mercado de exportação representa actualmente para esta área 49% do total das suas vendas, para o que contribui a importante rede de agentes, delegações e filiais existentes no estrangeiro.

3.3.2.1 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado:

REN — Rede Eléctrica Nacional: encomenda de um autotransformador desfasador será instalado na subestação da Falagueira. A adjudicação foi obtida na sequência dum concurso internacional em que participaram os maiores fabricantes europeus, representando um marco importante para a Efacec, por se tratar do primeiro ATD a instalar na rede eléctrica portuguesa, que devido à exigente especificação técnica, quer para o funcionamento como autotransformador desfasador, quer como autotransformador normal (AT), requereu estudos aprofundados de elevada complexidade técnica;

EDP — Distribuição: encomenda e fornecimento de transformadores de potência destinados a subestações das três direcções de infra-estruturas da EDP — Distribuição;

EDP — Produção: fornecimento de vários transformadores de 64 MVA, 220 kV para a central de Castelo de Bode e conclusão dos trabalhos dos dois transformadores de 113 MVA, 165 kV para a central de Venda Nova II;

Siemens — Fabrico de Transformador de Potência (438 MVA-22/410 kV) destinado ao Grupo 3 da Termoeléctrica do Ribatejo (TER) no Carregado;

Metro do Porto: encomenda e fornecimento de uma subestação móvel de tracção.

3.3.2.2 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado internacional:

PG&E — Pacific Gas and Electric Company (EUA-São Francisco): encomenda de dois auto-transformadores de 420 MVA e fornecimento de vários auto-transformadores de 200 MVA e de 100 MVA, bem como de um transformador móvel e de uma subestação móvel. As novas encomendas surgem na sequência da confiança depositada pela PG&E na Efacec que continua a ser um dos poucos fabricantes aprovados por esta *utility* americana;

Georgia Power Company (EUA-Atlanta): encomendas de várias subestações móveis, todas com características técnicas diferentes, sendo a maior de 46 MVA, 220 kV. Esta encomenda vem confirmar a penetração no exigente mercado dos EUA, dada a comprovada competitividade internacional dos produtos Efacec e a preferência pela elevada qualidade e fiabilidade da sua tecnologia;

Florida Power & Light (EUA-Palm Beach): encomenda de auto-transformadores de 560 MVA. A Florida Power & Light, uma das maiores e mais conceituadas *utilities* dos EUA, com elevada exigência a nível de padrões de qualidade e a quem a Efacec tem vindo a fornecer subestações móveis, confirmou a preferência pelo Grupo ao encomendar dois dos maiores transformadores até hoje fornecidos para os EUA;

Alabama Power (EUA): encomenda de uma subestação móvel, pela comprovada competitividade, internacional destes produtos e preferência pela qualidade e fiabilidade da tecnologia Efacec;

NPC — Nevada Power Company (EUA-Las Vegas): renovação do contrato-programa a três anos para o fornecimento de transformadores de 20 MVA, 33 MVA e 50 MVA. Na sequência deste contrato a Efacec fabricou, em 2004, vários transformadores de 33 MVA e dois de 50 MVA;

Sonelgaz (Argélia): encomendas para o fornecimento de transformadores de potência, seccionadores de alta tensão e celas de média tensão e mais de duas centenas de postos de média e baixa tensão da gama Normafix, destinados a equipar subestações de transporte da rede eléctrica argelina. A Sonelgaz, empresa pública argelina responsável por toda a rede eléctrica nacional, continua a manifestar grande confiança no equipamento produzido pela Efacec, com quem estabeleceu os primeiros contratos em 1997. Com estes fornecimentos ascendeu a 3000 MVA, o total da potência de transformadores fabricados pela Efacec instalados na rede eléctrica argelina;

PPC (Grécia): fornecimento de equipamento de distribuição secundária das gamas Fluofix GC e Normafix24 para a PPC, empresa de distribuição eléctrica da Grécia;

Clemessy — Aeroporto Charles de Gaulle (França): contrato para fornecimento de celas de média tensão da gama Normafix, celas extraíveis da gama Normacel e transformadores de 8,5 MVA. Esta é mais uma importante referência adquirida pela Efacec num dos mais prestigiantes aeroportos internacionais, permitindo ao Grupo continuar a posicionar-se favoravelmente na candidatura a realizações no sector internacional de transportes;

ICE (Costa Rica): fornecimento de transformadores de 45 MVA. Destaca-se a realização de um ensaio de resistência aos curto-circuitos realizado: numa unidade de 45 MVA, 230 kV, num reputado laboratório internacional (KEMA), comprovando assim a excelência da tecnologia Efacec. Desde 1998 este é o sexto transformador a realizar este, tipo de ensaio, tendo a Efacec obtido sucesso em todos eles;

EAC (Chipre): fabrico de um transformador de 165 MVA, 142 kV de uma unidade de 14,5 MVA, 15 kV. Destaca-se neste projecto a incorporação das mais recentes tecnologias de monitorização *on-line* de transformadores. Estas unidades incorporam um sistema de detecção de gases e humidade no óleo, de monitorização de descargas parciais, e monitorização do regulador em carga. Todas estas informações estão disponíveis na sala de comando da Subestação, sendo a comunicação feita através de uma ligação em fibra óptica.

3.3.3 — Telecomunicações, logística e electrónica (TLE)

A análise estratégica confirmada em 2004 por um consultor externo, releva dois aspectos principais caracterizadores do pólo tecnológico da Maia: uma elevada competência de gestão de projectos com criação de valor, o que o posiciona como a área de negócios mais rentável do Grupo; e uma elevada capacidade de antecipação de oportunidades de negócio, consubstanciada num nível igualmente elevado, de *entrepreneurship* dos seus quadros, demonstrando capacidades de renovação contínua. Estas características são suportadas pelas seguintes competências chave intrínsecas:

Profunda especialização de engenharia em sistemas complexos; Elevado conhecimento das necessidades dos sectores de actividade em que actua;

Alargada lista de referências em projectos nacionais;

Mindset fortemente empreendedor;

Acesso privilegiado aos clientes portugueses.

Destacam-se alguns, indicadores económicos, que caracterizam a actividade desenvolvida pelo TLE no exercício de 2004, comparativamente ao ano anterior.

	(Milhares de euros)	
	2003	2004
Encomendas	104 791	80 275
Volume de negócios	83 691	88 499
EBITD	8 019	7 862
Resultados antes de impostos	5 503	5 379
Resultados líquidos	4 924	4 690

O volume de negócios cresceu 6% em 2004 face a 2003 e as encomendas recebidas foram de 80 milhões de euros, contribuindo para uma carteira de encomendas de 106 milhões de euros, o correspondente a mais de um ano de actividade, o que permite assegurar o nível de negócios previstos para 2005.

3.3.3.1 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado nacional:

Refer: recepção provisória dos sistemas integrados de telecomunicações de apoio à exploração da linha do norte (sub-troço Aveiro-Ovar) e da rede de acesso no troço São Bento/Nine/Braga e linha Guimarães-Braga.

Destaca-se ainda o sub-troço Entroncamento-Albergaria, bem como a linha do Algarve (sub-troço Funcheira-Faro).

Salienta-se, pelo facto de representar um salto em termos tecnológicos na abordagem efectuada pela Refer para a exploração das suas linhas, a adjudicação da solução de telecomunicações para a Linha de Oeste. Finalmente verificou-se o relançamento expressivo da actividade das passagens de nível com diversas encomendas da Refer para as quais salientamos um sistema inovador de 20 PNs automáticas simplificadas com recurso a novas tecnologias nomeadamente a transmissão de anúncios via rede IP para o ramal da Figueira da Foz;

Metro do Porto: continuação dos fornecimentos que incluem os sistemas de transmissão videovigilância, telefonia, informação ao público (visual e sonora) e bilhética, tendo-se adicionado novas funcionalidades aos sistemas e disponibilizado atempadamente os serviços para o Euro 2004. Obtenção de encomenda relativa ao sistema de rádio de dados para comunicação entreposto central e as composições;

Brisa: fornecimento das primeiras fases do Sistema de Telemática Rodoviária (STR) da rede de auto-estradas, nas vertentes de transmissão e videovigilância. Ampliação da presença na área da videovigilância com a obtenção da encomenda de um sistema para todas as praças de portagens. Fornecimento de sistemas de energia fotovoltaicos para alimentação de equipamentos remotos (câmaras e estações meteorológicas);

CP — Caminhos de Ferro Portugueses: conclusão da fase II do projecto *Train-office* e do projecto *Interfast* (primeiro terminal rodoviário da Bobadela);

Carris: conclusão da fase III do projecto SAEIP e fornecimento de cerca de uma centena e meia de sistemas de indicadores de destino para autocarros (painéis de indicação de destino);

STCP: conclusão do projecto SAEI, culminado com a encomenda e fornecimento de um *video-wall* e de cerca de meia centena de painéis electrónicos de informação aos utentes dos serviços de transportes públicos (painéis de paragem de autocarro);

Optimus: grande aumento da actividade, principalmente no 2.º semestre de 2004. No tocante a projectos especiais, em que se implementou a cobertura rádio de espaços cobertos, incluem-se os importantes estádios destinados ao Euro 2004, (Dragão, Boavista e Guimarães) centros comerciais (Dolce Vita nas Antas e Fórum Madeira, no Funchal) e cobertura de rede nos túneis do Metro do Porto;

Renova, S. A.: fornecimento e instalação de um sistema de transporte de paletes baseado em transportadores motorizados para ligação entre duas unidades de produção e do novo armazém de expedição. O sistema instalado inclui a identificação e etiquetagem automática das paletes à saída de cada posto da produção, transporte até ao armazém numa distância de cerca de 150 metros e distribuição por tipo de armazenagem;

Laboratórios Bial (Trofa): armazém automático para armazenagem de matéria-prima, embalagem e produto acabado (medicamentos). O armazém instalado, baseado numa estante autoportante no qual se inclui o revestimento, inclui ainda uma rede de transportadores associados, que asseguram o transporte das paletes entre as várias áreas de tratamento;

Ecogen: colocação em serviço da primeira instalação de microgeração em Portugal, contribuindo para o arranque do conceito de produção de energia distribuída e intervindo nas fases do projecto, instalação e manutenção dos sistemas;

CascaShopping: fornecimento de um sistema de gestão integrada do centro comercial CascaShopping que integra a gestão técnica com os sistemas de segurança do edifício;

Águas do Cávado: adjudicação do sistema de transmissão IP para suporte das comunicações de dados, voz e televigilância do sistema multimunicipal de abastecimento de água à área norte do grande Porto.

3.3.3.2 — Exemplos de encomendas e realizações no mercado internacional:

Metropolitano de Tenerife, S. A. (Canárias): encomenda do lote de sistemas para a nova linha do Metro Ligeiro de Tenerife, que irá unir Santa Cruz de Tenerife a La Laguna, numa extensão aproximada de 15 quilómetros. A encomenda contempla, neste lote, o fornecimento de sistemas de sinalização; telecomunicações (comunicações por fibra óptica e via rádio); supervisão técnica; telecomando; sistema de auxílio à exploração (SAE); informação ao público; telefonia; videovigilância; bilhética; controlo de acessos; e detecção de incêndios;

Sonelgaz GRTE (Argélia): contrato para o fornecimento de sistemas de telecomando (PCG's), chave na mão, para a rede de transporte da Sonelgaz envolvendo centros de comando Scate X e unidades remotas CLP 500. Trata-se do primeiro contrato para a rede de transmissão de energia neste cliente. Estão ainda em curso outras ofertas de elevado valor para a Sonelgaz na a área da distribuição;

CERN — Centre European de Recherche Nucléaire (Suíça): fornecimento de mais de três centenas de conversores de tensão de quatro quadrantes ± 10 Vdc/ ± 120 A, que irão equipar 110 racks, com o objectivo de alimentar imanes que permitem o funcionamento do maior acelerador de partículas jamais feito pelo homem, o LHC (*large hadron collider*). A Efacec assegurará ainda, todo o fornecimento e teste das cartas electrónicas. O contrato prevê a extensão da encomenda de mais conversores e racks, abrindo as portas a outros negócios em curso e bateu técnica e comercialmente empresas oriundas do centro e norte da Europa, que são fornecedores tradicionais do CERN;

ESA — European Space Agency (Holanda): desenvolvimento do primeiro *hardware* espacial completamente desenvolvido em Portugal, o EuTEMP, que consiste numa unidade de medida e aquisição de temperatura, autónoma e alimentada, por baterias, que obedece aos requisitos de segurança e de qualificação da ESA e da NASA e será montado na parte externa do módulo europeu, *Columbus*, da estação espacial internacional, dedicada à demonstração em órbita de tecnologias espaciais;

Bósnia-Herzegovina Railways Public Corporation: contrato para fornecimento e instalação de um sistema de controlo remoto para a rede eléctrica de tracção, que se enquadra na política de reabilitação e reconstrução da Bósnia-Herzegovina;

Chilectra (Chile): novas encomendas para fornecimento de sistemas de comando e protecção para as subestações de distribuição;

Cruikshanks (Escócia): continuação da parceria com a empresa escocesa para o fornecimento de sistemas de controlo para subestações de transporte de energia no Bahrain, concretizada com a encomenda de três novos sistemas;

Dr. Franz Feurstein GmbH (Áustria): encomenda de armazém automático de bobinas de papel e equipamento associado. Este cliente integra o Grupo Trierenberg Thinprinting, um dos maiores produtores mundiais de papel fino de baixa gramagem e alta qualidade. O fornecimento da Efacec é chave na mão, incluindo: edifício de estante autoportante e revestimentos; rede de extinção de incêndios; ventilação; iluminação;

Força Aérea de Singapura: fornecimento e instalação de quatro armazéns automáticos tipo *Miniload* (armazéns de cargas leves) para armazenamento de peças de reserva para aviões e concebidos para funcionarem 24 horas/dia, sete dias/semana. A encomenda que originou este fornecimento surge como consequência natural da qualidade e fiabilidade demonstradas pela Efacec nos mais de 10 sistemas automáticos de material *handling* realizados no sudeste asiático. Destaca-se o facto deste ser o segundo fornecimento da Efacec para as Forças Armadas de Singapura;

Strabag GmbH (Bulgária): contrato para construção do sistema de tratamento de bagagens do novo terminal do Aeroporto Internacional de Sofia. O projecto consiste no fornecimento e instalação *turnkey* do sistema de movimentação de bagagens do novo terminal do aeroporto, desenhado para servir 2,5 milhões de passageiros por ano. Para além de vários balcões de *check-in*, de transportadores de bagagens e de carroceiros de triagem e de recolha de bagagens, o fornecimento inclui um sofisticado sistema de controlo e um *software* de gestão dinâmica do fluxo de bagagens no aeroporto;

SCA — Hygiene Paper España, S. L. (Espanha): encomenda de um sistema pioneiro de carga, através da utilização de *automatic guided vehicles* (AGVs). A SCA Espanha pertence ao Grupo Svevsk Celfulosa Aktiebolaget (S. C. A.) de origem sueca que conta com cerca de 46 000 empregados distribuídos por 40 países e que em 2003, teve uma facturação de 9,4 biliões de euros;

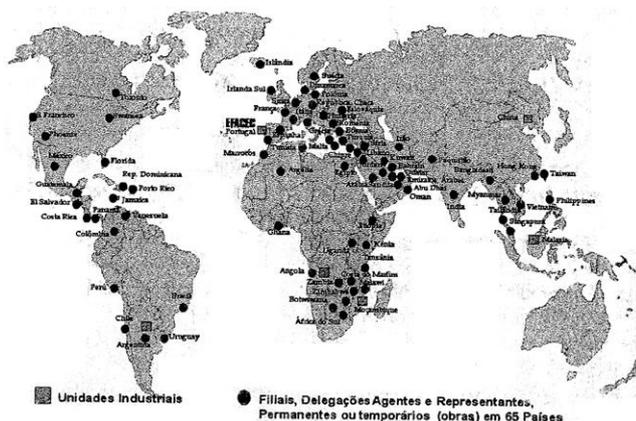
Sovena Ibérica (Espanha): encomenda para remodelação e actualização de um armazém automático, em Espanha, que implicou a adição de novos equipamentos e um novo sistema de gestão. A Sovena é líder na Península Ibérica, no fabrico de azeites e derivados, tendo demonstrado uma preferência continuada pela qualidade e fiabilidade da Efacec, ao efectuar esta nova encomenda após o fornecimento pela Efacec, em 2001, de um armazém automático para as suas instalações em Portugal;

Recall (Nova Zelândia-Auckland): encomenda de um sistema de armazenagem para a Recall, empresa especializada em arquivos (armazenagem de documentos). Esta encomenda simboliza o sucesso da capacidade de customização dos produtos e soluções Efacec às necessidades dos seus clientes, e surge na sequência de um contrato para fornecimento de um armazém para as instalações da Recall na Noruega, para o qual a Efacec desenvolveu um sistema perfeitamente adaptado às necessidades deste cliente, e que está a ser implementado em várias partes do Mundo.

3.3.4 — Efacec internacional

A internacionalização do Grupo EFACEC assume uma das principais prioridades estratégicas para o desenvolvimento e crescimento futuro dos seus negócios.

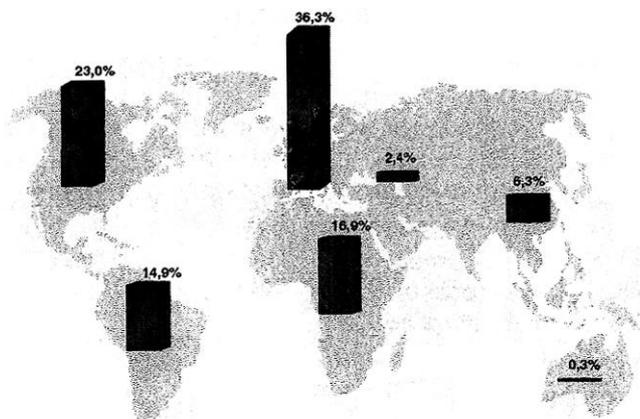
Rede internacional



Em 2004 foi dada continuidade à actividade da Efacec Internacional, apoiando de forma significativa o desenvolvimento dos negócios do Grupo na área internacional.

Volume de negócios (exportação)

Por mercado



Exportação de 44% do volume de negócios em Equipamentos
2004: Exportação de 27% do volume total de negócios

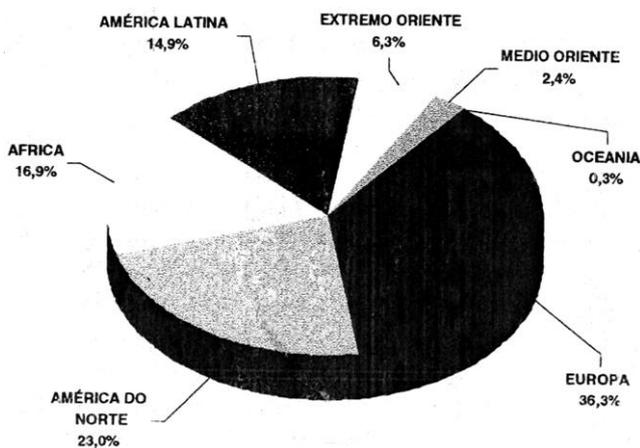
Foi dada continuidade à preocupação da escolha criteriosa das geografias da expansão, da constituição de alianças estratégicas e táticas com parceiros internacionais e da partilha de recursos com outras entidades, preferencialmente ibéricas.

São, ainda, objectivos chave do processo de internacionalização acrescentar valor nos mercados de destino, através da criação de bases locais próprias, industriais e de engenharia e da constituição de adequadas parcerias comerciais e ou tecnológicas com entidades locais.

Deste modo a Efacec realiza uma abordagem mais integrada ao cliente e uma melhor percepção do valor acrescentado das suas propostas, factores de diferenciação e de acréscimo de competitividade decisivos para o sucesso dos negócios internacionais.

Perfil das vendas no Grupo Efacec em 2004

Vendas por mercado — exportação

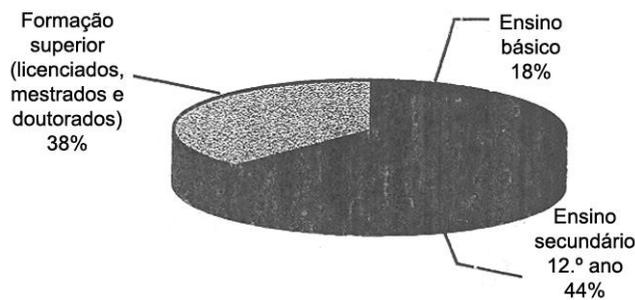


4 — Áreas corporativas

4.1 — O perfil humano do Grupo

Com o objectivo de contribuir para consolidar a preparação dos recursos humanos do Grupo, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, para os desafios de duplicação da *performance* e dimensão nos próximos cinco anos e de, a 10 anos, replicar noutros continentes as actividades que hoje são desenvolvidas em Portugal, o exercício de 2004 caracterizou-se pelo desenvolvimento de diversas acções sustentadas e interligadas, no âmbito da gestão de recursos humanos.

Do ponto de vista das qualificações a Efacec conta com uma equipa experiente e com elevados níveis de qualificação, conforme ilustram os indicadores abaixo:



(Em percentagem)

Níveis de escolaridade	2001	2002	2003	2004
Ensino básico (1.º e 2.º ciclos)	25,5	25	25	18
Ensino secundário e 3.º ciclo	39,5	40	40	44
Formação superior (licenciados, mestres e doutores)	35	35	35	38

O número de efectivos aumentou ligeiramente face a 2003, em resultado da admissão de 36 colaboradores afectos à actividade de Reparações da ABB, que a Efacec adquiriu no final de 2004.

	2001	2002	2003	2004
Número de efectivos	1 857	1 865	1 839	1 855

Esta relativa estabilidade do número de efectivos não espelha o rejuvenescimento crescente em que o Grupo tem apostado desde 2002, dado que em 2004 se registou uma taxa de rotação de efectivos de 14%, tendo sido admitidos 138 novos colaboradores.

Reconhecendo que o seu capital humano é o activo mais importante da organização, e que as pessoas são a principal vantagem competitiva que permite criar valor de forma sustentada, em 2004 o Grupo Efacec continuou a aposta no desenvolvimento dos seus colaboradores, através de uma aposta continuada em formação e desenvolvimento, sendo de destacar a formação avançada para executivos, realizada em escolas de renome mundial: IMD; London Business School; Kellogg (USA); Harvard Business School (USA); Wharton (USA).

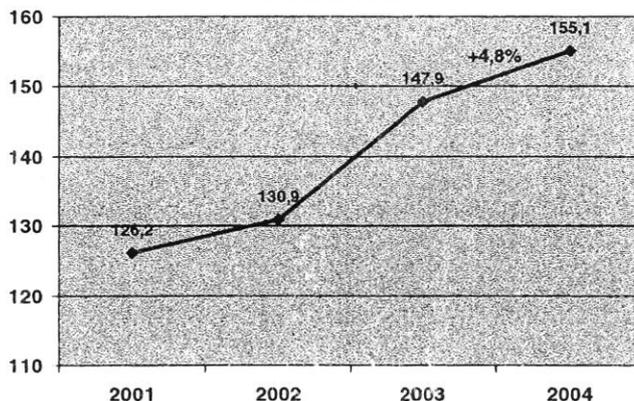
Na formação profissional de activos, foi dada particular ênfase às áreas de formação técnica, *marketing* e vendas, gestão e finanças, línguas, comportamento humano e informática, dirigidas a 941 participações, num total de 16 760 horas.

Para além destas, foram igualmente planeadas e realizadas acções sobretudo *on job* nas áreas técnica, da qualidade, higiene, ambiente e segurança.

A forte aposta no desenvolvimento de competências transversais dos quadros de Grupo continuou a assumir particular importância, pelo que em 2004 foi dada continuidade ao desenvolvimento de alto nível, nomeadamente em gestão (pós-graduações, MBA e mestrados) e em *marketing*, com o envolvimento de mais de 120 colaboradores em reuniões plenárias e no programa de imersão em MK, iniciado em 2003.

Vendas/efectivo

Milhares de euros



Foram lançados projectos no domínio da responsabilidade social, em particular no âmbito da solidariedade, através de projecto Ser Solidário e no âmbito da responsabilidade ambiental, através do projecto EFAverde.

O primeiro teve como objectivo apoiar, através do envolvimento e contributo de todos os colaboradores do Grupo, uma instituição de solidariedade social. O segundo visou a melhoria significativa da qualidade do ambiente de trabalho em espaços fechados, pela sensibilização anti-tabágica.

Como suporte à gestão de recursos humanos foram dados passos para modernizar os processos administrativos ao nível da Gestão de RH, tendo sido criado na intranet do Grupo um canal *web* RH, que permite aos responsáveis pelas áreas e unidades de negócio obter e gerir informação em tempo real, de forma mais ampla, rápida e eficaz, e conduz a importantes economias de tempo. A *web* RH permite de igual modo maiores níveis de autonomia na consulta e maior co-responsabilização na geração e actualização da informação, por parte de chefias e colaboradores, podendo estes realizar tarefas em regime *self-service* (ex-consulta do plano anual de formação; justificação de ausências, etc.).

Esta experiência resultou com sucesso e será alargada, em 2005, a outras áreas da gestão administrativa de RH.

4.2 — Inovação

4.2.1 — Inovação organizacional

Com a conclusão do projecto de inovação EFAInova que decorreu em 2003, foi criado em 2004 o gabinete de inovação, cuja missão consiste em desenvolver na organização uma cultura de inovação, tornando-a num valor do Grupo Efacec.

No ano de 2004 o gabinete de inovação implementou um conjunto de acções e desenvolveu a sua actividade nas unidades de negócio, com especial destaque para as intervenções nas Efacec — Automação e Robótica, Efacec AMT — Aparelhagem de Média Tensão e Efacec DT — Transformadores de Distribuição, bem como na unidade de aparelhagem de alta tensão. Os 280 colaboradores envolvidos repensaram as actuais estratégias de cada uma destas áreas e contribuíram com novas ideias.

Para além dos projectos nas unidades de negócio foram desenvolvidas diversas iniciativas e eventos (encontro de I & D, Programa Quadro da Comissão Europeia, iniciativas COTEG, desenvolvimento de *site* na *intranet* do Grupo) para que o processo de inovação atinja toda a organização, levando-a a pensar o futuro, a empenhar-se e a envolver-se na construção da estratégia da Efacec.

Os 500 colaboradores da Efacec que participaram no desenvolvimento das actividades de inovação, com elevada receptividade, mostraram que é possível passar das ideias à prática, fazendo com que os projectos orientados pelo gabinete de inovação, tenham resultado em novos processos operacionais internos e novos modelos de negócio, criando condições para o desenvolvimento e reforço do espírito e cultura de inovação no Grupo.

As organizações de sucesso, serão aquelas onde exista um espírito aberto para a inovação, onde todos os envolvidos na cadeia de valor partilhem o mesmo desafio comum — fazer da inovação a chave do sucesso da organização, pelo que esta deve ser encarada como um processo sistemática, contínuo e sustentado, que requer acima de tudo uma atitude positiva de todos os intervenientes.

Em 2004 a Efacec privilegiou o desenvolvimento de acções dirigidas aos processos e à organização e, em 2005, o objectivo será dirigir os projectos e acções para a identificação de inovações associadas a produtos e a negócios.

4.2.2 — Investigação e desenvolvimento

A Efacec deu continuidade em 2004 à sua filosofia e prática de investigação e desenvolvimento, numa procura de melhoria sistemática das suas soluções, sistemas e produtos.

Na área da produção e transmissão de energia, transformadores de potência, foi intensificado o enfoque no desenvolvimento do *software* de cálculo e projecto automático, potenciando ganhos significativos em produtividade e sustentando a concepção e realização de novos produtos, entre os quais destacámos o primeiro autotransformador desfasador (potência nominal — 650 MVA; regulação de tensão: 400/150+ 7,5%, — 10% kV; regulação de ângulo de desfasamento: +/- 25%) a instalar na subestação da Falagueira, em Outubro de 2005. Este aparelho foi desenvolvido a partir da necessidade da REN em maximizar a injeção de potência, produzida a partir de novas centrais eólicas, na rede de 400 kV, com optimização da capacidade de transmissão insta-

lada, evitando, a construção de novas linhas. A solução tem vantagens assinaláveis dos pontos de vista ecológico e económico. Os estudos levados a cabo pela REN, IST e GESI, com simulação em PSS/E e ATP, confirmaram a perfeita adequação e coerência dos parâmetros apresentados pela Efacec.

Na área de distribuição de energia, aparelhagem de média tensão e transformadores de distribuição, foram redireccionados recursos para responder de forma mais focada ao mercado de soluções integradas, sobretudo, na área dos postos de transformação, do *e-business*, com a introdução do *software* de projecto de postos de transformação (Visual-PUC) e ainda dos *software* de apoio à área comercial — ProcomWeb e *joint ventures* Efa-Export.

No domínio das homologações conseguiu-se a Autorização Temporária de Utilização (ATE) dos produtos Normafix e Fluofix na rede da EDF em França e no domínio dos produtos estendeu-se a gama Fluofix, com função de protecção por disjuntor de vácuo bem como a inclusão do novo (comando CI3 na função interruptor. Iniciou-se de igual modo um esforço de colaboração na área de I&D com a Bauen Efacec, visando reforçar a capacidade nesta área sobretudo em projectos de celas com tecnologia de isolamento no ar.

Na área de negócios de telecomunicações, logística e electrónica, na unidade de automação de sistemas de energia serão de destacar a conclusão do desenvolvimento da nova gama de protecções X420, do detector de defeitos D050 e do armário para automação e telecontrolo de Interruptores Aéreos Telecomandáveis (IAT), equipamentos para aplicação nas subestações de distribuição e na rede de média tensão. Na gestão de redes, realce para o desenvolvimento do sistema Genesy's que foi colocado em exploração efectiva no despacho da região norte da EDP. Foram igualmente apresentadas candidaturas junto da Agência de Inovação para projectos de desenvolvimento em colaboração com a REN e entidades do SCTN (FEUP e FCUP).

Na unidade de sistemas de alimentação foi concluído o desenvolvimento do sistema de monitorização, via *ethernet*, para sistemas de alimentação. Foi também finalizado um sistema de supervisão de gama baixa, este tem como principal característica o baixo custo o que permite a abordagem a mercado cujo *drive* é preço.

Por outro lado teve início o desenvolvimento de sistemas de alimentação com pilhas de combustível a hidrogénio (em colaboração com a Ballard) permitindo a construção de sistemas com menor impacto ambiental. Para a realização deste projecto a Efacec SE/SA submeteu uma candidatura à Agência de Inovação para demonstração desta tecnologia, em situação real, numa estação rádio de telecomunicações móveis a ser disponibilizada por um operador.

Ainda no âmbito das energias renováveis foi concluído um estudo sobre sistemas fotovoltaicos. Esta a decorrer uma parceria com um promotor energético nacional para a instalação de uma central piloto de 100 kW em território nacional.

A unidade sistemas de alimentação apresentou na Feira de Hannover 2004 um sistema de alimentação inovador baseado em pilhas de combustível (*fuel cells*). Com este sistema pretendemos alterar o mercado da energia para telecomunicações substituindo gradualmente os tradicionais sistemas em que a energia de *backup* é armazenada em baterias, por sistemas com pilhas de combustível, onde a fonte alternativa é o hidrogénio (H₂). Desta forma, para além de consumir energia a partir de fonte renovável, estamos simultaneamente a eliminar a utilização de baterias, que do ponto de vista ecológico representam uma séria ameaça ao ambiente.

Tendo como principal alvo os segmentos metros ligeiros e ferroviários, a ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações efectuou a consolidação técnica da plataforma de *software* Inoss, que suporta a implementação de soluções integradas de apoio à exploração nas vertentes de transmissão, videovigilância e informação ao público (visual e sonora), alargando consideravelmente as funcionalidades disponibilizadas e o leque de equipamentos que podem ser operados a partir dessa plataforma.

Na Microprocessador Sistemas Digitais deu-se uma evolução da gama de indicadores de destino, com desenvolvimento de módulos de LED's (*light emitting diode*) SMD (*surface mounting device*) bem como de nova consola de comando e de comunicação por fibra óptica entre consola e painéis.

4.3 — Qualidade, ambiente e segurança (QAS)

Em 2004, como resultado da nova organização estratégica QAS, realizaram-se os primeiros fóruns de Qualidade, Ambiente e Segurança, onde se lançaram diversos projectos de interesse inquestionável.

As actividades da qualidade visaram essencialmente o aperfeiçoamento do sistema de qualidade do Grupo, com vista à integração futura dos sistemas de qualidade das empresas de TLE e dos sistemas de ambiente

e segurança. Esse aperfeiçoamento tem contribuído para uma melhoria de desempenho nas auditorias de certificação.

As características inovadoras do projecto do sistema de qualidade do Grupo foram ainda objecto de um artigo publicado na edição de Junho da revista *Exame*.

A Efavec colaborou de igual modo em várias iniciativas da Associação Portuguesa para a Qualidade, nomeadamente na organização do seu 29.º Colóquio Nacional da Qualidade e na moderação de várias sessões de debate.

O ano de 2004 assistiu à primeira certificação do sistema de gestão ambiental numa empresa do Grupo. A Efavec — Sistemas de Electrónica, S. A., obteve a certificação, pela APCER de acordo com a norma NP EN ISO 14001. Mais duas empresas iniciaram a implementação do sistema de gestão ambiental, estando a sua certificação prevista para o ano de 2005. Com base nestas experiências, as restantes empresas do Grupo poderão avançar para as respectivas certificações.

Na área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), o ano registou mais alguns acontecimentos de relevo. A Efavec — Sistemas de Electrónica, S. A., obteve, em simultâneo com a certificação ambiental, a primeira certificação no Grupo Efavec, segundo as OHSAS 18001:1999/NP 4397:2001. Durante o Outono de 2004, a Efavec — Robótica, S. A., seguiu-se-lhe com a obtenção da certificação no mesmo domínio.

Um dos resultados esperados é a minimização do risco das diversas actividades industriais e, como consequência, a redução dos potenciais acidentes de trabalho, o que só será verdadeiramente um sucesso com a obtenção de zero ocorrências. Por outro lado, prevê-se que em 2005 sejam implementadas diversas soluções organizativas, respeitadoras dos novos referenciais (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto — Código do Trabalho e Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho — Regulamentação do Código do Trabalho) e devidamente autorizadas pelo Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

No final do ano, a inscrição do Grupo Efavec no Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável foi um sinal visível da sua tradicional consciência social, e constituiu um primeiro passo para o desenvolvimento de novas actividades com vista a uma gestão mais equilibrada e excelente.

4.4 — Procurement

A Efavec deu continuidade em 2004, ao aprofundamento e consolidação do trabalho efectuado no âmbito do *procurement*, com ganhos de negociação alinhados com os objectivos traçados, e que representaram 3,8% cujo volume de compras (cerca de 6,2 milhões de euros).

O sucesso conseguido foi obtido graças a um trabalho assente em comités de compras multidisciplinares, por área de negócio, liderados por *focus-points* e com coordenação e consolidação das sinergias ao nível do Grupo, tendo-se igualmente apostado no *e-procurement* global.

Pela importância que têm na rentabilidade do Grupo (representam cerca de 60% do volume de vendas), as compras/*procurement* passaram a ter uma gestão cada vez mais técnica, com competências específicas, transmitindo para o exterior um reforço evidente da capacidade negociadora, com reflexos evidentes nos resultados conseguidos.

5 — Factos relevantes

Como acontecimento relevante será de realçar a aquisição da actividade de reparação da ABB (Perafita) realizada no último trimestre de 2004, permitindo à Efavec ampliar a sua actividade de prestação de serviços de manutenção, através de integração horizontal, por forma a tornar-se, a curto prazo, o operador de referência na área de manutenção (*outsourcing*) no mercado português.

Releva-se ainda a realização de mais uma etapa da consolidação do passivo financeiro, iniciada em finais de 2003, contribuindo para esse facto o empréstimo de médio e de longo prazos no montante de 27 milhões de euros, concedido à Efavec pelo Banco Europeu de Investimento (BEI).

Ao nível da composição dos órgãos sociais salientamos as seguintes alterações ocorridas em 2004:

O Grupo José de Mello, substituiu o administrador Eng. António Maria da Cunha Pereira Palha, que cessou funções enquanto administrador da sociedade, por razões de natureza domiciliária, tendo sido cooptado para essa vaga o Dr. Pedro Salinas de Moura;

No âmbito das competências do conselho de administração foi nomeado, por unanimidade, vice-presidente o administrador Dr. Alexandre de Magalhães, no conselho de administração de 29 de Setembro passado, que, pelas suas qualidades pessoais e profissionais, muito contribuirá para o prestígio e qualidade de desenvolvimento futuro da Efavec.

Conforme recomendação da CMVM, informa-se que o Grupo Efavec tem praticamente concluídos os trabalhos relativos à transição do normativo nacional para o normativo IFRS. Deste modo as contas relativas ao 1.º trimestre de 2005, e os respectivos comparativos, serão apresentados segundo este normativo dentro de um prazo que deverá ser semelhante ao verificado nos exercícios anteriores.

Estão quantificados os efeitos que a referida transição provocará no balanço da Efavec, à data da transição (1 de Janeiro de 2004).

De seguida apresenta-se a reconciliação dos capitais próprios (em milhares de euros):

Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2003 (normativo POC)	59 014
Diminuição do imobilizado incorpóreo	— 1 403
Aumento do imobilizado corpóreo	5 872
Reclassificação dos interesses minoritários	2 338
Diminuição das existências	— 4 044
Diminuição de proveitos diferidos	5 242
Aumento de impostos diferidos activos	450
Aumento de impostos diferidos passivos	— 2 310
Reclassificação do <i>badwill</i>	203
Outros	— 6
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2003 (normativo IFRS)	65 356

A diminuição do imobilizado incorpóreo resulta do facto de os respectivos conteúdos não satisfazerem os requisitos de reconhecimento conforme o IAS 38.

O aumento do imobilizado corpóreo decorre do registo ao justo valor de activos à data da transição. A reclassificação dos interesses minoritários e do *badwill* decorre da aplicação do IAS 27.

A diminuição das existências e dos proveitos diferidos resulta da aplicação do método da percentagem de acabamento na mensuração das obras plurianuais.

O aumento de impostos diferidos activos é uma consequência, essencialmente, do ajustamento no imobilizado incorpóreo.

O aumento dos impostos diferidos passivos tem origem, essencialmente, nos ajustamentos do imobilizado corpóreo e das obras plurianuais das filiais da área de negócio EEN.

Em termos de resultados de 2004 estima-se que os efeitos da aplicação do novo normativo impliquem uma diminuição dos resultados líquidos do exercício relativamente ao anterior normativo de cerca de 564 milhares de euros. A respectiva reconciliação apresenta-se como segue (em milhares de euros):

Resultados líquidos em 2004 (normativo POC)	10 074
Amortização do imobilizado incorpóreo	890
Reclassificação dos aumentos de imobilizado incorpóreo de 2004	— 299
Amortização do imobilizado corpóreo	— 926
Ajustamento obras plurianuais	— 1 077
Ajustamentos IAS 39	848
Impacto fiscal dos ajustamentos acima referidos	155
Outros	— 155
Resultados líquidos em 2004 (normativo IFRS)	9 510

Os ajustamentos no imobilizado incorpóreo, imobilizado corpóreo e obras plurianuais são uma consequência dos ajustamentos efectuados na transição.

Os ajustamentos decorrentes da aplicação do IAS 39 resultam da valorização ao justo valor de dívidas a médio e longo prazo e de instrumentos financeiros derivados.

Em termos de capitais próprios à 31 de Dezembro de 2004 é a seguinte a reconciliação (em milhares de euros):

Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 (normativo POC)	64 898
Diferença na transição a 1 de Janeiro de 2004	6 342
Diferença nos resultados líquidos de 2004	— 564
Reclassificação de interesses minoritários	— 28
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004 (normativo IFRS)	70 648

Dado a demonstração dos fluxos de caixa ser apresentada utilizando o método directo não há ajustamentos significativos relativos à mudança do normativo.

6 — Governo das sociedades

Tendo presente os imperativos nos mercados internacionais mais exigentes, de rigor e transparência da estrutura, organização, controlo

e gestão das sociedades, apraz-nos registar o respeito pelo conjunto de regras e normas instituídas desde 1999 pela CMVM.

Assim, e dando acolhimento ao regulamento da CMVM n.º 7/2001 sobre o governo das sociedades cotadas com as alterações entretanto efectuadas, salientam-se a seguir elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário elaborado em obediência ao artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários adoptados pela Efaced Capital — SGPS, S. A., no respeito pelas recomendações apresentadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Ao longo deste relatório e contas, outras informações referentes a esta matéria complementam: aquelas aqui referidas.

CAPÍTULO 0

Declaração de cumprimento

A sociedade considera ter seguido fielmente os princípios inerentes às recomendações da CMVM, embora reconheça não ter ainda adoptado na sua plenitude a recomendação referente a uma eventual restrição do exercício activo do direito de voto em caso de haver imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a cinco dias úteis, dado considerar que necessita de um maior prazo (10 dias) para as respectivas comunicações de bloqueio das acções emitidas pelas entidades de depósito serem receptivas pela sociedade. Acresce que, no historial da sociedade, não há registo de algum accionista não ter podido participar na assembleia geral por incumprimento desse prazo de 10 dias.

CAPÍTULO I

Divulgação de informação

1 — Organigramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos departamentos da sociedade no quadro de processo de decisão empresarial:

O Grupo evidencia uma organização centrada em áreas de negócio complementares, mas com acompanhamentos específicos de gestão.

Todas as empresas reportam funcional e hierarquicamente à sua área de negócio e ao administrador designado para o efeito.

A orientação global estratégica, coordenação e comunicação é assegurada pela estrutura central residente na *holding* do Grupo, cujos serviços comuns estão organizados numa base funcional.

As quatro áreas de negócio em que o Grupo se divide são:

EAS — Engenharia, Ambiente e Serviços;
EEN — Energia (Indústria);
TLE — Telecomunicações, Logística e Electrónica;
INT — Área Internacional.

A organização de cada uma destas áreas de negócio é, como mencionado, no entender do conselho de administração, a que melhor responde ao modelo considerado em cada caso, em conformidade com as características e condições específicas de exercício da actividade, procurando manter um equilíbrio de exigências e prioridades comuns, de modo a obterem-se as sinergias necessárias à angariação de maior valor acrescentado na gestão de cada um dos negócios. Cada uma destas áreas tem autonomia de gestão, planeamento e controlo dos negócios e é responsabilizada por toda a condução do seu orçamento anual realizado e actualizado ao longo do ano.

Todas as decisões estratégicas com maior relevo para a área específica e ou com consequências para o Grupo, como um todo, são levadas à *holding* do Grupo para discussão alargada e deliberação ou ratificação.

2 — Lista das comissões específicas criadas na sociedade:

Desenvolvimento da cultura e metodologia de *marketing*;
Projecto Efaced como empregador de referência e Gabinete de Inovação do Grupo;
Sistema de Qualidade do Grupo;
Unidade de Serviços Partilhados;
Unificação dos Sistemas de Aprovisionamentos.

3 — Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade:

Para além da obrigatoriedade de todos os documentos importantes com relevância jurídica serem analisados pelos serviços jurídicos do Grupo, a sociedade tem em desenvolvimento um sistema de controlo de riscos que assenta no acompanhamento com que o conselho de administração da sociedade e, de uma forma mais alargada, das empresas que compõe o Grupo EFACEC, vê a gestão do risco em todas as

suas vertentes e o acompanhamento rigoroso da actividade das várias sociedades que integram cada uma das unidades de negócio, a evolução das suas principais variáveis, as demonstrações financeiras mensais e as suas contas de exploração. Esta política e este rigor estão fortemente implementados no Grupo e todos os altos responsáveis pela gestão e quadros intermédios têm uma postura que é conducente à análise atempada e detalhada das situações potenciais geradoras de risco de negócio, financeiro, legal ou outro específico ou inerente à sociedade, actividade ou país.

Para isso o conselho de administração tem implementado no Grupo um sistema de gestão de risco e controlo interno, complementado por análises periódicas realizadas por entidades externas credíveis e vocacionadas para este tipo de postura, tendente minimização dos riscos associados aos negócios e à gestão.

O Grupo, para os riscos financeiro, operacional e económico, adopta ainda, acções específicas de controlo para minimizar as suas consequências.

As formas de cobertura de risco vão variando e evoluindo de ano para ano e de negócio para negócio, estando o Grupo permanentemente atento ao desenvolvimento de novas formas de gestão de oportunidades e de riscos. Nenhuma actividade económica está isenta de riscos. Através de uma postura de gestão atenta e eficaz procura-se mitigar o risco associado ao negócio, pelo que em 2003 foi lançado um sistema de controlo do risco em contratos, que entrou em funcionamento em 1 de Janeiro de 2004.

O conselho de administração aprovou um Sistema Interno de Poderes de Gestão (SIPGES) que estabelece as regras de vinculação interna e externa a que estarão sujeitas qualquer decisão a tomar ou qualquer compromisso a assumir pela sociedade. O SIPGES subdivide-se em Regras de Vinculação Funcional (RVF) e Níveis Estatutários de Representação (NER). As RVF estipulam as matérias relativamente às quais e os montantes acima dos, quais terá de ser obtida, previamente a qualquer decisão a tomar, a aprovação do respectivo órgão ou hierarquia superior. Os NER definem a forma de vinculação externa pelos respectivos representantes legais (administradores e/ou procuradores) da sociedade, em função das matérias e montantes em causa.

4 — Evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta os factos relevantes para o efeito:

V. Capítulo 5 — Análise económico-financeira — a Efaced e o mercado de capitais.

5 — Política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade:

O conselho de administração da Efaced Capital — SGPS, S. A., sempre pautou a distribuição de dividendos por um contínuo e progressivo incentivo ao investimento no Grupo e nas suas competências. Em conformidade, foi submetendo à aprovação de assembleias gerais anteriores uma afectação à distribuição de dividendos que tivesse presente essencialmente: (i) a capacidade interna futura de geração de meios libertos; (ii) as perspectivas de investimento e necessidades de financiamento; e (iii) a estabilidade e o crescimento do *payout ratio*.

De acordo com os estatutos, os lucros líquidos apurados pelo balanço terão a seguinte aplicação: (i) 5%, pelo menos, para fundo de reserva legal, enquanto não estiver preenchido ou sempre que seja necessário reintegrá-lo e (ii) o saldo, para qualquer outra aplicação que seja votada pela assembleia geral por simples maioria.

A sociedade distribuiu em 2004 dividendos relativos ao exercício de 2003, retomando a tradição de remuneração dos seus accionistas.

6 — Planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa:

Neste exercício não foi adoptado qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

7 — Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro lado, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas:

Neste exercício não foram realizadas quaisquer operações entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas.

8 — Gabinete de apoio ao investidor ou a outro serviço similar:

A sociedade através do seu departamento de comunicação institucional e do seu representante para as relações com o Mercado de Valores Mobiliários encontra-se sempre disponível para esclarecer, dentro dos limites legais, o investidor.

9 — Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente:

A comissão de remunerações da sociedade é composta por três membros eleitos em assembleia geral:

A 31 de Dezembro de 2004 eram membros da referida comissão António Burnay Teixeira, Dr. Fernando Aguiar-Branco e o Dr. Pedro Mendes. Nenhum dos referidos membros acumula qualquer outro cargo em qualquer outro órgão social.

10 — Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e discriminação percentagem respeitante a serviços:

No exercício de 2004, o montante total das remunerações pagas ao auditor externo foi de 381 milhares de euros, cuja discriminação percentual é a seguinte (em percentagem):

a) Serviços de revisão legal de contas	36,8
b) Outros serviços de garantia de fiabilidade	41,7
c) Serviços de consultoria fiscal	7,5
d) Outros serviços (implementação IFRS)	14,0

Todos os serviços referidos nas alíneas c) e d) foram prestados por colaboradores da PriceWaterhouse Coopers & Associados que não participaram em quaisquer dos trabalhos de auditoria realizados nas diversas empresas do Grupo Efaced.

CAPÍTULO II

Exercício de direito de voto e representação de accionistas

1 — Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, nomeadamente que afastem o exercício do direito de voto por correspondência:

Os estatutos da sociedade não contemplam qualquer regra que afaste *ab initio* o exercício do direito de voto por correspondência, sendo que em qualquer convocatória se definem as regras para o respectivo exercício que se passam a transcrever:

É admitido o voto por correspondência, devendo as declarações de voto, que deverão ser dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral e dar entrada na sociedade até às 17 horas do terceiro dia útil anterior ao da designado para a assembleia geral, estar encerradas em envelope laçado do qual constará o nome do accionista e a menção declarações de voto por correspondência para a assembleia geral da Efaced Capital — SGPS, S. A., a realizar no próximo dia ... de ... pelas ... horas. Cada declaração de voto deverá ser assinada pelo accionista, com reconhecimento notarial da sua assinatura, e encerrada em envelope separado e lacrado, com menção do nome do accionista e indicação do ponto da ordem do dia a que diz respeito.

Os accionistas podem fazer-se representar na assembleia geral, desde que o representante seja uma das pessoas mencionadas no artigo 380.º do Código das Sociedades Comerciais, bastando para isso fazer-se acompanhar de uma carta assinada pelo accionista ou por quem o vincule legalmente, dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.

São colocados à disposição dos senhores accionistas, na sede social da sociedade, no prazo legal (15 dias antes da assembleia geral), os elementos de prestação de contas, as propostas feitas pelo conselho de administração e que serão submetidas à deliberação da assembleia geral, relatórios diversos que as devem acompanhar — os previstos na lei e eventualmente outros que se considere possam melhorar a apresentação da informação, os textos que conduzam a alterações societárias que estejam sujeitos à deliberação na assembleia.

A convocatória para a assembleia geral é divulgada antecipadamente nos meios de comunicação social e nos termos previstos na lei.

2 — Existência de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência:

A sociedade não acha relevante a definição de um modelo imutável para o exercício do direito de voto, pensando que o cumprimento das regras indicadas no ponto acima será suficiente para a segurança jurídica do voto por correspondência.

3 — Possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos:

No presente estado da técnica, a sociedade preferiu, neste exercício, não utilizar meios informáticos para o voto, dado os mesmos ainda não garantirem, com a mesma eficácia do voto por correspondência, a segurança jurídica necessária para a confirmação da autenti-

cidade e veracidade do voto nem garantirem a integridade e confidencialidade do respectivo conteúdo.

4 — Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral:

Tem direito a voto o accionista, que 10 dias antes do designado para a realização da assembleia geral prove ser possuidor de, pelo menos, cem acções registadas, depositadas ou inscritas em seu nome, nos termos da lei.

5 — Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral:

V. ponto 1 deste Capítulo.

6 — Número de acções a que corresponde um voto:

A cada 100 acções corresponde um voto.

CAPÍTULO III

Regras societárias

1 — Códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou outros regulamentos internos:

Tem sido prática ao longo de todos estes anos o respeito e manutenção de um clima organizacional interno que suporte uma cultura e prática empresarial e societária que permita e induza a obediência pelas boas práticas de gestão e de conduta, a ética e a respeito pelas regras acima referidas.

Acresce ainda que, através de algumas recomendações e regulamentações internas, o conselho de administração tem pautado a sua gestão por facilitar a comunicação entre as várias empresas e colaboradores, a instituição de um clima de transparência, lealdade e confidencialidade a todos os níveis da organização, a consciência da aplicação e o respeito pelas obrigações resultantes dos deveres de diligência e prevenção e a salvaguarda e prevenção da incorrecta utilização das oportunidades negociais e dos activos da sociedade.

Esta forma de condução dos negócios e da gestão na sociedade tem sido amplamente divulgada por todos os parceiros e colaboradores do Grupo.

Nesse sentido a Efaced implementou em 2004, um código de valores do Grupo.

2 — Procedimentos internos adoptados para o controlo do risco na actividade da sociedade:

V. ponto 3, Capítulo I desta Secção.

3 — Limites ao exercício dos direitos de voto, de direitos especiais de algum accionista e de acordos parassociais:

Em consequência da alteração de estatutos levada a cabo no exercício de 2003, foi suprimida a regra segundo a qual não seriam contados os votos emitidos em assembleia geral de accionistas por um só accionista, em nome próprio ou também como representante de outros, quando excedessem 10% do capital social.

Não existem consagrados nos estatutos da sociedade quaisquer restrições à transmissibilidade acções nem direitos especiais de algum accionista e desconhece-se a existência de acordos.

CAPÍTULO IV

Órgão de administração

1 — Caracterização do órgão de administração:

Tal como estabelecido estatutariamente a administração da sociedade é exercida por um conselho de administração composto por um presidente e dois a 14 administradores, eleitos em assembleia geral, cujos mandatos têm a duração de quatro anos. Dos sete administradores que presentemente compõem o conselho de administração, sendo embora todos independentes nos termos do regulamento n.º 7/2001, com a redacção dada pelo regulamento n.º 11/2003 ambos da CMVM, três não foram indicados em particular por accionistas de mais expressiva representação. O conselho de administração pode delegar a gestão corrente da sociedade numa comissão executiva, composta por um número ímpar de membros, obrigatoriamente inferior a metade do número de membros do conselho de administração, ou um ou mais administradores. Esta possibilidade foi exercida, existindo actualmente uma comissão executiva, composta por três administradores, um dos quais é igualmente o presidente do conselho de administração, sendo os restantes administradores executivos.

Ao conselho de administração, são conferidos pelos estatutos os mais amplos poderes, sem outras limitações e reservas que não sejam as legais, para superior orientação dos negócios da sociedade.

O conselho de administração retine pelo menos, uma vez por trimestre, salvo os casos previstos na Lei ou necessidade correntes que o justifique.

As deliberações do conselho de administração constam de acta, assinada por todos os que nela participam, e são tomadas, pelo menos, por maioria dos votos dos membros presentes ou representados, cabendo ao presidente voto de qualidade.

A) A identidade de membros que compõem o órgão de administração a 31 de Dezembro de 2004 é a seguinte:

Presidente e administrador executivo: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto.

Vice-presidente: Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães.

Vogais e administradores executivos:

Guilherme Ricca Gonçalves.
Pedro Salinas de Moura.

Vogais:

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral.
Daniel Bessa Fernandes Coelho.
Pedro Ferraz da Costa.

B) Funções dos administradores em outras sociedades:

António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto exerce cargos sociais nas seguintes sociedades:

Efacec — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec Energia — Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec AMT — Aparelhagem de Média Tensão, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec DT — Transformadores de Distribuição, S. A. — presidente do conselho de administração;

ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — Engenharia, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — Motores Eléctricos, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — Ambiente, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec — SGPS, S. A.;

Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec — SGPS, S. A.;

Efacec — Automação e Robótica, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec Capital — SGPS, S. A.;

Efacec — Sistemas de Informação, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — Serviços de Manutenção e Assistência, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — International Financing, SGPS, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec — Capital, SGPS, S. A.;

Efacec — Investimentos e Concessões, SGPS, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec — Capital, SGPS, S. A.;

GEMP — Empreendimentos Imobiliários, S. A. — presidente do conselho de administração em representação da Efacec — Capital, SGPS, S. A.;

Efacec — Investimentos e Concessões, SGPS, S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec Singapore, Ltd. — gerente;

Sesco Efacec SDN BHD — administrador;

Efacec Singapore, Ltd. — gerente;

Quinta do Pinto — Sociedade Comercial Agrícola, S. A. — presidente do conselho de administração.

Guilherme Ricca Gonçalves exerce cargos sociais nas seguintes sociedades:

Efacec — Bombas Hidráulicas e Ventiladores S. A. — presidente do conselho de administração;

Efacec — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — administrador e vice-presidente;

Efacec Energia — Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S. A. — administrador e vice-presidente;

Efacec AMT — Aparelhagem de Média Tensão, S. A. — administrador e vice-presidente;

Efacec DT — Transformadores de Distribuição, S. A. — administrador e vice-presidente;

Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. — administrador e vice-presidente.

Pedro Salinas de Moura exerce cargos sociais nas seguintes sociedades:

Efacec — Sistemas de Informação, S. A. — administrador;

ECO-OIL — Tratamentos de Águas Contaminadas, S. A. — administrador;

Nutriquim — Produtos Químicos, S. A. — administrador;

Quimitécnica Ambiente — Tratamento de Resíduos e Efluentes, S. A. — administrador;

Salinas de Moura — Consultores Associados, L.^{da} — sócio gerente.

Daniel Bessa Fernandes Coelho exerce cargos sociais nas seguintes:

Finibanco — S. A. — administrador;

Finibanco Holding, S. A. — administrador;

Celulose Beira Industrial (Celbi), S. A. — administrador;

Império Pneus — SGPS — administrador;

SGPM — Sociedade de Investimentos — presidente do conselho fiscal;

Figueira Paraindústria — presidente do conselho fiscal;

Hospital de São João, no Porto — presidente do conselho geral.

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral exerce cargos sociais nas seguintes sociedades:

EDP — Electricidade de Portugal, S. A. — administrador;

ONI — SGPS, S. A. — administrador;

Efacec Capital — SGPS, S. A. — administrador;

José de Mello Imobiliária — SGPS, S. A. — administrador;

Imópolis — SGFII, S. A. — administrador;

José de Mello — Participações II, SGPS, S. A. — administrador;

Soinper — S. A. — administrador;~

José de Mello — Serviços, L.^{da} — gerente.

2 — Comissão executiva ou de outras comissões com competência em matéria de gestão:

O conselho de administração deliberou conceder aos membros da comissão executiva poderes de gestão e administração corrente de todos os negócios da sociedade e de efectuar todas as operações e actos relativos ao seu objecto social, incluindo, no respeito pelos limites de poderes que lhe são conferidos, o exercício e a promoção do exercício dos direitos da sociedade nas sociedades em que participe e também o direito de dar, à administração destas, instruções vinculantes, nos termos da lei. O conselho de administração deliberou ainda exceptuar da delegação de poderes que confere aos membros da comissão executiva as matérias adiante especificadamente enumeradas além daquelas que, legalmente, não são susceptíveis de serem decididas a não se» pelo conselho de administração, todas as quais se manterão exclusivamente na esfera de decisão do conselho de administração, sendo obrigação da comissão executiva a de as submeter à apreciação deste conselho: aprovação do plano de desenvolvimento estratégico consolidado do Grupo; aprovação do orçamento anual consolidado do Grupo; aprovação de alianças e parcerias estratégicas do Grupo com terceiros; aprovação de investimentos iguais ou superiores a 1% do valor das vendas do ano anterior (incluídos no orçamento); aprovação de investimentos extraordinários, i.e. não incluídos no orçamento, iguais ou superiores a 500 000 euros; aprovação de operações de financiamento a médio/longo prazo superiores a 10 milhões de euros; aprovação de modificações importantes no modelo de organização do Grupo; aprovação da política global de remunerações e benefícios dos recursos humanos do Grupo; aprovação da celebração de contratos de valores superiores a 25 milhões de euros; aquisição/venda, permuta ou qualquer forma de alienação de bens e direitos imobiliários; arrendamento de quaisquer prédios e trespasse de qualquer estabelecimento ou escritórios; constituição de penhor ou hipoteca ou outra qualquer forma de oneração de quaisquer bens da sociedade ou prestação de garantias especiais para pagamento de dívidas da sociedade ou das suas participadas; compra ou venda de títulos de outras sociedades e subscrição de participações noutras sociedades.

No que se refere ao modo de funcionamento, o conselho de administração deliberou que a comissão executiva funcionará do modo a

seguir descrito: A comissão executiva reunirá semanalmente, sendo lavrada acta de cada reunião. Cada administrador executivo, membro da comissão executiva, terá genericamente a seu cargo a gestão corrente de cada uma das convencionais áreas de actividade, a saber: comercial, técnica, e financeira. Em particular António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto terá a seu cargo as áreas comercial e operacional e terá, uma maior responsabilidade e autonomia na orientação das funções de suporte do Grupo, nomeadamente, no planeamento estratégico e controlo de gestão, nos recursos humanos, e na comunicação institucional e comercial. Guilherme Ricca Gonçalves acompanhará em especial os aspectos tecnológicos do Grupo e os serviços funcionais relacionados com a qualidade, ambiente e segurança. Pedro Salinas de Moura terá a responsabilidade das áreas administrativas e financeiras transversais e as áreas funcionais relacionadas com as tecnologias de informação, as compras, os serviços jurídicos, seguros, gestão de risco, serviços gerais e a inovação. António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto enquanto presidente da comissão executiva, caberá ainda a direcção e supervisão da gestão de todas as áreas de actividade do Grupo, nomeadamente as atrás mencionadas, devendo, em consequência, participar na decisão final em matérias importantes de cada uma.

O conselho de administração, deliberou conceder ao abrigo do disposto no artigo 13.º, n.º 2 dos estatutos, aos administradores executivos, membros da comissão executiva, poderes de vinculação da sociedade, em execução e no âmbito da delegação de poderes de gestão acima especificada.

A comissão executiva tem o apoio de uma intitulada comissão directiva que reúne no seu seio os administradores-delegados gestores de cada área de negócios do Grupo.

3 — Modo de funcionamento do órgão de administração:

Ver descrição nos pontos acima.

a) Delimitação de competências entre o presidente do órgão de administração e o presidente da comissão executiva, caso exista:

Não aplicável no exercício em questão.

b) Lista de matérias vedadas à comissão executiva, se existente:

Ver descrição nos pontos acima.

c) Informação aos membros do órgão de administração relativamente às matérias tratadas e decisões tomadas pela comissão executiva, caso exista:

Ao longo de ano a comissão executiva vai informando o conselho de administração através de reuniões periódicas convocadas para o efeito, sendo as mesmas antecipadas do envio de informação preparada sobre os temas a discutir.

d) Lista de incompatibilidades definida internamente pelo órgão de administração e número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, caso existam:

Não aplicável no exercício em questão.

e) Número de reuniões do órgão de administração durante o exercício em causa:

O conselho de administração da sociedade efectuou nove reuniões no exercício de 2004.

4 — Política de remuneração:

Compete à comissão de remunerações da sociedade a atribuição das remunerações dos órgãos sociais, em função do cumprimento anual de determinados objectivos.

5 — Indicação da remuneração, individual ou colectiva:

As remunerações auferidas durante o exercício de 2004 pelos membros do conselho de administração foram de 447 milhares de euros correspondentes a remunerações fixas, 218 milhares de euros a remunerações variáveis e 179 milhares de euros a seguros.

7 — Informação ao investidor

Sociedade cotada na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto: Efacec Capital — SGPS, S. A.

Representante para as relações com o Mercado de Valores Mobiliários:

Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira;
Tel.: 229562575;
Fax: 229562885;
E-mail: melisa@ca.EFACEC.pt.

Divulgação de informação:

O Grupo Efacec promove a divulgação da informação financeira trimestral, semestral e anual, bem como outras informações eventualmente relevantes para investidores e público em geral, através da internet (www.efacec.pt).

8 — Perspectivas

As sólidas bases que a Efacec hoje possui para continuar o seu desenvolvimento de uma forma sustentada, e que se consubstanciam em três exercícios em crescendo, justificam os seus objectivos principais de duplicação da *performance* económico-financeira e da dimensão do Grupo (nos próximos cinco anos e, a 10 anos replicar noutros continentes as actividades que hoje desenvolve em Portugal, à medida que esses mercados o justifiquem).

Como referido, tais objectivos serão atingidos através de uma reorganização que visa:

- A focagem agregada nos mercados de energia, transportes e sistemas;
- Dinamizando a internacionalização à medida que os mercados domésticos estejam consolidados;
- Cada vez mais um posicionamento sistemista integrador para satisfazer as necessidades actuais do mercado.

Corroborando tais objectivos, o exercício de planeamento efectuado internamente pela Efacec bem como a realização de um estudo desenvolvido em 2004, por parte de um consultor externo, com vista à validação e enriquecimento das principais conclusões avançadas pelo Grupo, e cujos objectivos foram os de lançar uma estratégia de desenvolvimento sustentadamente rentável para a Efacec e aumentar a sua eficiência, demonstram que a Efacec possui factores chave de sucesso que lhe permitem encarar o futuro com optimismo, e dos quais se destacam: prazo de entrega, qualidade, fiabilidade, reputação, acesso ao cliente, assistência e custo.

Do mesmo modo, e porque a Efacec acredita que as principais fontes geradoras da sua riqueza se encontram no mercado, na tecnologia que possui ter que continuamente desenvolve, na sua organização e, em particular, nas suas equipas e pessoas, dará continuidade, em 2005, às actividades operacionais que lhe permitam avançar para uma fase de implementação/mudança, alterando a organização por forma a adaptá-la aos grandes eixos estratégicos desejados e das quais se destacam:

Continuar a desenvolver e a aprofundar o processo de internacionalização do Grupo;

Desenvolver uma base para alianças e parcerias comerciais e tecnológicas, nomeadamente nos negócios em que a Efacec necessita de complementaridades para enfrentar um mercado cada vez mais consolidado e globalizado;

Continuar o processo de desenvolvimento e formação de alto nível dos seus quadros em gestão e *marketing*, permitindo uma abordagem comercial mais tecnocrata, uma maior criatividade/inovação nos processos e métodos industriais, e um maior rigor/rentabilidade na utilização dos recursos;

Criar continuamente condições de desenvolvimento e sedimentação da inovação como competência chave da organização em I & D e para o desenvolvimento e diferenciação tecnológica;

Capitalizar na competência técnica e brio dos colaboradores da Efacec (*empowerment*);

Preparar e desenvolver novos líderes, que alavanquem o desenvolvimento contínuo das equipas e antecipem e encarem os processos de mudança organizacional, como a mais importante fonte de vantagem competitiva sustentada;

Aprofundar o desenvolvimento de uma cultura de Grupo Sinérgica, ultrapassando a postura de conglomerado;

Enfatizar o rigor e controlo financeiro e o sentido económico; Aprofundar a filosofia participativa quanto à partilha de criação de valor;

Desenvolver em contínuo a responsabilidade corporativa e social do Grupo e dos seus colaboradores, nomeadamente pela intervenção social e pela melhoria contínua do sistemas e processos de qualidade, ambiente e segurança.

9 — Agradecimentos

As realizações da Efacec são feitas a pensar nos seus clientes, fornecedores, banqueiros e accionistas a quem agradecemos uma vez mais a confiança que depositam nas capacidades e potencialidades da Efacec, demonstrada pela importância e complexidade das missões e realizações que nos são confiadas.

Os nossos agradecimentos são igualmente dirigidos às entidades públicas estatais e locais, pela forma como acompanharam e incentivaram a Efacec.

Aos nossos colaboradores, parceiros especiais no engrandecimento da nossa empresa, dirigimos um especial agradecimento e um forte louvor pelo elevado empenho, dedicação esforço e competência, uma vez mais demonstradas em 2004, principais factores para o elevado nível de êxito do desempenho do Grupo e para a construção sustentada do seu futuro.

À mesa da assembleia geral e ao fiscal único, por toda a aplicação e competência de que uma vez mais deram prova no desempenho das respectivas funções, queremos igualmente deixar expressos a nossa apreciação e agradecimentos.

10 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que os resultados líquidos positivos do exercício da Efacec Capital — SGPS, S. A., no montante de 10 074 339,88 euros, tenham a seguinte aplicação:

Reserva legal	503 800,00
Resultados transitados	139 457,86
Lucros não atribuídos	4 865 167,33
Dividendos	4 565 914,69

Com o objectivo de distribuir 50% do resultado líquido aos accionistas, o conselho de administração propõe ainda distribuir reservas livres, no montante de 486 020,89, o que em termos totais perfaz 5 051 935,58 euros.

22 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa.*

Anexo ao relatório do conselho de administração

No cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais os membros do conselho de administração comunicaram os movimentos abaixo discriminados e as quantidades deidas (tendo em conta a operação de redução do capital social já referida) em 31 de Dezembro de 2004, quanto a títulos da sociedade:

Guilherme Ricca Gonçalves, detinha no final do ano, 2 500 000 acções, tendo adquirido durante o exercício 580 000 acções por 821 750 euros.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do regulamento n.º 11/2000 da CMVM, informamos que, à data de 31 de Dezembro de 2004, as sociedades:

José de Mello — SGPS, S. A., conjuntamente com a sua participada Tecnocapital — SGPS, S. A. (ex-SPPO) detinha 10 576 893 acções, representando 25,40% da capital social, correspondente 25,96% dos direitos de voto, sendo 6 475 671 acções da José de Mello — SGPS, S. A., e 4 101 222 acções da Tecnocapital — SGPS, S. A.;

Têxtil Manuel Gonçalves, S. A., através das suas associadas, Têxtil Manuel Gonçalves — SGPS, S. A., e SPE — Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A., detinha 10 577 514 acções, representando 25,40% do capital social, correspondente a 25,96% dos direitos de voto, sendo 10 167 951 acções da Têxtil Manuel Gonçalves — SGPS, S. A., e 409 563 acções da SPE — Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S. A.;

EDP Participações — SGPS, S. A., detinha 2 125 821 acções, representando 5,11% do capital social, correspondente a 5,22% dos direitos de voto;

Fundação Ernesto Lourenço Estrada, Filhos, detinha 3 356 212 acções, representando 8,06% do capital social, correspondente a 8,24% dos direitos de voto.

22 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa.*

Balancos consolidados para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em euros)

Notas	2004			2003	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	27	5 915 214	5 623 630	291 584	143 393
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	2 446 896	22 107 925	2 361 038	4 365 844
Propriedade industrial e outros direitos	27	1 016 979	707 878	309 100	389 076
Imobilizações em curso	27	129 281	—	129 281	301 269
Diferenças de consolidação	10	1 802 679	989 515	813 165	685 440
		<u>33 333 116</u>	<u>29 428 947</u>	<u>3 904 168</u>	<u>5 885 022</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27	17 306 871	—	17 306 871	17 327 571
Edifícios e outras construções	27	54 434 839	37 845 765	16 589 074	17 960 967
Equipamento básico	27	44 709 786	35 220 369	9 489 417	11 458 854
Equipamento de transporte	27	7 760 380	6 402 899	1 357 481	1 263 623
Ferramentas e utensílios	27	4 695 318	4 159 089	536 229	450 218
Equipamento administrativo	27	17 586 920	14 034 667	3 552 253	4 599 351
Outras imobilizações corpóreas	27	38 134	24 726	13 408	—
Imobilizações em curso	27	2 593 400	—	2 593 400	729 072
	41 e 42	<u>149 125 648</u>	<u>97 687 516</u>	<u>51 438 132</u>	<u>53 789 656</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	2 e 27	6 039 091	5 985 575	53 517	74 452
Empréstimos a empresas do grupo	27	—	—	—	1 397 917

(Em euros)					
	Notas	2004		2003	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Partes de capital em empresas associadas	3, 18 e 27	6 808 712	2 259 554	4 549 158	4 283 574
Empréstimos a empresas associadas	27	580 448	—	580 448	472 448
Partes de capital em outras empresas participadas	6 e 27	1 604 070	4 933	1 499 137	1 496 184
Empréstimos a outras empresas participadas	27	645 837	—	645 837	627 488
Títulos e outras aplicações financeiras	27	201 370	—	201 370	693 885
Imobilizações em curso		—	—	—	—
		<u>15 779 530</u>	<u>8 250 062</u>	<u>7 529 467</u>	<u>9 050 949</u>
Realizável a médio e a longo prazos:					
Outros devedores	50	2 809 261	2 100 000	709 261	3 247 907
Subscritores de capital		—	—	—	—
		<u>2 809 261</u>	<u>2 100 000</u>	<u>709 261</u>	<u>3 247 907</u>
Circulante:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		11 120 787	95 625	11 025 162	8 741 843
Produtos e trabalhos em curso	37	14 807 434	—	14 807 434	22 392 497
Produtos acabados e intermédios		2 955 573	34 916	2 920 657	2 562 384
Mercadorias		891 901	60 776	831 125	522 994
		<u>29 775 695</u>	<u>191 317</u>	<u>29 584 378</u>	<u>34 219 718</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
Clientes, c/c		129 187 969	1 294 456	127 893 513	107 204 982
Clientes, títulos a receber		356 864	—	356 864	940 705
Clientes de cobrança duvidosa		4 721 395	4 185 386	536 009	171 082
Empresas do grupo — empréstimos concedidos		164 832	—	164 832	(—)
Empresas do grupo		42 645	—	42 645	436 400
Empresas associadas	6 033 104	4 668 748	1 364 356	970 860	—
Empresas participadas		260 346	—	260 346	195 002
Outros accionistas		17 977	—	17 977	19 446
Adiantamentos a fornecedores		443 383	—	443 383	1 367 288
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		1 291	—	1 291	1 291
Estado e outros entes públicos	52	746 096	—	746 096	934 505
Outros devedores	51	6 467 947	761 399	5 706 548	4 884 486
		<u>148 443 849</u>	<u>10 909 989</u>	<u>137 533 860</u>	<u>117 126 056</u>
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis		—	—	—	—
Outras aplicações de tesouraria		290 673	—	290 673	122 847
		<u>290 673</u>	<u>—</u>	<u>290 673</u>	<u>122 847</u>
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		4 567 329	—	4 567 329	2 675 869
Caixa		329 036	—	329 036	227 675
		<u>4 896 365</u>	<u>—</u>	<u>4 896 365</u>	<u>2 903 544</u>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	53	26 420 753	—	26 420 753	11 678 637
Custos diferidos	53	679 581	—	679 581	271 649
Impostos diferidos activos	38	6 091 832	—	6 091 832	8 396 302
		<u>33 192 166</u>	<u>—</u>	<u>33 192 166</u>	<u>20 346 588</u>
<i>Total de amortizações</i>			<u>127 116 463</u>		
<i>Total de provisões</i>	46		<u>21 451 369</u>		
<i>Total do activo</i>		<u>417 646 303</u>	<u>148 567 832</u>	<u>269 078 471</u>	<u>246 692 286</u>

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO

	Notas	2004	2003
Capital próprio:			
Capital	55 e 57	41 641 416	41 641 416
Acções próprias — valor nominal	57	(900 000)	(900 000)

	Notas	2004	2003
(Em euros)			
Acções próprias — descontos e prémios	57	(1 094 719)	(1 094 719)
Prémios de emissão de acções		—	125 254
Diferenças de consolidação	10	3 080 052	3 080 052
Ajustamentos de partes de capital em filiais associadas	57	(6 371 414)	(5 739 118)
Reservas de reavaliação	42 e 57	13 195 835	15 899 429
Reservas:			
Reservas legais	57	3 110 266	2 696 573
Outras reservas	57	2 162 818	—
Resultados transitados	57	(—)	(4 968 431)
<i>Subtotal</i>		<u>54 824 254</u>	<u>50 740 455</u>
Resultado líquido do exercício		10 074 340	8 273 856
Dividendos antecipados		—	—
<i>Total do capital próprio</i>		<u>64 898 594</u>	<u>59 014 311</u>
Interesses minoritários	59	<u>2 517 502</u>	<u>2 338 467</u>
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para pensões	46	651 813	319 575
Provisões para participações financeiras	46	680 103	260 873
Outras provisões para riscos e encargos	46	6 044 720	5 234 477
		<u>7 376 636</u>	<u>5 814 925</u>
Dívidas a terceiros — médio e a longo prazos:			
Empréstimos por obrigações não convertíveis	54	—	—
Dívidas a instituições de crédito	54	37 500 118	14 630 043
Outros accionistas		414 121	420 121
Outros credores		73 162	132 398
		<u>37 987 401</u>	<u>15 182 562</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Empréstimos por obrigações convertíveis	54	—	—
Empréstimos por obrigações não convertíveis	54	—	15 000 000
Empréstimos por títulos de participação		—	—
Dívidas a instituições de crédito	54	19 469 329	33 659 445
Adiantamentos por conta de vendas		50 712	—
Fornecedores, c/c		48 481 152	36 700 339
Fornecedores — facturas em recepção e conferência		5 919 100	13 217 102
Fornecedores — títulos a pagar		2 517	—
Empresas do grupo		1 075 032	208 285
Empresas associadas		370	268
Empresas participadas		2 133	1 833
Outros accionistas		12 198	95 798
Adiantamentos de clientes		3 282 571	3 663 269
Outros empréstimos obtidos		—	39 543
Fornecedores de imobilizado, c/c		597 210	928 503
Estado e outros entes públicos	52	9 289 397	5 430 089
Outros credores		1 849 247	1 312 151
Credores por subscrição		233 880	—
		<u>90 264 847</u>	<u>110 256 626</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	53	12 377 192	11 925 702
Proveitos diferidos	53	49 779 143	38 598 825
Impostos diferidos passivos		3 877 156	3 560 868
		<u>66 033 491</u>	<u>54 085 395</u>
<i>Total do passivo</i>		<u>201 662 375</u>	<u>185 339 509</u>
<i>Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo</i>		<u>269 078 471</u>	<u>246 692 286</u>

O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa. — A Técnica Oficial de Contas, Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.

**Demonstração consolidada dos resultados por naturezas
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003**

CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	Notas	2004	2003	
Custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias		2 699 328	2 914 083	
Matérias		116 572 319	118 691 987	121 606 070
Fornecimentos e serviços externos	56		74 531 432	70 862 474
Custos com o pessoal:				
Remunerações		46 869 740	43 927 985	
Encargos com pensões		—	—	
Encargos sociais		13 537 123	12 692 204	56 620 189
Amortizações do imobilizado corpóreo incorpóreo	27	9 343 214	11 646 860	
Provisões		776 502	2 072 183	13 719 043
Impostos		297 426	388 121	
Outros custos e perdas operacionais		1 252 941	1 026 002	1 414 123
(A)			265 880 026	264 221 904
Perdas relativas a empresas associadas	44	100 375	218 004	
Juros e custos similares:				
Outros	44	4 947 289	5 047 665	9 836 509
(C)			270 927 691	274 058 413
Custos e perdas extraordinárias	45		4 342 216	4 526 478
(E)			275 269 906	278 584 891
Imposto sobre o rendimento do exercício	52		3 366 134	1 460 106
(G)			278 636 040	280 044 998
Interesses minoritários	59		136 897	70 056
Resultado consolidado líquido do exercício			10 074 340	8 273 856
			288 847 277	288 388 910

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2004	2003	
Vendas:				
Mercadorias		2 940 392	3 207 591	
Produtos	36	247 121 096	242 176 665	
Prestações de serviços	36	37 573 366	287 634 854	272 004 131
Variação da produção			(7 048 486)	964 451
Trabalhos para a própria empresa			609 649	985 037
Proveitos suplementares		754 811	1 071 567	
Subsídios à exploração		12 435	6 580	
Outros proveitos e ganhos operacionais		979 735	1 746 980	1 766 594
(B)			282 942 997	275 720 213
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a em presas associadas	44	400 042	266 980	
Rendimento de títulos de negociação e outras aplicações financeiras:				
Outros		1 819	235	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	44	2 232 016	2 633 877	4 720 046
(D)			285 576 874	280 440 259
Proveitos e ganhos extraordinários	45		3 270 403	7 948 651
(F)			288 847 277	288 388 910
Resumo:				
Resultados operacionais: (B)–(A)			17 062 971	11 498 308
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A)			(2 413 787)	(5 116 463)

(Em euros)

Notas	2004	2003
Resultados correntes: (D)–(C)	14 649 183	6 381 845
Resultados antes de impostos: (F)–(E)	13 577 370	9 804 018
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F)–(G)	10 211 237	8 343 912

O Conselho de Administração: António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa. — A Técnica Oficial de Contas, Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	294 610 490	286 139 016
Pagamentos a fornecedores	182 919 504	180 048 029
Pagamentos ao pessoal	48 972 405	48 612 169
Fluxo gerado pelas operações	62 718 581	57 478 818
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(665 467)	(475 765)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(47 166 125)	(48 603 705)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	14 886 989	8 399 347
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	65 411	–
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	163 457	2 307 755
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	<u>14 788 943</u>	<u>6 091 592</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	60 000	4 321 443
Imobilizações corpóreas	324 878	49 819
Imobilizações incorpóreas	–	–
Subsídios de investimento	674 135	437 831
Juros e proveitos similares	399 932	276 616
Dividendos	52 000	56 100
	<u>1 510 944</u>	<u>5 141 810</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	304 639	1 515 147
Imobilizações corpóreas	2 581 502	2 457 340
Imobilizações incorpóreas	214 970	115 967
	<u>3 101 111</u>	<u>4 088 454</u>
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	<u>(1 590 167)</u>	<u>1 053 356</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos de médio e de longo prazos	27 000 000	15 242 244
Empréstimos obtidos/concedidos de curto prazo	25 823 684	11 977 715
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	–	–
Subsídios e doações	–	–
Venda de acções próprias	–	–
Cobertura de prejuízos	–	–
	<u>52 823 684</u>	<u>2 219 959</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos de médio e longo prazo	15 185 684	15 116 710
Empréstimos obtidos/concedidos de curto prazo	42 209 636	14 963 228
Amortizações de contratos de locação financeira	148 209	107 585
Juros e custos similares	3 102 631	3 719 787
Dividendos	3 305 217	4 098
Reduções de capital e prestações suplementares	–	–
Aquisição de acções próprias	–	–
	<u>63 951 376</u>	<u>33 911 407</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	<u>(11 127 692)</u>	<u>(6 691 448)</u>

(Em euros)

	2004	2003
Varição de caixa e seus equivalentes	2 071 085	453 500
Efeito das diferenças de câmbio	14 451	107 376
Efeito da variação do perímetro	104 014	625 552
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 026 391	2 054 715
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5 187 038	3 026 391

O Conselho de Administração: *António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa.* — A Técnica Oficial de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.*

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

1.1) Principais movimentos ocorridos nas participações financeiras e respectivo fluxo de caixa:

Sociedade	Valor de aquisição	Valor de alienação	Valor pago	Valor recebido
Normed — Med. Técn. de Seguros Industriais, S. A. (a)	—	—	—	60 000
LEEEC — Liaoyang Efavec Electrical Equipment, Co.	200 000	—	50 000	—
S2M — Sociedade de Manutenção de Metropolitanos (inst. fixas), S. A.	120 000	—	36 120	—
Águas da Figueira, S. A. (b)	—	—	72 000	—

(a) Participação alienada em 2003 por 210 000 euros.

(b) Refere-se a prestações acessórias.

1.2) Valores de caixa e equivalentes à caixa no início do período das filiais adquiridas e das novas entradas:

Sociedade	Numerário	Depósitos à ordem	Outras aplicações de tesouraria	Total
Sermetro	1 000	66 817	—	67 817
ASMI	—	36 197	—	36 197
<i>Total</i>	1 000	103 014	—	104 014

Nota. — Estes valores foram relevados na demonstração dos fluxos de caixa na rubrica de efeito de variação do perímetro.

2) Reconciliação dos valores de caixa e seus equivalentes:

Descrição	2004	2003
Caixa:		
Numerário	329 036	227 675
Depósitos à ordem	4 567 329	2 675 869
	<u>4 896 365</u>	<u>2 903 544</u>

Equivalentes de caixa:

Outros depósitos bancários

— —

Descrição	2004	2003
Títulos negociáveis	—	—
Outras aplicações de tesouraria	290 673	122 847
	<u>290 673</u>	<u>122 847</u>
Caixa e seus equivalentes	5 187 038	3 026 391

3) Outras informações:

O montante de créditos bancários concedidos mas não utilizados é de cerca de 38,1 milhões de euros.

A rubrica de recebimentos provenientes de empréstimos obtidos de médio e longo prazo refere-se ao empréstimo recebido do Banco Europeu do Investimento no montante de 27 milhões de euros.

A rubrica de pagamentos provenientes de empréstimos obtidos de médio e de longo prazos refere-se ao pagamento de do empréstimo obrigacionista Efavec 1999, no montante de 15 milhões de euros.

A rubrica de pagamentos provenientes de empréstimos obtidos de curto prazo inclui o pagamento do programa de papel comercial no montante de 7,6 milhões de euros.

Nota. — A omissão dos números de ordem seguintes significa ausência de matéria a declarar.

O Conselho de Administração: *António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa.* — A Técnica Oficial de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.*

Demonstração consolidada dos resultados por funções para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	Notas	2004	2003
Vendas e prestação de serviços		287 634 854	272 004 131
Custo das vendas e prestação de serviços	62	(234 512 260)	(230 644 461)
Resultados brutos		<u>53 122 594</u>	<u>41 359 670</u>
Outros proveitos e ganhos operacionais		1 956 512	5 773 322
Custos de distribuição		(18 862 997)	(17 766 371)
Custos administrativos		(14 975 198)	(9 928 703)
Outros custos e perdas operacionais		(3 208 513)	(4 445 898)
Resultados operacionais		<u>18 032 397</u>	<u>14 992 020</u>

	(Em euros)		
	Notas	2004	2003
Custo líquido de financiamento		(2 713 455)	(5 165 440)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		299 667	48 976
Ganhos (perdas) em outros investimentos		239 883	418 219
Resultados não usuais ou não frequentes		(2 281 122)	(629 869)
Resultados correntes		<u>13 577 370</u>	<u>9 663 906</u>
Impostos sobre os resultados correntes		(3 366 134)	(1 460 106)
Resultados correntes após impostos		<u>10 211 237</u>	<u>8 203 800</u>
Resultados extraordinários		-	-
Impostos sobre os resultados extraordinários		-	-
Interesses minoritários		136 897	(70 056)
Resultados líquidos excluindo interesses minoritários		<u>10 074 340</u>	<u>8 273 856</u>
Resultados por acção		0,25	0,20

No exercício de 2004, foi efectuada uma reclassificação dos centros auxiliares administrativos de outros custos operacionais para custos administrativos, pelo que estas rubricas não são comparáveis com o exercício de 2003.

O Conselho de Administração: *António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa.* — A Técnica Oficial de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.*

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Os valores monetários estão expressos em euros)

Introdução e descrição do negócio:

As actividades das empresas do Grupo Efacec compreendem uma extensa gama de produtos e serviços de elevado nível tecnológico. Esta diversidade, com competências aos níveis produtivos e de engenharia, possibilitam a oferta de soluções técnicas a um leque muito variado de sectores de actividade tanto no mercado interno como no externo, onde é dirigida uma fatia importante dos nossos produtos e do suporte de apoio a ferramentas de controlo operacional e de gestão, pensadas e elaboradas de acordo com as mais sofisticadas exigências do consumidor. A variedade de serviços e produtos incluem equipamentos diversos destinados ao apoio na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica; sistemas de comando e controlo, tracção eléctrica, electrónica industrial, telecomunicações, automatização e robótica e projectos de engenharia visando complexos industriais, transportes e manutenção industrial.

O Grupo insere-se num mercado altamente competitivo, sendo necessário estar preparado e atento as constantes evoluções e mutações das preferências dos clientes e das novas tecnologias. Atento a isto, o Grupo tem vindo a adaptar a sua estrutura tendo em vista a melhor resposta. Depois de nos últimos anos ter apostado na internacionalização e na diversificação das suas actividades, que culminaram com a criação de sucursais, filiais e agentes espalhados por mais de 30 países, desde o ano de 2000 o posicionamento tem sido o de analisar e avaliar as estratégias desenvolvidas, apostar nas áreas de maior valor acrescentado e dotar as estruturas do grupo de competências adequadas para os novos desafios, inerentes ao mercado e às organizações.

No ano de 2000 foram tomadas algumas decisões de reestruturação pelo conselho de administração, que culminaram na realização, de pro-

visões significativas nas contas das várias empresas do Grupo. Nomeadamente, foram constituídas provisões para a participação detida ainda no final de 2000 na Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co., as quais se mantêm ainda nas rubricas de provisões.

Durante os anos de 2001 a 2003, deu-se continuidade ao plano de reorganização e reestruturação interna, culminando com a redefinição de algumas estruturas orgânicas do grupo. No último trimestre de 2001, ao nível dos investimentos e das participações, foi tomada uma decisão importante que culminará na desactivação e desinvestimento na unidade de produção mantida no Oriente — Macau desde 1993 e que, estrategicamente não se mostrava viável, atendendo a outros investimentos no grupo na mesma zona do mundo mais competitivos. A decisão teve por consequência a eliminação completa da até então empresa do Grupo — Efacec Oriente, L.^{da}, que saiu do perímetro de consolidação em Setembro de 2001, ficando apenas registada como parte de capital em empresa do Grupo. Dada a improbabilidade de se receber qualquer tipo de benefício desta participada, foi registada no exercício de 2001 uma provisão de 100% para o efeito, a qual se mantém no final deste semestre.

As acções da Efacec Capital encontram-se cotadas no mercado oficial da Euronext Lisbon.

As notas seguintes estão organizadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade, para a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os números das notas não indicados neste Anexo significam que as mesmas não se aplicam ou a sua apresentação não é relevante para a leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As empresas incluídas na consolidação, as suas sedes sociais e a fracção de capital detido pela Efacec Capital, directa ou indirectamente, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Fracção de capital detido (percentagem)
Efacec Capital — SGPS, S. A.	Matosinhos	Empresa-mãe
Efacec — SGPS, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec Energia — Máquinas e Equipamentos Eléctricos, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec Engenharia, S. A.	Oeiras	100,00
Efacec AMT — Aparelhagem de Média Tensão, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec DT — Transformadores de Distribuição de Energia, S. A.	Matosinhos	100,00

Denominação social	Sede	Fracção de capital detido (percentagem)
Efacec Motores Eléctricos, S. A. (a)	Ovar	100,00
Efacec Ambiente, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec Sistemas de Electrónica, S. A. (h)	Maia	96,89
Efacec Automação e Robótica S. A.	Maia	100,00
Efacec Serviços de Manutenção e Assistência, S. A.	Matosinhos	100,00
Efacec Sistemas de Informação, S. A.	Matosinhos	100,00
Moldiamleva — Sociedade Instaladora de Elevadores, L. ^{da}	Oeiras	100,00
Microprocessador — Sistemas Digitais, S. A.	Maia	54,30
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. (b) e (h)	Maia	99,03
Efacec International Financing — SGPS, S. A. (c)	Matosinhos	55,00
Efacec Investimentos e Concessões — SGPS, S. A. (d)	Oeiras	75,00
GEMP — Empreendimentos Imobiliários, S. A. (e)	Matosinhos	100,00
SVEP — Segurança e Vigilância Electrónica de Pessoas, L. ^{da}	Oeiras	92,00
Efacec do Brasil, L. ^{da}	São Paulo (Brasil)	100,00
Efacec Angola, L. ^{da}	Luanda (Angola)	100,00
Efacec — Sistemas do Brasil, L. ^{da}	Salvador da Baía (Brasil)	99,00
Efacec — Sistemas Venezuela, C. A.	Caracas (Venezuela)	65,00
Efacec Malaysia, SDN BHD (f)	Kuching (Malásia)	61,00
Efacec Florida	Miami (Florida)	100,00
Bauen, S. A. (g)	Córdoba (Argentina)	53,33
Efacec — Marketing Internacional, S. A. (h)	Maia	100,00
TECH M5 Capital — SGPS, S. A. (h)	Maia	100,00
TECH M5 — Tecnologia para Operadores de Rede, S. A. (h)	Maia	100,00
TECH M5 — Comunicações Celulares, L. ^{da} (h)	Maia	74,00
MAP — Consultoria e Gestão, L. ^{da} (h)	Maia	100,00

(a) A partir de 1999, após a alienação da actividade de produção e comercialização de motores eléctricos, esta empresa passou a concentrar a sua actividade na reparação de motores e transformadores de distribuição.

(b) A participação era no final de 1999 de 50,8%. No exercício de 2000 e 2001 foram adquiridos mais 21,2% e 28%, respectivamente, os quais geraram uma diferença de consolidação (nota n.º 10) no montante de 522 945 euros. A partir de 2001 a participação passou a ser de 100%, tendo em 2003 sido alienado 0,97% para fora do grupo — ver alínea (i).

(c) Empresa participada em 45% pelo IPE — Investimentos e Participações Empresariais, tendo por objectivo a gestão de algumas participações no Oriente. À data de 31 de Dezembro de 2004, detém 60% da sociedade Efacec Malaysia SDN. BHD que, por sua vez, detém 23% da sociedade Sescoc Efacec, residente no mesmo país.

(d) Os restantes 25% são detidos pela Caixa Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A. Esta sociedade foi constituída com a finalidade de gerir participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, podendo igualmente prestar serviços técnicos de administração e gestão, nos termos legais, nomeadamente o acompanhamento de concessões.

(e) Sociedade adquirida em 1999 para gestão de património imobiliário do grupo.

(f) Esta empresa é detida pelo grupo, através da Efacec International Financing — SGPS, S. A., em 60% e pela Efacec Capital — SGPS, S. A., em 1%. Pelo facto daquela sociedade ser detida em 55% por esta, há controlo da Efacec Malaysia.

(g) Em Julho de 2003, foi adquirida 23,33% aos minoritários, ficando, o grupo a deter 53,33%, passando assim a ser integrada pelo método integral.

(h) O capital da Efacec Marketing Internacional (anteriormente denominada, Tech M5 GT) foi adquirido em Julho de 2003 aos seus fundadores por 260 500, tendo os 49,7% da Tech M5 Capital sido adquiridos a PME Capital — Sociedade de Capital

de Risco, S. A., e FRIE PME Capital Global por troca de acções da Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. (3,11%) e ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. (0,97%), diminuindo assim a percentagem detida pelo grupo, pelo valor de 750 000.

Informação completa sobre o negócio e actividades desenvolvidas das empresas acima referidas encontram-se na sede, podendo ser disponibilizadas se solicitado.

Todas as empresas referidas na tabela anterior, foram consolidadas pelo método integral, de acordo

Para além da integração das empresas acima referidas, foram ainda integradas nas demonstrações financeiras consolidadas, as contas das sucursais da República Checa e Tunísia e as contas dos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's), EcoBarcelos, Etarlima, MCT, Sportser, Sermeto e ASMI.

2 — Empresas do Grupo excluídas da consolidação:

As empresas registadas em partes de capital em empresas do grupo e que foram excluídas da consolidação, em 31 de Dezembro de 2004, as suas sedes sociais e a fracção de capital detido, directa ou indirectamente, eram as seguintes:

Denominação social	Sede	Capital detido (percentagem)	Valor na contabilidade
Efacec Oriente, L. ^{da} (a)	Macau	100	5 988 951
Outros	—	—	50 140
			<u>6 039 091</u>
Provisão para a Efacec Oriente (nota n.º 46)			<u>— 5 985 575</u>
			53 517

(a) A meio do último trimestre do exercício de 2001 foi tomada a decisão pelo conselho de administração da Efacec de desactivar/desinvestir a actividade principal de produção desenvolvida pela Efacec Oriente, L.^{da}, passando apenas a dar algum apoio a outros investimentos e projectos do grupo naquela zona do mundo. A decisão entretanto tomada inviabilizou qualquer transferência de fundos desta participada para Portugal podendo o investimento ser desactivado ou vendido. Tendo isto em consideração, o conselho

de administração decidiu de imediato excluí-la do perímetro de consolidação do Grupo, fazendo referência ao n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, passando a tratá-la nas demonstrações financeiras como uma parte de capital em empresas do Grupo. Por outro lado, e em conformidade com o capítulo 5.4.3.5 dos critérios de valorimetria do Plano Oficial de Contabilidade foi decidido construir uma provisão para a totalidade do investimento nessa participada.

3 — Empresas associadas incluídas na consolidação através do método de equivalência patrimonial:

As empresas associadas, respectivas sedes sociais, e fracção do capital detido pela Efaced Capital, em 31 de Dezembro de 2004, incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com o disposto no n.º 13.6 das normas de consolidação previstas no Decreto-Lei n.º 238/91, são como segue:

Denominação social	Sede	Fracção de capital detido (percentagem)	Valor na contabilidade
Godrej Efaced Automation & Robotics LT. (a)	Mumbai (Índia)	50,00	173 712
EID — Emp. de Inv. e Desenv. de Electrónica, S. A. (b)	Lisboa	25,10	2 178 183
Efaced Moçambique, L.ª (c)	Maputo (Moçambique)	49,00	—
O&M Serviços, S. A.	Mortágua	31,00	269 389
Sesco Efaced SDN BHD (d)	Kuching (Malásia)	20,00	1 012 680
Águas da Figueira, S. A. (e)	Figueira da Foz	20,00	796 308
S2M — Sociedade de Manutenção de Metropolitanos, S. A.	Matosinhos	40,00	120 000
Liaoyang Efaced Electrical Equipment, Co. (f)	Liaoyang (China)	36,38	2 258 442
Provisão para investimentos financeiros (f)			6 808 712
			— 2 259 554
			4 549 158

(a) Empresa localizada na Índia, constituída em 3 de Janeiro de 1999 na dependência operacional da Efaced Automação e Robótica.

(b) Esta empresa foi adquirida no início do último trimestre de 2000. Foi reconhecida uma diferença negativa entre o valor de aquisição e o montante do capital próprio, registada em proveitos diferidos, no valor de 580 012 euros (nota n.º 10).

(c) O método de equivalência patrimonial foi aplicado com referência à data de 31 de Dezembro de 2004, sendo o respectivo ajustamento registado em provisões para outros riscos e encargos em virtude de o valor da participação ser negativo (nota n.º 46);

(d) Esta empresa é detida em 12,2% directamente pela Efaced Energia, sendo a parte restante indirectamente através da participação directa na Efaced International Financing — SGPS, que detém o controlada Efaced Malásia que por sua vez detém 23% da Sesco Efaced.

(e) Esta sociedade tem como objecto social a exploração em regime de concessão de sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema: de recolha, rejeição dos afluentes do conselho da Figueira da Foz. O valor da participação no grupo foi aumentado em 2001 em 102 079 euros, resultante da valorização da participação em consequência da vendada Efaced Ambiente à Efaced Investimentos e Concessões, a qual, é detida em 75%.

(f) Até 31 de Dezembro de 2004, não foi considerado o método de equivalência patrimonial nesta associada dada a pouca probabilidade de transferência de fundos, tendo sido constituída uma provisão no valor de 2 259 554 euros, a qual tendo em conta a projecção de fluxos de caixa futuros pressupõe uma perda total. No exercício de 2004, foi adquirida 13,7% do capital, ficando o grupo a deter cerca de 36,38% e aplicado o método de equivalência patrimonial. Esta aquisição gerou um goodwill de 200 000 euros, o qual foi totalmente amortizado em 2004 (nota n.º 10).

6 — Outras empresas participadas:

As empresas participadas pelo Grupo Efaced não referidas nas notas anteriores são como segue:

	2004		2003
	Valor da participação	Porcentagem aproximada	Valor da participação
Portugália — Companhia Portuguesa Transportes Aéreos, S. A.	99 760	—	99 760
Águas da Costa de Cascais, S. A. (a)	1 050 917	10,00	1 050 917
Portugal Space — Tecn. Serv. Espaciais, S. A.	325 000	16,25	325 000
Outras	28 393	—	25 440
	1 504 070		1 501 117
Provisão	— 4 933		— 4 933
	1 499 137		1 496 184

(a) O valor desta participada inclui prestações acessórias (configurando prestações suplementares) no valor, de 700 918 euros efectuadas em 2001 e 2003.

A Águas da Costa de Cascais, S. A., tem sede na Avenida do Ultramar, 18, 2754-525 Cascais. Quanto às restantes, empresas, não estão referidas informações sobre a sede, capitais próprios e resultados do período, dada a imaterialidade das mesmas, de acordo com o disposto no n.º 13.2.2 das normas de consolidação.

7 — Número médio de trabalhadores ao serviço:

O número médio de pessoas nos quadros das empresas do Grupo, incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, foram, respectivamente, 2132 e 1972, com a seguinte repartição:

	2004	2003
Quadros superiores e licenciados	677	627
Técnicos e administrativos	734	681
Operários	721	664
<i>Total</i>	2 132	1 972

II — Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

8 — Aplicação das normas de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de Dezembro de 2004, foram preparadas em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho, com o objectivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação:

Nas participações em filiais e associadas existentes em 31 de Dezembro de 1990 (anteriores à primeira consolidação de contas), a diferença entre o valor da participação financeira e o valor proporcional do capital próprio na mesma data, foi registada no capital próprio sob a designação de diferenças de consolidação.

Em aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 1991, a diferença entre o valor da participação financeira e o valor proporcional do capital próprio, calculada à data de aquisição, sendo positiva é inscrita no activo incorpóreo na rubrica de diferenças de consolidação, e sendo negativa é inscrita no capital próprio ou no passivo, no caso de se prever, à data de aquisição, uma evolução dos resultados futuros desfavorável, ou à previsão de encargos que a participação ocasionará, na medida em que a referida previsão se realize, de acordo com o disposto

na alínea g2) do parágrafo 13.4.1 das Normas de Consolidação de Contas.

O saldo desta rubrica no final de Dezembro de 2004, compreende as diferenças de consolidação — *goodwill*, no caso de positivas, e *badwill*, no caso de negativas — decorrentes da aplicação dos métodos acima referidos.

O detalhe do seu valor, líquido das amortizações acumuladas, é conforme segue:

Rubrica	2004			2003
	Valor bruto	Amortizações	Valor líquido	
Activo:				
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações (a)	517 896	416 538	101 358	204 735
Efacec Florida	14 400	14 400	—	—
Efacec Marketing Internacional, S. A. (b)	205 605	29 541	176 064	56 868
Tech M5 Capital — SGPS, S. A. (b)	71 060	20 134	50 926	65 139
Tech M5 — Tecnologia para Operadores de Rede, S. A. (b)	201 034	56 959	144 075	184 281
Tech M5 — Comunicações Celulares, L.da (b)	151 070	42 803	108 267	138 481
MAP — Consultoria e Gestão, L.da (b)	233 988	209 140	24 848	35 936
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co. (nota n.º 3)	200 000	200 000	—	—
O & M Serviços, S. A.	207 627	—	207 627	—
	<u>1 802 680</u>	<u>989 515</u>	<u>813 165</u>	<u>685 440</u>
Capital próprio (d):				
Efacec Motores Eléctricos	3 029 329	—	3 029 329	3 029 329
Efacec Ambiente	47 690	—	47 690	47 690
Outras	3 033	—	3 033	3 033
	<u>3 080 052</u>	<u>—</u>	<u>3 080 052</u>	<u>3 080 052</u>
Proveitos diferidos:				
EID — Empresa de Investigação e Desenvolvimento (c)	580 012	493 009	87 003	203 005

(a) Esta empresa do Grupo estava integrada na consolidação detendo a Efacec Capital 50,8% desde a data da sua constituição. Em Dezembro de 2000, foram adquiridos aos minoritários mais 21,2%, tendo gerado este *goodwill* a amortizar em cinco anos, de acordo com a política do grupo (nota n.º 27).

No início de 2001, foram adquiridos os restantes 28%, sendo apurado o montante de *goodwill* afecto a esta percentagem de aquisição. O cálculo inicial foi assim apurado:

Empresa	Valor de aquisição dos 49,2%	49,2% do capital próprio	Diferença de consolidação (<i>goodwill</i>)
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A.	1 224 050	701 105	522 945

Este montante foi posteriormente ajustado em Dezembro de 2003 em resultado da alienação de 0,97% à PME Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., e FRIE PME Capital Global.

A variação face a 31 de Dezembro de 2003 corresponde ao valor da amortização do exercício no montante de 103 377 euros.

(b) O capital da Efacec Marketing Internacional, S. A. (anteriormente denominada, Tech MS — Gestão de Tecnologia, SGPS, S. A.), foi adquirido em Julho de 2003 aos seus fundadores por 260 500, tendo os 49,7% da Tech M5 Capital — SGPS, S. A., sido adquiridas à PME Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., e FRIE PME Capital Global por troca de acções da Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. (3,11%) e ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. (0,97%); tendo gerado este *goodwill*, a amortizar em cinco anos. No exercício de 2004, este *goodwill* foi ajustado pelo prémio pago aos anteriores accionistas no valor de 143 566 euros. O subgrupo, Efacec Marketing Internacional inclui as empresas, Tech M5 Capital — SGPS, S. A., Tech M5 — Tecnologia para Operadores de Rede, S. A., Tech M5 — Comunicações Celulares, L.da e MAP — Consultoria e Gestão, L.da

(c) Esta empresa passou a associada no último trimestre de 2000, após a aquisição de mais 5,6% do capital desta sociedade dedicada à investigação e ao desenvolvimento. No momento da aquisição foi apurado um *badwill*, registado em proveitos diferidos no montante acima referido. No exercício de 2000 a 2003 foram imputados a resultados 377.007 Euros, estando o remanescente evidenciado em proveitos diferidos (nota n.º 53). No período findo em 31 de Dezembro de 2004, foi feita uma afectação adicional a proveitos financeiros, correspondente a 20% do valor inicialmente registado em proveitos diferidos — 116 002 euros.

(d) O saldo incluído no capital próprio foi originado pela aplicação, pela primeira vez em 1 de Janeiro de 1991, da consolidação das demonstrações financeiras, e decorre da compensação efectuada entre o custo de aquisição, das partes de capital detidas e a proporção do capital próprio que elas representavam, reportadas àquela data.

Os valores atribuíveis às partes do capital próprio nas empresas filiais incluídas na consolidação, detidas por pessoas que não sejam as empresas consolidadas, foram inscritos no balanço consolidado na rubrica de interesses minoritários.

Relativamente aos resultados (corrigidos sempre que necessário por ajustamentos de homogeneização de critérios de valorimetria) atribuí-

veis às partes do capital próprio nas empresas filiais, detidas por pessoas que não sejam as empresas compreendidas na consolidação, foram apresentados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de interesses minoritários (nota n.º 59).

14 — Alterações ao perímetro de consolidação:

Tech M5 GT, Tech M5 Capital, Tech M5 TOR, Tech M5 CEL, MAP, Efacec Florida e Bauen Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE'S): MCT, Sportser, Sermetro, ASMI.

Conforme referido na nota n.º 1, foram adquiridas no 2.º semestre de 2003 diversas participações fora do grupo (Efacec Marketing Internacional, S. A. (ex-Tech M5 — Gestão de Tecnologia, SGPS, S. A.), Tech M5 Capital — SGPS, S. A., Tech M5 TOR, Tech M5 CEL, MAP, Efacec Florida e Bauen) e integradas pelo método integral, sendo imateriais os valores apresentados por essas sociedades com ajustamentos de consolidação, para efeitos comparativos com o exercício de 2003.

Foram ainda integrados em 2004 os ACE's (MCT, Sportser, Sermetro, ASMI), sendo contudo o impacto imaterial em termos de demonstrações financeiras consolidadas face ao exercício anterior.

18 — Critério de contabilização das participações financeiras em associadas:

O Grupo Efacec adopta a política contabilística que segue para registar, nas suas demonstrações financeiras os investimentos financeiros em empresas associadas:

Os investimentos em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial (*equity method*). Por este método, as participações são inicialmente registadas ao custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido pela diferença para o valor proporcional à participação

no capital próprio dessas empresas, reportado à data da primeira aplicação do método, à data de aquisição, ou no momento em que a empresa se tornou numa empresa associada, se posterior;

As diferenças resultantes da aplicação do método, se positivas (casos em que o valor da aquisição é superior à proporção no capital próprio), são tratadas como *goodwill* no activo (nota n.º 3) estando incluídos na rubrica de partes de capital em empresas associadas, se negativas (casos em que o valor da aquisição é inferior à proporção no capital próprio) são registadas no capital próprio ou em proveitos diferidos, sendo este último caso para as situações onde são estimadas as perdas futuras derivadas da participação. A análise do custo de aquisição e a sua comparação com a percentagem do capital próprio da associada tem em conta o conceito de justo valor dos activos e dos passivos, quando este se mostrar disponível e a sua análise for relevante para a leitura das demonstrações financeiras;

O valor do investimento financeiro é ajustado anualmente pelo valor correspondente à proporção nos resultados líquidos das empresas ou noutras variações das restantes rubricas; do capital próprio dessas empresas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (nota n.º 44) ou como ajustamentos de partes de capital em associadas, respectivamente. Adicionalmente, os dividendos recebidos dessas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento;

A diferença verificada no exercício seguinte ao do reconhecimento do proveito ou perda financeira entre estes e o montante atribuído de dividendos é levada à rubrica de ajustamentos de parte de capital em empresas associadas, no capital próprio;

Os ganhos e perdas financeiros decorrentes de operações de aumentos de capital em empresas associadas, não subscrito pela Efacec Capital, bem como os resultantes de outras operações que originem alteração da percentagem de participação, são registados na demonstração dos resultados, no período em que ocorrem;

Os empréstimos concedidos a empresas associadas são registados pelo seu valor nominal, ou o valor estimado de realização, quando mais baixo, na rubrica de empréstimos a empresas associadas. Tratando-se de prestações suplementares ou acessórias (tendo; estas as mesmas condições que aquelas, preconizadas no Código das Sociedades Comerciais) são registadas na rubrica de partes de capital em empresas associadas;

As perdas estimadas na realização e ou recuperação destes investimentos financeiros encontram-se registados na rubrica de provisões para investimentos financeiros em associadas;

Este método de contabilização não é aplicado no caso de existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora ou estas partes de capital sejam adquiridas e ou detidas com a finalidade de venda num futuro próximo.

IV — Informações relativas a compromissos:

21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

Uma parte importante dos negócios do Grupo Efacec desenvolve-se nos mercados internacionais, dando origem a exposições ao risco de flutuação das taxas de câmbio, tanto na compra como na venda. O Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros com o objectivo único de reduzir esses riscos, que incidem fundamentalmente sobre as receitas líquidas em dólares americanos.

À data do balanço, os contratos cambiais em vigor totalizavam 26,1 milhões de dólares, com um câmbio médio USD/Euro 1,30, e com maturidades entre Janeiro e Dezembro de 2005, de acordo com o prazo de execução dos negócios que lhes estão subjacentes.

Os referidos contratos têm por base o conjunto dos negócios em divisas do Grupo firmes, encarados nos seus diferentes estádios de desenvolvimento: (i) contas a receber e (ii) encomendas em carteira ainda não facturadas.

Na data do balanço o grupo mantinha contratos de aluguer de longa duração (*renting*) considerados como locação operacional cujo valor das rendas vincendas ascendiam a 1 932 538 euros.

22 — Garantias prestadas, responsabilidades e outras contingências:

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo Efacec tinha assumido responsabilidades perante terceiros que podem ser resumidas como segue:

	2004	2003
Letras, outros títulos descontados e outras responsabilidades	2 883 173	955 474
Garantias e cauções	178 551 291	145 594 638
	181 434 464	146 550 112

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

23 — Bases de preparação, princípios de consolidação e critérios valorimétricos adoptados:

As principais políticas e critérios de contabilidade adoptados na preparação destas demonstrações financeiras, são como segue:

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Foram ainda preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e com base nos livros e registos das empresas incluídas na consolidação, referidas nas notas n.ºs 1 a 3.

Princípios de consolidação:

Investimentos em subsidiárias (filiais):

Investimentos em subsidiárias onde o Grupo tem direitos de voto superiores a 50% ou, sem o ter, exerce, directa ou indirectamente, controlo sobre as operações da empresa, são consolidadas pelo método de integração global (nota n.º 1). A consolidação inicia-se desde a data cujo controlo passou para o Grupo e termina quando este cessa. Este critério não é adoptado quando se tratem de empresas com pouco significado, cuja contribuição para o agregado não é importante. O controlo existe quando o Grupo tem o poder de orientar as políticas financeiras e operacionais da empresa, em ordem a obter os benefícios económicos das suas actividades. Por este método de consolidação, as transacções, saldos e fluxos de caixa entre essas empresas foram eliminados, bem como os ganhos não realizados. As perdas não realizadas são igualmente anuladas, salvo se o custo não possa ser recuperado. O valor correspondente à participação dos terceiros nessas empresas, no capital próprio e nos resultados do exercício, é apresentado no balanço e na demonstração dos resultados na rubrica de interesses minoritários. As diferenças de consolidação; decorrentes da diferença entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da proporção no capital próprio, corrigido para o justo valor dos activos e passivos, que elas representam, reportadas à data da primeira consolidação ou de aquisição, foram registadas na rubrica de diferenças de consolidação (nota n.º 10).

Quando necessário, as políticas de contabilidade existentes nestas subsidiárias, poderão ser alteradas de modo a que haja consistência nas políticas do Grupo.

Investimentos em associadas:

Os investimentos financeiros representando partes de capital em empresas associadas encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método de equivalência patrimonial (nota n.º 18). Estes são investimentos onde o Grupo tem normalmente direitos de voto entre 20% a 50%, ou tem, de outro modo, uma influência significativa na gestão, mas não tem o controlo, como referido acima. Os ganhos não realizados são, eliminados até à proporção da participação na associada. As perdas são igualmente eliminadas na mesma proporção, salvo se as perdas possam ser irrecuperáveis. Os investimentos do Grupo em associadas podem incluir um valor de *trespasse* — *goodwill*, que pode ser activo, capital próprio ou proveito diferido, de acordo com a nota n.º 18. A aplicação do método de equivalência patrimonial deixa de existir quando o valor contabilístico da participação atinja um montante nulo, salvo se o Grupo tiver assumido o compromisso de compensar as perdas e todas as responsabilidades da empresa associada, momento em que constituirá uma provisão para essas participadas. Os resultados das operações destas empresas associadas são registados na demonstração dos resultados financeiros do Grupo, desde a data em que foi assumida a influência significativa até ao seu desaparecimento.

Conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira:

As diferenças, de câmbio originadas pela conversão para euros das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira, foram incluídas no capital próprio, na rubrica de outras reservas. A conversão dos activos, passivos, rubricas do capital próprio e da demonstração dos resultados é efectuada pela aplicação da taxa de câmbio vigente à data do balanço.

Para as subsidiárias ou associadas que operem em locais com economias com inflação muito elevada, é feita a conversão de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 29, usando índices adequados previamente à conversão para euros.

Critérios valorimétricos adoptados:

a) Imobilizações incorpóreas. — As imobilizações incorpóreas incluem fundamentalmente despesas de investigação e desenvolvimento assentes no melhoramento contínuo de métodos e técnicas afectos à actividades das diversas empresas do Grupo. Estes custos são capitalizados até ao momento em que exista a expectativa de virem a gerar benefícios económicos futuros. Despesas incorridas na investigação são registadas em custos quando ocorrem. As despesas com desenvolvimento que foram capitalizadas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos, com início no momento em que o produto ou técnicos desenvolvida produz os benefícios esperados.

Estas imobilizações incluem igualmente as diferenças de consolidação geradas em conformidade com as notas n.ºs 10 e 18, as quais estão a ser amortizadas num período de cinco anos.

As despesas com o desenvolvimento e manutenção de programas de software são na generalidade incluídos em custos aquando da sua ocorrência. Contudo, despesas que estão directamente relacionadas com programas de *software* específico controlados pelo Grupo e existem fortes probabilidades que os seus benefícios ultrapassem um ano, são reconhecidos como imobilizado incorpóreo, bem como outras despesas de desenvolvimento posterior que complementem a aplicação informática.

Do mesmo modo, as despesas incorridas com estudos diversos no Grupo são habitualmente registadas em custos do exercício. Porém, as que se referem a estudos e análises referentes à organização e expansão do Grupo, desde que existam fortes probabilidades que os seus benefícios económicos ultrapassem um ano, são imobilizadas e amortizadas no seu período de vida útil, o qual não deverá ultrapassar cinco anos.

Quando existem indicações credíveis de que o activo inicialmente considerado como imobilizado incorpóreo sofreu uma desvalorização, incluindo diferenças de consolidação, o valor da mesma é apurado e eliminado até ao seu valor recuperável.

b) Imobilizações corpóreas. — Os terrenos, onde estão instaladas as fábricas e os escritórios das empresas incluídas na consolidação, a partir do exercício de 1998, estão registados ao valor de mercado, com base em avaliações realizadas por uma entidade independente de avaliadores. De acordo com o plano, durante o exercício de 2000 foi efectuada nova reavaliação dos terrenos. O aumento ou diminuição para o valor actual, quando materialmente relevante, é registado no excedente originado aquando da primeira avaliação e incluído no capital próprio, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 16 — reavaliação de activos imobilizados tangíveis.

Tocas as restantes imobilizações corpóreas, são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição ou de produção. O custo de aquisição ou de produção inclui o preço da factura, despesas de transporte e montagem, diferenças de câmbio e encargos financeiros de empréstimos contraídos especificamente para o investimento e suportados durante o período de construção. Alguns destes bens foram posteriormente reavaliados segundo diplomas legais, de acordo com as disposições referidas na nota n.º 41 (ver também nota n.º 42).

As amortizações e reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos sobre o valor de custo ou de reavaliação. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens, situando-se entre os limites mínimo e máximo indicados no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

O processo de depreciação inicia-se no mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento, de acordo com a sua vida útil estimada, como segue:

Rubrica	Anos
Terrenos	—
Edifícios e outras construções	25-50
Equipamento básico	8-12
Equipamento de transporte	4-5
Ferramentas e utensílios	4-8
Equipamento administrativo	4-6

Os ganhos e ou perdas nas alienações ou abates são determinados pela diferença entre o seu valor líquido contabilístico (activo bruto — amortizações acumuladas) e o seu valor de alienação ou abate, sendo neste último caso nulo. Os resultados são incluídos nos resultados do período.

Pela amortização ou venda de bens reavaliados, é calculada a parte da reserva realizada, a qual é sujeita a um registo contabilístico interno separado, uma vez que a sua utilização para incorporação em capital social ou para cobertura de prejuízos passa a ser possível.

Quando o valor líquido de um activo registado em imobilizações corpóreas é superior ao seu valor recuperável, por utilização na actividade corrente de cada uma das empresas ou por venda, a diferença é registada em custos do período.

Os encargos com reparações e manutenções de natureza corrente são registados como custos no período em que ocorreram. As reparações relacionadas com a substituição de partes de equipamentos quando representem aumentos dos benefícios económicos futuros, são registadas como imobilizações corpóreas e amortizadas de acordo com a sua vida útil esperada.

c) Investimentos financeiros. — Nas empresas cujas participações são em associadas é seguida a política contabilística referida na nota n.º 18. Os restantes investimentos financeiros estão registados ao mais baixo valor entre o seu custo de aquisição e o seu valor líquido de realização. Este último é calculado tendo por base o valor da proporção no capital próprio e ou os fluxos de tesouraria previstos que provenham do investimento.

d) Locações. — As empresas do Grupo seguem os critérios preconizados na Directriz Contabilística n.º 25 — locações, tendo presente o princípio da substância sob a forma. Na maior parte dos casos, os activos imobilizados adquiridos sob a forma de locação financeira, bem como as correspondentes, responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do bem é registado em imobilizado corpóreo, a responsabilidade assumida com a locadora é registada no passivo em fornecedores de imobilizado, os juros incluídos nas rendas são levados a resultados financeiros, e a amortização do activo a amortizações do exercício, nos resultados operacionais, de acordo com a política estabelecida na nota n.º 3, alínea b). As locações que forem consideradas operacionais, nomeadamente pela inexistência de intenção de ficar com o activo sujeito à locação, entre outras condições previstas naquela directriz, são apenas registadas pelo valor da renda em custos operacionais.

e) Existências. — As existências estão registadas ao mais baixo valor entre o custo e o valor líquido de realização. Este último representa a melhor estimativa de preço de venda no decurso normal da actividade de cada uma das empresas, deduzido dos custos de acabamento e colocação no cliente final.

Matérias-primas, mercadorias e produtos acabados estão registados ao custo padrão; apurado de acordo com princípios técnicos e contabilísticos periodicamente revistos. Os materiais, adquiridos a terceiros especificamente para a produção em curso são contabilizados pelo respectivo custo de aquisição. Os custos padrões utilizados nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo e nas mercadorias consideram-se adequadamente representativos dos respectivos custos reais de aquisição, incluindo despesas de compra. No que respeita aos produtos acabados e semi-acabados e aos produtos e trabalhos em curso, os custos padrão aplicados reflectem adequadamente os respectivos custos reais directos e indirectos de produção. Na determinação do valor em curso são usadas estimativas relativas aos graus de acabamento e facturação das respectivas obras ou instalações em curso.

f) Reconhecimento de proveitos e custos nos contratos plurianuais. — O proveito relativo a contratos que ultrapassam um ano é reconhecido de acordo com o método da percentagem de acabamento de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 3, medido pelas entregas parciais, identificação de segmentos, autos, de medição ou outras formas que permitam estimar, com fiabilidade os custos a incorrer para que a obra se dê por terminada ou as facturas a emitir para o cliente. Quando não é possível estimar com razoável fiabilidade, os proveitos bem como os custos, são reconhecidos apenas com a entrega do produto, adoptando-se aqui o critério da obra completa. Neste caso, os custos incorridos ficam registados em existências — produtos e trabalhos em curso. Nos exercícios anteriores, o reconhecimento do proveito era efectuado pelo grau de facturação ou pelo grau de acabamento, dos dois o mais baixo, estimando-se contudo que este método não produzia efeitos substanciais) nos proveitos a reconhecer, nem, consequentemente, nos resultados apurados. Conforme referido na nota n.º 37, o efeito em 2004 desta alteração gerou um aumento do resultado líquido consolidado de cerca de 900 000 euros.

Os custos dos contratos incluem matérias-primas e materiais directos, mão-de-obra directa e também a imputação de custos indirectos, distribuídos de acordo com a especificidade do contrato. Despesas com vendas e administrativas são registadas em custos quando ocorrem;

São constituídas provisões para as perdas previsíveis decorrentes da realização do contrato no período em que elas são determinadas, sendo reconhecidas de imediato nos resultados. Alterações aos contratos ou a estimativas e previsões de custos e ou proveitos e margens, decorrentes de renegociação das condições com os clientes ou de produtividade interna, são reconhecidos em resultados a partir do período em que ocorrem e atendendo aos graus de acabamento. Nos contratos cujo custo de serviços pós-venda não esteja coberto por seguros específicos, é diferido parte do proveito a reconhecer (2% a 5% do total de proveitos), que só é reconhecido aquando da ocorrência do custo ou no fim do período dado como garantia. Noutros casos, a empresa reconhece provisões para fazer face a eventuais perdas no serviço pós-venda.

Quando existem materiais que não foram ainda objecto de utilização e aplicação na obra ou instalação, o balanço apresenta saldo na rubrica de produtos e trabalhos em curso, correspondendo a uma situação de crédito sobre os clientes que não está ainda facturada e, portanto, não reconhecido a margem daí decorrente. Quando ocorre a situação contrária, o grau de facturação é superior ao grau de acabamento, existe um proveito diferido, do lado do passivo, o qual, representa um crédito do cliente perante a obra desenvolvida.

g) *Dívidas a receber.* — As contas a receber estão relevadas pelos valores das facturas correspondentes, diminuídas das estimativas feitas para créditos de cobrança duvidosa, tendo por base as análises a facturas vencidas e ainda não cobradas, a antiguidade do crédito e a situação ou natureza do devedor. As dívidas consideradas como incobráveis são eliminadas das contas a receber no período em que forem identificadas.

h) *Transacções em moeda estrangeira.* — Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros às taxas de câmbio vigentes à data do balanço.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas em euros aos câmbios oficiais vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas rio exercício, favoráveis e desfavoráveis, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do balanço, por referência às paridades vigentes nessa data, integram os resultados correntes do exercício.

i) *Especialização de exercícios.* — Os proveitos; e custos, relativos a receitas e despesas, são registados de acordo com o princípio do acréscimo ou da especialização de exercício, pelo qual, aqueles são reconhecidos, na medida em que são gerados, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os dois momentos dão origem a um registo nas rubricas de acréscimos e diferimentos (nota n.º 53).

j) *Uso de estimativas.* — A preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que os membros da gestão de cada uma das empresas que integram o consolidado, façam estimativas e previsões, os quais afectam os valores dos activos e das responsabilidades expressos no balanço, a apresentação e divulgação de activos e passivos nos relatórios e notas anexas, bem como os proveitos e custos reconhecidos no período. A gestão revê as suas estimativas e pressupostos em todos os períodos e na data do balanço tendo por base a continuidade das operações e segundo a informação que tem disponível. As alterações de factos e circunstâncias podem resultar na revisão das estimativas e os resultados actuais serem diferentes dos estimados.

Uma parte significativa das actividades das empresas do Grupo refere-se a contratos de longo prazo. Adicionalmente, alguns produtos e serviços do Grupo são negociados com os clientes envolvendo a constituição de garantias por mais de um ano. A preparação das demonstrações financeiras consolidadas envolve assim o uso de estimativas relacionadas com aquelas actividades, incluindo as que se relacionam com os custos a incorrer para o acabamento da obra e com a manutenção e custos das garantias. O Grupo, é assim obrigado a rever e a acompanhar com muita regularidade a informação disponível para que as estimativas sejam o mais realísticas possíveis.

k) *Complemento de pensões de reforma e invalidez.* — Os complementos de pensões de reforma e invalidez, concedidos facultativamente pela sociedade foram, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 19, objecto de um estudo actuarial da respectiva responsabilidade assumida. Para tal, foi constituída em 1998, uma provisão para riscos e encargos; cuja contrapartida foi levada directamente ao capital próprio. O valor desta provisão vai variando em função da estimativa de pagamentos futuros e dos pagamentos efectuados durante o exercício. Em 2004, foi efectuada uma actualização

da responsabilidade não coberta 31 de Dezembro de 2004, tendo sido registado em capital próprio cerca de 395 000 euros.

l) *Subsídios ao investimento relacionados com imobilizações incorpóreas e corpóreas.* — Os subsídios para aquisição de imobilizado corpóreo e para estudos de desenvolvimento classificados como imobilizado incorpóreo são diferidos no balanço, na rubrica de proveitos diferidos (nota n.º 53), sendo posteriormente reconhecidos como proveitos de acordo com a vida útil dos bens adquiridos ou dos projectos, de desenvolvimento, sob a rubrica de proveitos e ganhos extraordinários (nota n.º 45), em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade.

m) *Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos.* — A Efacec Capital — SGPS, optou pelo regime de tributação pelo lucro consolidado a partir do exercício de 1993, actualmente denominado de Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, (artigo 63.º do Código do Imposto, sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas — CIRC). Foram incluídas no perímetro: da consolidação fiscal todas as sociedades do Grupo com sede em território nacional e sujeitas ao regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), nas quais a participação directa ou indirecta é superior a 90%, de acordo com a legislação aplicável. O imposto sobre o rendimento consolidado é determinado a partir da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações periódicas individuais.

Os impostos diferidos são calculados para cada uma das entidades quando existam diferenças temporárias entre os valores considerados para efeitos fiscais e os montantes relevados na contabilidade em activo ou passivo, custos ou proveitos. O imposto diferido passivo representa impostos a pagar no futuro, dependendo a sua realização do valor, na contabilidade que o originou. O imposto diferido activo é reconhecido no activo não corrente e representa um crédito de imposto futuro, cuja realização dependerá igualmente da realização do valor no balanço e ou na demonstração dos resultados que originou a existência deste imposto diferido alterações do valor de imposto diferido decorrente de alterações nas taxas de IRC são reconhecidas nos resultados no momento em que ocorrem. Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias e associadas são registados, excepto se a reversão da diferença temporária for controlada e não seja provável que a reversão se dê num futuro previsível. As principais diferenças temporárias no Grupo resultara de provisões para reestruturação e outras cujo encargo dedutível não é considerado no momento em que o custo é registado nas demonstrações financeiras, as quais só quando se materializarem os respectivos custos e as perdas fiscais reportáveis serão consideradas para efeitos fiscais (nota n.º 46). A taxa de imposto que tem servido de base à determinação dos impostos diferidos é a prevista na legislação actual — 25%, acrescida da derrama — 2,5%.

De acordo com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista), e por força da Directriz Contabilística n.º 18, de 18 de Dezembro de 1996, e mais recentemente da Directriz Contabilística n.º 28 — impostos sobre o rendimento, que só se tornou efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2002, são reconhecidos impostos diferidos activos e passivos sempre que os respectivos efeitos sejam significativos para a melhoria da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras da entidade.

n) *Provisões.* — As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem um compromisso legal ou decorrente de uma decisão formal de gestão, relacionada com eventos passados, seja provável que venha a resultar num dispender de recursos para cumprir esse compromisso, e a estimativa possa ser calculada com razoável fiabilidade.

Provisões para reestruturação, incluindo indemnizações a pagar ao pessoal, perdas com a desactivação ou alienação de imobilizado corpóreo, e outras que sejam previsíveis são reconhecidas no período em que o Grupo passa a assumir o compromisso ou exista uma grande probabilidade de um ex-fluxo de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. O seu reconhecimento no exercício pressupõe um grau de irreversibilidade elevado, incluindo a existência de um plano formal que identifique o negócio ou parte dele, as localizações, as funções e os números de empregados que serão retribuídos por terminarem os seus serviços, os dispêndios que serão suportados e a data em que o plano irá ser implementado.

São igualmente realizadas provisões sempre que no decorrer de uma obra plurianual se estime com algum grau de fiabilidade uma perda potencial para o final dessa obra. A provisão é feita pelo valor total da perda e de imediato em resultados, independentemente do grau de acabamento da mesma.

o) *Facturação e adiantamentos de clientes.* — Nas actividades correntes de produção e venda de produtos ou prestação de serviços a curto prazo, as facturas emitidas pela empresa são registadas em proveitos operacionais — vendas ou prestações de serviços. Quando se tratam de facturas emitidas por respeito a facturações parciais previstas nos contratos de longa duração, como não representam obrigatoriamente os proveitos respectivos a reconhecer (nota n.º 23, alínea f)), são relevadas em proveitos diferidos.

Os adiantamentos dos clientes relacionados com fornecimentos futuros são reconhecidos na rubrica de adiantamentos de clientes no passivo corrente, traduzindo uma fase inicial da obra (com a adjudicação p.e.), cujos custos incorridos são poucos ou mesmo inexistentes e ou quando respeitam a recebimentos efectivos dos clientes. O montante é posteriormente regularizado de acordo com o referido no parágrafo anterior.

p) *Cobertura de riscos financeiros e cambiais.* — O Grupo opera internacionalmente dando origem a exposições de mercado, nomeadamente a alterações de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de matérias-primas. Alguns instrumentos financeiros são usados pelo Grupo para reduzir estes riscos. Porém, o Grupo não utiliza qualquer tipo de instrumentos financeiros que não sejam para se assegurar de riscos do seu negócio e actividades (*hedging purposes*).

Nas vendas e prestações de serviços, o Grupo tem realizado operações significativas com países fora da zona euro, nomeadamente em divisas como os dólares americanos (USD). As empresas do Grupo tem vindo a proceder a uma gestão cuidada da cobertura cambial tendo presente a margem operacional dos negócios, desde a data da proposta, em alguns casos, ou da encomenda noutros casos (quando a proposta é mais duvidosa), até às vendas ou facturações parciais. Deste modo, não só os valores registados no activo ou no passivo no balanço estão na sua maioria cobertos por estas fixações a prazo, mas também as vendas futuras, indexadas às propostas (considerando uma margem aceitável de sucesso) e às notas de encomenda. Surge assim uma cobertura que pode decorrer durante vários anos, enquanto o projecto ou instalação estiver a decorrer, dada a plurianuidade das obras realizadas pelo Grupo ou pelas empresas individuais. O tratamento dado a estes instrumentos financeiros como referido acima (alínea h), não segue o previsto na Norma Internacional de Contabilidade n.º 39 — Instrumentos financeiros, dadas as dúvidas ainda não esclarecidas pela Comissão de Normalização Contabilística quanto à sua aplicação no normativo nacional. Segundo esta norma, se forem satisfeitas as condições que suportam instrumentos de cobertura, a porção do ganho ou perda do instrumento de cobertura, deve ser reconhecida directamente no capital próprio. Caso não se traduza em instrumento de cobertura, a parte de ganho ou perda é imediatamente reconhecida nos resultados do período. Por falta de normalização e informação completa e rigorosa nesta matéria contabilística, a contrapartida do passivo, no caso em que sejam admitidas perdas futuras, é a de provisões para outros riscos e encargos. No momento em que o ganho ou perda se realizar, será feita a regularização da provisão (no caso de perda) ou activo (no caso de ganho), afectando directamente o capital próprio, não tendo qualquer efeito em resultados. A análise será feita no final de cada período, sendo acertada a provisão ou activo correspondente. Uma vez que não foi realizado qualquer registo contabilístico para o tratamento destes *forwards* apenas estão divulgadas as situações de compromisso assumida (nota n.º 21), sendo destacada a diferença, consubstanciada num custo de oportunidade, entre duas situações: a taxa de câmbio fixada e a taxa do dia 31 de Dezembro de 2004 e os recebimentos previstos e as responsabilidades já registadas nas empresas.

q) *Resultados por acção.* — Estes resultados obtêm-se pela divisão dos resultados líquidos do período (deduzidos dos correspondentes às acções preferenciais) pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o mesmo período.

r) *Activos e passivos contingentes.* — Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a empresa. A empresa não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento; é apropriado.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando a entidade está conjunta e severamente comprometida a uma obrigação que se espera seja satisfeita. É reconhecida uma provisão pela parte da obrigação em que seja provável um ex-fluxo de recursos incorporando benefícios económicos, excepto nas circunstâncias raras em que nenhuma estimativa fiável possa ser calculada.

24 — Cotações utilizadas para a conversão em euros das principais moedas estrangeiras:

Na consolidação das sociedades do Grupo sedeadas no estrangeiro, os valores constantes das demonstrações financeiras relativos a activos e passivos e incluídos na demonstração de resultados, foram convertidos para Euro pela aplicação de taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2004 como segue:

Para uma unidade monetária — euro	2004	2003
	— Fecho	— Fecho
Dólares americanos (USD)	1,362	1,260
República Checa — coroa (CZK)	30,464	32,038
Tunísia — dinar (TND)	1,635	1,5327
Brasil — real (BRL)	3,615	3,665
Colômbia — peso (COP)	3 264,70	3 508,0
Venezuela — bolívar (VEB)	2 612,4	2 017,6
Argentina — peso (ARS)	4,05	3,6947

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Comentário às rubricas de despesas de instalação, despesas de investigação e desenvolvimento e imobilizações incorpóreas em curso:

As despesas de instalação referem-se fundamentalmente a despesas com aumentos de capital, emissão de obrigações e com a organização e expansão das empresas do Grupo. As despesas de investigação e desenvolvimento referem-se essencialmente a gastos relacionados com o estudo e desenvolvimento de novos produtos que são capitalizados em conformidade com a política referida na nota n.º 23, alínea a). As imobilizações incorpóreas em curso, respeitam em grande parte a despesas com desenvolvimento de produtos e técnicas e estudos no âmbito da organização e expansão do Grupo, as quais não estão ainda terminadas nem representam para já benefícios económicos.

A natureza das imobilizações incorpóreas mais importantes, em 31 de Dezembro de 2004, pode ser apresentada do seguinte modo:

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Despesas de instalação:			
Licenças e estudos na instalação de <i>software</i>	571 655	552 835	18 820
Análise estratégica à organização e expansão do Grupo	807 717	625 024	182 693
Aumentos de capital e empréstimos obrigacionista na Efacec Capital	26 692	26 692	—
Estudos de organização e expansão	4 509 150	4 419 079	90 071
	<u>5 915 214</u>	<u>5 623 630</u>	<u>291 584</u>
Despesas de investigação e desenvolvimento:			
Projecto Atlantis na área das telecomunicações	—	—	—
Projecto SARA — Solução Avançada para Redes de Acesso	2 453	—	2 453
Desenvolvimento de produtos na área das telecomunicações	3 361 190	3 035 331	325 859
Projectos na área da electrónica, centros de comando e redes digitais	1 831 320	845 763	985 557

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Projectos de desenvolvimento na área de energia	13 276 698	12 806 280	470 418
Projectos na área da robotização e armazéns automáticos	938 666	841 453	97 213
Outros	5 058 635	4 579 098	479 537
	<u>24 468 963</u>	<u>22 107 925</u>	<u>2 361 037</u>

Para os investimentos incorpóreos em despesas de investigação e desenvolvimento é possível identificar em cada uma das empresas do Grupo a viabilidade económica de cada um dos projectos. Grande parte dos projectos incorpóreos tem vindo a ter associados recebimentos de subsídios a fundo perdido os quais estão evidenciados na nota n.º 53.

27 — Movimentos ocorridos nas rubricas de activo imobilizado e amortizações:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2004, os movimentos ocorridos nas rubricas de imobilizado incorpóreo, corpóreo e investimentos financeiros, assim, como nas correspondentes amortizações estão, apresentados nos quadros seguintes e comentados nas situações consideradas mais importantes.

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas (nota n.º 25):					
Despesas de instalação	6 037 337	204 592	97 682	— 229 033	5 915 214
Despesas de investigação e desenvolvimento	36 959 488	198 835	—	— 12 689 360	24 468 963
Propriedade industrial e outros direitos	922 286	118 727	24 750	716	1 016 979
Imobilizações em curso	301 269	118 395	—	— 290 383	129 281
Diferenças de consolidação (nota n.º 10) (a)	1 251 486	551 193	—	—	1 182 679
	<u>45 471 866</u>	<u>1 191 742</u>	<u>122 432</u>	<u>— 13 208 060</u>	<u>33 333 116</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos a recursos naturais (nota n.º 41) (g)	17 327 571	—	20 700	—	17 306 871
Edifícios e outras construções	54 367 876	412 474	62 101	— 283 410	54 434 839
Equipamento básico	44 392 147	478 832	255 599	94 406	44 709 736
Equipamento de transporte	7 536 937	508 719	245 046	— 40 230	7 760 380
Ferramentas e utensílios	4 444 656	235 371	414	15 705	4 695 318
Equipamento administrativo	17 151 897	622 457	30 880	— 156 554	17 586 920
Outros imobilizações corpóreas	—	2 445	—	35 689	38 134
Imobilizações em curso	729 072	1 904 610	—	— 40 282	2 593 400
	<u>145 950 156</u>	<u>4 164 908</u>	<u>614 740</u>	<u>— 374 676</u>	<u>149 125 648</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do Grupo (b)	6 060 027	143 566	—	— 164 502	6 039 091
Empréstimos a empresas do grupo	1 397 917	—	1 397 917	—	—
Partes capital em empresas associadas (c)	6 543 128	392 100	—	— 126 416	6 808 712
Empréstimos a empresas associadas	472 448	108 000	—	—	580 448
Partes capital em empresas participadas (d)	1 501 117	2 955	—	— 2	1 504 070
Empréstimos a empresas participadas	627 488	18 349	—	—	645 837
Títulos e outras aplicações financeiras (nota n.º 6) (e)	698 885	1 731	498 836	— 410	201 370
	<u>17 301 01</u>	<u>666 601</u>	<u>1 896 753</u>	<u>— 291 330</u>	<u>15 779 530</u>

Os movimentos ocorridos nas amortizações e provisões podem ser vistos como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Transferências e regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	5 893 944	111 659	— 381 973	5 623 630
Despesas de investigação e desenvolvimento	32 593 643	2 221 826	— 12 707 544	22 107 925
Propriedade industrial e outros direitos	533 210	197 368	— 22 700	707 878
Diferenças de consolidação	566 046	423 469	—	989 515
	<u>39 586 843</u>	<u>2 954 322</u>	<u>— 13 112 217</u>	<u>29 428 947</u>
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	36 406 908	1 763 899	— 325 042	37 845 765
Equipamento básico	32 933 293	2 519 113	— 232 037	35 220 369
Equipamento de transporte	6 273 314	342 448	— 212 863	6 402 899
Ferramentas e utensílios	3 994 438	163 089	1 562	4 159 089
Equipamento administrativo	12 552 547	1 596 382	— 114 262	14 034 667
Outras imobilizações corpóreas	—	3 960	20 766	24 726
	<u>92 160 500</u>	<u>6 388 891</u>	<u>— 861 876</u>	<u>97 687 516</u>
Provisões para investimentos financeiros (f)	8 250 062	—	—	8 250 062

(a) Estas diferenças de consolidação dizem respeito ao *goodwill* (valor bruto) relativos às seguintes aquisições:

	2004	2003
ENT (1)	517 896	517 896
Efacec Florida	14 400	14 400
Tech M5GT (2)	205 603	62 038
Tech M5 CAP, SGPS (2)	71 060	71 060
Tech M5 TOR (2)	201 034	201 034
Tech M5 MAP (2)	233 988	233 988
Tech M5 CEL (2)	151 070	151 070
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co.	200 000	-
O & M Serviços	207 628	-
	<u>1 802 679</u>	<u>1 251 487</u>

(1) Este *goodwill* respeita à aquisição de 49,4% da ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A. (21,2% em Dezembro de 2000 e mais 28% em 2001), deduzido do acerto efectuado em 2003 no seguimento da alienação de 0,97% do capital desta filial à PME Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A., e FRIE PME Capital Global (v. nota n.º 1).

(2) Este *goodwill* foi gerado na aquisição do Grupo Tech M5 no 2.º semestre de 2003, corrigido do prémio pago em 2004 aos anteriores accionistas (v. nota n.º 10).

(3) Este *goodwill* foi gerado no aumento da participação do grupo nesta associada de 22,6% para 36,38%, o qual, tendo em conta o valor negativo dos capitais próprios da associada totalmente amortizado no exercício.

(4) Este *goodwill* diz respeito ao aumento da percentagem de interesse do grupo nesta associada, que anteriormente pertencia à Efacec — Investimentos e Concessões, S. A., detida em 75% pelo Grupo Efacec.

(b) Os movimentos verificados nas partes de capital em empresas do grupo não integradas podem ser assim justificados:

	2003	Movimentos	2004
Partes de capital em empresas do Grupo:			
MSEG — Sistemas de Segurança, L.ª	2 076	- 2 076	-
Efacec Oriente, L.ª (nota n.º 2)	5 988 951	-	5 988 951
Outros	69 000	- 18 860	50 140
	<u>6 060 027</u>	<u>- 20 936</u>	<u>6 039 091</u>

A principal sociedade incluída em partes de capital em empresas do grupo mostrava a seguinte decomposição (não consolidados):

Investimento	Activos	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Participação no capital	
					Porcentagem	Montante
Efacec Oriente (31 de Dezembro de 2004) (a) e (b)	4 126 343	- 1 008 732	886 427	- 108 272	100	(b)

(a) Contas disponíveis não auditadas.

(b) Esta participação foi totalmente provisionada a partir de Outubro de 2001 (notas n.ºs 2 e 14).

(c) Os movimentos verificados nas partes de capital em empresas associadas podem ser assim justificados:

	2003	Movimentos	2004
Partes de capital em empresas associadas:			
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co. (1)	2 258 442	-	2 258 442
Godrej Efacec Automation & Robotics (2)	194 877	- 21 165	173 712
Águas da Figueira, S. A. (2)	722 674	73 631	796 305
Sesco Efacec SDN BHD (2)	1 081 426	- 68 745	1 012 681
O & M Serviços (4)	339 072	- 69 683	269 389
EID — Empresa de Investigação e Desenvolvimento, S. A. (2)	1 946 637	231 546	2 178 183
S2M — Sociedade de Manutenção de Metropolitanos (5)	-	120 000	120 000
	<u>6 543 128</u>	<u>265 584</u>	<u>6 808 712</u>
Provisão (1) (nota n.º 46)	- 2 259 554	-	- 2 259 554
	<u>4 283 574</u>	<u>265 584</u>	<u>4 549 158</u>

(1) Durante o 1.º semestre de 2000 o capital desta empresa foi aumentado, passando a sociedade a ser detida em 22,58% e assumindo no balanço a condição de empresa associada. Porém, e dadas as restrições às transferências de fundos da China, foi decidido não aplicar o método de equivalência patrimonial, estando assim apresentada ao seu custo de aquisição e totalmente provisionada. Em Julho de 2004, foi aumentada a participação de 22,6% para 36,38%, tendo sido aplicado o método de equivalência patrimonial em 2004. Este aumento de capital gerou um *goodwill* de 200.000 euros (nota n.º 10).

(2) A diferença face a Dezembro de 2003 resultou da apropriação dos resultados do ano e de outras variações de capital próprio, nomeadamente variações cambiais.

(3) Esta sociedade é detida pelo Grupo Efacec em 20,2%, sendo parte detida directamente pela Efacec Energia — 12,2% e o restante indirectamente pela Efacec Capital (via Efacec Malaysia que é controlada pela Efacec International Financing — SGPS). Esta sociedade está em fase de investimento e expansão esperando-se que nos próximos anos venha a constituir um importante veículo para o crescimento da actividade

global do Grupo Efacec na Malásia, onde é igualmente detida a Efacec Malaysia, referida no quadro anterior, que serve de sociedade financeira veículo para os investimentos financeiros. O movimento do ano decorre de variações cambiais, variações de capitais próprios e quota-parte dos resultados do ano de 2004.

(4) A variação do ano decorre da quota-parte dos resultados do ano de 2004.

(5) Esta sociedade passou a associada durante o exercício de 2000, quando o Grupo passou a deter 25,1%. Foi aplicado o método de equivalência patrimonial tendo gerado um *badwill* (nota n.º 10). Durante este ano de 2004 foi apurado um resultado positivo de 229 782 euros. A administração prevê a recuperação do investimento através do aumento das vendas e dos resultados futuros.

(6) Sociedade constituída no final de 2004, com início de actividade em 2005.

Em 31 de Dezembro de 2004, as principais sociedades incluídas em partes de capital em empresas associadas mostravam a seguinte decomposição:

Investimento	Activos	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Participação no capital		Valor da contabilidade
					Porcentagem	Montante	
EID — Emp. Inv. e Des. (a) e (b)	23 450 364	8 712 731	13 204 864	919 128	25,00	2 178 183	2 178 183
Liaoyang Efacec Electrical Equipment (a)	19 868 826	(304 042)	6 467 622	127 034	36,38	(110 610)	-
Sesco, S. A. (a)	4 543 599	2 876 934	1 965 578	38 326	35,2	1 012 681	1 012 681

(a) Contas não auditadas.

(b) A actividade da empresa passa quase exclusivamente pela realização de projectos de investigação e desenvolvimento ligados à electrónica, sendo neste momento credível a viabilidade global desses projectos, pelo que o conselho de administração não admite perdas significativas inerentes a esses processos.

(d) As partes de capital em outras empresas participadas tiveram a seguinte evolução:

	2003	Variação	2004
	Valor da participação		Valor da participação
Partes de capital em empresas participadas:			
Portugália — Companhia Portuguesa Transportes Aéreos, S. A.	99 760	-	99 760
Águas da Costa de Cascais, S. A.	1 050 919	-	1 050 919

	2003 — Valor da participação	Variação	2004 — Valor da participação
Portugal Space — Tecn. Serv. Espaciais, S. A.	325 000	—	325 000
Outras	25 438	2 953	28 391
	<u>1 501 117</u>	<u>2 953</u>	<u>1 504 070</u>
Provisão	— 4 933	—	— 4 933
	<u>1 496 184</u>	<u>2 953</u>	<u>1 499 137</u>

(e) O valor incluído títulos e outras aplicações financeiras respeita a edifícios não afectos à actividade da empresa, os quais estão registados ao valor de aquisição.

(f) As provisões para investimentos financeiros reflectem essencialmente as provisões criadas para a Efacec Oriente e Liaoyang Efacec E. E., pelas razões apontadas nas notas n.ºs 2 e 4.

(g) Em 31 de Dezembro de 2004, o valor dos terrenos, inclui a avaliação independente realizada nos exercícios de 1998 e 1999, a qual, provocou um aumento no montante de 15 916 875 euros. No final de 2000, foi realizada nova reavaliação aos terrenos por uma entidade independente (nota n.º 41), tendo aumentado aquele excedente em 2 284 494 euros. Com a alienação das instalações de Carnaxide no exercício de 2002 e a amortização de parte do imobilizado, o montante correspondente ao excedente decorrente da reavaliação independente no valor de 3 379 690 euros foi transferida para resultados transitados em 2002, 1 295 737 euros em 2003 de acordo com o estabelecido na Directriz Contabilística n.º 16 (nota n.º 57). Em 2004, foi transferido para impostos diferidos passivos o montante de 316 288 euros relativo à reavaliação dos terrenos da filial, Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A.

36 — Distribuição das vendas e prestação de serviços por actividades e mercados geográficos:

O Grupo tem vindo a fazer a gestão das várias empresas tendo em atenção o sector de actividade em que se insere. A composição de cada um dos sectores, referidos no início das notas, pode variar com o tempo, podendo, inclusivamente, alterar a forma como o Grupo se posiciona em cada um desses sectores ou actividades e como mede a rentabilidade e o interesse em cada um deles.

Segmento de negócio:

Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo, comprometido em fornecer um produto ou serviço individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio.

Segmento geográfico:

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em prover produtos ou: serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeita a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos.

Reporte por segmentos de actividade:

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos geográficos e de negócio do Grupo. Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são directamente atribuíveis assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos.

Nos anos de 2004 e 2003, a informação não consolidada por actividades ou segmentos, pode ser vista como segue:

	Serviços de gestão (a)	Energia	Engenharia e serviços	Electrónica e telecomu- nicações	Automação e robótica	Outros	Consolidação	Total
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2004:								
Vendas líquidas	—	93 730 697	102 104 983	67 242 806	11 625 062	11 554 969	— 36 197 028	250 061 489
Prestação de serviços	6 363 000	10 241 002	26 758 919	587 024	1 055 263	12 492 348	— 19 924 190	37 573 366
	<u>6 363 000</u>	<u>103 971 699</u>	<u>128 863 902</u>	<u>67 829 830</u>	<u>12 680 325</u>	<u>24 047 317</u>	<u>— 56 121 218</u>	<u>287 634 855</u>
Resultado operacional	3 279 237	3 982 633	4 320 496	3 574 362	165 187	2 152 236	— 411 179	17 062 971
Resultado líquido	— 527 062	3 443 389	4 356 745	3 726 013	303 625	2 615 696	— 3 844 064	10 074 340
Investimentos brutos	15 697 626	1 296 203	2 394 807	592 375	73 907	8 348 099	— 22 379 765	6 023 252
Activo líquido	121 846 781	114 381 132	107 713 590	70 414 526	11 162 349	61 082 803	— 217 522 709	269 078 471
Passivo	66 591 764	72 883 194	74 551 826	40 898 230	10 440 239	27 051 954	— 90 754 831	201 662 375
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2003:								
Vendas líquidas	—	88 953 330	107 055 617	67 473 570	10 944 903	12 067 607	— 41 110 771	245 384 256
Prestação de serviços	5 813 000	11 104 381	12 865 503	790 263	—	4 424 601	— 8 377 872	26 619 875
	<u>5 813 000</u>	<u>100 057 711</u>	<u>119 921 120</u>	<u>68 263 833</u>	<u>10 944 903</u>	<u>16 492 208</u>	<u>— 49 488 643</u>	<u>272 004 131</u>
Resultado operacional	2 605 510	2 991 120	2 540 147	3 728 101	— 172 302	168 415	— 362 683	11 498 309
Resultado líquido	8 273 856	988 671	2 686 155	3 698 898	— 159 365	5 925 876	— 13 140 236	8 273 856
Investimentos brutos	838 628	2 610 420	1 230 615	1 951 304	46 533	3 026 853	— 1 121 672	8 582 681
Activo líquido	125 495 971	102 813 319	95 459 494	62 959 389	11 233 857	58 825 900	— 210 095 644	246 692 286
Passivo	66 481 660	64 758 770	64 737 276	33 999 710	10 815 372	25 977 776	— 81 431 054	185 339 509

(a) Este valor acaba por ser na sua maioria repartido pelas várias empresas do Grupo, e inclui os serviços de consolidação, jurídicos, fiscais, financeiros, administração e outros serviços gerais de gestão das participações.

Nos mesmos períodos, a informação geográfica reparte-se do seguinte modo:

	Portugal	Resto da Europa	Extremo Oriente	Médio Oriente	África	América Latina	Outros (a)	Total
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2004:								
Vendas + prestação de serviços	210 914 917	25 019 522	4 815 797	1 839 430	12 965 671	11 464 985	20 614 531	287 634 854

	Portugal	Resto da Europa	Extremo Oriente	Médio Oriente	África	América Latina	Outros (a)	Total
1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2003:								
Vendas + prestação de serviços	188 172 052	18 823 652	3 615 817	2 871 412	24 801 362	8 809 646	24 910 190	272 004 131

(a) No ano de 2003 inclui essencialmente vendas para a América do Norte.

37 — Efeitos da utilização de critérios de valorimetria de base fiscal ou não previstos nas normas de consolidação:

Como referido nos critérios valorimétricos, nota n.º 23, alíneas e) e f), o Grupo passou, a registar os seus proveitos e as margens decorrentes das obras de carácter plurianual, tendo por base o preconizado na Directriz Contabilística n.º 3 — tratamento contabilístico dos contratos de construção e o parágrafo 5.3.17 do Plano Oficial de Contabilidade, a qual prevê que os produtos e trabalhos em curso sejam valorizados, pelo método da percentagem de acabamento ou, alternativamente, mediante a manutenção dos respectivos custos até ao acabamento. Nos exercícios anteriores, o Grupo registava os seus proveitos e as margens decorrentes das obras de carácter plurianual, tendo por base genérica os critérios protagonizados na circular n.º 5/9G, emanada da Direcção-Geral de Impostos, a qual prevê o registo dos proveitos de acordo com a comparação entre os graus de facturação e graus de acabamento, sendo o registo feito na maioria dos casos pelo mais baixo. O efeito desta alteração consubstanciou-se num aumento do resultado consolidado líquido do exercício em cerca de 900 000 euros.

38 — Diferenças entre impostos imputados ao exercício ou a exercícios anteriores e pagos ou apagar:

Em virtude da adopção da Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista), no exercício de 1998, e Grupo passou a relevar nas suas demonstrações financeiras, quando relevante para a sua compreensão, os impostos diferidos (nota n.º 23, alínea m)).

Deste modo, independentemente do momento do pagamento ou liquidação do imposto, desde que ocorra o facto gerador, e quando reversível, ele é registado nas demonstrações financeiras da empresa, ou, neste caso, do Grupo.

O saldo dos impostos diferidos no grupo Efacec pode ser analisado como segue:

Descrição	Montante
Provisões para investimentos financeiros:	
Empresas associadas:	
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co., (1)	621 377
Empresas do grupo:	
Efacec Oriente (2)	1 646 033
Provisões para perdas potenciais em obras em curso	376 685
Provisões para outros devedores:	
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Co.,	1 283 906
Outros devedores	1 030 159
Provisões para clientes	171 954
Outras provisões	563 540
Benefícios fiscais I & D reportáveis	220 000
Prejuízos fiscais reportáveis (3)	178 177
	6 091 832

(1) A provisão relativa à participação na Liaoyang Efacec, Elect. E., Co, no valor de 2 259 554 euros foi registada em capital próprio, assim como o respectivo imposto diferido activo de 621 377 euros, sendo o valor líquido registado de 1 638 177 euros.

(2) A depreciação para a participação detida na Efacec Oriente (notas n.ºs 2 e 46), constituída em 2001 no montante de 5 985 575 euros foi registada directamente em capital próprio. O respectivo imposto diferido activo no montante de 1 646 033 euros foi igualmente relevado em capital próprio.

(3) Este montante corresponde aos prejuízos fiscais das filiais pertencentes ao subgrupo, Tech, não integrado no regime especial de tributação de grupo considera poder vir a recuperar nos próximos períodos.

O apuramento deste imposto diferido relativamente às provisões surge dado que o Grupo não contará com estas provisões para efeitos

fiscais nestes exercícios mas apenas nos próximos, quando os custos ou despesas efectivas forem evidenciados nas contas da sociedade. Deste modo, quando os custos decorrentes das provisões agora efectuadas se tornar definitivos nas contas das empresas, os impostos diferidos activos serão regularizados, aumentando o valor da estimativa para o imposto sobre o rendimento (i.e. tornando-a mais negativa). De igual modo, os prejuízos fiscais representam um crédito de imposto sobre os resultados dos exercícios futuros em que forem apurados lucros tributáveis.

Todos os impostos diferidos activos registados têm por base uma taxa de imposto de 27,5%.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2004 referem-se aos impostos diferidos relativos à constituição; de provisões (335 793 euros), à constituição dos impostos diferidos activos relativos aos benefícios fiscais de investigação e desenvolvimento, reportáveis à data de 31 de Dezembro de 2004 (220 000 euros) e à anulação de 2 860 263 euros relativos à utilização de prejuízos fiscais. Esta regularização encontra-se reflectida na linha do imposto sobre o rendimento do exercício na demonstração dos resultados consolidados (nota n.º 52).

Na regularização do imposto diferido activo está igualmente inerente a condição de benefício económico como em qualquer outro activo. O facto do Grupo apresentar resultados económicos e fiscais positivos, implicou neste exercício a utilização de imposto diferido no montante de 2 860 263 euros, sendo expectativa da administração a recuperabilidade dos restantes 398 177 euros através dos resultados dos próximos exercícios, tendo em conta as perspectivas futuras positivas sobre a evolução das vendas do grupo e dos respectivos resultados consolidados.

Os impostos diferidos activos restantes afectos a provisões serão proporcionalmente regularizados, à medida que vão sendo utilizadas as respectivas provisões.

No final do ano, existem nas contas do Grupo Efacec 6 091 832 euros de impostos diferidos activos os quais, vão influenciar o montante de estimativa para imposto sobre rendimento registada na demonstração dos resultados futura, não afectando porém os encargos a pagar de imposto sobre o rendimento mas sim a apresentação e a especialização económica dos resultados.

De salientar que aquele activo pressupõe a realização de proveitos futuros que impliquem uma matéria colectável de pelo menos 1 447 916 euros (398 177 euros/27,5%). Foi utilizada a taxa de IRC prevista para o ano em curso. Alterações de taxas de imposto deverão afectar os resultados em que ocorrerem. Ruía análise dos planos de actividades o conselho de administração assume ser possível atingir aqueles, resultados no período máximo de seis anos, limite imposto pelas regras fiscais.

39 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais no período:

O montante de remunerações auferido pelos membros dos órgãos sociais das diversas empresas do Grupo, durante o período findo em 31 de Dezembro de 2004, foi como segue:

	2004	2003
Conselho de administração	844 426	828 632
Fiscal único	140 000	154 590

41 — Legislação utilizada para a reavaliação do imobilizado corpóreo:

As empresas incluídas na consolidação, procederam em anos anteriores à reavaliação do seu activo imobilizado corpóreo (nota n.º 23, alínea b)), ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decretos-Leis n.ºs 126/77, de 2 de Abril; 219/82, de 2 de Junho; 399-G/84, de 28 de Dezembro; 118-B/86, de 27 de Maio; 111/88, de 2 de Abril; 49/91, de 25 de Janeiro; 264/92, de 24 de Novembro e 31/98, de 11 de Fevereiro.

Os bens transferidos em Junho de 1990 para as empresas afiliadas foram reavaliados para preços de mercado.

Como referido na nota n.º 23, alínea b), os terrenos foram avaliados ao preço de mercado durante o exercício de 1998, por uma entidade independente, credenciada neste tipo de avaliações. No final de 2000 foi feita nova avaliação pela mesma entidade. As avaliações tiveram por pressupostos:

No cálculo do valor dos terrenos afectos às instalações actualmente em uso, foi considerada a avaliação pelo método do Uso Continuado. Entende-se por valor em uso continuado como sendo o valor pelo qual uma propriedade pode ser transaccionada entre um possível comprador e um possível vendedor, ambos tendo conhecimento de todos os factos pertinentes sem agir sob pressão indevida e com equidade para ambas as partes, podendo ser assim definido pelo montante que se justifica a posse; Considera-se ainda que haverá uma continuação dos usos e actividades para as quais a propriedade foi criada no pressuposto de que a propriedade tem capacidade para gerar benefícios actualmente e no futuro. Assim, a definição de valor em uso continuado, pressupõe que os benefícios previstos serão suficientes para gerar o reembolso do investimento efectuado com uma justa rentabilidade;

Para os terrenos que não estão no momento afectos à actividade principal ou representam remanescentes de espaço das instalações em

utilização foi considerada a avaliação pelo método do uso alternativo. Nesta modalidade, o valor actual considera que o imóvel poderá ser utilizado para fins diferentes daquele para que foi inicialmente concebido ou para o qual se encontra adaptado: Nestas circunstâncias foi adoptada uma metodologia de rendimento sendo a propriedade avaliada considerando a sua máxima e melhor utilização, em conformidade com as condicionantes legais e os regulamentos de planeamento municipal em vigor. O valor de mercado contempla assim não só as construções existentes e adaptadas ao uso alternativo mas também o valor residual do terreno afecto às construções potenciais e adicionais possíveis.

Os principais terrenos avaliados decorrem do primeiro método, sendo a aplicação deste segundo de forma residual.

O efeito destas reavaliações no valor líquido dos terrenos e do restante immobilizado do Grupo pode ser visto na nota seguinte.

42 — Efeito das sucessivas reavaliações no valor líquido do immobilizado corpóreo:

O aumento no immobilizado corpóreo líquido, condicionado pelas sucessivas reavaliações; ao abrigo da legislação aplicável, e no caso dos terrenos, de avaliação livre, em, 31 de Dezembro de 2004, é apresentado como segue:

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a) e (b)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	600 283	16 706 588	17 306 871
Edifícios e outras construções	15 135 947	1 453 127	16 589 074
Equipamento básico	8 676 912	812 505	9 489 417
Equipamento de transporte	1 288 558	68 923	1 357 481
Ferramentas e utensílios	520 343	15 885	536 228
Equipamento administrativo	3 548 211	4 042	3 552 253
Outras imobilizações corpóreas	13 408	—	13 408
	<u>29 783 662</u>	<u>19 061 070</u>	<u>48 844 732</u>

(a) Líquido de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

No final de 31 de Dezembro de 2003, o efeito das sucessivas reavaliações no immobilizado corpóreo ascendia a 19 481 573 euros.

O valor incluído na coluna das reavaliações diminui de ano para ano, mediante a alienação ou abate de bens reavaliados não totalmente amortizados e pelo excesso das amortizações do exercício sobre o immobilizado corpóreo, decorrente das reavaliações. Deste excesso, calculado anualmente aquando das amortizações do exercício, 40% não é aceite fiscalmente como custa para determinação da matéria colectável, em sede do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) (nota n.º 52). Atendendo ao valor resultante deste aumento no valor do imposto anual, entendeu-se não registar impostos diferidos passivos, os quais, no final do ano de 2004, ascenderiam a cerca de 258 993 euros.

A reavaliação económica realizada sobre os terrenos do Grupo, apenas, será sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas se forem vendidos, sendo realizada a reserva incluída no capital próprio decorrente da mais valia gerada. De outro modo, ao contrário dos bens amortizáveis cuja realização decorre da sua utilização e reintegração correspondente, apenas haverá, impostora pagar no futuro decorrente da reavaliação caso o terreno seja alienado. De acordo com o estipulado na Directriz Contabilística n.º 28, foram registados neste exercício os passivos por impostos diferidos resultantes das

reavaliações passadas dos terrenos. Estes impostos diferidos passivos ascendem a 31 de Dezembro de 2004 a cerca de 3 877 156 euros (com correcção monetária), tendo sido apresentados em rubrica própria na rubrica de acréscimos e diferimentos — passivo.

43 — Comentário às contas das demonstrações financeiras, cujo conteúdo não é comparável:

Os efeitos da alteração do perímetro em termos de activo, passivo e proveitos encontram-se referidos na nota n.º 14.

Os efeitos da alteração do reconhecimento do proveito nas obras em curso (nota n.º 23, alínea f)) pelo grau de acabamento e não pelo grau de facturação ou acabamento, dos dois o mais baixo, foram os seguintes:

	Ac proveitos	Existências	Vendas	Resultado
Efeito global	5 861 854	— 4 959 854	5 861 854	902 000

44 — Demonstração dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros consolidados nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, podem ser demonstrados como segue:

Custos e perdas:

	2004	2003
Juros suportados (a)	2 563 581	2 982 836
Perdas em empresas do Grupo e associadas (a)	100 375	218 004
Diferenças de câmbio desfavoráveis (b)	1 805 310	5 965 162
Descontos de pronto pagamento concedidos	96 895	124 821
Outros custos e perdas financeiros	481 504	545 686
<i>Total dos custos financeiros</i>	<u>5 047 665</u>	<u>9 836 509</u>
Resultados financeiros	<u>— 2 413 787</u>	<u>— 5 116 463</u>
	<u>2 633 878</u>	<u>4 720 046</u>

Proveitos e ganhos:

	2004	2003
Juros obtidos	266 482	290 162
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (a)	400 042	266 980
Rendimentos de participações de capital	—	—
Diferenças de câmbio favoráveis (b)	1 802 227	2 884 828
Descontos de pronto pagamento obtidos	98 504	170 006
Outros proveitos e ganhos financeiros	66 622	1 108 070
<i>Total dos proveitos financeiros</i>	<i>2 633 877</i>	<i>4 720 046</i>

(a) As perdas em empresas do grupo e associadas correspondem essencialmente à aplicação do método de equivalência patrimonial, respectivamente à empresa do Grupo Efacec Moçambique (68 378 euros) (notas n.ºs 3 e 27) e Godrej (10 081 euros). Os ganhos em empresas do grupo e associadas referem-se essencialmente à quota-parte do resultado da EID (229 782 euros) e à amortização do *badwill* da EID no valor de 116 002 euros (nota n.º 10).

(b) A gestão cambial do Grupo decorre do descrito na nota n.º 23, alíneas h) e p). No final de cada período actualizam os saldos incluídos nos activos e passivos ao câmbio *fixing* reportado à data, excepto aqueles registados ao câmbio fixado com a instituição de crédito.

45 — Demonstração dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários consolidados no final do ano de 2004 e 2003, podem ser demonstrados como segue:

Custos e perdas:

	2004	2003
Donativos	47 478	40 200
Dívidas incobráveis	200	59 316
Perdas em existências	—	10 597
Perdas em imobilizações (a)	8 017	703 030
Multas e penalidades	67 440	33 547
Aumentos de amortizações e provisões (b)	2 600 000	480 000
Outros custos e perdas extraordinárias (c)	1 619 081	3 199 786
<i>Total dos custos extraordinários</i>	<i>4 342 216</i>	<i>4 526 476</i>
Resultados extraordinários	— 1 071 813	3 422 173
	3 270 403	7 948 649

Proveitos e ganhos:

	2004	2003
Ganhos em existências	10 656	279 214
Ganhos em imobilizações (d)	573 547	1 055 857
Reduções de provisões (e)	1 516 721	4 206 309
Outros proveitos e ganhos extraordinários (f)	1 169 479	2 407 269
<i>Total dos proveitos extraordinários</i>	<i>3 270 403</i>	<i>7 948 649</i>

(a) Esta rubrica incluía em 2003 a menos-valia apurada na venda da participação de 5% na Biorope no valor de 192 604 euros (nota n.º 27), sendo o restante referente a alienações de imobilizado corpóreo.

(b) Esta rubrica inclui a provisão constituída este ano para os valores a receber da Universal Motors — Equipamentos Eléctricos, S. A., no valor de 2 100 000 euros (nota n.º 50) e uma provisão para outros riscos e encargos no valor de 500 000 euros para cobrir os prejuízos da subsidiária, Efacec Oriente, não integrada conforme nota n.º 2.

(c) Esta rubrica inclui custos com rescisões no âmbito da reestruturação das diversas unidades industriais e actividades no valor de 1 361 196 euros, sendo que, em 2003, os mesmos ascendiam a 535.179 euros (nota 46).

(d) Esta rubrica inclui a mais-valia gerada no exercício pela alienação da Efacec — Colúmbia no valor de 241 960 euros. Em 2003, esta rubrica incluía as mais-valias geradas na alienação das participações na Normed (206 694 euros) e Oniway (143 943 euros).

(e) Esta rubrica inclui a redução das seguintes provisões:

	2004	2003
Provisão para reestruturação	—	550 000
Provisão para investimentos financeiros (Biorope)	—	269 350
Provisão para desvios em obras em curso	409 954	1 695 480
Provisões para garantias	—	316 333
Provisões para outros riscos e encargos	681 774	698 317
Provisões para outras perdas	424 993	676 829
	1 516 721	4 206 309

(f) Neste montante estão incluídos 997 296 euros referentes à afectação a proveitos de subsídios ao investimento (em 2003, 1 438 197 euros (nota n.º 23, alínea l)). A diminuição prende-se com subsídios que ficaram completamente amortizados.

46 — Movimentos ocorridos nas contas de provisões:

Os movimentos verificados nos saldos das rubricas de provisões durante o ano foram como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Previsões para cobranças duvidosas:				
Clientes de cobrança duvidosa	6 231 826	316 386	1 068 370	5 479 842

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Empresas associadas	—	4 668 748	—	4 668 748
Outros devedores	5 970 147	2 100 000	5 208 748	2 861 399
<i>Total de provisões para cobranças duvidosas</i>	<u>12 201 973</u>	<u>7 085 134</u>	<u>6 277 118</u>	<u>13 009 989</u>
Provisões para riscos e encargos:				
Provisões para pensões não cobertas por fundo	319 576	347 125	14 888	651 813
Provisões para participações financeiras	260 873	419 230	—	680 103
Outros riscos e encargos	5 234 477	810 243	—	6 044 720
<i>Total de provisões para riscos e encargos</i>	<u>5 814 926</u>	<u>1 576 598</u>	<u>14 888</u>	<u>7 376 636</u>
Provisões para depreciação de existências:				
Produtos e trabalhos em curso	344 964	—	344 964	—
Matérias-primas e materiais diversos	95 625	—	—	95 625
Produtos acabados	34 916	—	—	34 916
Mercadorias	36 759	24 017	—	60 776
<i>Total de provisões para depreciação de existências</i>	<u>512 264</u>	<u>24 017</u>	<u>344 964</u>	<u>191 317</u>
Provisões para investimentos financeiros:				
Potenciais perdas em investimentos	8 250 062	—	—	8 250 062
	<u>26 779 225</u>	<u>4 017 001</u>	<u>6 636 970</u>	<u>24 159 256</u>

Provisões para cobranças duvidosas:

Outros devedores:

Nesta rubrica estão incluídos essencialmente saldos relativos à actividade do Grupo no mercado chinês. O aumento relativo a este semestre no valor de 2 100 000 euros refere-se à constituição da provisão para a dívida da Universal Motors — Equipamentos Eléctricos, S. A. (nota n.º 50).

O montante apresentado em redução de provisões corresponde à utilização das respectivas provisões à medida que os respectivos custos vão sendo reconhecidos, ou relativas a outras situações que deixaram de existir, para além da transferência de 4 668 748 euros da provisão da Liaoyang Efacec Electric Equipment, Corp. para a rubrica de empresas associadas.

Provisões para participações financeiras:

O reforço da provisão diz respeito à aplicação do método de equivalência patrimonial à participação na Efacec — Moçambique, tendo a contrapartida parcialmente sido registada em perdas em empresas associadas (68 378 euros).

Provisões para outros riscos e encargos:

Esta rubrica inclui essencialmente provisões para fazer face a montantes a receber de companhias de seguros (1 646 033 euros), penalidades e desvios negativos em obras em curso.

Estes montantes são relativos a situações que têm vindo a ser objecto de análise continuada pela gestão das diversas empresas e que se referem a problemas em discussão com os clientes relacionados com a imputação de responsabilidades e cujo desfecho desfavorável para a empresa se tornou neste exercício mais verosímil. Desde 2000 que tem sido feita uma análise rigorosa ao comportamento e andamento de todas as obras a decorrer no Grupo. Em resultado desta análise exaustiva às obras e instalações em curso foram verificadas algumas situações que podem vir no futuro a determinar perdas. Para estas,

perdas, e no respeito dos princípios de prudência preconizados na Directriz Contabilística n.º 3, foi decidido proceder à constituição de provisões.

Durante os vários exercícios o Grupo tem vindo a incorrer em custos de manutenção e assistência pós-venda. Desde 2000 que os custos com este serviço têm vindo a ser analisados e se significativos tem vindo a ser constituídas provisões para estas perdas futuras, apresentando de forma mais apropriada as responsabilidades potenciais futuras do Grupo.

O montante apresentado em redução de provisões corresponde à utilização das respectivas provisões à medida que os respectivos custos vão sendo reconhecidos, ou relativas a outras situações que deixaram de existir.

Provisões para investimentos financeiros:

O saldo desta provisão está relacionado com as participações na Liaoyang Efacec Electric Equipment, Corp. (notas n.ºs 4 e 27) e Efacec Oriente (nota n.º 2) no valor de 2 259 554 euros e 5 985 575 euros, respectivamente.

Os cálculos para as perdas de valor foram efectuados tendo por base os valores de mercado e a estimativa de fluxos de caixa futuros, dos dois os mais baixo.

Provisões para depreciação de existências:

O montante apresentado em redução de provisões corresponde à utilização das respectivas provisões à medida que os respectivos custos vão sendo reconhecidos, ou relativas a outras situações que deixaram de existir.

47 — Valor contabilístico de bens utilizados em regime de locação financeira e aluguer de longa duração:

Em 31 de Dezembro de 2004, o Grupo mantinha os seguintes contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, registados de acordo com a política referida na nota n.º 23, alínea d):

	Valor dos contratos	Rendas pagas neste exercício	Rendas a pagar (nota n.º 21)
Contratos de locação financeira	486 861	150 059	164 189
Contratos de aluguer de longa duração (a)	6 825 970	1 340 249	1 932 538
	<u>7 312 831</u>	<u>1 490 308</u>	<u>2 096 727</u>

(a) Estes contratos não se encontram registados em imobilizado.

VII — Outras informações:

49 — Outras informações requeridas por diplomas legais:

Para além do que está referido ao longo das diversas notas deste anexo, é de acrescentar que o Grupo Efavec tem a sua situação de contribuições perante a segurança social, devidamente regularizada (Decreto-Lei n.º 11/91, de 17 de Outubro).

50 — Dívidas de terceiros a médio e a longo prazo:

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas com a natureza de médio e longo prazo são as seguintes:

	2004	2003
Empréstimo à Universal Motors — Equipamentos Eléctricos, S. A. ⁽¹⁾	2 593 749	2 818 205
Empréstimo à Efavec — Bombas Hidráulicas e Ventiladores, S. A. ⁽²⁾	123 512	247 026
Efavec Colômbia	27 000	—
Solução — Corretores e Consultores de Seguros ⁽³⁾	65 000	125 000
Outros	—	57 676
Provisão (Universal Motors — Equipamentos Eléctricos, S. A.) ⁽¹⁾	— 2 100 000	—
	<u>709 261</u>	<u>3 247 907</u>

⁽¹⁾ Durante o exercício de 1999 a Efavec Capital — SGPS, procedeu à reestruturação das suas actividades de reparação, fabrico e comercialização de motores eléctricos. Neste contexto, foi constituída a 4 de Maio desse ano a Efavec Universal Motors, S. A., a qual se dedica à actividade de produção de motores eléctricos. Assim, foram trespassados para esta nova sociedade todos os activos e passivos afectos a essa actividade, mantendo, contudo, na Efavec Motores Eléctricos, S. A., o negócio de reparação e beneficiação de motores e transformadores eléctricos. Em consequência, o valor dos empréstimos efectuados até àquela data à afiliada Efavec Motores Eléctricos, S. A., no montante de 4 489 181 euros, foram também transferidos para a nova sociedade então criada.

Inicialmente, o empréstimo concedido era amortizado em parcelas semestrais, e sucessivas durante 10 anos com início no 4º ano, inclusive. Os juros eram calculados à taxa de 3% durante os três primeiros anos e nos períodos subsequentes à taxa Euribor a seis meses, relativamente à quantia em dívida, na data respectiva. Em Julho de 2003 com base num acordo celebrado com data de 22 de Julho de 2003, foi acordado proceder, a um reescalonamento da dívida até Julho de 2012 após o pagamento de 1 000 000 euros, tendo a dívida sido reescalonada com base neste acordo.

Tendo em conta as dificuldades financeiras recentes desta, sociedade, foi constituída uma provisão para parte da dívida a 30 de Junho de 2004 apresentada a curto prazo e médio e a longo prazos no valor de 2 100 000 euros, a qual foi registada em custos e perdas extraordinárias (nota n.º 45), em virtude da existência de penhores mercantil sobre imóvel corpóreo, existências e saldos de clientes, dadas à Efavec para garantia de cumprimento da obrigação do pagamento daquele empréstimo.

⁽²⁾ No final de 2000, o conselho de administração considerou o negócio de produção e comercialização de bombas e ventiladores não estratégico. Em Fevereiro de 2001 foi feita a alienação da totalidade do capital da empresa que se dedicava àquele objecto social. Na altura da venda existia um empréstimo no montante global de 648 437 euros feito pela Efavec Capital àquela entidade, o qual foi considerado em dívida pelos novos accionistas.

Este empréstimo não vence juros e deverá ser amortizado em 42 mensalidades iguais e sucessivas, após 18 meses de carência, a contar da data de celebração do contrato de venda das acções, em 16 de Fevereiro de 2001, ou seja Agosto de 2002.

Para garantia do cumprimento, foi feito um penhor de créditos sobre clientes até ao montante de 748 197 euros, à escolha da Efavec, sendo disponibilizado a qualquer momento relação dos terceiros para execução da penhora, nos termos da lei civil e comercial.

⁽³⁾ Este montante diz respeito ao montante a receber da Solução — Corretores e Consultores, L.ª, pela venda da participação da Normed.

51 — Outros devedores:

A rubrica de Outros Devedores em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 apresentava o seguinte detalhe:

	2004	2003
Outros devedores — activo circulante:		
Pessoal	549 618	238 850
Liaoyang Efavec Electrical Equipment, Co., Ltd. (c)	—	4 806 959
Universal Motors	447 843	149 639
Seguros a receber por perdas em existências	1 897 321	2 008 428
Liftech (a)	359 188	360 583
Efavec Oriente, L.ª	321 752	512 689
Outros — diversas entidades (b)	2 892 225	2 777 485
	<u>6 467 947</u>	<u>10 854 633</u>
Provisão realizada (c)	— 761 399	— 5 970 147
	<u>5 706 548</u>	<u>4 884 486</u>

(a) O saldo com a Liftech refere-se ao montante a receber pela filial Efavec — Sistema de Electrónica, resultante da vendada divisão de elevadores (nota n.º 50).

(b) São várias entidades com saldos de diversa natureza que no seu conjunto, apesar do aumento verificado no ano, são considerados aceitáveis atendendo às actividades operacionais do Grupo.

(c) A provisão constituída diz respeito à Efavec Oriente (512 000 euros) e montantes a receber de companhias de seguros. Em 2003, esta provisão incluía uma provisão para os saldos em dívida da Liaoyang Efavec Electrical Equipment, Co., no valor de 4 806 959 euros. A diminuição em 2004 deve-se à transferência do saldo desta entidade para a rubrica de empresas associadas, na sequência do aumento da participação verificada em 2004 (nota n.º 3).

52 — Estado e outros entes públicos:

As rubricas incluídas nos saldos com o Estado e outros entes públicos tinham em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, a seguinte decomposição:

	2004	2003
Saldos a favor do Grupo — activo:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas — IRC (a)	396 655	484 955
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	—	—
Outros impostos a recuperar	349 441	449 551
	<u>746 096</u>	<u>934 506</u>

	2004	2003
Saldos a favor do Estado — passivo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares — retenções	1 116 939	1 061 754
Imposto sobre o Valor Acrescentado — a pagar	6 089 178	2 366 018
Contribuições para a segurança social (b)	1 995 852	1 868 390
Outras	87 428	133 927
	<u>9 289 397</u>	<u>5 430 089</u>

(a) Este saldo tem sido calculado em conformidade com os princípios e normas fiscais relacionadas com a determinação do lucro consolidado, a partir de 2001, Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, para a maior parte das empresas do Grupo e segundo as regras normais de apuramento da matéria colectável para as restantes empresas, deduzido dos valores pagos por conta durante o exercício. O montante apurado diz, essencialmente, respeito ao IRC a pagar relativamente à tributação autónoma e derrama do grupo no valor de 457 550 euros deduzida das retenções na fonte e pagamentos especiais por conta da Efacec Capital e das empresas que não integram o grupo para efeitos fiscais.

Dados os prejuízos fiscais acumulados e benefícios fiscais relativos a despesas de investigação e desenvolvimento não deduzidas em anos anteriores, não foi constituída qualquer estimativa para pagamento de IRC, excepto no que respeita às tributações autónomas e derrama no montante de 457 550 euros como referido anteriormente. O montante para as filiais que não se encontram incluídas no regime especial de tributação foi registada com base na estimativa efectuada nessas sociedades.

As divergências entre critérios contabilísticos e fiscais, no que respeita às diferenças permanentes ou temporárias, tem originado diferenças entre o valor a pagar de IRC e o encargo referido na demonstração dos resultados e no balanço (nota n.º 38), cuja reconciliação pode ser vista como segue (em euros):

Tributação autónoma e derrama	— 457 550
Provisões constituídas em 2004 (Universal Motors, S. A. e Efacec Oriente)	715 000
Impostos diferidos activos — benefícios fiscais	220 000
Anulação de impostos diferidos activos — utilização de provisões	— 388 221
Anulação de impostos diferidos activos — utilização de prejuízos fiscais — 2 860 263	— 84 000
Reserva fiscal ao investimento	— 511 100
Estimativas fora da tributação pelo grupo de sociedades	— 3 366 134
<i>Total</i>	— 3 366 134

A regularização de impostos diferidos activos decorre da utilização de provisões não consideradas para fins fiscais no ano da sua constituição e que estiveram subjacentes à constituição dos activos por impostos diferidos, tendo neste ano sido suportados os respectivos encargos, pelo que se efectuou a reversão dos respectivos impostos diferidos no valor de 379 207 euros. Por outro lado, foi registada a reversão dos impostos diferidos activos pela dedução de prejuízos fiscais relativos ao lucro tributável do semestre (2 860 263 euros).

Para além do referido na nota n.º 38, as situações que podem afectar os impostos sobre o rendimento a pagar no futuro, são as seguintes:

i) De acordo com a legislação vigente, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro

anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, cujos, em determinados casos previstos na lei, podem ver os prazos prolongados ou a contagem suspensa. Deste modo, as declarações fiscais apresentadas pelo Grupo referentes aos exercícios de 2001 a 2004 podem vir ainda a ser sujeitas a revisão (já efectuadas pela administração fiscal até 2000). A administração do Grupo Efacec considera que, as correcções que poderão surgir decorrentes de revisões ou inspecções por parte da administração fiscal àquelas declarações, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2004;

ii) Como consequência da não-aceitação como custo, para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, da parte correspondente a 40% do excesso nas amortizações do exercício decorrentes das reavaliações efectuadas (nota n.º 42), a matéria colectável para os exercícios futuros será aumentada em 941 793 euros;

iii) De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas resultantes da apropriação de resultados de empresas participadas pelo método de equivalência patrimonial não são considerados como proveitos e custos, respectivamente, para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, no exercício em que são reconhecidos contabilisticamente, sendo apenas tributados os dividendos no exercício em que são atribuídos. A Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista) — Imposto sobre o Rendimento, obriga a que estes sejam registados na contabilidade, independente da sua aceitação fiscal, desde que se verifique simultaneamente os seguintes critérios: a reversão seja verificada num período futuro previsível e a empresa-mãe controle a reversão dessa diferença temporária;

iv) Como referido na nota n.º 23, alínea m), a empresa adoptou desde 1998, o tratamento preconizado na Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 (revista) (NIC), por força da Directriz Contabilística n.º 18, a qual refere aquela como adoptável quando a situação não esteja devidamente tratada no Plano Oficial de Contabilidade ou nas Directrizes Contabilísticas e, mais recentemente, a Directriz Contabilística n.º 28 — Impostos sobre o Rendimento, com aplicação prevista a partir de exercícios com início em 1 de Janeiro de 2002. Os impostos diferidos, previstos naquela NIC e nesta directriz, têm sido registados apenas nas situações cujo efeito seja considerado significativo na leitura das demonstrações financeiras do Grupo (nota n.º 38).

(b) Estas contribuições, incluem o valor a pagar correspondente à parcela retida aos trabalhadores (taxa geral de 11% sobre os rendimentos sujeitos) e a parte correspondente à empresa (taxa geral de 23,75% sobre os rendimentos atribuídos sujeitos a este imposto).

53 — Acréscimos e diferimentos:

Os saldos destas rubricas, incluídas no activo e no passivo, em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, apresentavam a seguinte:

	2004	2003
Acréscimos de proveitos — activo:		
Valores a facturar (a)	26 342 095	11 666 213
Outros	78 658	12 424
	<u>26 420 753</u>	<u>11 678 637</u>
Custos diferidos — activo:		
Encargos com obras e conservação plurianual	411 846	59 823
Custos a imputar a vários períodos	134 040	133 801
Outros	133 695	78 023
	<u>679 581</u>	<u>271 647</u>
Impostos diferidos — activo (nota n.º 38)	6 091 832	8 396 302
Acréscimos de custos — passivo:		
Encargos com remunerações	257 261	6 659 247
Encargos com obras (b)	2 832 072	2 954 422
Juros a pagar	142 499	103 985
Redevances a pagar	545 200	571 499
Outros	1 600 160	1 636 549
	<u>12 377 192</u>	<u>11 925 702</u>
Proveitos diferidos — passivo:		
Subsídios ao investimento (c)	2 570 572	2 959 522
Facturação diferida (d)	46 603 227	35 217 547

	2004	2003
Diferença de consolidação <i>badwill</i> — (nota n.º 10)	133 403	264 873
Outros	471 941	156 883
	<u>49 779 143</u>	<u>38 598 825</u>
Impostos diferidos — passivo (nota n.º 38)	3 877 156	3 560 868

(a) Estes montantes referem-se a projectos e obras em curso, cujo grau de acabamento é superior ao grau de facturação ou encontram-se numa fase cuja obra esteja substancialmente concluída. Esta rubrica encontra-se influenciada em, aproximadamente, 5 861 854 euros pela alteração do reconhecimento do proveito nas obras em curso (nota n.º 23, alínea f)), pelo grau de acabamento e não pelo grau de facturação ou acabamento, dos dois o mais baixo.

(b) Algumas das empresas do Grupo reconheceram nas suas obras em curso custos adicionais com a conclusão de alguns trabalhos que foram registados nesta conta de acréscimos de custos.

(c) Durante este ano foram recebidos subsídios relativos a projectos de investimento no valor de 608 345 euros, tendo sido transferido para proveitos 997 296 euros (nota n.º 45), segundo o exposto na nota n.º 23, alínea l).

(d) Os planos de facturação acordados com os clientes não respeitam estritamente os graus de acabamento que acabam por ser reconhecidos nas obras. Assim, sempre que são emitidas facturas para clientes elas são primeiramente registadas nesta conta, sendo regularizadas na medida dos graus de acabamento atribuídos pelos responsáveis dos projectos e que traduzem os graus de reconhecimento das obras (nota n.º 23, alíneas f) e o)).

Em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos e os descobertos bancários, as suas taxas anuais médias e outras condições podem ser assim apresentados:

	2004	2003
Médio e a longo prazos:		
Subsídios reembolsáveis	118	593 505
Financiamento bancário	37 500 000	14 036 538
	<u>37 500 118</u>	<u>14 630 043</u>
Curto prazo:		
Em préstimo por obrigações	—	15 000 000
Papel comercial	9 321 599	20 091 610
Contas correntes bancárias	9 848 752	15 749 279
Subsídios reembolsáveis	298 978	434 202
	<u>19 469 329</u>	<u>36 275 091</u>

Financiamento bancário:

No final do ano de 2004, o Grupo tem contratado os seguintes empréstimos de médio e de longo prazos:

O primeiro empréstimo, no valor de 8 000 000 euros foi contratado em 4 de Dezembro de 2003. Vence juros semestrais à taxa Euribor a seis meses, acrescido de 1,5% de *spread*. Este empréstimo, com uma vida útil máxima de cinco anos, tem previsto oito reembolsos semestrais de capital a partir do 18.º mês. O risco de taxa de juro deste empréstimo foi completamente coberto até ao fim da sua vida útil, através de opções no valor de 3 000 000 euros. Não foi ainda realizada qualquer amortização: de capital até 31 de Dezembro de 2004, sendo o valor a amortizar no exercício de 2005 de 2 000 000 euros, apresentado em curto prazo;

O segundo empréstimo, no valor de 6 000 000 euros foi contratado em 31 de Dezembro de 2003. Vence juros semestrais à taxa Euribor acrescido de 1,45% de *spread*. Este empréstimo tem um período de carência de capital de 18 meses, oito reembolsos semestrais de capital e uma vida útil máxima de cinco anos. O risco de taxa de juro deste empréstimo foi igualmente coberto através de opções no valor de 6 000 000 euros. O valor a amortizar no exercício de 2005 ascende a 1 500 000 euros, tendo sido apresentado em curto prazo;

O terceiro empréstimo, no valor de 27 000 000 euros foi contratado em 16 de Novembro de 2004 junto do Banco Europeu de Investimento. Vence juros semestrais à taxa Euribor, acrescido de *spread* máximo de 0,13. A primeira amortização de capital será efectuada em 15 de Junho de 2008, sendo as restantes efectuadas anualmente até 15 de Junho de 2013.

Empréstimo por obrigações:

O empréstimo obrigacionista emitido em 25 de Novembro de 1999 no valor de 15 000 000 euros foi liquidado em 31 de Dezembro de 2004.

Subsídios reembolsáveis:

Resultam, de contratos de projectos de investimento financiados por fundos comunitários e nacionais no âmbito de PEDIP's e ou POE's. O valor está repartido por várias empresas do Grupo tendo vários prazos de reembolso previstos.

Contas correntes bancárias:

Estas contas correntes bancárias não têm prazo de reembolso definido podendo este renovar-se em vários períodos, embora assumam a natureza de curto prazo. A taxa média destas contas correntes assenta na Euribor acrescida de um *spread* de cerca de 1,1%.

55 — Composição do capital social:

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital social é de 41 641 416 euros, estando representado por 41 641 416 acções escriturais com o valor nominal unitário de 1 euro cada.

56 — Entidades com participação igual ou superior a 20% no capital social da Efacec Capital:

Em 31 de Dezembro de 2004, as entidades com uma percentagem directa ou indirecta, igual ou superior a 20%, eram as seguintes (em percentagem):

Têxtil Manuel Gonçalves, S. A.	25,4
José de Mello — SGPS, S. A.	25,4

57 — Movimentos na rubricas do capital próprio:

Os movimentos ocorridos nas contas de capital próprio durante o período findo em 31 de Dezembro de 2004, foram como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo final
Capital social (a)	41 641 416	—	—	41 641 416
Acções próprias — valor nominal (b)	— 900 000	—	—	— 900 000
Acções próprias — descontos e prémios (b)	— 1 094 719	—	—	— 1 094 719
Prémios de emissão de acções	125 254	—	125 254	—
Diferenças de consolidação (nota n.º 10)	3 080 052	—	—	3 080 052
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (c)	— 5 739 118	—	632 296	— 6 371 414
Reservas de reavaliação (notas n.ºs 41 e 42)	15 899 429	58 776	2 762 370	13 195 835
Reservas:				
Reservas legais	2 696 573	413 693	—	3 110 266
Outras reservas	—	2 162 818	—	2 162 818

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Reduções	Saldo final
Resultados transitados (d)	— 4 968 431	—	— 4 968 431	—
<i>Subtotal</i>	50 740 456	2 635 287	— 1 448 511	54 824 254
Resultados consolidados líquidos	8 273 856	10 074 340	— 8 273 856	10 074 340
<i>Total do capital próprio</i>	59 014 312	12 709 627	— 9 722 367	64 898 594

(a) Em Dezembro de 2003 foi efectuada uma redução de capital em 27 760 944 euros, para cobertura de prejuízos, e substituição das acções por três novas acções com valor nominal de 1 euro. O capital passou assim a ser representado por 41 641 416 acções de 1 euro cada.

(b) No final do primeiro semestre de 2004, mantinha em carteira 900 000 acções, valorizadas ao preço de custo unitário de 2,22 euros.

(c) Os movimentos em ajustamentos de partes de capital podem ser assim explicados (em euros):

Ajustamentos com participações	503 578
Provisões para investimentos ⁽¹⁾	— 5 977 500
Ajustamentos no capital próprio da associada EID (notas n.ºs 3 e 27)	— 510 425
Ajustamentos relacionados com o método de aplicação patrimonial	194 232
Ajustamentos com participações	50 995
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	— 5 739 120
Movimentos de 2004:	
Ajustamentos relacionados com o método de aplicação patrimonial	— 632 294
<i>Total</i>	— 6 371 414

⁽¹⁾ Em 31 de Dezembro de 2004 as provisões levadas directamente ao capital próprio nos exercícios anteriores são:

Provisão constituída para a participação detida na Liaoyang Efavec Electrical Equipment, Co.	2 259 554
Provisão constituída para a Efavec Oriente, L.ºa (notas n.ºs 2 e 46)	5 985 575
Dedução de impostos diferidos activos (nota n.º 38)	— 2 267 629
<i>Total</i>	5 977 500

Assim, no final do ano de 2004, a rubrica de resultados transitados apresentou as seguintes evoluções:

Descrição	Euros
Ajustamentos para custos de reestruturação e conversão cambial	— 4 788 914
Transferência dos resultados líquidos de 2000 a 2002 — aplicação dos resultados	— 29 950 238
Alienação da Efavec Bombas Hidráulicas e Vent. — transferência de ajustamentos de partes de capital	— 571 124
Transferência de reservas de reavaliação	4 675 427
Redução de capital	27 760 944
Outros movimentos de consolidação	— 2 094 526
Saldo em de Dezembro de 2003	— 4 968 431
Transferência de prémios de emissão de acções	125 254
Transferência dos resultados líquidos de 2003 — aplicação dos resultados	3 862 900
Outros movimentos de consolidação	980 277
	—

As reservas de reavaliação, resultam da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos de legislação aplicável e livre no caso dos terrenos (notas n.ºs 41 e 42). De acordo com a legislação em vigor e as práticas contabilísticas aceites em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas, só podendo ser utilizadas para aumentar o capital ou cobrir prejuízos, mas tal só se pode verificar quando estiverem realizadas, o que acontece via reintegração dos bens ou pela alienação dos mesmos. Assim no seguimento da alienação do edifício de Carnaxide em 2002, a respectiva reserva livre no valor de 3 379 690 euros foi transferida para resultados transitados, assim como a parte já amortizada da reserva de reavaliação de 1998 em 2003 no valor de 1 295 737 euros. Por outro lado, no exercício de 2003, foram transferidos para impostos diferidos passivos os impostos relativos aos terrenos no valor de 3 560 868 euros. Em 2004, foram transferidos para impostos diferidos passivos os impostos relativos aos terrenos da filial, Efavec — Sistemas de Electrónica, S. A., no valor de 316 288 euros.

As reservas legais, bem como os montantes relativos a prémio de emissão, não estão disponíveis para distribuição, apenas podendo ser utilizadas para aumentar o capital ou compensar prejuízos. De acordo com a legislação comercial, as empresas do Grupo, são obrigadas a transferir para esta reserva, no mínimo 5% do resultado líquido anual até que a mesma atinja os 20% do capital social.

58 — Fornecimentos e serviços externos:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os principais fornecimentos e serviços externos, foram os seguintes:

	2004	2003
Subcontratos	33 180 871	26 888 446
Trabalhos especializados	10 295 772	9 981 845
Deslocações e estadas	5 579 340	4 742 857
Transporte de mercadorias	4 742 639	6 241 238
Rendas e alugueres	4 540 397	4 109 416
Conservação e reparação	2 269 288	2 286 451
Seguros	1 904 318	2 122 798
Comunicação	1 451 779	1 306 699
Electricidade	1 158 104	1 013 667
Publicidade e propagação	465 026	1 003 529
Outros fornecimentos e serviços	8 943 898	11 165 534
	74 531 432	70 862 479

Atendendo à actividade do grupo, não se consideram existir variações anormais dignas de realce. A rubrica de subcontratos é inerente aos vários projectos do grupo e pode variar em função do tipo de projectos em curso.

59 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, o detalhe dos interesses minoritários é como segue:

	Interesses minoritários (percentagem)	2004	2003
Microprocessador	45,75	820 338	794 420
Investimentos e concessões	25,00	239 790	122 420
International Financing — SGPS, S. A.	45,00	173 045	199 379
Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A.	3,11	686 820	645 660
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A.	0,97	58 339	54 997
SVEP	8,00	1 539	5 509
M5 CEL	26,00	4 974	13 383
Efacec Colômbia	30,00	— 13 650	— 78 352
Efacec Sistemas Venezuela	35,00	1 416	1 420
Efacec Malaysia	39,00	240 257	277 489
Bauen	46,67	304 633	302 204
		<u>2 517 502</u>	<u>2 338 467</u>

Os resultados atribuíveis aos interesses minoritários durante o semestre findo em 31 de Dezembro de 2004 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Microprocessador	31 928	31 603
Investimentos e concessões	— 62 766	— 66 280
International Financing — SGPS, S. A.	1 628	875
Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A. ..	129 675	150 521
ENT — Empresa Nacional de Telecomunicações, S. A.	5 699	7 088
SVEP	— 3 971	1 901
M5 CEL	750	13 383
Efacec Colômbia	— 13 650	— 89 695
Efacec Sistemas Venezuela	—	— 16 175
Efacec Malaysia	3 194	2 879
Bauen	44 410	33 956
	<u>136 897</u>	<u>70 056</u>

60 — Instrumentos financeiros:

Conforme referido no relatório de gestão a Efacec procede à cobertura dos riscos inerentes ao seu negócio, utilizando ferramentas eficientes e de reduzido custo para minimizar eventuais variações negativas do activo subjacente.

Risco de taxa de câmbio:

A cobertura de risco de taxa de câmbio é efectuada através de opções, estando activas no grupo, nesta data, 26,1 milhões de dólares norte-americanos, cujo justo valor à data do final deste exercício ascende a cerca de 591 milhares de euros.

Risco de taxa de juro:

À data de 31 de Dezembro de 2004, a Efacec tinha em carteira opções de taxa de juro no montante de 24,5 milhões de euros e de 4 milhões de dólares, cuja avaliação de mercado era de — 69 e 8 milhares de euros, respectivamente.

Preço de *commodities*:

No final do ano, o grupo Efacec detinha em carteira opções de cobertura do preço do cobre para 1700 toneladas; cuja avaliação de mercado era positiva de cerca de 182 milhares de euros.

61 — Informações sobre matérias ambientais:

Em conformidade com o disposto na Directriz Contabilística n.º 29, a síntese dos investimentos de carácter ambiental concluídos e ou em curso, assim como os dispêndios ambientais de carácter corrente

imputados durante 2004 e anos anteriores, podem ser apresentados da seguinte forma:

Área	Montante
Diagnósticos ambientais	80 500
ETARI e redes efluentes	962 000
Resíduos industriais	98 923

Incentivos públicos recebidos/atribuídos — foram recebidos em anos anteriores 520 000 euros a fundo perdido e cerca de 1 080 000 euros a título de empréstimo à taxa zero;

Passivos de carácter ambiental incluídos nas contas — não existem;
Passivos de carácter contingente de carácter ambiental — não existem;
Despesas com multas e outras penalidades — não foram incorridas despesas materiais desta natureza;
Despesas extraordinárias de carácter ambiental — não foram incorridas quaisquer despesas extraordinárias.

62 — Notas explicativas à demonstração por funções:

O custo das vendas e prestação de serviços apresentado na demonstração dos resultados por funções foi calculado como segue:

	Produtos acabados, intermédios e em curso	Prestações de serviços
Existências iniciais	25 334 761	—
Entradas da produção	196 061 154	28 180 024
Existências finais	17 763 007	—
Custo das vendas e das prestações de serviços	203 632 908	28 180 024

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do que está definido no Plano Oficial da Contabilidade para a demonstração dos resultados por naturezas. Assim, o valor total de (1 071 813) euros, apresentado em resultados extraordinários na demonstração dos resultados por naturezas, foi reclassificado na demonstração dos resultados por funções, e na sua totalidade, para resultados correntes.

63 — Eventos subsequentes:

Não são conhecidos eventos subsequentes que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações consolidadas reportadas a 31 de Dezembro de 2004.

O Conselho de Administração: *António Afonso Lasso de La Vega Cardoso Pinto — Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães — Guilherme Ricca Gonçalves — Pedro Salinas de Moura — José Manuel Gonçalves de Morais Cabral — Daniel Bessa Fernandes Coelho — Pedro Ferraz da Costa.* — A Técnica Oficial de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira.*

Certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida no relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Efacec Capital — SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de 269 078 471 euros, um total de interesses minoritários de 2 517 502 euros e um total de capital próprio de 64 898 594 euros, incluindo um resultado líquido de 10 074 340 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — E da responsabilidade do conselho de administração da empresa (i) a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações, financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; é (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Efacec Capital — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

22 de Março de 2005. — Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por Carlos Alberto Alves Lourenço, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo conselho de administração de Efacec Capital — SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

i) Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

22 de Março de 2005. — Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.^{da}, representada por Carlos Alberto Alves Lourenço, revisor oficial de contas. 2008070158

GOLDEN BROKER — SOCIEDADE CORRETORA, S. A.

Relatório n.º 13-M/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 58 010/030415; identificação de pessoa n.º 506396878; pasta n.º 26 941; número e data da apresentação: PC-339, 23 de Maio de 2005.

Maria Conceição Ribeiro da Silva, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifico que, foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2004, referente à sociedade em epígrafe.

Está conforme.

4 de Maio de 2005. — A Escriturária Superior, Maria Conceição Ribeiro da Silva.

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

Introdução

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o conselho de administração apresentar o relatório de gestão da actividade da Golden Broker — Sociedade Corretora, S. A. (doravante, Golden Broker), as demonstrações financeiras bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

Envolvente macroeconómica

Macroeconomia

O ano de 2004 deu sinais mistos em termos das principais variáveis macroeconómicas. Nos EUA confirmaram-se na generalidade as expectativas de expansão económica e de criação de emprego (o PIB americano cresceu cerca de 4,7% em 2004 e a taxa de desemprego manteve-se abaixo dos 6%). Estes factos permitiram uma subida gradual mas consistente das taxas de juro da Reserva Federal americana (de 1% em 30 de Junho para 2,25% no final do ano). A política expansionista (orçamental e monetária) dos últimos anos alimentou excessos ao nível do consumo e contribuiu para o emergir de uma bolha do crédito e do mercado imobiliário. O défice de conta-corrente americano aproximou-se de 6% do PIB em 2004, facto especialmente grave não só em termos relativos, mas principalmente se pensarmos que os EUA são a locomotiva do crescimento económico global. O problema da dívida americana acabou por provocar uma forte queda do dólar no último trimestre do ano e continua a representar uma forte ameaça ao equilíbrio financeiro mundial.

A Europa voltou a apresentar sinais menos positivos em termos de crescimento económico, (o PIB da zona euro cresceu cerca de 1,7%). Apesar da existência de algumas pressões inflacionistas induzidas pela baixa elasticidade na procura de produtos energéticos, a alta do euro acabou por compensar parcialmente tais pressões, o que permitiu uma postura neutral por parte do Banco Central Europeu, evidenciada pela manutenção das taxas de referência do BCE ao nível de 2% durante todo o ano de 2004.

Na Ásia os sinais foram genericamente positivos, embora não tenham significado uma viragem decisiva em termos de crescimento económico no Japão, nem o início da liberalização cambial na China.

As economias emergentes, designadamente a América Latina, registaram expansão económica, em contraste com a crise dos anos anteriores.

Mercado de capitais

Pelo segundo ano consecutivo os principais índices accionistas mundiais registaram um comportamento positivo, após um dos piores *bear markets* da história (2000-2002): Standard & Poors 500 (+ 8,99%), Nasdaq 100 (+ 10,44%), Nikkei (+ 7,61%), Cac (7,40%), Dax (7,34%) e, em Portugal, o PSI-20 (+ 12,64%).

O ano de 2004 ficou marcado por uma alta generalizada das *commodities*, com destaque

para a *crude* que fixou um novo máximo histórico perto dos 56 dólares por barril.

No mercado cambial, o dólar fixou um novo mínimo histórico face ao euro (1,3670 no último dia do ano) e vários mínimos plurianuais face à generalidade das divisas.

Actividade

Tendo correspondido ao primeiro exercício completo da Golden Broker, em 2004 verificou-se um crescimento significativo dos volumes negociados, com a correspondente tradução em comissões geradas.

As comissões de corretagem cobradas foram superiores a 1 milhão de euros, mais do que triplicando face a 2003 (1 065 002 euros vs 308 801 euros, ao que corresponde um aumento de 245%). Em termos de produtos e mercados, registou-se uma predominância clara da negociação de acções nos mercados norte-americano, holandês e alemão.

Em relação às comissões pagas a outros intermediários financeiros — essencialmente devidas pela execução formal, em bolsa, das ordens de clientes transmitidas pela Golden Broker —, aquelas ascenderam a 336 130 euros (101 739 euros em 2003), tendo-se verificado uma ligeira melhoria ao nível do peso que representam face ao valor das comissões cobradas (31,6% em 2004 vs 32,9% em 2003).

Em termos de produtividade, e assumindo como *proxy* o *ratio* de comissões cobradas/custos com o pessoal, a evolução foi notável, concluindo-se que, em 2004, por cada euro de custos com o pessoal foram gerados 4,7 euros de comissões, face a um *ratio* homólogo de 2,9 euros em 2003.

Não obstante, os resultados líquidos foram ainda negativos (no montante de 10 258,46 euros), embora registando uma evolução claramente favorável face ao ano anterior (prejuízo de 67 482,08 euros em 2003) e situando-se francamente próximos de uma situação de *break-even*. De resto, o *cash-flow* em 2004 foi já positivo, tendo ascendido a 36 193 euros, evidenciando uma inversão completa do valor negativo registado em 2003 (menos 26 462 euros).

Conforme planeado, a Golden Broker passou igualmente a prestar serviços de recepção, transmissão e execução de ordens no âmbito das operações a prazo, actividade que teve início em Maio de 2004, uma vez concedida a respectiva autorização por parte da CMVM. No que concerne a iniciativas de promoção/consolidação da marca Golden Broker, foi prosseguida a política de colaboração com diversos media — jornais, revistas e TV. Neste particular, e para além dos contributos de natureza editorial da Golden Broker, destacamos, em 2004, a organização do Radar de Bolsa, um concurso (simulação) que ocorreu em Dezembro, tendo garantido uma exposição mediática interessante, que contemplou inclusivamente o acompanhamento da iniciativa no âmbito de um programa televisivo especializado em economia.

Em termos de organização interna, a área de *front-office* foi reforçada de modo a acomodar o início do exercício da actividade de recepção, transmissão e execução de ordens em operações a prazo, sendo de destacar ainda a consolidação da integração da função comercial entre a Golden Broker e a sociedade gestora de patrimónios do Grupo, a Golden Assets — SGP, S. A.

Perspectivas

Á imagem do sucedido em 2004, a Golden Broker tem como objectivo para 2005 continuar a crescer, quer em volumes negociados, no número de contas activas, quer ainda no leque de produtos oferecidos aos seus clientes.

Para tal, e na sequência da implementação da estratégia originalmente delineada no projecto Golden Broker, prevê-se para 2005 (o segundo exercício completo), um alargamento da implantação geográfica da actividade, associado à adopção de uma abordagem mais sistemática, quer no esforço de angariação de Clientes, quer ainda no acompanhamento dos Clientes actuais, de modo a manter os elevados padrões de *brand loyalty* característicos do Grupo Golden Assets. Encontram-se igualmente previstos desenvolvimentos ao nível dos sistemas, ao nível de *back-office*, mas também no *front-office*. Assim, teve já início o processo que irá permitir a filiação nos sistemas de liquidação e sistemas centralizados de valores mobiliários geridos pela Interbolsa, bem como a abertura de conta junto do Banco de Portugal, com vista à liquidação financeira das transferências e outros movimentos que venham a ser realizados através dos referidos sistemas. Por outro lado, e entre outros objectivos estabelecidos para 2005, pretendemos vir a facultar aos nossos clientes o serviço de recepção de ordens através de meios remotos, após a competente autorização por parte da CMVM.

Resumindo, em 2005 é nosso objectivo crescer, em escala e gama, sem comprometer ao nível dos custos de estrutura, o que só será possível com a continuidade dos ganhos de produtividade registados em 2004.

Proposta de aplicação de resultados

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o conselho de administração propõe a transferência do resultado líquido negativo, no montante de 10 258,46 euros para a conta de resultados transitados.

Considerações finais

O conselho de administração deseja expressar a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

- Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram;
- Às instituições financeiras que nos apoiaram;
- Ao fiscal único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado;
- A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da actividade;
- Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos e apoios recebidos.

28 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira*, presidente — *Alfredo Manuel Pinto Menezes*, vogal — *Diamantino Alves Ferreira Leite*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

1 — Em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são titulares de quaisquer acções da sociedade.

2 — Para efeitos e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, à data de encerramento do exercício de 2004, é a seguinte a posição accionista:

Accionista	Número de acções	Porcentagem de participação
Golden Assets — SGPS, S. A.	70 000	100,00

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira*, presidente — *Alfredo Manuel Pinto Menezes*, vogal — *Diamantino Alves Ferreira Leite*, vogal.

Balanços em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO					(Em euros)
Notas	2004			2003	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	—	17	285	
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	51	988 469	988 469	509 550	
Outros créditos sobre instituições de crédito	14	100 000	100 000	—	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:					
De emissores públicos	7 e 10	6 560	6 560	—	
Imobilizações incorpóreas	11	44 946	(27 981)	25 997	
Imobilizações corpóreas	11	174 795	(55 943)	131 985	
Outros activos	31	100	100	187	
Contas de regularização	27	19 459	19 459	14 568	
Prejuízo do exercício	52	10 258	10 258	67 482	
<i>Total do activo</i>		1 344 604	(83 924)	1 260 680	
				750 054	

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA			
	Notas	2004	2003
Outros passivos	31	841 415	277 586
Contas de regularização	27	36 747	22 468
Passivos subordinados	29 e 22	100 000	100 000
<i>Total do passivo</i>		978 162	400 054
Capital	29 e 52	350 000	350 000
Resultados transitados	52	(67 482)	—
<i>Total da situação líquida</i>		282 518	350 000
<i>Total do passivo e da situação líquida</i>		1 260 680	750 054

Rubricas extrapatrimoniais			
	Notas	2004	2003
Compromissos	23	6 378 800	10 922 404

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira*, presidente — *Alfredo Manuel Pinto Menezes*, vogal — *Diamantino Alves Ferreira Leite*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

CUSTOS			
	Notas	2004	2003
Juros e custos equiparados	54	17 203	2 742
Comissões	55	336 129	101 739
Prejuízos em operações financeiras		66	1 061
Gastos gerais administrativos:			
Custos com pessoal	34 e 35	224 343	108 133
Outros gastos administrativos		436 804	120 161

		(Em euros)	
	Notas	2004	2003
Outros custos e prejuízos		1 000	—
Amortizações do exercício	11	43 823	40 101
Perdas extraordinárias	39	11 040	200
Impostos sobre lucros	41	2 629	919
Outros impostos		32 824	7 315
Prejuízo do exercício	52	(10 258)	(67 482)
		1 095 603	314 889

PROVEITOS

		2004	2003
	Notas	2004	2003
Juros e proveitos equiparados	53	9 710	2 592
Comissões	55	1 065 002	308 801
Lucros em operações financeiras		—	3 463
Outros proveitos de exploração		—	33
Ganhos extraordinários	39	20 891	—
		1 095 603	314 889

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira*, presidente — *Alfredo Manuel Pinto Menezes*, vogal — *Diamantino Alves Ferreira Leite*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

(Montantes expressos em euros)

A Golden Broker — Sociedade Corretora, S. A. (Sociedade) foi constituída por escritura de 4 de Abril de 2003. A sociedade tem por objecto a recepção, transmissão e execução de ordens dos investidores para subscrição ou transacção de valores mobiliários, a gestão de carteiras de valores mobiliários pertencentes a terceiros, a consultoria para investimento em valores mobiliários, abertura, movimentação, utilização e controlo das contas de depósito de valores mobiliários titulados e de registo de valores mobiliários escriturais, bem como a prestação de serviços relativos aos direitos inerentes aos mesmos valores, a colocação em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e a prestação de serviços conexos, legalmente consentidos às sociedades financeiras de corretagem.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2 — Contas comparáveis com o exercício anterior:

Em virtude de a actividade da sociedade se ter iniciado apenas em 4 de Abril de 2003, a demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 não é comparável com a do exercício anterior.

3 — Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

3.1 — *Especialização de exercícios*. — Os proveitos e custos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração de resultados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

3.2 — *Títulos de investimento*. — Os títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados pelo valor de aquisição. Os juros corridos são contabilizados como proveitos a receber. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso dos títulos — que constitui o prémio ou desconto verificado aquando da compra — é repercutida nos resultados de modo escalonado ao longo do período que decorre até à data de vencimento do título.

A diferença entre o custo de aquisição (corrigido das parcelas do prémio ou do desconto reconhecidas nos resultados) e o valor de mercado, se for positiva, dá origem à constituição de uma provisões.

3.3 — *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas são constituídas por despesas incorridas com a constituição da sociedade, instalação e despesas com *software*, sendo amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, durante um período de três anos.

3.4 — *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição. As amortizações são cabuladas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais têm subjacente, para os diferentes tipos de imobilizado, os períodos de vida útil a seguir indicados:

	Anos
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 5
Equipamento de segurança	4

3.5 — *Contas de regularização*. — As operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros e para a carteira própria, cuja liquidação financeira ocorre num prazo máximo de três dias úteis, são registadas nas rubricas de contas de regularização do activo ou do passivo como operações a regularizar (nota n.º 27).

3.6 — *Rubricas extrapatrimoniais*. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados, pelo respectivo valor nominal (nota n.º 23).

3.7 — *Sistema de indemnização aos investidores*. — As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização a Investidores não são registadas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, na eventualidade de tal vir a ser exigido. Cumulativamente, é efectuado um penhor não inferior a 50% do montante correspondente.

3.8 — *Impostos sobre os lucros.* — A sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

7 — Obrigações e títulos de rendimento fixo cujo vencimento ocorre em 2005:

No que se refere à rubrica do activo obrigações e outros títulos de rendimento fixo o montante dos elementos que se vencem em 2005 ascende a zero euros.

10 — Inventário de títulos:

Os títulos de investimento a 31 de Dezembro de 2004 analisam-se como segue:

	Quan- tidade	Valor nominal	Valor de balanço
Obrigações do Tesouro — OT 5,45 — 1998/Outubro de 2013	600 000	0,01	6 560

11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

Durante o exercício de 2004, o movimento nas imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alie- nações	Transfe- rências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de constituição	9 246	—	—	—	9 246
Sistema de tratamento de dados	29 750	5 950	—	—	35 700
	<u>38 996</u>	<u>5 950</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>44 946</u>
Imobilizações corpóreas:					
Imóveis	77 461	4 165	—	—	81 626
Mobiliário e equipamento	14 062	1 775	—	—	15 837
Equipamento informático	45 592	2 711	—	—	48 303
Instalações interiores	21 972	—	—	—	21 972
Equipamento de segurança	—	1 865	—	—	1 865
Património artístico	—	5 192	—	—	5 192
	<u>159 087</u>	<u>15 708</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>174 795</u>
	198 083	21 658	—	—	219 741

Amortizações acumuladas:

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alie- nações	Transfe- rências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de constituição	3 082	3 082	—	—	6 164
Sistema de tratamento de dados	9 917	11 900	—	—	21 817
	<u>12 999</u>	<u>14 982</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>27 981</u>
Imobilizações corpóreas:					
Imóveis	7 746	8 163	—	—	15 909
Mobiliário e equipamento	1 758	2 104	—	—	3 862
Equipamento informático	11 398	12 076	—	—	23 474
Instalações interiores	6 200	6 032	—	—	12 232
Equipamento de segurança	—	466	—	—	466
	<u>27 102</u>	<u>28 841</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>55 943</u>
	40 101	43 823	—	—	83 924

14 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

O montante registado na rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito diz respeito a uma aplicação de curto prazo (30 dias).

20 — Débitos sobre empresas do Grupo:

Os principais débitos mantidos com empresas do Grupo Golden Assets, em 31 de Dezembro de 2004 eram os seguintes:

Outros passivos (credores por operações sobre valores mobiliários):	
Golden Assets — SGP, S. A.	458 919
Empréstimos subordinados:	
Golden Assets — SGPS, S. A.	100 000

22 — Passivos subordinados:

Os passivos subordinados em 31 de Dezembro de 2004 referem-se a um empréstimo subordinado, no montante de 100 000 euros, obtido junto da sociedade Golden Assets — SGPS, S. A., o qual vence juros a taxas de mercado e não tem um prazo de reembolso definido.

Os recursos obtidos com este empréstimo são considerados para efeitos dos fundos próprios da sociedade, dentro dos limites previstos nos n.ºs 6 e 7 do aviso n.º 12/92, de 22 de Dezembro.

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2004 tem a seguinte composição:

Compromissos perante terceiros:	
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização a Investidores (nota n.º 3.7)	8 544
Responsabilidades por prestação de serviços:	
Depósito e guarda de valores	6 370 256
	<u>6 378 800</u>

A rubrica de depósito e guarda de valores reflecte o saldo dos títulos em custódia de clientes, entregues à guarda da sociedade, os quais são depositados em diversas instituições de crédito.

27 — Contas de regularização:

Estas rubricas, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Activo:		
Despesas com custo diferido	13 708	10 445
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	1 425	—
Proveitos a receber	93	—
Operações sobre valores mobiliários a regularizar (nota n.º 3.5)	(761)	3 966
Outras operações activas a regularizar	4 995	157
	<u>19 459</u>	<u>14 568</u>
Passivo:		
Custos a pagar:		
Provisão para férias e subsídio de férias	28 385	22054
Outros acréscimos de custos	5 733	—
Imposto a pagar	2 629	414
	<u>36 747</u>	<u>22 468</u>

Os saldos incluídos nas rubricas de operações sobre valores mobiliários a regularizar foram liquidados nos primeiros dias de 2005.

29 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2004, o capital da sociedade estava representado por 70 000 acções nominativas, com o valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscrito e realizado, sendo o único accionista a Golden Assets — SGPS, S. A.

31 — Outros activos e passivos:

Estas rubricas, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Outros activos:		
Devedores diversos	100	187
Outros passivos:		
Credores por operações sobre valores mobiliários	820 513	252 287
Fornecedores	11 316	15 553
Sector público administrativo	9 586	9 746
	<u>841 415</u>	<u>277 586</u>

34 — Efectivos:

Estas rubricas, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	2004	2003
Remuneração dos órgãos de gestão	62 648	23 151
Remuneração de empregados	130 431	65 990
Encargos sociais obrigatórios	31 264	18 992
	<u>224 343</u>	<u>108 133</u>

O quadro de pessoal da sociedade, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, pode ser resumido como segue:

	2004	2003
Com funções específicas de enquadramento:		
Administradores	2	2
Outros técnicos	5	5
	<u>7</u>	<u>7</u>

35 — Remunerações e outros encargos atribuídos aos membros dos órgãos sociais:

Nos exercícios de 2004 e 2003, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao conselho de administração ascenderam a 62 648 euros e 23 151 euros, respectivamente (nota n.º 34).

Não existem adiantamentos ou créditos concedido a membros dos órgãos sociais bem como compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

38 — Distribuição dos proveitos correntes por mercados geográficos:

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a actividade da sociedade consistiu na realização de operações de corretagem, tendo sido desenvolvida em território nacional.

39 — Ganhos e perdas extraordinários:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os resultados extraordinários tinham a seguinte composição:

	2004	2003
Custos extraordinários:		
Erros na execução de ordens	10 904	—
Outros	136	200
	<u>11 040</u>	<u>200</u>
Ganhos extraordinários:		
Ganhos de natureza cambial	20 353	—
Outros	538	—
	<u>20 891</u>	<u>—</u>

41 — Impostos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre os lucros e o lucro antes de impostos, foi a seguinte:

	2004	2003
Dotação para impostos sobre os lucros	2 629	919
Prejuízo do exercício adicionado da dotação para impostos sobre os lucros	(7 630)	(66 563)
Imposto a pagar	2 629	919

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (10 anos para a segurança social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2003 e 2004 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A administração da sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003 e 2004.

A dotação para impostos sobre os lucros, no valor de 2629 euros, refere-se a tributação autónoma. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais num período de 6 anos.

43 — Consolidação:

As contas da sociedade serão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Golden Assets — SGPS, S. A., com sede social na Avenida da Boavista, 2427/29, no Porto.

47 — Transacções com empresas do Grupo:

Em 31 de Dezembro de 2004, as transacções realizadas com outras empresas do Grupo Golden Assets foram como segue:

Juros e custos equiparados	3 305
Comissões	(8 100)
Rendas e alugueres	60 000
	<u>55 205</u>

51 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

O montante registado na rubrica de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito diz respeito a depósitos à ordem.

52 — Movimentos ocorridos na situação líquida:

Os movimentos ocorridos na situação líquida durante o exercício de 2004, foram como segue:

	Capital	Resultados transitados	Prejuízo do exercício	Total
Saldo inicial	350 000	—	(67 482)	282 518
Transferências	—	(67 482)	67 482	—
Diminuições	—	—	(10 258)	(10 258)
Saldo final	350 000	(67 482)	(10 258)	272 259

De acordo com a legislação em vigor, um mínimo de 10% do resultado líquido, quando positivo, deverá ser destinado ao reforço da reserva legal até ao limite do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporar no capital.

53 — Juros e proveitos equiparados:

Esta rubrica tem a seguinte composição, nos exercícios de 2004 e 2003:

	2004	2003
Juros de disponibilidades	7 112	965
Juros de depósitos a prazo	2 493	1 627
Outros juros e proveitos	105	—
	<u>9 710</u>	<u>1 592</u>

54 — Juros e custos equiparados:

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, nos montantes de 17 203 euros e 2742 euros, respectivamente, refere-se a juros de descobertos bancários e a juros de suprimentos (apenas em 2004).

55 — Comissões:

Esta rubrica tem a seguinte composição, nos exercícios de 2004 e 2003:

	2004	2003
Proveitos:		
Operações em Bolsa	1 063 359	306 191
Operações fora de Bolsa	943	2 599
Outras comissões	700	11
	<u>1 065 002</u>	<u>308 801</u>
Custos:		
Operações de títulos	329 968	99 545
Outras comissões	6 161	2 194
	<u>336 129</u>	<u>101 739</u>

A rubrica de proveitos — operações em Bolsa refere-se às comissões cobradas aos clientes pela realização de ordens de Bolsa.

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira*, presidente — *Alfredo Manuel Pinto Menezes*, vogal — *Diamantino Alves Ferreira Leite*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legas das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Golden Broker — Sociedade Corretora, S. A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de 1 260 680 euros e capitais próprios no montante de 272 259 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 10 258 euros, as demonstrações de resultados, as demonstrações de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da sociedade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, sobre aquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Golden Broker — Sociedade Corretora, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, bem como os resultados das suas operações

e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

28 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Jorge Bento Martins Ledo*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Golden Broker — Sociedade Corretora, S. A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade do conselho administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2004 preparado pelo conselho de administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, que não inclui reservas, bem como o relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

28 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Jorge Bento Martins Ledo*.

Acta n.º 3 da assembleia geral

No dia 31 de Março de 2005, pelas 11 horas, reuniu a assembleia geral da sociedade Golden Broker — Sociedade Corretora, S. A., pessoa colectiva n.º 506396878, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 58 010, com o capital social de 350 000 euros, na sua sede sita na Avenida da Boavista, 2427/2420, na cidade do Porto, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço e contas do exercício de 2004;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4.º Proceder à eleição do fiscal único efectivo e do fiscal único suplente até ao final do mandato em curso.

Encontrava-se presente o Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, em representação do accionista único Golden Assets — SGPS, S. A., tendo este assinado a lista de presenças e ficando o respectivo instrumento de representação arquivado em pasta própria anexa à presente acta. Encontravam-se, ainda, presentes os vogais do conselho de admi-

nistração, Dr. Alfredo Manuel Pinto Menezes e Dr. Diamantino Alves Ferreira Leite.

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente acta, nos termos do artigo 63.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os trabalhos foram dirigidos pelo presidente da mesa da assembleia geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pela Dr.ª Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho.

O presidente da mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa do representante do accionista detentor da totalidade do capital social, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida.

Iniciando a análise do ponto 1.º da ordem do dia, foram postos à discussão o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2004, os quais foram aprovados por unanimidade.

O ponto 2.º da ordem do dia foi também apresentado pelo presidente da mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo vogal do conselho de administração, Dr. Diamantino Alves Ferreira Leite:

Propõe-se que os resultados líquidos negativos do exercício no valor de 10 258,46 euros, sejam transferidos para resultados transitados.

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou aberta a apreciação do ponto 3.º da ordem do dia. Solicitou a palavra o vogal do conselho de administração, Dr. Diamantino Alves Ferreira Leite, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os actos de gestão mais relevantes verificados no exercício em análise. O presidente da mesa apresentou então a seguinte proposta:

Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade, a qual foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou aberta a apreciação do ponto 4.º da ordem do dia. Solicitou a palavra o Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, que em representação do accionista único Golden Assets — SGPS, S. A., apresentou a seguinte proposta:

Considerando os pedidos de renúncia apresentados pelo fiscal único efectivo, Ledo, Morgado & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., inscrita como sociedade de revisores oficiais de contas sob o n.º 63, representada por Jorge Manuel Felizes Morgado, inscrito como revisor oficial de contas sob o n.º 775, e pelo fiscal único suplente Jorge Bento Martins Ledo, inscrito como revisor oficial de contas sob o n.º 591, proponho a eleição de Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., inscrita como sociedade de revisores oficiais de contas sob o n.º 43, representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, inscrito como revisor oficial de contas sob o n.º 746, para o cargo de fiscal único efectivo da sociedade e de António Manuel Martins Amaral, inscrito como revisor oficial de contas sob o n.º 1130, para o cargo de fiscal único suplente, até ao final do mandato em curso, isto é, até ao final de 2005.

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o presidente deu esta sessão por encerrada e, para constar, dela se lavrou a presente acta que depois de lida vai ser assinada pelos membros da mesa, em sinal de conformidade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha*, presidente — *Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho*, secretária.

2010687256

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750
